UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
(PPGEO)

HENRIQUE OLIVEIRA DE ANDRADE

UMA ENERGIA PARA O CAPITAL: ENTRE CERCOS E CONFLITOS NA ENCRUZILHADA DO ELETRONEGÓCIO



São Cristóvão - SE
2026

HENRIQUE OLIVEIRA DE ANDRADE

UMA ENERGIA PARA O CAPITAL: ENTRE CERCOS E CONFLITOS NA ENCRUZILHADA DO ELETRONEGÓCIO

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito para a obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais

Orientador:
Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho

São Cristóvão - SE
2026

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

A553e

Andrade, Henrique Oliveira de
Uma energia para o capital : entre cercos e conflitos na encruzilhada do eletronegócio / Henrique Oliveira de Andrade ; orientador, Eraldo da Silva Ramos Filho. – São Cristóvão, SE, 2026.
355 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2026.

1. Geografia econômica. 2. Recursos naturais – Aspectos econômicos – Sergipe. 3. Energia elétrica – Aspectos econômicos. 4. Política energética – Brasil. 5. Conflito fundiário. I. Ramos Filho, Eraldo da Silva, orient. II. Título.

CDU 911.3:33:621.311(813.7)

FOLHA DE APROVAÇÃO:

UMA ENERGIA PARA O CAPITAL: ENTRE CERCOS E CONFLITOS NA ENCRUZILHADA DO ELETRONEGÓCIO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

BANCA EXAMINADORA:

_____

Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho (UFS)
Orientador e Presidente da Banca

_____

Prof. Dr. Carlos Rodrigues Wallenius (UAM - México)
Examinador Externo

_____

Profª Drª Sinthia Cristina Batista (UFRGS)
Examinadora Externa

_____

Profª Drª Claudia Pilar Lizárraga Aranibar (UFS)
Examinadora Interna

_____

Prof. Dr Guilherme Magon Whitaker (UFS)
Examinador Interno

São Cristóvão - SE
2026

GEOGRAFIA A FUNDO*

A vida do subterrâneo
Com pessoas vivendo escondidas
Num mundo forâneo
São dinâmicas descabidas

Nosso desmundo margeia o abismo
Com gente esmagada e destruída
Bem lá no fundo do comodismo
Aqui se desarma em luta combativa

Pense em quem vive celular
Em contexto motivo
O básico é não amar
No instinto simples e destrutivo

Com luta brava e cotidiana
Somos povo forte e combativo
Em árdua vida brasiliana
Que desafia a ferro quente o destemido

* Henrique Andrade

Se Gilberto Gil reflete o "TEMPO REI"
Caetano Veloso pede "O MOVIMENTO PRECISO"
Itamar Vieira enfatiza que "SE A GENTE NÃO SE MOVIMENTA, NÃO TEM VIDA"
E Mariguela clama que "É PRECISO NÃO TER MEDO"

AGRADECIMENTOS

A vida em seus rumos e erradas nos coloca no ciclo de transformação constante para além das condições mais imediatas do cotidiano. Aqui quero agradecer imensamente a todos que antes do doutorado ajudaram a me constituir enquanto gente, pessoa e sujeito. Esses passos iniciais foram forjados no lar com as singularidades da participação ativa de minha família, que aqui materializo na figura da minha mãe Dona Rita e meu pai Capote, mas que não seria possível sem tantas outras pessoas que ajudaram a criar o sujeito que sou hoje, como minha avó Iná̱h, meu avô Jovi e minha avó Silé.

Não tenho como deixar de agradecer à família construída no percurso da vida, na figura de minha companheira Paty e meus filhos Cauê e Mel, aos quais, devoto minha existência, a paciência, sabedoria e cuidado por todo tempo de presenças e ausências. Falando em ausência, esse texto é também uma homenagem ao meu irmão/amigo Raony, que pelas desventuras trágicas da vida, não está mais em carne conosco. Sem citar nomes, pois esquecerei muitos, referencio também outros tantos amigos que colaboraram direta e indiretamente com a produção desta pesquisa à distância ou presencialmente.

Aqui não tenho como não falar dos amigos que foram imediatas referências no curso do doutorado como Cícero Danilo, Marília e Fernanda, a vocês dedico muito do que está refletido nesse texto. Também não tenho como esquecer dos mestres e mestras, iniciando pelo meu orientador Eraldo, a qual agradeço o carinho, atenção, cuidado e respeito. Dedico também a ele as construções de base popular, a referência da vida desde baixo, o qual abriu caminhos férteis de uma Geografia de/para/com as comunidades.

A pró Alexandrina, a qual devoto a escrita de muitas das páginas aqui referenciadas com seus belos ensinamentos recheados de vida com amor, muitas conversas e também críticas certeiras nos caminhos da transformação da sociedade. Aos professors do PPGEO Lucas Gama, Josefa Lisboa, Sonia Mendonça, Ana Rocha dentre outros, os quais com os ensinamentos e reflexões, selaram uma relação de valorização do estudo e da crítica social. Agradeço as reflexões e críticas da banca examinadora de qualificação deste texto nas figuras da professora Sinthia e Josefa e do professor Átila, bem como agradeço as críticas dos professores Guilherme, Pilar e Carlos.

Necessito agradecer aqui aos colegas e amigos do Grupo de Trabalho Conflitos Socioambientais, com os quais imergi no campo e na vida de dezenas de comunidades com trabalho árduo desde 2019, inserindo uma cicatriz benéfica na vida e trabalho. Aqui referencio meu amigo e companheiro de toda hora Hudson, aos amigos Oguri e Flávia,

sem esquecer da minha parceira de sempre Daiane. Agradeço aqui imensamente o apoio da amiga Eduarda na produção cuidadosa dos mapas. E também ao artista Jean Galvão com a charge que ilustra a capa desse texto.

Nesse quadro, saúdo os amigos e parceiros de vida que o caminho de obstáculos no México me proporcionou, na figura de Tania, Amanda, Joaquin, Emília, Eliefv, Iker, Ulisses e outros colegas que em meio às lamúrias e sorrisos da vida em pátria de outrem, me ajudaram a romper o umbigo e viver o México profundo.

Aqui não posso esquecer dos ensinamentos do professor Carlos Wallenius, o qual me presenteou com o zapatismo acadêmico, construindo o laço com o México profundo, junto com outro camarada do mundo, o amigo mexicano/brasileiro Alejandro. E como a vida é repleta de alegrias e surpresas, me brindou com a amizade no México de dois brasileiros maranhenses, Vanessa e Frednan, Ao amigo Frednan, dedico muito das reflexões dos trabalhos de campo em Oaxaca e Chiapas.

Por fim, dedico esse texto tortuoso, sofrido e repleto de dores de muitas violências e violações, às comunidades que me acolheram nesse período de mais de 4 anos. Devoto esta tese, às comunidades quilombolas e camponesas, aos sindicatos, às associações da Bahia e Sergipe (pois sem elas, esse texto não teria sentido algum) e também às organizações do México que me receberam com o coração sedioso de cuidado e atenção.

Agradeço em especial à CAPES pela bolsa de estudos durante o doutorado sanduíche no México e principalmente ao IFBA pela concessão da licença remunerada no período de julho de 2021 a julho de 2025, pois sem esses apoios fundamentais, esse momento de finalização do doutorado não teria sido possível. Ou seja, importante valorizar o serviço público federal ao qual sou concursado desde junho de 2013 como Professor EBTT no Instituto Federal da Bahia, no Campus Feira de Santana.

Não posso deixar de agradecer as reflexões e possibilidades de interações da Teia dos Povos, que, por meio da relação coletiva com a construção de novos mundos, materializaram muitas críticas e reflexões presentes nesse texto. Finalizo com a necessidade de irmos além, caminharmos profundo e rompermos barreiras com a circularidade do “Começo-Meio-Começo” de Nego Bispo e na utopia revolucionária de Gil por “Festa, Trabalho e Pão”.

RESUMO: O modo de produção capitalista impõe ao conjunto da sociedade suas diversas formas de apropriação e violências no contexto da produção do espaço. Esta tese de doutoramento relaciona-se diretamente com a fetichização da mercadoria energia elétrica por meio de análise das políticas públicas de segurança energética, engendradas pelo Estado brasileiro no setor elétrico nacional como forma de potencialização da acumulação de capital por parte de conglomerados internacionais/nacionais ligados às infraestruturas de circulação de eletricidade. Partimos da hipótese de que a engenharia societal do capital e suas conexões estão inseridas no contexto da crise estrutural funcionam como ferramentas para acumulação, dinamizando a coexistência de entidades e organizações da classe dominante brasileira e internacional que confabulam para a construção de políticas públicas e a tomada de decisões frente ao Sistema Integrado Nacional (SIN), componente do Setor Elétrico Brasileiro (SEB). Tais questões ocasionam a apropriação privada da natureza e a conjugação da produção do espaço baseada na territorialização do capital e a monopolização do território por meio do Eletronegócio. Prima-se por um estudo assentado na teoria crítica que desvela as condicionantes do Capital, Estado e Espaço e, apresente os aspectos da realidade concreta que embasados nas contradições, produzem a apreensão da realidade de forma multifacetada e em múltiplas determinações. Tem-se foco na análise da operacionalidade dos Grandes Projetos de Desenvolvimento Energéticos no Brasil, na crítica às políticas públicas de energia elétrica e o discurso da segurança energética para o capital. No que tange à metodologia, o estudo em tela vincula-se com a pesquisa participante, no sentido de desvelar desde as comunidades impactadas, os desdobramentos referentes ao negócio capitalista da eletricidade por meio da análise das problemáticas relacionadas com a circulação desta mercadoria, a partir das infraestruturas energéticas, qual sejam, as Linhas de Transmissão de Energia Elétrica: LT Porto Sergipe-Sapeaçu 500kv; LT Camaçari-Sapeaçu 500kv; LT Camaçari-Feira de Santana 230kv. Quanto aos resultados da pesquisa, apontamos a coexistência das violações aos direitos humanos e territoriais atrelada aos licenciamentos ambientais falaciosos nas linhas de transmissão de energia analisadas, a operacionalização do Eletronegócio como conceito chave e o papel desempenhado pelas estruturas de Estado na conformação das políticas públicas de energia mediadas pela atuação das corporações internacionais e associações setoriais na área de energia. Elencamos também a partir da pesquisa bibliográfica, documental e de campo a relação entre os impactos em diversas ordens (ambientais, sociais, econômicos, psicológicos, territoriais dentre outros), decorrentes das faixas de servidão administrativa e as problemáticas fundiárias nas comunidades analisadas, acirrando, portanto, a questão agrária. Frisa-se nesse processo, a financeirização da natureza através da energia elétrica e sua conexão com os grandes projetos de desenvolvimento energéticos que são sustentáculos para a acumulação de capital. Assim, o Eletronegócio evidencia-se nas linhas de transmissão de energia com a formatação de uma rede geográfica hegemônica de reprodução do capital no setor elétrico nacional, ou seja, um circuito espacial da eletricidade, que efetua a circulação de mais valor na produção do espaço e na territorialização do capital.

PALAVRAS CHAVE: Produção do espaço, Apropriação da Natureza, Energia Elétrica, Território e Conflito.

RESUMEN: El modo de producción capitalista impone a toda la sociedad sus diversas formas de apropiación y violencia en el contexto de la producción del espacio. Esta tesis doctoral se relaciona directamente con la fetichización de la mercancía energía eléctrica mediante el análisis de las políticas públicas de seguridad energética, engendradas por el Estado brasileño en el sector eléctrico nacional como forma de potenciar la acumulación de capital por parte de conglomerados internacionales/nacionales vinculados a las infraestructuras de circulacion de electricidad. Partimos de la hipótesis de que la ingeniería social del capital y sus conexiones, insertadas en el contexto de la crisis estructural, funcionan como herramientas de acumulación, dinamizando la coexistencia de entidades y organizaciones de la clase dominante brasileña e internacional que conspiran para la construcción de políticas públicas y la toma de decisiones frente al Sistema Integrado Nacional (SIN), componente del Sector Eléctrico Brasileño (SEB). Estas cuestiones provocan la apropiación privada de la naturaleza y la combinación de la producción del espacio basada en la territorialización del capital y la monopolización del territorio a través del Eletronegócio. Se destaca un estudio basado en la teoría crítica que revela las condiciones del capital, el Estado y el espacio, y presenta los aspectos de la realidad concreta que, basados en las contradicciones, producen una comprensión de la realidad multifacética y con múltiples determinaciones. Se centra en el análisis de la operatividad de los Grandes Proyectos de Desarrollo Energético en Brasil, en la crítica a las políticas públicas de energía eléctrica y en el discurso de la seguridad energética para el capital. En cuanto a la metodología, el estudio en cuestión se vincula con la investigación participante, en el sentido de revelar, a partir de las comunidades afectadas, las ramificaciones relacionadas con el negocio capitalista de la electricidad mediante el análisis de los problemas relacionados con la circulación de esta mercancía, a partir de las infraestructuras energéticas, es decir, las líneas de transmisión de energía eléctrica: LT Porto Sergipe-Sapeaçu 500kv; LT Camaçari-Sapeaçu 500kv; LT Camaçari-Feira de Santana 230kv. En cuanto a los resultados de la investigación, señalamos la coexistencia de violaciones de los derechos humanos y territoriales vinculadas a licencias ambientales falaces en las líneas de transmisión de energía analizadas, la operacionalización del Eletronegocio como concepto clave y el papel desempeñado por las estructuras del Estado en la conformación de las políticas públicas de energía mediadas por la actuación de las corporaciones internacionales y las asociaciones sectoriales en el ámbito de la energía. A partir de la investigación bibliográfica, documental y de campo, también enumeramos la relación entre los impactos en diversos ámbitos (ambiental, social, económico, psicológico, territorial, entre otros), derivados de las franjas de servidumbre administrativa y los problemas de tenencia de la tierra en las comunidades analizadas, lo que agrava aún más la cuestión agraria. En este proceso, cabe destacar la financiarización de la naturaleza a través de la energía eléctrica y su conexión con los grandes proyectos de desarrollo energético que son pilares para la acumulación de capital. Así, el negocio eléctrico se evidencia en las líneas de transmisión de energía con la configuración de una red geográfica hegemónica de reproducción del capital en el sector eléctrico nacional, es decir, un circuito espacial de electricidad, que efectúa la circulación de más valor en la producción del espacio y en la territorialización del capital.

PALABRAS CLAVE: Producción del espacio, apropiación de la naturaleza, energía eléctrica, territorio y conflicto.

ABSTRACT: The capitalist mode of production imposes its various forms of appropriation and violence on society as a whole in the context of the production of space. This doctoral dissertation is directly related to the fetishization of electricity as a commodity through an analysis of public energy security policies enacted by the Brazilian state in the national electricity sector as a means of enhancing capital accumulation by international and national conglomerates linked to electricity transmission infrastructure. We start from the hypothesis that the societal engineering of capital and its connections, embedded within the context of the structural crisis, function as tools for accumulation, facilitating the coexistence of entities and organizations from the Brazilian and international ruling classes that collude to shape public policies and decision-making regarding the National Integrated System (SIN), a component of the Brazilian Electricity Sector (SEB). These issues lead to the private appropriation of nature and the interplay between the production of space—based on the territorialization of capital—and the monopolization of territory through the electricity business. The focus is on a study grounded in critical theory that uncovers the determining factors of Capital, the State, and Space, and presents aspects of concrete reality that, based on contradictions, yield a multifaceted understanding of reality through multiple determinations. The focus is on analyzing the operational aspects of Large-Scale Energy Development Projects in Brazil, critiquing public electricity policies, and examining the discourse on energy security for capital. With regard to methodology, this study employs participatory research to uncover, from the perspective of the impacted communities, the ramifications of the capitalist electricity business through an analysis of the issues related to the circulation of this commodity, based on energy infrastructure, specifically the following electric power transmission lines: the 500-kV Porto Sergipe–Sapeaçu line; the 500-kV Camaçari–Sapeaçu line; and the 230-kV Camaçari–Feira de Santana line. The results of the study reveal the coexistence of human rights and territorial rights violations linked to flawed environmental permits for the power transmission lines analyzed, the operationalization of the "electricity business" as a key concept, and the role played by state structures in shaping public energy policies—influenced by the actions of international corporations and industry associations in the energy sector. Based on our bibliographic, documentary, and field research, we also highlight the relationship between impacts across various dimensions (environmental, social, economic, psychological, territorial, among others) resulting from administrative right-of-way corridors and land tenure issues in the communities analyzed, thereby exacerbating the agrarian issue. This process highlights the financialization of nature through electricity and its connection to large-scale energy development projects that serve as pillars for capital accumulation. Thus, the electricity business manifests itself in power transmission lines through the formation of a hegemonic geographic network for the reproduction of capital in the national electricity sector—that is, a spatial circuit of electricity that facilitates the circulation of greater value in the production of space and the territorialization of capital.

KEYWORDS: Production of space, Appropriation of nature, Electricity, Territory, and Conflict.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Fluxograma metodológico da pesquisa 45
Figura 02: LT Porto Sergipe- Sapeaçu 500 KV 49
Figura 03: Linhas de Transmissão de energia - Bahia e Sergipe 56
Figura 04: Linhas de Transmissão de Energia Elétrica – Brasil - 2024 130
Figura 05: Estrutura do Setor Elétrico Brasileiro (SEB) 136
Figura 06: Circuito espacial das Linhas de Transmissão de Energia Elétrica na Subestação Sapeaçu – Bahia 150
Figura 07: LT Porto Sergipe-Sapeaçu – Feira de Santana e Antônio Cardoso - Bahia 158
Figura 08a: Mobilização da Comunidade Quilombola de Lagoa Grande para autodemarcação do território quilombola frente ao avanço da problemática ambiental e da instalação da LT – Porto Sergipe-Sapeaçu - Feira de Santana-BA 161
Figura 08b: Manifestação pública das comunidades quilombolas quanto aos impactos da LT – Porto Sergipe-Sapeaçu - Antônio Cardoso – BA 162
Figura 09a: Audiência Pública – Antônio Cardoso – BA 164
Figura 09b: Audiência pública - Feira de Santana – BA 164
Figura 10: Mapeamento participativo das comunidades impactadas pela LT Porto Sergipe no município - Antônio Cardoso BA 168
Figura 11: Mapeamento participativo das comunidades impactadas pela LT Porto Sergipe Sapeaçu - Feira de Santana-BA 171
Figura 12: Reunião na comunidade quilombola de Subaé município de Antônio Cardoso - BA 174
Figura 13: Audiência Pública com as comunidades quilombolas da Bahia no MPF Salvador-Bahia 177
Figura 14: Comunidade da Garapa em Feira de Santana - BA 181
Figura 15: Comunidade de Cavaco e Tocos – Antônio Cardoso - BA 182
Figura 16: LT Porto Sergipe- Sapeaçu – Água Fria e Biritinga - Bahia 186
Figura 17a: Traçado da LT nas imediações da comunidade Jacaré, Quilombo Curral de Fora, Assentamento Menino Jesus e ao fundo Quilombo Vila Nova – Água Fria - BA 188
Figura 17b: Comunidade camponesa de Jacaré no município de Água Fria – BA 189

Figura 18a: Sede da associação adquirida com recursos do acordo com as empresas da LT – Quilombo Curral de Fora – Água Fria - BA 190
Figura 18b: Torre da LT mais próxima do Quilombola Curral de Fora – Água Fria - BA 190
Figura 19a: Moradia impactada diretamente pela LT no Quilombo Vila Nova – Biritinga - BA. 192
Figura 19b: LT no Quilombo Vila Nova em Biritinga - BA 193
Figura 20a: Infraestruturas da Subestação e LT Camaçari-Feira de Santana - BA 196
Figura 20b: Manifestação contra a instalação da LT e Subestação - Feira de Santana - BA 196
Figura 20c: Comunidades impactadas pela LT Camaçari-Feira de Santana 230kv - Bahia 196
Figura 21: Encontro do Fórum de Comunidades Tradicionais - Aracaju – SE 199
Figura 22a: Grandes Projetos de Desenvolvimento Energéticos implantados na localidade Praia de jatobá no município de Barra dos Coqueiros em Sergipe 201
Figura 22b: Linha de Transmissão Porto Sergipe-Sapeaçu nas imediações do povoado de Jatobá no município de Barra do Coqueiros em Sergipe 201
Figura 22c: Subestação Jardim no município de Nossa Senhora do Socorro em Sergipe-SE 202
Figura 23a: Usina Termoelétrica (UTE) na comunidade de Jatobá – Barra dos Coqueiros-SE 204
Figura 23b: Linha de Transmissão Porto Sergipe-Sapeaçu na comunidade de Jatobá – Barra dos Coqueiros - SE 204
Figura 24: Conglomerados de megaprojetos na Comunidade de Jatobá – Barra dos Coqueiros - SE 206
Figura 25: Linha de Transmissão Porto Sergipe-Sapeaçu no território quilombola de Mussuca no município de Laranjeiras em Sergipe 210
Figura 26: Mapeamento traçado da LT no Quilombo da Mussuca – Laranjeiras - SE 213
Figura 27a: Reunião com comunidades quilombolas atingidas pela LT Camaçari-Sapeaçu – Santo Amaro - BA 216
Figura 27b: Localização da LT Camaçari-Sapeaçu – Bahia 216

Figura 28: LT no Território Quilombola da Cambuta no município de Santana Amaro - Bahia 218
Figura 29a: Sede da Associação do Quilombo Cambuta – Santo Amaro-BA 222
Figura 29b: Infraestrutura na Caeira/Conde, Quilombo Cambuta – Santo Amaro-BA 222
Figura 30: Local de instalação de uma das torres da LT na Caeira/Conde no Quilombo da Cambuta – Santo Amaro - BA 225
Figura 31: O negócio capitalista da eletricidade em escala global 235
Figura 32: Extensão das Linhas de Transmissão de Energia Elétrica - Brasil - 2014 a 2023 274
Figura 33: Expansão das Linhas de Transmissão de Energia Elétrica - Brasil - 2023 a 2028 275
Figura 34: Faixa de Servidão Administrativa (km^2) das Linhas de Transmissão de Energia Elétrica - Brasil 2014 a 2028 278
Figura 35: Agenda propositiva elaborada pelo FASE aos presidenciáveis - 2022 292
Figura 36: Reunião do FASE e associações do setor elétrico brasileiro 296
Figura 37: Consumo de energia elétrica nos setores da economia - Brasil 1970 a 2023 304

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Comunidades Quilombolas e Assentamentos de Reforma Agrária impactados pela LT Porto Sergipe-Sapeaçu 500 KV 50

Quadro 02: Sistematização de questões problematizadoras para pesquisa exploratória de campo 52

Quadro 03: Entidades do Sistema Integrado Nacional (SIN) junto ao Setor Elétrico Brasileiro (SEB) 140

Quadro 04: Sistematização das violações aos direitos humanos e territoriais nos megaprojetos energéticos da LT 500kv na Bahia e Sergipe e LT 230kv na Bahia 227

Quadro 05: Sistematização de experiências e tomadas de consciências coletivas frente a grandes projetos de desenvolvimento. 230

.

LISTA DE SIGLAS

ABDAN - Associação Brasileira para Desenvolvimento das Atividades Nucleares
ABDIB - Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base
ABEEÓLICA - Associação Brasileira de Energia Eólica
ABEGÁS - Associação Brasileira de Empresas de Gás
ABGD - Associação de Geração Distribuída
ABIAPE - Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia
ABRACE - Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres
ABRACEEL - Associação Brasileira de Consumidores Livres de Energia Elétrica
ABRAGET - Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas
ABRAPCH - Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas e Centrais Geradoras Hidrelétricas
ABRATE - Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica
ABSOLAR - Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica
ANACE - Associação Nacional dos Consumidores de Energia
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
APH - Aparelhos Privados de Hegemonia
APINE - Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia
BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAISO - California Independent System Operator
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CENACE - Centro Nacional de Controle de Energia
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
COGEN - Associação da Indústria de Cogeração de Energia
CPP – Conselho Pastoral de Pescadores e Pescadoras
CSG - China Southern Power Grid Co. Ltda
DPU - Defensoria Pública da União
ELETROS - Fundação Eletrobrás de Seguridade Social
ENANPEGE - Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
EPE - Empresa de Pesquisa Energética
FASE - Fórum de Associações do Setor Elétrico
FCT - Fórum de Comunidades Tradicionais
FMASE - Fórum de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Setor Elétrico
FMI - Fundo Monetário Internacional
GPD - Grandes Projetos de Desenvolvimento
GT - Grupo de Trabalho Conflitos Socioambientais
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IEA - Agência Internacional de Energia
IFBA - Instituto Federal da Bahia
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEMA - Instituto Estadual do Meio Ambiente
LABERUR/UFS - Laboratório de Estudos Urbanos e Rurais da Universidade Federal de Sergipe
LpT - Programa Luz para Todos
LT - Linha de Transmissão

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MEZ - Empresa MEZ Engenharia
META - Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral
MME - Ministério de Minas e Energia
MPF - Ministério Público Federal
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico
ONU - Organização das Nações Unidas
PEAC – Programa de Educação Ambiental em Comunidades Costeiras (PEAC-UFS)
PDE - Plano Decenal de Expansão de Energia
PIB - Produto Interno Bruto
PINERG - Projetos de Infraestrutura Energéticas
PNTE - Plano Nacional de Transição Energética
RAS - Relatório Ambiental Simplificado
RIMA - Relatório de Impacto ao Meio Ambiente
SEB - Setor Elétrico Brasileiro
SIN - Sistema Interligado Nacional
SPE - Sociedades de Propósitos Específicos
SPU - Superintendência de Patrimônio da União
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UGP/SE - Unidade de Gestão de Projeto / Secretaria-Executiva
UTE - Usina Termelétrica

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO E INTRODUÇÃO: "PERDIDO FICA PERGUNTANDO, VAI SÓ PROCURANDO E ACHA SEM SABER" 19

SEÇÃO 01 – DOS NERVOS DA LABUTA AOS CAMINHOS DA PESQUISA 27

CAPÍTULO 01 – GEOGRAFIA E ESTUDOS SOBRE ENERGIA: A PESQUISA EM SUAS ENCRUZILHADAS 32

CAPÍTULO 02 – PERTURBAÇÕES METODOLÓGICAS NAS TRAVESSIAS DA PESQUISA 39

CAPÍTULO 03 – DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA À GEOGRAFIA DO ELETRONEGÓCIO: PREMISSAS BÁSICAS E DESDOBRAMENTOS ANALÍTICOS 59

SEÇÃO 02 – OS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO NO BRASIL OU MAIS UMA FACETA "DO TACÃO DE FERRO"? 72

CAPÍTULO 04 – DESENVOLVIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO 73

CAPÍTULO 05 – CRISE DO CAPITAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO (SEB) 80

CAPÍTULO 06 – GEOGRAFIA, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A DISSUMULAÇÃO DO CAPITAL 90

CAPÍTULO 07 – A EXCENTRICIDADE DA ELETRICIDADE NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL 115

CAPÍTULO 08 – SEGURANÇA ENERGÉTICA PARA O CAPITAL: ELETRONEGÓCIO E O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO (SEB): UMA LEITURA GEOGRÁFICA 123

CAPÍTULO 09 – OS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA E A PESQUISA EM GEOGRAFIA NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO (SEB) 134

SEÇÃO 03 – TERRITÓRIO EM CONFLITO FRENTE AS LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA: "DA VIDA CHEIA DE ANIMOSIDADE À CENTELHA SEDIOSA DO FOGO" 142

CAPÍTULO 10 – MOBILIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS À IMPLANTAÇÃO DA LT PORTO DE SERGIPE – SAPEAÇU 500KV E DA LT FEIRA DE SANTANA – CAMAÇARI 230KV: UMA LEITURA GEOGRÁFICA NO ESTADO DA BAHIA 149

CAPÍTULO 11 – IMPACTOS DA LT 500KV PORTO SERGIPE – SAPEAÇU NO MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS E LARANJEIRAS, SERGIPE 197

CAPÍTULO 12 – A ARTICULAÇÃO DA RESISTÊNCIA QUILOMBOLA FRENTE À LT 500 KV E LT CAMAÇARI – SAPEAÇU 215

SEÇÃO 04: O NEGÓCIO DA ENERGIA ELÉTRICA: FINANCEIRIZAÇÃO E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL OU "OS VENTOS DOS NORTE – AINDA – MOVEM MOINHOS?" 231

CAPÍTULO 13 – O NEGÓCIO DA "TRANSAÇÃO ENERGÉTICA": COTEJAMENTOS SOBRE OS CASOS DO EGITO, JORDÂNIA, MARROCOS, SUDÃO E TUNÍSIA 236

CAPÍTULO 14 – APONTAMENTOS SOBRE O NEGÓCIO DA ELETRICIDADE NOS CASOS: ALEMANHA, AUSTRÁLIA E ÍNDIA 245

CAPÍTULO 15 – MEGAPROJETOS, TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E O NEGÓCIO DA ELETRICIDADE NO MÉXICO 249

SEÇÃO 05: O ELETRONEGÓCIO E A QUESTÃO ENERGÉTICA: DESCAMINHOS DE UMA PRETENSA GEOGRAFIA DA ENERGIA? 259

CAPÍTULO 16 – O CAPITAL IMPERIALISMO E A ATUAÇÃO DOS ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS NA QUESTÃO ENERGÉTICA 264

CAPÍTULO 17 – O NEGÓCIO DA ELETRICIDADE: A ATUAÇÃO DO FÓRUM DE ASSOCIAÇÕES DO SETOR ELÉTRICO NO BRASIL 279

CAPÍTULO 18 – O ELETRONEGÓCIO COMO CONCEITO CHAVE PARA A GEOGRAFIA NO SÉCULO XXI: UMA SEGURANÇA ENERGÉTICA PARA O CAPITAL? 297

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DOS ENCALÇOS TRÔPEGOS AOS DESENLACES POSSÍVEIS NO TEMPO-ESPAÇO CONTRADITÓRIO 310

DESENLACE/EPÍLOGO: "NOSSO TERRITÓRIO FOI TRANSFORMADO NUM ELETRONEGÓCIO" 327

REFERÊNCIAS 330

ANEXOS 347

APRESENTAÇÃO E INTRODUÇÃO
“PERDIDO FICA PERGUNTANDO, VAI SÓ PROCURANDO E ACHA SEM SABER”

EM LUTA NO REAL*
Da realidade concreta
Emerge a vida correta
Repleta de diversidade
Na luta de verdade

A planilha do poder
Rasga o coração sem conter
O sangue derramado do viver
No enfrentamento do saber

Da educação à mineração
O projeto é a escravidão
Na lógica da reprodução
O capital produz devastação

Ave céus e terra
Com ancestral a vida é regra
No território livre
A energia da vida se reverbera

Respeitem nosso povo
Aqui se faz luta de novo
Na vida real com ação
Contra o racismo da violação
* Henrique Oliveira de Andrade

Esta tese de doutoramento em primeira instância se configura como a materialidade da defesa do direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade, de modo que sua intencionalidade emerge na produção de um estudo que possa intervir para a sociedade e também discutir temas hodiernos que se vinculam às práticas cotidianas que, por conta do processo de aparência direta, camuflam questões contraditórias e conflitivas da realidade concreta em suas diversas escalas. A imagem que abre esse texto de tese é do brilhante Jean Galvão, a qual também demarca o território das contradições que permeiam essa pesquisa de doutoramento.

Nesse sentido, enquanto advindo da classe trabalhadora, mais precisamente da educação, essa tese revisa, incorpora, tem como suporte um conjunto diverso de teorias e autores; e a partir da articulação destas com o empírico, foram dimensionados processos metodológicos rigorosos e inovadores, que assumiram uma manifestação da práxis transformadora que levou à formular o conceito de Eletronegócio como chave analítica para explicar o problema.

Diante disso, primamos por desvelar as condicionantes do Capital, Estado e Espaço Geográfico e, apresentar de forma reflexiva os aspectos da realidade concreta que

embasados nas contradições, produzem a apreensão da realidade de forma multifacetada. Prima-se também pela compreensão da totalidade no contexto da produção capitalista do espaço (Harvey, 2005) como centro da abordagem geográfica hodiernamente e que, no intuito de constituir um leque de questões orientadoras, ancora-se no território, compreendido à vista do conflito, qual seja, o jogo capitalista da luta de classes sociais.

Dito isso, o território apreendido em suas especificidades, é compreendido como totalidade e dessa forma, intenta-se por meio dos emaranhados processuais da lógica capitalista de produção, analisar o território dominado pelo capital e por conseguinte as formas de reprodução deste no contexto geográfico.

A pesquisa em tela, parte da necessidade de estudos aprofundados quanto à territorialização do capital e à produção do espaço com vistas à compreensão acerca dos conflitos territoriais relacionados com a implantação de linhas de transmissão de energia. Relaciona-se diretamente com a dissimulação do capital mediante a apropriação discursiva das políticas públicas de segurança energética, engendradas pelo estado brasileiro como forma de potencialização da acumulação de capital por parte de conglomerados internacionais/nacionais de especulação ligadas ao negócio da energia elétrica.

A problemática da pesquisa, emerge da constituição (por demanda e pressão popular), do Grupo de Trabalho Conflitos Socioambientais (GT) que foi concebido no sentido de promover a ação coletiva de assessoria técnica popular junto às comunidades quilombolas e camponesas impactadas pelas linhas de transmissão no município de Feira de Santana e Antônio Cardoso na Bahia. Tal processo, envolveu o Instituto Federal da Bahia – IFBA, a Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS e a Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB.

Ao longo de aproximadamente sete anos (2019-2026), o GT engendrou um conjunto de atividades[1] nos territórios atingidos pelas respectivas linhas de transmissão de energia, no sentido de assessorar e construir conhecimento qualificado e caminhos de luta frente à obra e junto ao poder público, sob a ótica da extensão popular e da pesquisa participante. Nesse sentido, o GT, fundamentou-se na multi-institucionalidade e transdisciplinaridade. calcado na educação popular de Paulo Freire (1987), quais sejam: Assessoria técnica popular – como serviços especializados voltados às populações vulneráveis, a extensão popular – enquanto processos educativos que buscam aproximar

[1] O item epílogo desta tese, é possível observar algumas referências históricas deste processo, à luz das comunidades.

conhecimentos científicos e saberes populares, e a pesquisa participante – um método de investigação com a comunidade, não sobre a comunidade.

Esta pesquisa origina-se dos questionamentos e articulações formulados desde baixo, pelo conjunto das organizações dos trabalhadores rurais e comunidades quilombolas nos municípios de Feira de Santana e Antônio Cardoso na Bahia, para enfrentar a conflitualidade decorrente da implantação a partir de 2019, das Linhas de Transmissão (LT) Porto Sergipe-Sapeaçu 500kv e da LT Feira de Santana-Camaçari 230kv.

Este estudo insere-se na necessidade de elaboração de conhecimentos técnico-científicos que valorizem a subsidiem o protagonismo das comunidades tradicionais, quilombolas diante dos enfrentamentos ao capital e na defesa do território. Ao situar-se deste lado da realidade, a pesquisa desnuda as estratégias de acumulação e apropriação da natureza por parte do capital, especialmente dos agentes hegemônicos dos ramos elétrico e financeiro.

No sentido da pesquisa, desenvolveu-se trazendo consigo os desdobramentos acadêmicos e a necessidade de continuidade dos estudos que culminaram na construção coletiva deste projeto de pesquisa, na aprovação deste pesquisador no Doutorado em Geografia da UFS em 2020.2, com ingresso em 2021, e a construção em colaboração direta com as organizações dos trabalhadores, comunidades quilombolas e rurais, da vivência acadêmica ao longo do doutorado entre os anos de 2021 e 2025, materializado enquanto tese de doutorado em Geografia, submetido ao Programa de Pós-graduação em Geografia.

Este estudo de tese de doutoramento é a materialização da produção coletiva e participativa, com o devido rigor teórico, conceitual e metodológico, haja vista que as etapas executadas e planejadas foram fruto de amplo processo de envolvimento com os movimentos sociais e populares desde a concepção da pesquisa até os resultados alcançados, sejam eles teóricos e empíricos. Cumpre destacar a potencialidade premente desta pesquisa considerando o período de realização do Doutorado Sanduiche, entre os meses de abril a julho de 2024, no qual foi possível correlacionar a literatura, bem como as experiências na escala latino-americana com grupos de pesquisa e coletivos de organizações que atuam no enfrentamento aos megaprojetos. Salienta-se que a imersão no território mexicano, ampliou consideravelmente o repertório cultural, científico e humano, contribuindo para articular processos de pesquisa e luta política.

Vale ressaltar que, a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a participação e a militância assumem novos sentidos na produção de um conhecimento popular e crítico, comprometido com a defesa da ciência como patrimônio nacional, direito dos povos e instrumento voltado às necessidades da classe trabalhadora. Compreendemos, assim, a produção científica como prática social capaz de contribuir para a interpretação e transformação das questões que atravessam a vida coletiva, tendo na práxis social, conforme Triviños (1987), o critério de verdade no materialismo histórico-dialético. Nessa direção, defendemos uma Geografia de caráter social e político, comprometida com a análise crítica das dimensões ambiental, cultural, tecnológica, espacial e territorial da realidade.

Tal perspectiva possibilita a construção de novas sensibilidades, consciências e materialidades vinculadas ao enfrentamento das relações de exploração e à constituição da liberdade como sentido da vida, conforme Iasi (2011). Entendida como construção histórica e coletiva, a emancipação humana emerge das contradições sociais e da tomada de consciência diante das determinações do Estado burguês e da sociedade capitalista. Essa compreensão manifesta-se nas experiências de comunidades e povos tradicionais submetidos à expropriação, mas que constroem formas de resistência e disputam seus espaços de existência. Tais ações expressam o confronto entre diferentes projetos de sociedade, formas de apropriação da natureza e modos de produzir e reproduzir a vida, fazendo da busca pela liberdade uma dimensão fundamental da práxis e da transformação social.

Respaldado na célebre obra de Moreira (1982), na qual o analisa as interrelações entre concreto-abstrato, espaço-tempo e continuidade-descontinuidade na produção do espaço geográfico, a Geografia aqui é compreendida sob a égide da democracia, partilha e liberdade, ou seja, intenta-se produzir um estudo que desvele a reprodução do espaço da miséria, as problemáticas vinculadas à produção do espaço relacionada à energia elétrica, os conflitos territoriais, a atuação dos aparelhos privados de hegemonia em suas diversas escalas, bem como a financeirização da natureza e seus desdobramentos nos condicionantes de políticas públicas de segurança energética que aprisionam a sociedade, o espaço e o território aos anseios e dissimulações do sistema sociometabólico do capital.

Para este estudo geográfico, a compreensão acerca da implantação das linhas de transmissão de energia é vista como uma ação que engendra diretamente a produção de conflitos territoriais, desencadeando processos complexos e contraditórios, associados diretamente à territorialização do capital. Destacamos que por meio da ação dos grandes

projetos de desenvolvimento no setor enérgico, associado à ação do Estado no contexto da segurança energética, possibilitam diversas violações no território das comunidades e produzindo a conflitualidade relacionada à implantação das linhas de transmissão de energia.

A conceituação do Eletronegócio a partir de tais vinculações, torna-se possível através da literatura geográfica mexicana e brasileira, com destaque às leituras no bojo da questão agrária e das análises sobre a implantação dos megaprojetos energéticos. É importante salientar as interrelações dos coletivos de defesa do território protagonizados por comunidades indígenas e camponesas que, imersas no ideário da revolução mexicana do século XX, nutrem ações e estratégias de ampliação da base popular em defesa da vida e contra a destrutibilidade conduzida pelos emaranhados corporativos do capital.

O Eletronegócio é fruto do desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos, no qual a energia elétrica é essencial para os setores produtivos e vista como uma dádiva civilizatória para a classe trabalhadora. Tal dinâmica, enfocada na expansão do capital sob o viés da acumulação e extração de mais valor, manifesta-se diretamente na produção capitalista do espaço sob a forma de produção-circulação-consumo de energia dos centros de produção à lógica coisificada do consumo.

O Eletronegócio exige infraestrutura, objetos técnicos (Santos, 1996), como o dimensionamento espacial das LTs e esse processo de expansão e a implementação de empreendimentos energéticos desdobra-se numa multiplicidade de impactos e de conflitualidades. Vale destacar que a parafernália das linhas de transmissão, converte-se num conjunto de torres de metal, cabos condutores nus, sapatas de concreto, cadeias de isoladores, acessórios de linha de proteção, transformadores e subestações de eletricidade.

No bojo desse processo, são inúmeros os impactos produzidos, dentre os quais ressalto neste trecho as expropriações territoriais de populações do campo, acirrando a conflitualidade e a questão agrária, processos que em conjunto moldam o espaço geográfico à luz dos interesses do capital. Ao remover comunidades, alterar paisagens e priorizar a infraestrutura para o capital produtivo (suportado pelo capital especulativo), verifica-se uma dinâmica destrutiva que reforça as desigualdades socioespaciais.

Com base em santos (2003), a integração espacial, por meio do circuito territorial da produção-consumo desse processo transescalar, remete diretamente à lógica da acumulação por meio do Eletronegócio no território, haja vista que, tal processo significa a maneira que o sistema capitalista unifica, subordina e controla os territórios, operando sob uma lógica de força e dominação. Enquanto na antípoda, também inseridas em lógica

similar, convivem com a produção do espaço relacionada à marginalização e expropriação tornando-se palco tenebroso de conflitos. Ou seja, é a materialidade contraditória da reprodução do espaço da miséria, conforme assevera Conceição (2005).

O espaço não é um palco neutro, mas sim, conforme aponta Lefebvre (2008) é produzido pelas relações sociais de produção e expressa a continuidade e aprofundamento a partir da reprodução das relações sociais de produção. Isto posto, o espaço é ativamente produzido pelas pela busca por acumulação de capital, gerando hierarquias e disparidades espaciais e sociais. Dito isso, a produção capitalista do espaço no contexto do Eletronegócio, propicia a autovalorização do valor, tendo a eletricidade no centro do processo de extração de mais valor e, dessa forma promove a reconfiguração desigual do espaço sob a égide do ideário neoliberal nos países periféricos como o Brasil.

Ao analisar a problemática buscamos, também, enfatizar sua manifestação nas regiões brasileiras, com vistas a apreender uma leitura de conjunto nacional brasileiro a partir das diferentes manifestações do território em conflito, decorrente da articulação Estado – Capital para a apropriação privada da natureza. Abordamos os meandros jurídico-normativos escrutinado as alterações legislativas, portarias e decretos que visam desregulamentar os projetos de infraestrutura energética, e, assim, favorecer a extração de mais valor. No intuito de desvelar a territorialização do capital, as resistências e a conflitualidade, adotamos a cartografia crítica, fotografias, diagramas, quadros, tabelas e poesias, com vistas a explicitar o território em conflito.

Este texto está organizado em cinco seções, antecedido desta apresentação e sucedido pela introdução e considerações finais, epílogo, referências e anexos. A seção 01 tem foco na discussão dos aspectos gerais da pesquisa, a problematização, objetivos, justificativa e ao fim a apresentação da proposta de tese. Nesta seção está o tronco analítico ancorado nos aspectos teóricos e metodológicos, com ênfase na dimensão do método, procedimentos e técnicas de pesquisa.

A seção 02 discute a operacionalidade dos Grandes Projetos de Desenvolvimento Energéticos no Brasil, no contexto da crise estrutural, as políticas públicas de energia e a égide da segurança energética para o capital. Nessa etapa, exercita-se uma leitura de escala nacional, visto a coexistência de uma amplitude de megaprojetos energéticos em diferentes especialidades, conotações e territorialidades. Nesse sentido, optou-se pela análise do desenvolvimento desigual e combinado e as relações com as categorias natureza e território, galgando a busca pela compreensão da totalidade do sistema sociometabólico do capital na produção capitalista do espaço.

Assim, objetivamos demonstrar como o capital, sua engenharia societal e a forma política do Estado são ferramentas para acumulação de capital no setor de energia elétrica. E, compreender como este processo dinamiza-se sob a batuta da coexistência estrutural de entidades e organizações da classe dominante brasileira e internacional. Tal dimensão é materializada na construção de políticas públicas e na tomada de decisões frente o Sistema Integrado Nacional (SIN), componente do Setor Elétrico Brasileiro (SEB). Tais organizações, compreendidas como aparelhos privados de hegemonia, se consolidam no Fórum de Associações do Setor Elétrico (FASE).

A seção 03 debate a produção do espaço, a territorialização do capital e a problemática das linhas de transmissão de energia enquanto infraestrutura do capital que produz conflitos territoriais. Nesse sentido, são problematizadas as questões relacionadas ao processo de implantação de linhas de transmissão de energia (LTE) entre os estados da Bahia e Sergipe, no período compreendido entre os anos de 2019 a 2025. Realizamos o levantamento e a análise documental, bibliográfica com subsídios ao aprofundamento da pesquisa participante nas comunidades camponesas e quilombolas impactadas diretamente pelas LTE. Assim, analisa-se a dissimulação do capital e as inter-relações com as ações do Estado por meio de implementação de infraestruturas de energia que produzem conflitos territoriais, a expropriação de comunidades e diversos impactos ambientais, sob a égide da segurança energética, que acirram a questão agrária contemporânea.

Na seção 04, a eletricidade, em seus processos articulados de produção, circulação e consumo, são alçadas ao patamar da fetichização por meio do ideário neoliberal da privatização e concentração dos recursos no poderio de conglomerados empresariais em escala internacional. Dito isso, analisamos o processo em escala global, avaliando a dinâmica da energia elétrica, em sua faceta de fetichização, a financeirização e os desdobramentos do negócio da eletricidade em diversos países, tais como na região árabe africana (Egito, Jordânia, Marrocos, Tunísia e Sudão), na Alemanha, Índia, Austrália e no México. Tal análise está conectada aos processos do desenvolvimento desigual e combinado e à produção capitalista do espaço protagonizada pelas estratégias da "transação energética" em suas interconexões contraditórias com as formas de acumulação do capital mediados pela apropriação privada da natureza.

A seção 05, tendo em vista os processos contraditórios da esfera expansiva do capital em sua ordem sociometabólica, analisamos as mediações relacionadas à categorização do Eletronegócio, abarcando as avaliações críticas no bojo do avanço do

capital imperialismo, tomando como referência teórica os aparelhos privados de hegemonia de Gramsci (2007), materializado na atuação do Fórum de Associações do Setor Elétrico.

Dito isso, analisa-se os processos referentes à fetichização da energia elétrica e os rebatimentos na produção capitalista do espaço, reforçado pelo desenvolvimento desigual e combinado, bem como com a apropriação privada da natureza por meio da energia elétrica no bojo das expropriações. Diante de tais problemáticas, discutimos os processos de acumulação de capital e as dimensões de fetichização da energia elétrica, a partir do arcabouço teórico da renda da vida (Bartra, 2006).

Por fim, as considerações finais apresentarão os aspectos centrais acerca da utilização do método, dos procedimentos e das técnicas de pesquisa, atestando sua aplicabilidade e as intercorrências decorrentes do estudo científico. Intenta-se, nesse sentido, analisar o rigor teórico apresentado e a constituição de aplicabilidades no sentido da crítica assentada às dimensões das categorias e conceitos básicos, tais como Estado, Capital, Natureza, Espaço e Território. A tese do território em conflito, atrelada às intencionalidades do sistema sociometabólico do capital, confirma-se por meio da produção capitalista do espaço, que produz expropriações e conflitos de classe no território, associados ao ideário da natureza e da energia fetichizadas sob o prisma da acumulação de capital e da reprodução do espaço da miséria, qual seja diametralmente oposto às comunidades expropriadas.

A reprodução imediata de tais processos condiz com a produção capitalista do espaço que, sob a égide do desenvolvimento desigual e combinado e da dissimulação das políticas públicas, conduz à segurança energética para o capital, ou seja, ao Eletronegócio, que, por condicionantes sistêmicos, desencadeia o território eletroenergético enquanto territorialização do capital e os multifacetados Eletroterritórios, quais sejam, os territórios de comunidades camponesas e quilombolas impactados pelos grandes projetos de desenvolvimento energéticos (GPDE), na escala das linhas de transmissão de energia.

Para descortinar tal processo, faz-se necessário o engendramento da Geografia da Soberania Energética como ponto focal estratégico de desvinculação da lógica do capital, por meio da crítica à Geografia fetichizada pelo capitalismo, centrando esforços na essência dos problemas e não na aparência de soluções emaranhadas de intencionalidades da classe dominante, com suas artimanhas executadas e programadas pelo Estado e pelo capital financeiro.

SEÇÃO 01 – DOS NERVOS DA LABUTA AOS CAMINHOS DA PESQUISA

PELA ESCOLA DA LIBERDADE*

Lá pelas bandas baianas e sergipanas
Tem gente que está em luta
Com marisqueira e quilombola
O povo da pesca, do campo e da cidade
Se juntaram num fórum
Por terra, território e liberdade

Defendem os povos e a felicidade
Com endereço de vida
Na escola da luta de verdade
O mar, o rio e a terra
São sentidos da vitória
Agora se fazem Teia na luta por liberdade

O inimigo é o capital
Que expulsa e mata
Tem o racismo que explora
E o dinheiro com usura
Que destrói o território
Do povo em liberdade

Do litoral ao sertão
Terá luta com as mãos
Do mar ao rio
Com muito desafio
A vitória sem vaidade
Na briga por liberdade

A luta é por direitos
Pelo território em comunidade
Por festa, trabalho e pão
Com terra e água de verdade
Salve os povos e a vida
Na escola da liberdade

* Henrique Oliveira de Andrade

Na sociedade capitalista, as questões relacionadas aos processos de produção, transmissão e distribuição da energia estão associados diretamente à falácia da energia como meramente sua utilização enquanto energia elétrica. Contudo, no processo de produção capitalista do espaço geográfico há o engendramento da dimensão relacional entre Estado-Capital-Trabalho. Nesse sentido, cabe a reflexão crítica no contexto dos estudos geográficos que prime por explicitar as múltiplas determinações da energia como elemento apropriado pelo capital, não mais como grandeza física, ou como natureza, mas sim, como mercadoria do processo de reprodução do capital.

A energia elétrica, normalmente relacionada ao uso e desenvolvimento da sociedade mundial, representa, ao nível da aparência, as diversas possibilidades de qualidade de vida, porém ao nível da essência caracteriza uma dinâmica de engendramento do sistema sociometabólico do capital em sua forma voraz e com opulência de efetivação dos seus interesses expansivos, no sentido da totalidade, no bojo e função motriz na modernidade, no modo de produção capitalista. Nesse sentido, apregoamos tais reflexões fundamentadas em Foster (2022), o qual analisa a ruptura metabólica relacionando natureza, capitalismo e a financeirização.

Diante de tal quadro, o modo de produção capitalista por meio da sua conformação em classes, associado à predominância da burguesia e sua condição de condutora das questões relacionadas às ações do Estado, produz a condicionante da exploração da classe trabalhadora historicamente. Partimos do questionamento de que o processo de expansão do capital conduziu a dimensão da energia como parte do seu processo de reprodução, seja como mola propulsora para a falácia do desenvolvimento e progresso do capitalismo, na forma concreta de apropriação da natureza ou nas prisões humanas das metanarrativas da fetichização da vida.

Ou seja, a energia, enquanto grandeza física relacionada ao trabalho e sua faceta da energia elétrica, como fração associada ao movimento das partículas, ou seja, uma fonte energética, tornou-se elemento direto de apropriação do trabalho social, sob a falácia fantasmagórica da dimensão da energia elétrica como direito social. Porém, em seu submundo autorreprodutivo e expansivo, passou a ser questão central para a ampliação e exploração das forças produtivas, sob a égide da alienação galgada como inclusão social por meio da energia.

Outro aspecto necessário é a análise acerca da ampliação dos tentáculos da burguesia nacional e internacional no momento histórico de “criação” da energia elétrica, subjugando as frações da sociedade que produzem valor e a classe trabalhadora por meio do trabalho. Tal metamorfoseamento da energia está entranhada nas lógicas de transformação e adaptação do sistema do capital aos contextos históricos de crise sistemáticas.

A questão da energia movimentou as transformações da Terra, vista nesse sentido como dimensão física, seja ela eletromagnética ou geotérmica. Ressalta-se nesse processo todo o dimensionamento da evolução terrestre, aqui compreendida não no sentido naturalista, mas sim como processo de ciclos de transformações planetárias. Nesse sentido, o avanço dos processos naturais, são dinamizados pelo advento da humanidade

(homo sapiens sapiens) como já comprovado em diversos estudos arqueológicos, com a ocorrência de processos civilizatórios em escala global. Diante de tais questões, nos perguntamos acerca do processo de irrupção e/ou alteração na dimensão vista apenas como natural, mas como humana em sociedade.

A "descoberta" do fogo demarca um momento histórico de virada no olhar e na interrelação do humano com a natureza, até então integrados e posteriormente demarcados pela superioridade da técnica. Ao longo do desenvolvimento da sociedade, e por conseguinte de seus modos de produção, a energia se tornou central para o processo de apropriação da natureza, seja como forma de deslocamento de populações e rebanhos, ou no processo industrial e também na produção de energia a partir do movimento para retrabalho potencial e cinético, tanto que a origem etimológica da palavra energia, em grego está associada à trabalho.

Duran e Reyes (2014) analisam o desenvolvimento da sociedade e centralidade da energia nos processos de transformações espaciais, produtivas e socioeconômicas. Apontam também as problemáticas do século XXI e a necessidade de adaptação dos sistemas produtivos tendo em vista a crise civilizatória e seus desdobramentos nas formas e potenciais de energia para sustentação do modelo capitalista de produção.

A presente pesquisa busca analisar o processo de apropriação da natureza, sob a ótica da energia e a dinâmica burguesa de consolidação do capital por intermédio da produção capitalista do espaço, associando às questões relacionadas aos Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPD) ou megaprojetos engendrados pelo capital. As linhas de transmissão de energia elétrica serão os focos analíticos junto aos desdobramentos no território em conflito sob a égide dos interesses capitalistas de acumulação de capital.

Para tanto, ancora-se nas interfaces de compreensão da apropriação capitalista da natureza em confrontação, haja vista que o conflito é compreendido como o estado de enfrentamento entre classes opostas materializado no território, sendo esta antípoda à lógica da luta de classes enfatizadas pelas comunidades quilombolas e camponesas que historicamente defendem e se reproduzem no território, que em conflito questionam o modelo de desenvolvimento centrado da superexploração da natureza.

Nesse bojo, o discurso da segurança energética, propalado tanto pelos estados nacionais, bem como pelos grupos capitalistas do setor da energia, assume corpo no dimensionamento de políticas públicas subjugadoras da natureza, do trabalho e do território vinculadas aos interesses de reprodução ampliada do capital. Tal discurso consta materializado em documentos institucionais, tais como leis, decretos, políticas públicas,

bem como é engendrado por setores da mídia burguesa amealhados por interesses corporativos, porém metamorfoseados por estratégias de garantia do apoio popular.

A segurança energética se apresenta nesse sentido como a faceta do discurso do Estado a partir da linguagem institucional das políticas públicas como a dimensão de gerência do capital sobre as forças produtivas no âmbito da energia, caracterizando o impacto direto da classe dominante sobre a classe trabalhadora. A ideologia em Iasi (2011) atua nesse sentido diretamente como aparelho de reprodução ampliada do capital, a partir da dissimulação deste na condução coercitiva do trabalho pelo capital sob a batuta do Estado.

Nas trilhas da pesquisa acerca da inter-relação entre a energia, o trabalho e a renda capitalista, é importante frisar nas palavras de Grespan (2021), alçado à lógica marxista, que a exploração da natureza e do trabalho constitui as bases da reprodução do capital e, para tanto, implica o aprisionamento destes à dinâmica do fetichismo. Conforme aponta o autor: “o fetichismo se define como o poder das representações em comandar o trabalho e a vida”.

O capital em crise estrutural (Meszaros, 2009) engendra artimanhas na sociedade com o fetiche da energia, que diretamente representa os interesses de setores da burguesia nacional e internacional no sentido de aprisionar a natureza e o trabalho aos interesses do capitalismo dependente periférico brasileiro. Diante disso, o fetichismo da energia se converte em prisão para o pleno desenvolvimento dos meios de produção. A imersão social na forma da produção e consumo insere a classe trabalhadora no circuito da reprodução do capital, tendo a energia elétrica papel fundante nesse processo.

Nesse sentido, o fetichismo da energia constitui parte da ideologia do capital que conduz a geração de ideias desvinculadas da realidade e gerando a inversão do real atrelada aos fenômenos da aparência da inclusão da sociedade no mundo do capital, porém, desvinculando a essência de exploração. São exemplos desse processo, a apologia à energia elétrica como atrelada à lógica da melhoria das condições de vida, a defesa da necessidade de expansão constante do setor elétrico atrelando-o à qualidade de vida e a dimensão da energia elétrica como elemento delimitador da sociabilidade humana da modernidade.

Portanto, a energia no contexto do capital e seus desdobramentos na forma de energia elétrica constituem-se, segundo Grespan (2021), Iasi (2011) e Netto (1981), na formatação concreta de alienação, fetichismo e ideologia e tal tríade configura e potencializa a produção do espaço sob a égide dos interesses capitalistas. Os conflitos

territoriais e o território em conflito se configuram como a materialidade dinâmica da luta de classes nos países periféricos e dessa forma produzem a inter-relação entre Estado-Capital-Trabalho.

Nesses termos, apontaremos a seguir, em três capítulos articulados, as trilhas da pesquisa em suas encruzilhadas geográficas, bem como as questões problematizadoras, os objetivos, a justificativa, a tese proposta e a discussão metodológica. acerca da leitura da questão agrária no contexto da Geografia do Eletronegócio

Com o objetivo de avançar na leitura teórica que transcenda a dimensão da simples aparência e caminhe para descortinar a essência, visto que nosso estudo busca avançar em leituras com base na totalidade da realidade concreta, sendo diretamente a travessia teórico-metodológica que galgue o percurso da ciência geográfica e apresente à sociedade um estudo com base em categorias que de fato descortinem a realidade em sua caracterização mais travestida, qual seja a da dissimulação do capital na reprodução do espaço da miséria.

Dessa forma, questionamos os princípios teóricos que vislumbrem discutir as matrizes teóricas que não incidam na realidade e que de forma antagônica constituem-se como negação da luta de classes e do aparato reprodutor do capital em sua visão fantasmagórica de autoexpansão. Assim, adotamos a possibilidade de compreender a dimensão da produção capitalista do espaço para além de elementos narrativos e/ou fenomenológicos, partindo de questões desbravadoras da realidade em sua potência contraditória e da totalidade.

No caminho contraditório da pesquisa em questão, partimos das problemáticas referentes aos conflitos territoriais relacionados à implantação de linhas de transmissão de energia, porém, com o objetivo central de desdobrar as leituras da realidade, fez-se necessário avançar ao conjunto de outras conflitualidades relacionadas com as LT’s não mais apenas com a Porto Sergipe-Sapeaçu, mas sim em outras dimensões de problemáticas conflitivas em outras escalas.

Portanto, foi o alargamento do olhar em bases críticas que possibilitou a compreensão de totalidade das estruturas capitalistas autoexpansivas das linhas de transmissão no contexto da reprodução do capital, sob a ótica da segurança energética. Essa categoria alargou o ponto de vista para a coluna vertebral do sistema elétrico nacional como condicionante direto da sociabilidade do capital no Brasil de forma que com comparativo da realidade latino-americana foi possível apreender a realidade em sua totalidade e observar que as linhas de transmissão consistem em infraestruturas dos

Grandes Projetos ditos de desenvolvimento e progresso, os quais executam a tarefa de reproduzir os emaranhados poderes da financeirização da economia, agora atuando na financeirização da natureza e com seus tentáculos no setor energético nacional.

CAPÍTULO 01 - GEOGRAFIA E ESTUDOS SOBRE ENERGIA: A PESQUISA EM SUAS ENCRUZILHADAS

Dentro de um quadro contraditório, relacionam-se diretamente o fetichismo da energia, a apropriação capitalista da natureza, a territorialização de conflitos, bem como as mediações relacionadas com a segurança energética. Enquanto **questões de pesquisa**, esse processo está atrelado diretamente à crítica da dimensão da segurança energética e o arcabouço jurídico condicionado por políticas públicas no setor da energia que contraditoriamente desencadeiam processos de acumulação de capital.

Por outro lado, relaciona-se com a ação do Estado enquanto intermediador da expansão capitalista e também da ação desenfreada e especulativa dos agentes do capital, materializados em diversas empresas de capital aberto no mercado financeiro que potencializam a territorialização do capital por intermédio dos leilões de energia gerenciados pela Aneel.

Nesse sentido, tem-se como premissa analítica a conceituação por parte da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) em seus documentos institucionais, tais como o Plano Nacional de Energia (PNE) e o Plano Decenal de Energia (PDE), tratando a segurança energética como "o adequado suprimento de energia necessário, a preços razoáveis e estáveis, para o seu desenvolvimento econômico sustentável". Dito isso, tal definição funda-se ao discurso do estado brasileiro quanto ao regime de expansão de megaestruturas de geração-transmissão-distribuição de energia elétrica e que ocasiona diversos conflitos territoriais.

Nesse sentido, questionamos de forma crítica as seguintes problemáticas:

1 - De que forma o capital, por meio dos GPD (Grandes Projetos de Desenvolvimento), conforma o processo de expropriação e a apropriação capitalista da natureza?;

2 – Quais estratégias os GPD, através dos arranjos institucionais e normativos do Estado-Capital atrelados aos aparelhos privados de hegemonia, promovem o território em conflito, impactando diretamente nos territórios quilombolas e comunidades camponesas?;

3 - Como as linhas de transmissão de energia se convertem em territórios expropriados dos povos quilombolas e camponeses por meio das violações e violências estatais dos GPD?;

4 - Como se dão os conflitos territoriais por meio da ideologia da segurança energética no negócio da energia elétrica quanto ao avanço do capital nos territórios quilombolas e camponeses em contraposição ao processo de expropriação capitalista?

O percurso acadêmico que culmina na problematização das linhas de transmissão de energia como entes da produção capitalista do espaço por meio da conformação de conflitos territoriais é parte central da análise geográfica em questão. Dessa forma, a problemática centra esforços a fim de desvelar como a expansão do capital potencializa a expropriação territorial em suas múltiplas especificidades e determinações.

Para este estudo geográfico, a compreensão acerca da implantação das linhas de transmissão de energia é vista como uma ação que engendra diretamente a produção de conflitos territoriais, desencadeando processos complexos e contraditórios, no campo e na cidade, associados diretamente à territorialização do capital por meio da ação dos grandes projetos de desenvolvimento no setor enérgico, que, associado à ação estatal da segurança energética possibilita diversas violações nas comunidades e no território, em suas diversas escalas, produzindo o território em conflito das linhas de transmissão de energia.

Para tanto, o método do materialismo histórico dialético é central como forma de descortinar a aparência e seguir a essência dos processos em suas múltiplas determinações e para tanto parte-se da pesquisa participativa para corroborar com a abordagem e a análise das mediações geográficas relacionadas à dimensão do território em conflito e os conflitos territoriais relacionados à falácia da segurança energética para o capital. Ancoramo-nos metodologicamente em Guiarraca (2006) acerca das potencialidades da investigação militante e as experiências de luta desde baixo.

Diante disso, o **objetivo geral** da pesquisa está centrado em analisar os processos contraditórios de expansão do sistema sociometabólico do capitalismo e suas repercussões na constituição do Eletronegócio no bojo dos conflitos territoriais relacionados ao negócio da energia no Setor Elétrico Brasileiro, tendo como ponto de partida as Linhas de Transmissão de Energia. Como desdobramentos da pesquisa em outras dimensões, apresentamos os seguintes **objetivos específicos**, 1- Desvelar as contradições do discurso da segurança energética para o capital e seus desdobramentos

territoriais, institucionais e normativos; 2- Categorizar as linhas de transmissão de energia como parte do processo dos Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPD) e suas relações com as violações e violências no campo, com foco nos territórios quilombolas e camponeses; 3- Compreender os processos de expropriação e apropriação da natureza por meio da instalação de linhas de transmissão de energia, descortinando assim as interrelações entre Estado e Capital no contexto das políticas públicas a partir dos aparelhos privados de hegemonia (Fórum de Associações do Setor Elétrico (FASE); 4- Avaliar a ideologia da segurança energética no bojo do negócio da energia e suas conexões tanto com a produção capitalista do espaço, quanto com a expansão da expropriação nos territórios quilombolas e camponeses.

Nesses termos, a **justificava** deste estudo de doutoramento possibilita a imersão no ambiente da pesquisa por um viés crítico e reflexivo e, politicamente, possibilita exprimir o processo de luta de classes e também a inserção da Geografia no processo de análise de conflitos territoriais em ascensão por meio da expansão capitalista. Ademais, condiciona a realização de um estudo com apoio interdisciplinar associado à Geografia, História, Engenharias, Linguagens, Direito dentre outras, por meio do Laboratório de Estudos Urbanos e Rurais (Laberur-UFS), o GT Conflitos Socioambientais, o Grupo de Pesquisa Muanzi e o Grupo de Estudos Quilombos e Periferias, os quais possuem centralidade no conjunto das análises e reflexões acerca dos territórios quilombolas e suas múltiplas relações com a questão agrária.

Ainda nesse cenário, esta pesquisa permitirá o aprofundamento teórico-metodológico no contexto da expansão capitalista, das violações dos direitos humanos e a crítica à segurança energética para o capital. Potencializará também estudos que levam em conta o tripé ensino, pesquisa e extensão como suporte para construções teóricas e práticas dinamizadas pelas vivências e contradições do/no campo.

O processo de pesquisa é árduo e a reflexão teórica aprofundada é uma missão objetiva a ser cumprida, visto a grande complexidade em produzir algo inédito e de relevância acadêmica, científica e social. Assim, destaca-se o processo de alargamento do olhar do pesquisador para as contradições no contexto das ciências, a compreensão da totalidade e o papel do pesquisador e da pesquisa de desbravar a realidade concreta e buscar sempre dissecá-la quanto aos seus agentes, processos, determinantes e determinações no contexto emancipador do conhecimento respondendo às perguntas:
o quê?, onde?, como?, quando?, quanto?, como?, quem? e por quê?.

No que tange à dimensão pessoal, a investigação caracteriza-se pelo aprofundamento do/no percurso formativo do educador/pesquisador/extensionista/militante atravessado pelas causas sociais que permeiam o fazer geográfico cotidiano. Potencializará a continuidade dos estudos com aprofundamento epistemológico e a formação/forja de associação entre a vida e pesquisa militante. A relação direta desta pesquisa de doutoramento com as agendas de luta das organizações torna possível a imbricação entre militância pessoal e produção acadêmica levando-se em conta a análise crítica da realidade perpassada pela racionalidade neoliberal da academia.

A dimensão técnica e operacional torna-se central, haja vista a dimensão de um estudo com suporte interdisciplinar e caracterizado como um estudo em rede, em relação direta com os sujeitos e organizações de luta dos trabalhadores e trabalhadoras (sindicatos, associações, cooperativas etc.), com a também direcionada ação de pesquisa organizada com as parcerias das instituições IFBA, UFS, UEFS e UFRB. Este estudo, em tese, já está em andamento coletivo real desde julho de 2019 e a problematização/teorização é a continuidade necessária desse processo coletivo, crítico e colaborativo, como importante exercício sobre a contribuição do pesquisador no processo de construção do intelectual coletivo e a do conhecimento produzido para balizar as decisões e estratégias territoriais dos movimentos sociais.

O GT Conflitos Socioambientais, enquanto origem dos questionamentos da práxis desta pesquisa, é uma rede colaborativa e combativa e foi/é central para a estratégia de ação de campo e de apoio ao reconhecimento das lutas frente à implantação da LT 500 kv Porto Sergipe-Sapeaçu (origem da problematização apresentada e discutida nessa tese) e seus desdobramentos nos territórios camponeses e quilombolas. Nesse sentido, é importante destacar os debates referentes às bases filosóficas do conhecimento científico, a possibilidade do alcance tanto geral quanto específico no que tange à Geografia e a sua constituição enquanto ciência humana permeada de contradições ao longo do percurso histórico

O estudo em questão possibilita a materialização de uma produção acadêmica vinculada às questões sociais da Geografia, visto que constrói uma investigação que protagoniza os povos do campo, com destaque para as comunidades quilombolas, as quais sofrem historicamente o processo de racismo, extermínio e apagamento e que, contrapondo esse discurso, desenvolva uma pesquisa científica que desvele as intencionalidades e a Geografia do conflito no contexto da ação do Estado na implantação

de linhas de transmissão de energia. A problematização com foco na compreensão e avaliação do território em conflito acarreta a centralidade dos povos do campo em suas diversas formas de organização e vivência com parte da rede de interrelações da expansão capitalista e possibilita contribuir com o desenvolvimento das referidas comunidades no processo de assessoramento direto por meio desta pesquisa.

No âmbito da pesquisa acadêmica, essa proposta de doutoramento demonstra as possibilidades contraditórias da função social e política num viés da Geografia crítica, conforme preconiza Moreira (1982), garimpando o aspecto cotidiano e contraditório a partir do conhecimento geográfico. A compreensão do impacto social possibilitará a valorização dos estudos geográficos com retorno às organizações com que se interage de forma direta e que também se considera como produtores/as de saberes, contradizendo a lógica cotidiana/reducionista e perseguindo o ideário de uma Geografia para além do capital, ao questionar as estratégias de segurança energética para o capital.

Diante disso, busca-se construir um referencial teórico metodológico que dialogue com as premissas e questões de pesquisa no âmbito do território em conflito no contexto quilombola e camponês em decorrência da implantação de linhas de transmissão de energia, no qual o ponto de partida é a LT Porto Sergipe Sapeaçu, posteriormente desdobrada nas diversas determinações de Linhas de Transmissão na Bahia e Brasil e que no âmbito crítico se apresentam como interfaces da realidade concreta da totalidade e na presença de aparelhos privados de hegemonia no bojo do Fórum de Associações do Setor Elétrico (FASE) e Associação de Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB).

Assim, torna-se relevante a realização de um estudo acadêmico de nível de doutoramento que desvele a realidade sob o prisma crítico, realizando um inventário de conflitos territoriais, em nível de Brasil, porém, que dialogue com outras realidades contraditórias quanto à problemática da implantação de linhas de transmissão de energia. A conjuntura territorial desse recorte é relevante haja vista a existência de diversas ações de Estado que, atreladas às grandes corporações do capital financeiro, promovem conflitos diversos junto aos povos do campo em suas múltiplas formas de organização e resistências. Dessa forma, avaliar tais problemáticas espaciais promove a inserção do conhecimento geográfico com vistas a um estudo da Geografia do Conflito respaldado em Dantas (2021, p. 34) quando afirma que “os conflitos territoriais são inerentes à formação territorial do Brasil”.

Como processo de afirmação **de tese de pesquisa**, analisamos que a etapa do desenvolvimento do capitalismo no Brasil no século XXI é marcado pela ampliação de

diversas políticas públicas. E de outro lado, houve o avanço do grande capital representado por conglomerados internacionais fazendo valer seu poderio financeiro e por meio disso implantou, à revelia dos direitos territoriais, diversos megaprojetos energéticos, ditos de progresso e desenvolvimento, nos mais variados territórios da América Latina e do Brasil.

O território em conflito e os potenciais conflitos territoriais, baseados em Ramos Filho (2008) e Conceição (2021), estão relacionados com a emergência da atuação de empresas transnacionais na implantação de "estratégias de desenvolvimento", articuladas com a acumulação de capital engendradas pelo Estado Brasileiro, o que impacta diversas comunidades quilombolas e camponesas que estão em amplos processos de lutas, resistências e articulações frente a esse modelo.

Em nossa leitura, o foco da pesquisa é a ênfase no desvelamento da apropriação privada de fração da natureza na forma de energia elétrica e suas infraestruturas produtivas, relacionadas à circulação da mercadoria eletricidade, que fetichizada sob o capital, impõe um conjunto de problemáticas na produção do espaço, galgando a dimensão da crítica à segurança energética no contexto das políticas públicas, as quais desencadeiam diversos conflitos territoriais relacionados à implantação de linhas de transmissão de energia.

Nesse contexto, as problemáticas acerca dos Grandes Projetos de Desenvolvimento Energéticos (GPDE), que, sendo parte dos GPD, possuem algumas características específicas relacionadas à dimensão desta tese, pois estão assentadas na dimensão contraditória da falácia da segurança energética nacional, a qual potencializa processos intensivos de fluxos de capitais por meio de multinacionais capitaneadas também por recursos públicos. Dito isso, os GPDE são uma fração da dita estratégia de desenvolvimento, mobilizada pelas infraestruturas direcionadas para implantação de linhas de transmissão, hidroelétricas, pequenas centrais hidroelétricas e complexos solares e eólicos, dentre outras, articulados à ideologia das energias renováveis.

Assim, a nosso ver, se conforma uma articulação Estado-Capital na constituição de fração do empresariado nacional, na forma política de classe dominante articulados aos aparelhos privados de hegemonia (FASE e ABDIB), com o setor energético internacional, materializado no conjunto do capital especulativo e fictício gerando a financeirização da natureza, a subordinação do território, a promoção de conflitos territoriais, que constitui-se no Eletronegócio, Este, produzindo o território eletroenergético como face contraditória da expansão capitalista no território brasileiro e

materializado na infraestrutura voraz do processo de implantação de linhas de transmissão de energia, bem como da circulação da eletricidade enquanto mercadoria financeirizada.

Adotamos nessa pesquisa o recorte temporal a partir de 1995 com a abertura do mercado de energia elétrica, conforme lei 9074/95, sendo esta regulamentação atrelada ao ideário neoliberal como parte do processo de crise do capital. À luz dos conflitos territoriais, analisados sob o prisma da luta de classes dos processos de produção capitalista do espaço, buscamos compreender as desregulamentações no Setor Elétrico Brasileiro (SEB) e seus desdobramentos no território em conflito. Nesse sentido, o intuito é desvelar as contradições da categoria da segurança energética, bem como a confabulação de instrumentos relacionados ao aparato Estado-Capital-Trabalho no contexto dos aparelhos privados de hegemonia (APH). Além disso, o foco recai sobre a inserção direta de agendas de trabalho corporativas na construção da hegemonia por meio da financeirização do SEB, em uma visão multi e transescalar.

Diante de tais questões, galgamos descortinar o denominado Eletronegócio, como faceta dissimuladora do capital, atrelado à crise do SEB e ao emaranhado jurídico-normativo construído pelos APH, enunciados pela teoria gramsciniana (Gramsci, 2007), Hoeveler (2019) e Mendonça (2014). Nesse sentido, compreendemos que o contexto da crescente reprodução ampliada do capital e seu inerente processo de acumulação, possibilitou estratégias capitalistas de produção do espaço geográfico aprisionados à dimensão especulativa e expansiva do sistema sociometabólico do capital. Assim, o território em conflito emerge como face da contradição entre Capital e Trabalho e é apregoado no âmbito da emulação espacial do Estado, visando os desdobramentos da financeirização sob a égide da soberania energética, que ao longo do período em questão (1995-2025) configura-se como eixo central da crise estrutural do capital no Brasil.

Aqui partimos das teses marxistas, nas quais, segundo Netto (2011, p. 28), “o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto - de sua estrutura e dinâmica - tal como ele é em si mesmo na sua existência efetiva independente dos desejos do pesquisador”. Isto posto, esta tese é fruto das contradições do nosso tempo. De um lado está a necessidade de construção de uma pesquisa engajada e socialmente referenciada, e de outro, em sua contradição, está o pesquisador tensionado pelas prisões da realidade na busca por fortalecer a luta dos trabalhadores expropriados e em conflito, na forma de um estudo crítico que apresente à sociedade uma pesquisa que dê conta das múltiplas determinações e contradições na encruzilhada do século XXI.

Ademais, partimos da realidade concreta e na busca das determinações acerca das problemáticas das linhas de transmissão de energia e do processo de movimento do capital nas dissimulações relacionadas às políticas públicas e aos condicionantes do sistema societal do capitalismo no bojo da produção do espaço e a constituição do território em conflito, fruto da luta de classes. Nesse sentido, o aparato estatal e a lógica da apropriação privada ascendem à categoria de disputa na expansão do capital.

Nesta pesquisa identificamos a realidade como objeto no contexto da sociedade capitalista que, imersa na relação Estado-Capital-Trabalho, desenvolve condicionantes contraditória. O pesquisador - ativo, envolvido e conectado - possui condições de investigar a realidade concreta com a natureza ontológica, sendo a totalidade em movimento com as múltiplas determinações da sociedade burguesa em pleno século XXI. Em outros termos, trata-se de analisar as lógicas relacionadas ao setor elétrico brasileiro no bojo da produção capitalista do espaço.

CAPÍTULO 02 – PERTURBAÇÕES METODOLÓGICAS NAS TRAVESSIAS DA PESQUISA

A metodologia está centrada no percurso formativo, visando a possibilidade de compreensão do capitalismo, os problemas sociais derivados da luta de classes e da acumulação. Partindo de estudos em bases críticas fincadas no materialismo histórico dialético, ou seja, mediante uma leitura ontológica da totalidade concreta a partir de suas contradições dialéticas, haja vista as multideterminações relacionadas ao objeto de estudo, que se pretende desenvolver nesta pesquisa. Partimos das inferências teóricas relacionadas ao método com base em Tonet (2013) numa dimensão ontológica da análise da realidade concreta.

A análise do objeto de estudo, LT, exige uma abordagem multiescalar (local, regional, nacional, mundo e o inverso) e transescalar, cuja interpretação do movimento das relações inerentes à produção do espaço revela como cada escala interpenetra e atravessa todas as demais. O método posto em tela é baseado em Marx (2018) e ancorado nas reflexões férteis de Netto (2011) e parte da premissa de que é necessário extrair do objeto as múltiplas determinações, a partir das inter-relações entre totalidade, contradições e mediações, por meio da constituição de categorias teórico metodológicas.

Sob essa ótica, incorporamos a contribuição de Brandão (1981) quanto à compreensão dos processos e relações intrínsecas ao conjunto da pesquisa em seu cunho crítico e reflexivo. A pesquisa participante, se concretiza “como uma abordagem que

poderia resolver a tensão contínua entre o processo de geração de conhecimento e o uso deste conhecimento, entre o mundo "acadêmico" e o "real", entre intelectuais e trabalhadores, entre ciência e vida" (HAGUETE, 2010, p. 143).

Dito isso, esta tese de doutoramento, prima por um estudo fincado simbioticamente nos princípios da pesquisa militante e participante, haja vista tanto o compromisso com a transformação social, bem como o envolvimento dos sujeitos da pesquisa na realidade concreta. Por conseguinte, tem centralidade a permanente pesquisa bibliográfica e a análise dos documentos institucionais e normativos de autorização e estudos para execução das obras, bem como os instrumentos formais adotados tanto pelo Estado, como pelas estruturas corporativas do Capital para implantação das linhas de transmissão de energia.

Considerando que essa problemática se manifesta na indissociabilidade entre os conflitos e o território e buscando incidir sobre o concreto real, incorporamos as formulações de Henry Acselrad, que caracteriza a cartografia social como instrumento da compreensão desse processo territorial, sendo "que o mapeamento participativo se pretende parte de um contraprojeto de ordem científica, visando questionar os pressupostos ocultos da ciência da informação geográfica no que diz respeito a seus efeitos sociais, seu eventual sucesso enquanto tal deve estar associado a processos concretos de democratização do território e do acesso a seus recursos e não à configuração de uma simples expressão espacial da ideologia do desenvolvimento (2008, p.38)".

Vale destacar o esforço teórico e conceitual para a compreensão da totalidade que envolve a LT, seus desdobramentos e multideterminações quanto à sua articulação transescalar e territorial. Nesse ínterim, emergem as contribuições valiosas de Batista (2014) quanto ao papel da cartografia em evidenciar as contradições e discutir um processo totalizante no contexto da reprodução da vida por meio do mapa em suas múltiplas relações e processos contraditórios, associado à produção de mapas que desvelem a realidade e que conduzam à compreensão da dinâmica socioterritorial.

A mencionada indissociabilidade entre os conflitos e o território, pode ser apreendida a partir da existência de uma luta de classes e da reprodução ampliada do capital por meio da apropriação privada da natureza nos países periféricos. Nessa trilha, cumpre etapa necessária a reflexão dos caminhos teóricos para definição de questionamentos e objetivos da pesquisa em curso, visto que, a abordagem cumpre o rompimento da aparência e caminha para desvelar a essência dos processos espaciais e territoriais. Assim, a definição pelas categorias espaço-geográfico (e seu processo de

produção capitalista) e território (conflito-luta de classes-confontração) está calcada na necessidade de empreender esforços teóricos para a análise da monopolização do território pelo capital monopolista e a territorialização do capital, por meio das linhas de transmissão de energia.

O aprofundamento na teoria crítica mais precisamente do materialismo histórico-dialético de Karl Marx teve centralidade como passo essencial no processo de reflexão teórica e na condição de pesquisador que busca as contradições e refirmar seu lugar de trabalhador, ou seja, reafirmar a luta de classes como base para esse processo. Assim, esse aspecto é central para o desenvolvimento da tese que versa acerca do território em conflito, enquanto luta de classes, e o processo de implantação de linhas de transmissão de energia, no bojo do negócio da eletricidade em seu circuito espacial (Santos e Silveira, 2003). Tal tema está permeado diretamente com a reificação do capital por meio do discurso da segurança energética, a privatização do setor energético e também sobre os efeitos e impactos danosos da ampliação desenfreada do sistema elétrico nacional nas comunidades rurais/camponesas/tradicionais.

No contexto desta pesquisa, Quaini (1979, p.45) analisa que "Marx interessa-se pela natureza, antes de qualquer coisa como momento da práxis humana, por que a natureza tomada abstratamente, em si, separada do homem, é nada para o homem". Em Quaini (1979), é possível compreender as bases do materialismo histórico dialético fincadas no processo crítico da Geografia, especialmente no sentido de analisar ao fundo, como alertava Marx, que não existem ecossistemas naturais que não sejam de algum modo modificados pelo homem. À luz da abordagem marxiana, Quaini (1979), apresenta a dimensão da mercadoria enquanto fetichismo e, nessa perspectiva, é possível inferir que a energia se consolida como alienação: uma simulação da liberdade que, paradoxalmente, atua como prisão.

Segundo Quaini (1979, p. 66), "a condição principal da produção capitalista é justamente tanto a força do trabalho quanto as condições e os meios de trabalho e subsistência se tornem mercadorias e, como tais, venham a ser trocados para produzir novos valores de troca e reproduzir em escala crescente a relação capitalista". Nesse sentido é possível observar que a dinâmica do capital compreende a autoexpansão por meio da apropriação da natureza. Assim, a energia e mais precisamente a energia elétrica consolida-se como mercadoria fetichizada no movimento da sociabilidade capitalista.

O percurso metodológico realizado nesta pesquisa opta pelo viés da pesquisa participante e vislumbra a compreensão dos processos de territorialização do capital e os

processos de expulsões e expropriações de diversas comunidades quilombolas e camponesas, as quais em confrontação desencadeiam processos de luta e defesa das práticas políticas e de produção da vida comunitária e do capital. Para tanto, faz-se necessário construir um caminho acadêmico na pesquisa geográfica num viés crítico com uma análise teórico-conceitual que contribua com a construção do pensamento crítico e com as lutas dos trabalhadores e suas organizações. Essas lutas buscam a superação dos dilemas vivenciados na tentativa do modo de produção capitalista de expropriar, subjugar, apropriar e violentar estruturalmente os povos e comunidades tradicionais, nos quais se realiza a reprodução da vida a partir de relações de produção.

Diante disso, destaca-se a abordagem da pesquisa quali-quantitativa e na pesquisa participante ancoradas em Brandão (1981), Haguete (2010) e Marcos (2006), com vistas à compreensão da realidade e seus desdobramentos nos processos inerentes à dinâmica de expansão do capital, a implantação de linhas de transmissão de energia, a produção de conflitos territoriais e a violação dos direitos humanos. Por meio da pesquisa documental, observa-se a intensa relação entre os documentos institucionais da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e Operador Nacional do Sistema (ONS), associados ao incentivo governamental às intervenções no âmbito da Política Nacional de Energia (PNE) e a relação direta entre Estado-Capital-Espaço no processo de operação do capital financeiro nos leilões de energia.

Nesse processo ocorre a atuação direta de entidades da classe dominante, aqui compreendidas como Aparelhos Privados de Hegemonia como discorre a teoria gramsciana. Entre elas, destacam-se o Fórum de Associações do Setor Elétrico (FASE) e a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), que, a despeito da atuação da CCEE e ONS, protagonizam o processo de articulação entre organizações de classe do Setor Elétrico Brasileiro (SEB). Nosso estudo concentra-se no desvelamento da atuação de tais entidades da classe dominante e o processo de articulação para implantação de LTs no Brasil e suas emaranhadas dinâmicas para produção do espaço e o resultante território em conflito.

Como princípios centrais do processo de reflexão metodológica, segue abaixo o escopo básico da pesquisa:

- Quanto ao método:
  - Materialismo histórico-dialético Marx (2017), Netto (2011), Trivinos (1987) e Tonet (2013);
- Quanto à abordagem:

- Pesquisa quali-quantitativa Minayo (2001) e Briceno-Leon (2003);

- Quanto aos objetivos:

- Pesquisa exploratória e explicativa Gil (1999);

- Quanto aos procedimentos:

- Pesquisa bibliográfica Gil (1999);

- Pesquisa documental Gil (1999);

- Observação, Pesquisa participante e Pesquisa Militante: Brandão (2007), Marcos (2006), Haguette (2010) e Fahls Borda (2009);

- Quanto às técnicas de pesquisa:

- Revisão bibliográfica e estado da arte;

- Mapeamento cartográfico com dados secundários;

- Análise de documentos institucionais (PNE e demais);

- Análise documental de entes da administração pública direta e indireta (ANEEL, CCEE, EPE, BNDES, ONS);

- Análise de aparelhos privados de hegemonia (FASE e ABDIB);

- Análise de legislação vigente e suas alterações;

- Investigação de corporações e multinacionais do setor de energia elétrica;

- Aplicação de entrevistas semiestruturadas com representantes das comunidades atingidas pelas LTs no Brasil e megaprojetos energéticos no México, com representante do Ministério Público Federal (MPF) e com a presidência do Fórum de Associações do Setor Elétrico (FASE), (ver nos anexos o TCLE e o roteiro das entrevistas);

- Trabalho de campo:

- Reuniões/oficinas com as comunidades impactadas e suas organizações;

- Visita e reuniões em órgãos públicos;

- Registro em caderno de campo;

- Registro fotográfico (travessias geográficas);

- Coleta e produção de dados primários;

- Produção da Cartografia Geográfica.

2.1 ETAPAS DA PESQUISA

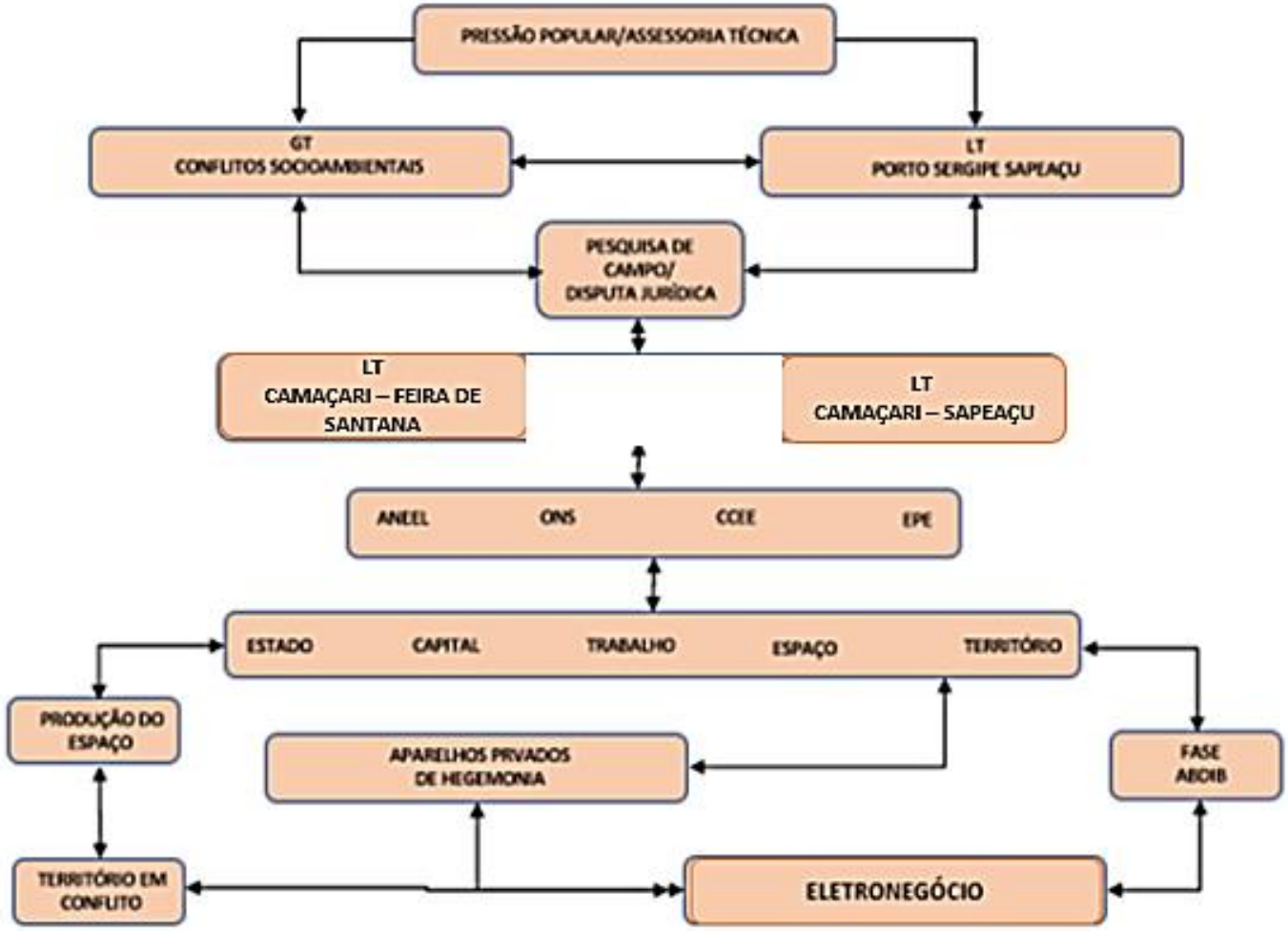
Reafirmamos que os resultados apresentados por este estudo estão em consonância com as leituras teóricas e as reflexões com imersão de campo nas comunidades atingidas por projetos de LTs inicialmente com a LT Porto Sergipe-Sapeaçu e LT Feira de Santana-Camaçari e LT Camaçari-Sapeaçu. Os resultados, conforme consta na seção 03, expressam um caminho metodológico de atuação conjunta com as organizações populares dos municípios baianos de Feira de Santana, Antônio Cardoso e

Santo Amaro e, em Sergipe, nos municípios de Barra dos Coqueiros e Laranjeiras, na forma de ciclos de atividades técnicas, acadêmicas e comunitárias com o GT Conflitos Socioambientais e o Laboratório de Estudos Urbanos e Rurais (LABERUR/UFS).

Destacam-se nesse processo as imersões de pesquisa com reuniões junto ao INCRA e MPF, com sindicatos dos trabalhadores rurais, reuniões em diversas comunidades, apoio na realização de audiências públicas, análise e leitura de documentos institucionais referentes à LT, tais como planos quilombolas, projeto básico da obra, documentos base para emissão das licenças ambientais já liberadas pelos órgãos ambientais, apoio na construção de ação civil pública, realização de debates virtuais acerca da LT e seus impactos, leitura e levantamento bibliográfico e cartográfico, construção da cartografia geográfica com os territórios impactados pelas LT's, dentre outras etapas de cunho científico, militante e participativo. Cumpre destacar que na seção 04 é realizada uma análise multiescalar com outras escalas geográficas no intuito de avaliar a dimensão do conceito de Eletronegócio em suas pertinências, contradições e potencialidades.

Importante destacar que como parte dos processos de pesquisa, foi possível uma imersão de campo e na literatura geográfica desde o México, com a realização de trabalho de campo e imersão em comunidades atingidas pelos Grandes Projetos de Desenvolvimento Energéticos. Nesse ínterim, intenta-se analisar sob a perspectiva crítica as inter-relações Brasil-México visando concretizar a análise do Eletronegócio. Cabe salientar que na seção 04, avalia-se a dimensão da produção do espaço sob a ótica capitalista, com vistas a desvelar o processo do negócio capitalista da eletricidade em alguns países, tais como Alemanha, Índia, Austrália, Egito, Jordânia, Marrocos, Tunísia e Sudão, bem como o caso do México. Salientamos que na seção 02 consta um arrazoado teórico apontando os caminhos e reflexões que orientam esta tese de doutoramento.

Figura 01 – Fluxograma metodológico da pesquisa



Fonte: Elaboração própria

Tal arquitetura metodológica apregoa a lógica da dissecação da realidade, seja desde baixo junto às comunidades e suas organizações, seja na garimpagem das múltiplas determinações da lógica burguesa e financeira quanto ao desenvolvimento das forças produtivas do capital no contexto das linhas de transmissão de energia. Intenta-se analisar as conexões Estado-Capital-Trabalho analisando as relações de poder dos Aparelhos Privados de Hegemonia (FASE e ABDIB), conforme consta na seção 05, que por meio da estrutura de Estado (EPE, CCEE, ONS, ANEEL, MME, condicionam a tomada de decisões dos leilões de energia elétrica e diretamente a produção de hegemonia no espaço geográfico com a geração do território em conflito. Assim, a estrutura teórica-metodológica da pesquisa desdobra-se na constituição do conceito denominado Eletronegócio (**Figura 01**).

2.2 LT PORTO SERGIPE-SAPEAÇU: O PONTO DE PARTIDA

Como ponto de partida desta investigação de doutoramento, na análise da **figura 02**, é possível observar que a Linha de Transmissão Porto Sergipe-Sapeaçu 500kv é um grande projeto estatal que compõe o plano nacional de expansão do sistema elétrico e faz parte de um eixo energético que se inicia no litoral sergipano e segue em direção ao recôncavo baiano. A despeito disso, é importante ressaltar que a operação da referida LT compõe parte do processo de privatização do SEB, haja vista que desde 1995, as LTs são operadas por empresas/grupos empresariais nacionais e internacionais via concorrência pública em leilões gerenciados pela ANEEL. Nesses termos, o público e o privado se metamorfoseiam no bojo da demanda real que é pública e a operação concreta mediada por um ente privado/empresarial/financeiro.

A partir da análise dos documentos oficiais e dados cartográficos pré-existentes, verifica-se que, diversos municípios serão impactados diretamente com a instalação da LT, sendo 14 na Bahia (Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Biritinga, Cabaceiras do Paraguaçu, Feira de Santana, Itapicuru, Nova Soure, Olindina, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, Sapeaçu e Sátiro Dias) e 12 em Sergipe (Barra dos Coqueiros, Santo Amaro das Brotas, Maruim, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Itaporanga D'Ajuda, Salgado, Lagarto, Boquim, Riachão do Dantas e Tobias Barreto). Ver anexos 02 e 03 quanto à operacionalidade da LT.

A referida obra atravessa diversos territórios de comunidades tradicionais e camponesas, desde Sergipe à Bahia, e a partir da análise dos documentos como licença prévia, licença de instalação e dos relatos da reunião agendada pelo empreendedor

(empresa Sterlite Power Grid), realizada no município de Feira de Santana no dia 16 de junho de 2019, foi possível atestar a ausência de diversas comunidades impactadas nos estudos técnicos da empresa. É nesse contexto que se iniciou o processo de envolvimento com os impactos perpetrados pela instalação de linhas de transmissão de energia.

Ou seja, a implantação contenciosa da referida LT por meio de suas diversas contradições, aguçou os sentidos e protagonizou o início da assessoria técnica-popular por meio do GT Conflitos Socioambientais em 2019 e posteriormente à necessidade de constituição de uma pesquisa participante/militante mais aprofundada em 2020, que se materializa nesta tese de doutoramento. Diante disso, o diálogo com lideranças, sindicatos e organizações dos trabalhadores fomentou a constituição de ambiente propício para intercâmbio de conhecimentos e saberes acerca do impacto das linhas de transmissão e o embuste normativo das faixas de servidão administrativa, a qual representa a subversão de fração de território das comunidades em apropriação indevida pelas empresas sob a ótica da territorialização do capital.

Dito isso, o percurso de pesquisa em suas nuances contraditórias desde 2021, possibilitou compreender analiticamente as lutas e enfrentamentos engendrados pelas comunidades, as quais se materializam em manifestações públicas, cartas de repúdio e mobilizações diversas no sentido de propor uma agenda contra-hegemônica apresentando à sociedade uma outra lógica de produção do espaço que não a capitalista.

Tais processos enquadram-se nas leituras geográficas das ações coletivas, movimentos socioterritoriais e socioespaciais calcados em Fernandes (2012). Almeida e Martin (2023) analisam o processo das resistências ao neoliberalismo numa leitura da totalidade das dinâmicas do capital e apresentam uma radiografia temporal e espacial do emaranhado de lutas e articulações populares de diversas organizações ante o projeto neoliberal em curso. Os autores destacam que os fatores econômicos que possibilitaram as ações coletivas alicerçam-se nas propostas de privatização em diversos setores tais como hidrocarbonetos, água, energia, portos e aeroportos, saúde, telecomunicações, educação e seguridade social.

Por meio da observação participativa (vida e trabalho) nas dimensões comunitária e simbólica (ver e olhar) dos impactos e conflitos referentes à LT, o exercício do olhar de dentro e de perto x olhar de fora e de longe se materializam-se como estratégias para compreensão crítica por parte do pesquisador, no objetivo de desvelar as contradições objetivas da realidade visando não apenas apresentar o visível (aparência), mas desdobrar

os elementos da essência da problemática da expansão e acumulação do capital por meio do sistema elétrico nacional.

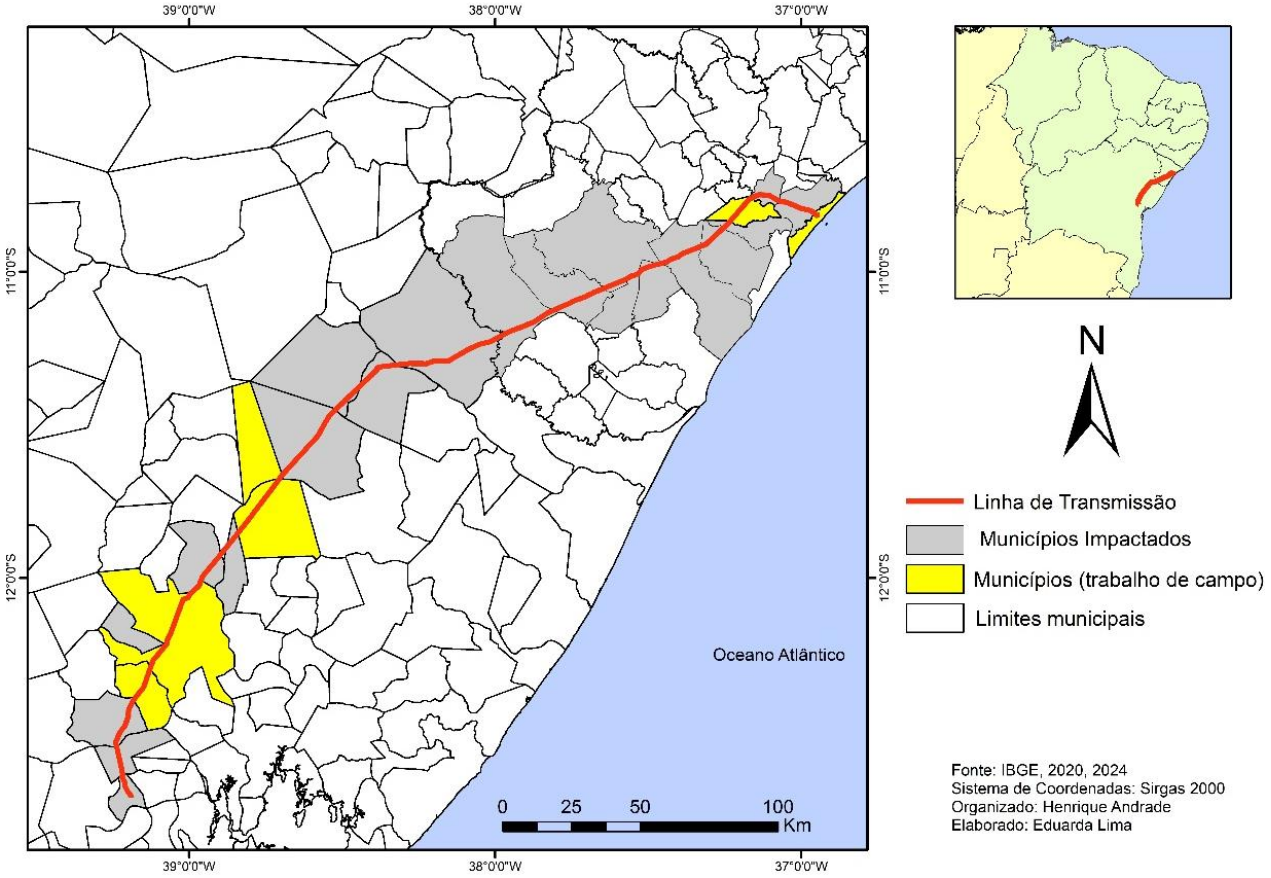
Ou seja, tais processos interrelacionados configuram-se tanto na participação enquanto professor e atuante no GT Conflitos Socioambientais, bem como como pesquisador de doutorado, no exercício de olhar e agir de dentro e de fora, tornando-se essencial para a compreensão da problemática em questão. A observação, galgando a compreensão das contradições da realidade por meio do registro fotográfico, análise documental, diálogos com lideranças, cadernos de campo, possibilitou, criticamente, a análise das contradições da realidade, qual seja a égide da essência do conflito e de suas conflitualidades.

Como desdobramento das premissas metodológicas da pesquisa acerca da análise do Eletronegócio e do território em conflito, os trabalhos de campo em Feira de Santana e Antônio Cardoso na Bahia atendem concretamente aos preceitos da pesquisa participante/militante, ou seja, há um trânsito ativo e dinâmico nas comunidades e nas suas organizações, o que ocasiona uma presença colaborativa, seja como membro do GT ou como pesquisador/doutorando.

Cumpre destacar a articulação junto às organizações dos trabalhadores do campo, com destaque para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, o qual promoveu atividades de intervenção de rua, tais como caminhadas e manifestações frente ao projeto de implantação da LT em tela. Nossa participação se deu no processo de envolvimento, partilha e assessoria técnica quanto aos aspectos jurídicos e geográficos, o que possibilitou a imersão junto às comunidades impactadas. Cumpre destacar a inseparabilidade do sujeito pesquisador de doutorado e o extensionista de campo junto às comunidades, visto que o processo se deu desde julho de 2019 com as ações de assessoria técnica e popular. Contudo, a dimensão de pesquisa de doutoramento se qualifica quanto ao aprofundamento teórico desde março de 2021.

Na **figura 02**, é possível observar o traçado da LT Porto Sergipe Sapeaçu 500kv e no detalhamento em amarelo, os municípios onde foram realizados os trabalhos de campo, quais sejam na Bahia (Antônio Cardoso, Feira de Santana, Biritinga e Água Fria) e em Sergipe (Barra dos Coqueiros e Laranjeiras), junto às comunidades camponesas e quilombolas. Os desdobramentos analíticos dessa etapa de pesquisa, estão elencadas na seção 03.

Figura 02: LT Porto Sergipe- Sapeaçu 500 KV



Fonte: Bancos de dados do IBGE (2024) e EPE (2022).

Haja vista o processo de imersão na realidade acerca da implantação da referida LT e na articulação com as organizações dos trabalhadores, foi possível construir o **quadro 01**, no qual pode-se observar as comunidades impactadas pela LT 500kv Porto Sergipe-Sapeaçu. É importante ressaltar que em todas as comunidades quilombolas foram realizadas atividades participantes no bojo da pesquisa acerca dos impactos e violações relacionadas com a problemática em questão, com a exceção da comunidade quilombola de Quebra Chifre e dos assentamentos de reforma agrária.

Quadro 01: Comunidades Quilombolas e Assentamentos de Reforma Agrária impactados pela LT Porto Sergipe-Sapeaçu 500 KV

COMUNIDADES QUILOMBOLAS CERTIFICADAS	PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA
- Mussuca, no município de Laranjeiras/SE; - Pontal da Barra, Barra dos Coqueiros/SE; - Quebra Chifre, município de Riachuelo/SE; - Curral de Fora, no município de Água Fria/BA; - Vila Nova, no município de Biritinga/BA; - Paus Altos, no município de Antônio Cardoso/BA; - Santo Antônio, no município de Antônio Cardoso/BA; - Gavião e Cavaco, no município de Antônio Cardoso/BA; - Subaé, município de Antônio Cardoso/BA; - Santa Cruz, município de Antônio Cardoso/BA; - Orobó, município de Antônio Cardoso/BA; - Salgado, município de Antônio Cardoso/BA; - Morro da Pindoba, município de Antônio Cardoso/BA; - Santa Cruz, município de Antônio Cardoso/BA; - Tocos, município de Antônio Cardoso/BA; - Lagoa Grande, município de Feira de Santana/BA;	- Menino Jesus – município de Água Fria-BA; - Oito de Março – município de Laranjeiras/SE; - Hugo Herredia – município de Barra dos Coqueiros/SE;
Fonte: GT Conflitos Socioambientais (IFBA/UEFS/UFRB), 2020.	

Nas atividades de campo em Sergipe, buscou-se interagir com as comunidades tradicionais atingidas diretamente pela LT, mais precisamente Pontal da Barra e Mussuca

a fim de compreender os processos e articulação de lutas no campo sergipano, no qual a LT em tela é parte central dos enfrentamentos e disputas contra-hegemônicas. Compuseram também essa estratégia de imersão e pesquisa de campo, a visita às comunidades quilombolas atingidas, reuniões com equipe do Laberur/UFS e com os grupos e organizações representativas dos camponeses, entre eles, o Fórum de Comunidades Tradicionais de Sergipe.

Nesse contexto, o trabalho de campo em Sergipe, se deu por meio da articulação do Laberur e Programa de Educação Ambiental nas Comunidade Costeiras de Sergipe (PEAC) da UFS, ou seja, o envolvimento foi inicialmente tomado como forma de articulação e envolvimento das atividades coletivas em curso. Dito isso, após uma aproximação junto às lideranças comunitárias, foi construído um calendário de imersão de campo envolvendo diretamente atividades de reconhecimento das comunidades quilombolas (Mussuca e Pontal da Barra), visita técnica na Subestação de Jardim e também uma visita às instalações da Usina Termoelétrica em Sergipe, bem como um reconhecimento de campo na Comunidade de Jatobá no município de Barra dos Coqueiros, no intuito de compreender o impacto e as violações perpetradas pelos Grandes Projetos de Desenvolvimento executados pelo Estado.

Assim, o trabalho de campo em Sergipe foi realizado nas seguintes datas: 11 a 14 de maio, de 25 a 28 de julho de 2022 e virtualmente ao longo do ano de 2022 por meio de reuniões, diálogos virtuais e partilha de fotografias e documentos oficiais, além de outras atividades de campo em dezembro de 2023 e setembro de 2024. As inferências, análises e críticas ao processo em questão articulado com a avaliação dos impactos e repercussões territoriais estão categorizados na seção 03. Cumpre destacar que fruto das imersões de campo junto às comunidades quilombolas de Sergipe, foi possível a inscrição num concurso de fotografias promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia no mês de dezembro de 2023, no qual uma fotografia da comunidade de Jatobá foi selecionada em primeiro lugar. (Ver fotografia no anexo 03).

Além disso, a pesquisa de campo proporcionou uma relação de conhecimento em proximidade do real, ou seja, o movimento de relacionar este real com a teoria e o método possibilitou a elaboração da crítica com imersão nas comunidades impactadas pela LT em questão, articulando diretamente a crítica à segurança energética, engendrada pelas políticas públicas de energia. Dito isso, o foco da pesquisa é o desvelamento do processo de apropriação capitalista de fração da natureza por meio das infraestruturas elétricas

(linhas de transmissão) e dessa forma a análise crítica da subordinação do território às nuances do capital financeirizado, por meio da categoria do Eletronegócio.

Acerca dos princípios metodológicos que compõem esta pesquisa, destaca-se a abordagem da pesquisa exploratória e implicada visando desvelar os processos territoriais e agrários em suas variáveis políticas, sociais, comunitárias e ambientais relativas ao processo de implantação da LT em questão, bem como conectar diretamente fluxos e processos relacionados com as outras LTs, tais como a LT Feira-Camaçari (230kv) e LT Camaçari-Sapeaçu (500kv), visto que estas compõem uma rede complexa de territorialização do capital por meio dos GPD. Cumpre destacar que tais análises estão alicerçadas na seção 03. (Figura 03).

Asseveramos também que as mediações em outras escalas foram essenciais para a compreensão do processo de territorialização do capital e monopolização do território, conforme apontamos na seção 04, com destaque para o caso Mexicano e também na lógica do capital imperialista e dos aparelhos privados de hegemonia no bojo da questão energética com enfoque na atuação do Fórum de Associações do Setor Elétrico (FASE), conforme consta na seção 05.

No **quadro 02**, listamos as questões norteadoras para o trabalho de campo conforme o público (comunidades – UTE – Subestação de energia) e os processos engendrados em campo para desvelar as problemáticas da LT Porto Sergipe. Importante destacar que a LT em tela é o ponto de partida para a compreensão da rede de LTs em estudo, conforme já apontado. A partir desse levantamento, procedeu-se com a construção do roteiro de entrevistas que foram aplicadas com lideranças comunitárias, representante do MPF e representante do FASE.

Quadro 02: Sistematização de questões problematizadoras para pesquisa exploratória de campo

COMUNIDADES IMPACTADAS	UTE (Porto Sergipe)[2]	SUBESTAÇÃO (Jardim)[3]
- Processo de implantação da LT? - Resistências, manifestações, conflitos e lutas populares? - Apoio de órgãos, grupos, organizações, assessorias, universidades e sindicatos? - Ação da empresa, INCRA, IBAMA e FCP?	- Qual origem da UTE? - Como funciona a UTE? - Qual a relação da UTE com a LT? - Quem construiu e quem opera a UTE? - Houve desapropriações?	- Qual função da subestação no SIN? - Como funciona uma subestação? - Qual dimensão? - Qual abrangência territorial? - A CHESF tem concessão de quanto tempo?

[2] Destacamos que o trabalho de campo na UTE Porto Sergipe foi possível a partir de inferências e diálogo com lideranças comunitárias, haja vista que não foi possível o acesso às instalações da mesma.
[3] Cumpre destacar que foi possível realizar o trabalho de campo apenas na Subestação Jardim.

- Articulações com o poder legislativo e judiciário? - Impactos da LT (sociais, trabalho/renda, ambientais, culturais, saúde, etc)? - Território em conflito nas comunidades? Território de vida ou de morte? - A LT E UTE geram expropriação camponesa? - Empobrecimento nas/das comunidades? - Cooptações empresariais e sistêmicas nas comunidades? - Modo de vida, trabalho e cuidado nas comunidades? - Questão geracional, de gênero e o campesinato? - Terra e território: certificação/titulação das comunidades? - Escuta das comunidades, consulta prévia e EIA/RIMA/RAS? - O território na vida tradicional e comunitária? - A energia a serviço de quem? - Há contradição na geração de energia com base em combustíveis fósseis? - As energias renováveis são capturas da natureza pelo capital? - A crise climática e geração/transmissão de energia são faces contraditórias do capital? - O capital e a dissimulação da segurança energética? - A energia representa desenvolvimento? - O progresso técnico como aparência e a acumulação de capital como essência? - O avanço do capital como ação de violência e violações dos direitos humanos? - Papel das mulheres e jovens? - Futurologia, passividade, desmobilização e conciliação? - Apropriação da natureza e sua mercantilização? - Autonomia, caminhada e passos? - Soberanias (hídrica, alimentar, pedagógica, trabalho/renda, autodefesa e energética)? - Soberania/autonomia popular e energética? - É possível pensar em superação do capitalismo frente a crise energética?	- Possui licenças ambientais? Quais? - Qual a relação da UTE com a CELSE e ENEVA? - Pq a Celse está vendendo a UTE para a Eneva? - DE que forma a UTE se articula com as eólicas, porto, Votorantim e gasoduto? - Quanto de energia é produzido e para onde se destina? - A UTE está em terreno próprio ou cedido? - Quais foram as contrapartidas da UTE para Sergipe e Barra dos Coqueiros? - Ver documentos oficiais; - Como se deu a construção da UTE, valores, mão de obra? - Qual papel da UTE no SIN? - A UTE contribui para a segurança energética no Brasil? Como? Quanto? - A UTE tem relação com a ONS? Como? - A UTE tem relações com a EPE? Como? - A UTE tem relações com a ANEEL? Como? - A CELSE tem relações com a CCEE? Como? - A CELSE tem relações com a BNDES? Houve financiamento? Quanto?	- De que forma a subestação atua junto à unidade de produção de energia? - Quem e como opera a subestação? - A subestação está em terreno próprio ou cedido? - Houve desapropriações? - Possui licenças ambientais? - Ver documentos oficiais?
Fonte: Elaboração própria		

2.3 A REDE ESPACIAL DAS LT's: A ESCALA DO CONFLITO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

A partir da LT Porto Sergipe-Sapeaçu e do desdobramento da pesquisa como participação em atividades nacionais e regionais, a exemplo do ENANPEGE 2021, um conjunto de outras problemáticas envolvendo linhas de transmissão de energia se abriram como possibilidade por conta da imersão na pesquisa participante e relação direta com os movimentos sociais e outras universidades. Desse modo, a escala de abordagem da pesquisa, que até então era focada na Bahia e Sergipe com apenas uma LT, se desdobra em outras, tais como: a LT Feira de Santana-Camaçari na Bahia; LT do Morro do Osório no Rio Grande do Sul - foco do trabalho de pesquisadoras da UFRGS e na qual já realizamos reunião de trabalho; a LT Camaçari-Sapeaçu, a qual se articula com a LT Porto Sergipe; a LT Miracema no Tocantins; a LT Gralha Azul no Paraná; a LT Boa Vista-Tucuruí no Amazonas; a LT Miranda no Maranhão e, mais recentemente, a LT Bom Nome II-Campo Formoso 500kv.

A partir das reflexões e análise documental, optou-se por inserir apenas duas dessas outras LT, sendo elas a Camaçari-Feira de Santana e a Camaçari-Sapeaçu, devido a uma ampla rede de articulações territoriais que as envolvem e também por estarem conectadas territorialmente à Subestação de Sapeaçu, conformando assim, uma rede geográfica de Linhas de Transmissão com impactos similares nas comunidades quilombolas e camponesas.

Vale ressaltar que as LTs Feira de Santana-Camaçari e Camaçari-Sapeaçu compõem uma rede de linhas de transmissão que foram *locus* de investigação de campo visto a existência de articulação entre projetos e ocorrência de conflitos (Figura 03). Foi observado na pesquisa documental e de campo que o ponto em comum é a existência de conflito territorial e a subordinação do território com processos de expropriação em curso. Assim, problematizamos a partir das infraestruturas de energia elétrica na forma das linhas de transmissão de eletricidade, à luz da teoria e do método, o processo de territorialização do capital e monopolização do território por meio do discurso hegemônico da segurança energética engendrado pelas políticas públicas de energia materializadas na Política Nacional de Energia – PNE.

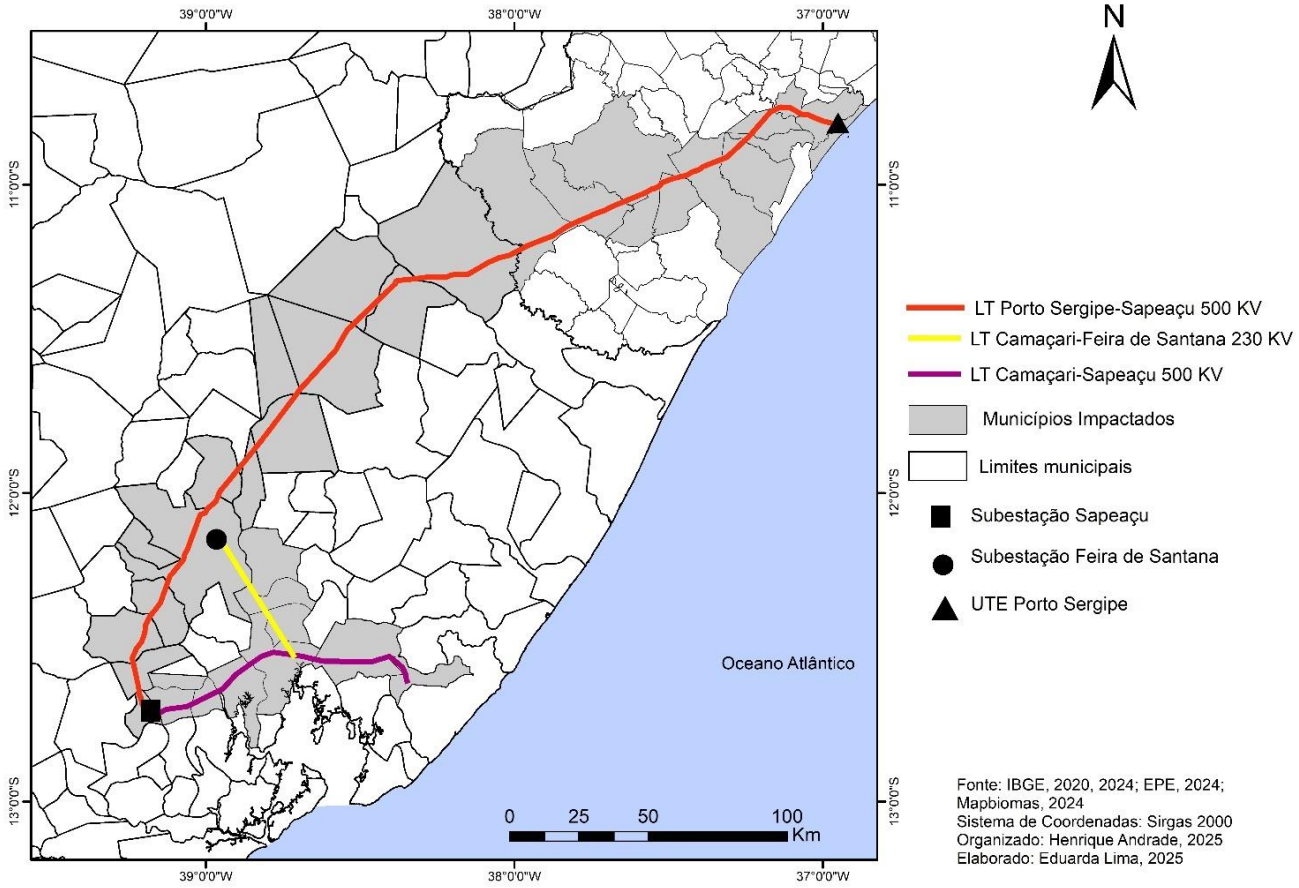
No sentido da compreensão e análise da escala geográfica, é importante frisar os estudos de Gomez (2006), o qual reflete acerca dos processos de desenvolvimento e controle social nos leques de abordagem para a condução de crítica da Geografia quanto às dinâmicas de tensão e dominação engendradas no território. Aqui, nas trilhas teóricas

do supracitado autor, não analisamos a escala como hierarquia ou classificação, mas sim numa rede complexa de compreensão da realidade geográfica, qual seja a espacial, sob o prisma das formas de desvelamento do espaço geográfico haja vista suas desigualdades pormenorizadas por estratégias de desenvolvimento lastreadas pelos ideários do capital em seu processo de expansão, materializadas nas linhas de transmissão de energia por meio dos processos de conflitos a ela relacionadas. Para tanto, Gomez (2006, p. 44) nos coloca em reflexão apontando que

> "pensar na pertinência de abordar um tema como a natureza diversa do desenvolvimento, com seu leque amplo de impactos econômicos, sociais, políticos, culturais e territoriais, a partir de uma metodologia, como é a escalar, que prima pela compreensão da diferença espacial, ou seja, o entendimento das qualidades, relações etc. que fazem diferentes os espaços". (p.44)

Nesse sentido, destacamos que o *locus* da pesquisa se deu no conjunto das LTs mapeadas previamente e apontadas abaixo (**figura 03**) quanto aos conflitos territoriais, conforme serão apontados na seção 03 e articuladas com as outras escalas de análise, como consta na seção 04 e conectadas com a crítica ao capital imperialismo e a atuação do Fórum de Associações do Setor Elétrico (FASE), enquanto um aparelho privado de hegemonia, como consta na seção 05. Os processos elencados são base para a sustentação teórica e metodológica do Eletronegócio como faceta contraditória da expansão do capital e da financeirização do setor elétrico brasileiro. Ou seja, na **figura 03**, é possível observar o conjunto das LTs analisadas, bem como o conjunto dos municípios impactados pela rede de energia elétrica, aqui compreendida enquanto um circuito espacial capitalista da eletricidade.

Figura 03: Linhas de Transmissão de energia - Bahia e Sergipe



Fonte: Banco de dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

2.4 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Os procedimentos e técnicas de pesquisa atreladas à lógica do método adotado seguem sistematizados abaixo:

1- Observação participante por meio de reuniões e participação em atividades nas comunidades, buscou-se o envolvimento com os sujeitos e organizações populares, através da escuta ativa e atenta da realidade, participação por meio de diálogos e apreensão crítica da realidade. O registro fotográfico tornou-se um importante instrumento para leitura do espaço geográfico, apreensão material e imaterial do território e sistematização de momentos e contextos formativos conflitivos e contraditórios;

2- Pesquisa participante/militante por meio da presença ativa e envolvimento com as comunidades e lideranças, analisou-se de forma concreta os problemas relacionados com a implantação da LT e suas repercussões, associando aos aspectos simbólicos, territoriais e de experiências coletivas. Ressalta-se que cumpre etapa importante no intercâmbio e partilha de informações, conhecimentos e experiências de assessoria popular e técnica junto às comunidades quilombolas na Bahia e Sergipe Vale destacar a partilha de experiências com a Teia dos Povos junto ao Fórum de Comunidades Tradicionais de Sergipe. No **quadro 02**, segue a sistematização de questões problematizadoras adotadas na pesquisa participante/militante.

3- Estudo exploratório com base na observação e diálogo formativo e interativo com os sujeitos na pesquisa, buscando aproximação com a realidade concreta, com momentos de diálogos focalizados nos sujeitos e lideranças comunitárias, bem como em espaços coletivos a partir de questões problematizadoras, como pode ser observado nos **quadros 01 e 02**. Essa etapa contempla também a visitação nas infraestruturas energéticas, tais como as LTs estudadas, da Subestação Jardim e da Termoelétrica Porto Sergipe em Jatobá, bem como a aplicação de entrevistas semiestruturadas, tanto com lideranças comunitárias das comunidades atingidas pelas LTs, quanto com a presidência do FASE;

4- Caderno de campo - registro minucioso das dimensões gerais e singulares, impressões dos momentos de interlocução com os sujeitos e sistematização dos aspectos coletivos, culturais, simbólicos, terra, vida, trabalho, cultura, saberes, sabores, produção, além das questões contraditórias e conflitualidades, com foco nas travessias territoriais e percursos formativos vividos, percebidos, construídos e concebidos na pesquisa durante o trabalho de campo;

5- Pesquisa documental por meio da análise apurada em documentos institucionais, tais como relatórios, projetos e a Política Nacional de Energia, visando a avaliação crítica das

representações dialéticas e da dimensão de totalidade relacionadas à expansão do capital com seu processo especulativo no âmbito das políticas públicas do setor energético nacional. Visa também compreender os agentes hegemônicos tais como o aparato estatal (Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e do Operador Nacional do Sistema - ONS) no bojo da avaliação do Plano Nacional de Energia (PNE) e do Plano Decenal de Energia (PDE), as empresas especuladoras, os aparelhos privados de hegemonia (Fórum de Associações do Setor Elétrico - FASE e da Associação Brasileira de Indústrias de Base - ABDIB) e os organismos internacionais como Banco Mundial com empréstimos ao governo brasileiro ligados ao SEB;

6- Cartografia Geográfica Executou-se o mapeamento participativo das comunidades enfocando nos pontos de passagem da LT juntamente com a faixa de servidão. Intenta-se com isso a apreensão espacial dos processos contraditórios relacionados com a implantação da LT, enfocando na leitura geográfica por meio dos mapas. O mapa comunitário, por meio da produção e concepção participativa, é em essência um instrumento de defesa do território da comunidade frente às ações externas. Ao mapeamento proposto na seção 03 para as comunidades impactadas pelas LTs está enfocado no desvelamento do emaranhado dos objetos técnicos representados pelas LTs em estudo e no impacto das faixas de servidão administrativas;

7- Entrevistas conforme suporte teórico-metodológico e galgando a compreensão das singularidades e mediações, haja vista as diversas contradições relacionadas à implantação dos LTs e suas conexões com o negócio da eletricidade no bojo dos megaprojetos no Eletronegócio. Foram selecionadas amostras das comunidades atingidas pelas LTs (Brasil e México[4]) levando em consideração a representatividade para cada caso com suas especificidades, bem como aplicação de entrevista com representante do Ministério Público Federal e também com a presidência do Fórum de Associações do Setor Elétrico (FASE). Para cada caso de entrevista, foram traçados os objetivos e diretrizes atreladas às demandas apresentadas nos capítulos 01, 02 e 03, nos quais analisamos as singularidades de cada situação apresentada sob a ótica da compreensão dos conflitos territoriais, as condicionantes e agentes hegemônicos envolvidos na conflitualidade em tela. Cumpre destacar que as entrevistas foram elencadas por comunidade/LT/megaprojeto num total de 13 entrevistas.

[4] Optamos por não utilizar as entrevistas realizadas no México no texto da tese, com intuito de priorizar para uma publicação em formato de artigo futuro.

CAPÍTULO 03 - DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA À GEOGRAFIA DO ELETRONEGÓCIO: PREMISSAS BÁSICAS E DESDOBRAMENTOS ANALÍTICOS

No contexto dos estudos críticos da questão agrária brasileira, emergem diversas pesquisas que desnudam as inter-relações entre a propriedade da terra, o modo de produção capitalista, os conflitos, territorialidades, bem como as assimetrias de poder relacionadas com os processos contraditórios de expropriações relacionadas com a histórica e violenta concentração fundiária, bem como a intensa articulação dos donos do poder protagonizados por organizações, partidos políticos, a ação estratégica do estado brasileiro no bojo das conflitualidades e ação concreta na manutenção e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro com suas entranhas relacionadas ao agronegócio, ao latifúndio e à subjugação do campesinato que se recria constantemente em meio à crise estrutural do capital no século XX e XXI.

É nesses termos que galgamos com essa tese inserir um cotejamento contributivo na análise conceitual e programática na questão agrária brasileira, dando foco na opacidade relacionada aos impactos e desdobramentos da implantação de linhas de transmissão de eletricidade no contexto da eminência, no século XXI, da mercadoria eletricidade como motor do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro, tendo rebatimentos no acirramento da questão agrária, possibilitando a emergência e fortalecimento de conglomerados internacionais e nacionais no setor econômico da eletricidade por meio da financeirização do setor elétrico brasileiro nos anos de 1990. Com o ideário neoliberal, por meio da apropriação privada de fração da natureza, a energia elétrica como fundamento básico desse processo contraditório, é permeada pelas ações estruturantes do estado brasileiro, as quais materializam tais questões nas políticas públicas de energia.

Nesse contexto, emergem das reflexões do célebre pensador do campo brasileiro José de Souza Martins, duas obras centrais para a compreensão das assimetrias da questão agrária brasileira, sendo elas o Cativeiro da Terra (1979) e Os camponeses e a política no Brasil (1981). O autor apresenta as contradições centrais do capitalismo no campo brasileiro e aponta a centralidade da terra no processo de reprodução do capitalismo no Brasil e também analisa a renda da terra como central nesse processo. De outro lado, o autor analisa com profundidade a luta de classes no campo brasileiro protagonizado pelos movimentos sociais com a ascensão das lutas populares por reforma agrária.

As reflexões de Martins (1979) e (1981) são centrais para a compreensão dos debates posteriores, protagonizados por Oliveira (1997), quanto à territorialização do capital monopolista e a monopolização do território, sendo esse um processo intenso e de violência extrema no campo brasileiro, de apropriação do território camponês pela ação privada do capital, redefinindo relações de produção com o intuito de gerar lucro. Nesse sentido, a fundamentação do Eletronégocio está materializada na reflexão seminal do referido autor, haja vista que no processo de implantação das linhas de transmissão de energia elétrica há a inserção de nova instância jurídica materializada nas faixas de servidão administrativa, na qual o proprietário "perde" o poder de gestão da área afetada passando esta ao controle da empresa concessionária. Diante desse processo, o Eletronegócio possui também a variável da compreensão da produção do espaço e a territorialização do capital monopolista com a ruptura da dominialidade da terra camponesa/quilombola/tradicional aos interesses do capital.

Outra reflexão central para a compreensão crítica da questão agrária brasileira é a pesquisa Guiomar Inez Germani, publicada em livro (2003), a qual externa as conflitualidades, a ação do estado e a ânsia da apropriação privada da natureza por meio das obras para implantação da barragem de Itaipu. As análises da autora desnudam as interrelações entre os agentes do estado, as agências de desenvolvimento, os entes privados e o processo violento e velado de expropriação da terra, denominados de atingidos de Itaipu, visando a construção de um grande projeto dito de desenvolvimento.

Nosso estudo segue as trilhas de tal pesquisa acerca da questão agrária brasileira, no bojo das reflexões sobre a expropriação e conflitos agrários relacionados aos fins energéticos. Dessa forma, esta pesquisa perfila um estudo por meio do conceito do Eletronegócio relacionando outra dimensão energética, qual seja a transmissão da energia elétrica, para além da produção, mas pondo luz na compreensão das conflitualidades.

Contudo, não se perde de vista a análise dos arranjos normativos, da ação do Estado e a atuação de associações burguesas na condição de aparelhos privados de hegemonia, em outra faceta da energia elétrica, tendo foco não na produção e sim na transmissão, ou seja, na circulação da mercadoria fetichizada, na forma da energia elétrica por meio dos desdobramentos espaciais e territoriais das linhas de transmissão de energia.

Outro debate central como elemento seminal para a compreensão do Eletronegócio no contexto da questão agrária brasileira, está marcadamente nos estudos de Thomaz Junior (2009) e em Souza (2013), nos quais os autores, por meio de profunda análise crítica acerca do agronegócio brasileiro, compreendem a centralidade da água

como elemento essencial para a reprodução deste modelo no Brasil. Nesses termos, cunham as reflexões do Agrohidronegócio, tendo como pano de fundo as desigualdades do campo brasileiro e principalmente o papel do capital financeiro na apropriação capitalista da natureza tendo o Estado com agente central desse processo marcado por violências, expropriações e concentração de terras.

Ou seja, o neófito conceito de Eletronégocio tem suas raízes fincadas nas reflexões dos autores acima, apontando os caminhos para a compreensão de outra faceta opaca da produção capitalista do espaço agrário. Ou seja, a energia elétrica que potencializa um acirramento da questão agrária brasileira no século XX através da compreensão crítica do caráter dissimulador e violento dos discursos hegemônicos, os quais por meio da construção ideológica da universalização da energia elétrica, trazem consigo a expansão do setor, vinculando o ideário neoliberal aos interesses do capital financeiro a partir dos anos de 1990. Importante destacar que o conceito de Agro-hidronegócio, baseado nos autores acima, está em conformidade com as reflexões da reprodução dos espaços da miséria, vinculados diretamente ao potencial destrutivo do capital, Conceição (2005).

O Eletronegócio, enquanto faceta eminente no século XXI, se constitui dessa maneira como uma forma inovadora de compreender a questão agrária brasileira, a partir da estratégia de ampliação da opacidade e dos impactos perpetrados pela expansão do capital nos países periféricos, a exemplo do Brasil e México. Nesses termos, importante destacar os estudos desenvolvidos por Fernandes (1994), que analisam a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e as conflitualidades impostas pelo capital no espaço agrário, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas no campo, a contínua sanha por concentração de terras e a violência sistêmica. Por outro lado, o autor aponta os caminhos tortuosos dos movimentos sociais - socioespaciais e socioterritoriais - no bojo dos enfrentamentos à linguagem expropriadora do capitalismo no campo brasileiro.

Nas trilhas teóricas de Fernandes (1994), é importante destacar os estudos em nível sergipano para a pesquisa desenvolvida por Ramos Filho (2008), quanto às contradições da reforma agrária e como tal processo ao invés de apontar os caminhos da transformação da realidade agrária brasileira por meio da universalização do acesso a terra, ocasionou a exata convergência dos interesses latifundiários e do Estado na antípoda dos interesses da reforma agrária popular. Nesses termos, nosso estudo, por meio do neófito Eletronegócio, galga compreender tais processos vinculando, de um lado, uma atualização na compreensão da questão agrária brasileira – ancorada no histórico frutífero

de estudos que apontaram diversos caminhos para a compreensão do campesinato, dos movimentos sociais, do respeito à territorialização tradicional dos povos do campo, das florestas e das águas – e, de outro, a reflexão para as contradições da reprodução do espaço agrário brasileiro marcadamente violento e de extrema concentração fundiária.

O Eletronégocio é uma síntese de reflexões históricas baseadas desde a base das comunidades atingidas pelos ditos grandes projetos de desenvolvimento no Brasil, que protagonizaram expropriações diversas. Porém, ainda hoje existe uma opacidade de estudos, bem como de olhares críticos tanto dos movimentos sociais, como das pesquisas acadêmicas quanto aos processos relacionados aos desdobramentos territoriais as linhas de transmissão de energia. Tal panorama nos apresenta um ambiente propício para analisar criticamente a ação Estado-Capital que escamoteia os interesses coletivos das comunidades afetadas e historicamente propõe estratégias de desenvolvimento no campo afastadas dos interesses das comunidades quanto à questão agrária e sua dimensão energética, o que possibilita questionamentos e indagações acerca da premissa - Energia Elétrica para o Capital?

Diante de tais processos, o conceito de Eletronegócio é a tentativa geográfica de materialização das contradições do campo brasileiro. Ele busca evidenciar o avanço das relações destrutivas do capital por meio da instalação das linhas de transmissão de energia elétrica, o que insere o campo, em meio às suas contradições, na lógica da financeirização protagonizada pelos leilões públicos de eletricidade com atuação intensiva de capital internacional financeirizado, cujo objetivo é promover a circulação da mercadoria energia em sua máxima potência, ou seja, elevada produção, intensivo consumo fetichizado e a circulação progressiva de massas crescentes de quantidades maiores que o consumo absoluto.

Ou seja, trata-se, nesse contexto, de processo intensivo de produção do espaço desigual e combinado, protagonizado, de um lado, pelo Estado e, de outro, pelas estruturas obscuras do capital. Estes, metamorfoseados ora nas políticas públicas, ora na gerência do setor elétrico brasileiro pelos interesses privados, executam os interesses antípodas à classe trabalhadora. Nesse sentido, a expansão do setor elétrico no Brasil é, em síntese, a metamorfose dos interesses hegemônicos do Estado-Capital na dominação ideológica para a classe trabalhadora, aprisionando o campo, suas organizações e comunidades tradicionais, sejam elas quilombolas ou camponesas, aos interesses da sociabilidade destrutiva e violenta do capital.

Tais dimensões emergem, seja no fortalecimento dos conglomerados internacionais e nacionais do setor elétrico, ou principalmente no fomento de entidades do terceiro setor, na forma de associações (aparelhos privados de hegemonia) que, em rede, atuam no disciplinamento e gestão do setor junto às estruturas estatais. Uma dessas materialidades das intencionalidades do capital no setor elétrico brasileiro está centrado na ação estratégica, política e econômica do Fórum de Associações do Setor Elétrico, que desde 2013 protagoniza a incisão nas tomadas de decisões do estado brasileiro quanto ao setor elétrico nacional, seja por meio de estudos, debates ou incidência no setor.

Esse processo contraditório, assevera a dimensão energética à escala protagonista no atual cenário do capitalismo periférico brasileiro. Em meio aos conflitos territoriais resultados da intensa ação expropriadora do setor e seus agentes hegemônicos, evidencia-se a convergência entre os interesses do Estado - em expandir as infraestruturas energéticas – e as intencionalidades do capital que avança em "cercos" junto às comunidades tradicionais, camponesas e quilombolas, na constituição de territórios de exceção materializados nas faixas de servidão administrativa, que impõem uma ruptura no domínio territorial nas terras das comunidades atingidas por tal expansão sanguinária das infraestruturas do capital na forma das linhas de transmissão de eletricidade.

Diante dessa dimensão violenta na produção hegemônica do espaço geográfico, as organizações populares e as comunidades promovem a resistência à linguagem hegemônica do capital em seus territórios expropriados e constituem uma linguagem contra-hegemônica, materializada na palavra de ordem "*Vidas Sim, Linhas de Transmissão Não*". Ver anexos 01 e 04 quanto aos impactos da LT.

Diante desse processo, é possível compreender como se dá o acirramento da questão agrária, que permeada pela questão energética nacional, protagoniza a eletricidade como elemento de centralidade para a compreensão do campo brasileiro nos limiares no segundo quarto do século XXI, desdobrando as considerações já apontadas das conflitualidades, desigualdades regionais, espaços da miséria, concentração fundiária, violências sistêmicas, mobilidade do trabalho e expropriações. Esse processo contraditório tem centralidade na terra como elemento estruturador das desigualdades materializadas na reprodução do espaço da miséria no campo brasileiro.

A energia elétrica, nesses termos, é alçada à condição de elemento de centralidade hegemônica impactando diretamente na produção do espaço. Esta, sob os interesses do capital financeiro, protagoniza historicamente a hierarquização do espaço, a dissimulação das desigualdades espaciais, propiciando a continuidade do modelo agrário brasileiro

centrado na violência e na expropriação. A questão energética, contudo, convalida um novo patamar para sua compreensão espacial, materializado na combinação contraditória desses processos no denominado Eletronegócio.

3.1 LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA E A GEOGRAFIA DO ELETRONEGÓCIO: DOS IMPACTOS (TERRITORIAIS, NA SAÚDE HUMANA E BIODIVERSIDADE) À QUESTÃO AGRÁRIA CONTEMPORÂNEA

Tendo como base a discussão da crise climática e a questão socioambiental, Milanez, *et al*. (2025) apontam as contradições entre o discurso e os limites da transição energética propagandeada e executada pelo estado brasileiro. Em estudo exploratório financiado pela Fundação Ford, aponta as problemáticas concernentes às infraestruturas que dão sustentação à dita transição energética, elencando o processo contraditório de tal dimensão e desvelando os diversos impactos tanto qualitativos quanto quantitativos nos territórios de povos e comunidades tradicionais acerca da mineração, energia eólica, solar e linhas de transmissão de energia elétrica.

Sobre as linhas de transmissão de energia, os autores apontam a complexidade de sua conformação territorial desde o Sistema Integrado Nacional (SIN) demonstrando o caráter destrutivo de tal infraestrutura associando estas, aos impactos territoriais nas comunidades tradicionais, com foco nas comunidades quilombolas, indígenas e assentamentos de reforma agrária, haja vista a existência de base de dados oficiais. Nesses termos, elencam a amplitude dos impactos territoriais relativos à expansão da transição energética nos territórios de interesse social, inserindo, nesta lógica, o conjunto dos linhões já instalados e os planejados.

Quanto ao processo de quantificação dos impactos territoriais, os autores apontam que as linhas de transmissão e a mineração são as principais infraestruturas da dita transição energética que mais impactam nos territórios de comunidades tradicionais, estando a frente da energia eólica e solar. Tal estudo é central para comprovar nossa avaliação crítica quanto ao negócio da energia elétrica. A circulação da eletricidade configura-se como mercadoria estratégica para a territorialização do capital e monopolização do território, estando tais processos intimamente correlacionados com a expansão do negócio da energia elétrica por meio das linhas de transmissão.

Milanez et al. (2025) apontam as problemáticas referentes ao avanço das infraestruturas da transição energética, exemplificando que as linhas de transmissão de

energia promovem efeitos danosos às comunidades por conta dos efeitos dos campos eletromagnéticos, ocasionando também impactos na biodiversidade. Nas palavras de Milanez (2025) , ancorados em estudos da área dos campos eletromagnéticos e seus rebatimentos na vida humana, animal e vegetal, apontam que as "linhas de transmissão têm como efeito a geração de campos eletromagnéticos, que estão associados à redução na reprodução de algumas aves e ao aumento na mutação genética de plantas" p.11.

Nesses termos, é importante destacar que os impactos humanos podem ser analisados sob dois prismas. O primeiro refere-se aos impactos nos seres humanos e sua exposição aos campos eletromagnéticos; e o segundo, aos seres vivos (animais e vegetais), que enfrentam a mesma problemática de exposição aos campos com desdobramentos diferenciados, alterando outras dimensões da reprodução da vida no contexto da biodiversidade. Enquanto o primeiro promove adoecimentos psicológicos e outros relacionados a alterações celulares e no metabolismo, sendo relacionado também ao potencial cancerígeno, o segundo grupo ocasiona fuga de espécies, fragmentação de habitats e na morfologia da paisagem ecológica.

Um aporte fundamental para a compreensão dos impactos das linhas de transmissão na saúde humana e na biodiversidade, é o estudo realizado por Marcílio et al. (2009), no qual os autores apontam a relação direta e já comprovada em diversos estudos, acerca da inter-relação entre a exposição aos campos eletromagnéticos e a ocorrência de leucemia e tumores cerebrais. Tal dimensão é fundamental para se compreender os impactos à saúde humana das famílias camponesas e quilombolas que têm seu território de vida rasgado pelas linhas de transmissão de energia e são obrigados a conviver por gerações com essa parafernália metálica.

Em Marcato (2013) é possível analisar as preocupações internacionais e diversos estudos que analisaram as correlações entre os campos eletromagnéticos e a ocorrência de anomalias genéticas. O autor aponta que a ANEEL, em 2010, publicou uma norma complementar enfatizando os seguintes pontos de alteração: corona visual, radio interferência, ruído audível, campo elétrico e campo magnético. Nesses termos, a Resolução Normativa nº 398 de 23/3/2010 da Aneel[5], regulamenta e atualiza os limites para os itens listados acima referentes à *Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009*[6]. Porém, é possível afirmar que os limites de ruído das LTs, como apontado na referida norma, está

[5]https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=112906#:~:text=Regulamenta%20a%20Lei%20n%C2%BA%2011.934,e%20distribui%C3%A7%C3%A3o%20de%20energia%20el%C3%A9trica.
[6] https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11934.htm

sendo descumprido em todas as linhas de transmissão analisadas nessa tese, como pode ser observado na seção 03.

É importante destacar um marco no Brasil acerca desta problemática foi a realização, em 2013, no Supremo Tribunal Federal (STF)[7], de audiência pública sobre os impactos dos campos eletromagnéticos relacionados às linhas de transmissão de energia. Nessa audiência houve a participação de diversos especialistas, com destaque para o professor Fernando Abujamara da USP. Tal debate judicial, demarcou uma representação direta de tomada de decisão pelo ente público nacional quanto às medidas para disciplinar e mitigar tais processos e impactos à saúde humana.

Nesses termos, Biasotto (2017), em importante estudo de dissertação de mestrado[8], aponta os principais problemas relacionados às avaliações de impactos ambientais que não conduzem análises eficazes para efetivamente solucionar os impactos à biodiversidade, relacionado com a implantação das linhas de transmissão de energia. Tal problemática foi encontrada nas LTs analisadas nesta tese, sobretudo em relação da gravidade decorrente tanto com a ausência de estudos efetivos, quanto da redução da qualificação dos impactos referentes às infraestruturas das linhas de transmissão de eletricidade.

Em Silva et al (2018) é possível observar, a partir de longa revisão bibliográfica e a garimpagem documental, o artigo internacional publicado por Nancy Wertheimer e Ed Leeper em 1979, fruto da pesquisa realizada em Denver nos EUA, no qual os autores apontam a existência de correlação direta em casos de leucemia e a proximidade de linhas de transmissão de eletricidade. Tal estudo é uma referência nesse assunto, pois revelou uma conexão efetiva de impactos à saúde humana referente aos campos eletromagnéticos.

Outro importante estudo é produzido por Fraga (2019), que destaca a fragmentação da paisagem e a dispersão de espécies, sendo esses dois elementos enquadrados nos impactos à biodiversidade. A autora aponta que se faz necessária a inclusão da ferramenta metodológica da modelagem espacial no contexto da ecologia das paisagens para se ter uma visão mais acurada dos impactos à biodiversidade e dessa forma mitigar os impactos à saúde humana e à biodiversidade.

---

[7] https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/audiencia-publica-sobre-campos-eletromagneticos-reuniu-21-especialistas-no-stf/

[8] https://www.business-humanrights.org/pt/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/brasil-bi%C3%B3loga-revela-danos-ambientais-causados-por-linhas-de-transmiss%C3%A3o-de-energia-el%C3%A9trica-e-alega-que-ainda-pouco-se-sabe-sobre-efeitos-%C3%A0-sa%C3%BAde-humana/

Nesses termos, é importante destacar que o relatório técnico produzido por Milanez (2025) articula a problemática das linhas de transmissão de energia a partir da área de influência direta - por meio da Portaria Interministerial 60 dos Ministérios do meio Ambiente, Justiça, Cultura e Saúde de 2015, que trata da zona de impacto das linhas de transmissão de 8km (Amazônia Legal) e de 5km (restante do país). Conforme consta na seção 05, utilizamos metodologia própria baseada na faixa de servidão administrativa, calculada com valor médio de 50 metros, considerando que o maior quantitativo é de linhões de 500kv e esses possuem, em sua maioria, faixa de servidão de 55 metros.

Tal disparidade está justificada na esfera do impacto na faixa territorial diretamente impactada e que possui alteração de domínio real por conta dos decretos de utilidade pública de competência da ANEEL. Dessa forma, nossa metodologia escancara o real território que, por meio da territorialização do capital, possibilita a monopolização do território, amparados em Oliveira (1997), para uma gama de corporações financeiras energéticas, principalmente internacionais, porém, também mediadas pelo capital nacional. Ou seja, a compreensão das faixas de servidão e sua funcionalidade no bojo das políticas públicas de energia com foco na implantação dos linhões, efetiva o acirramento da questão agrária, junto aos processos destrutivos de usurpação da dominialidade das terras em diversas comunidades camponesas, quilombolas e dos demais territórios de povos de comunidades tradicionais.

As processualidades de operação da política pública de energia elétrica, especialmente por meio da expansão das linhas de transmissão, implicam alterações no domínio das terras e impactos territoriais sobre as comunidades. Esses processos provocam o acirramento da questão agrária que, a nosso ver, possui como centralidade no desenvolvimento capitalista brasileiro uma dimensão concreta materializada nas próprias linhas de transmissão. Tais infraestruturas promovem o avanço da opacidade da problemática, contradição que este estudo busca evidenciar no contexto da produção do espaço brasileiro por meio do negócio da energia elétrica e do seu circuito espacial.

Esse processo contraditório, perverso e destrutivo, denominamos de Eletronegócio, uma faceta complexa da expansão do capital no território brasileiro que promovido pelo desenvolvimento desigual e combinado, subjuga comunidades e subordina o território aos anseios da sociabilidade do capital. A materialização das linhas de transmissão de eletricidade nos territórios dos povos e comunidades tradicionais, representa, fatidicamente, a perda da autonomia territorial, bem como acirra a questão da soberania popular das comunidades e suas organizações nos territórios de reprodução da

vida, ocasionando a destrutiva ação política do controle territorial por parte do Estado. Isso ocorre através dos leilões (concessões públicas) ao capital, por meio de corporações nacionais e internacionais que executam a retirada do domínio do território das comunidades.

No contexto dos estudos que buscam revelar a realidade territorial e suas conexões com o modo de produção capitalista, emerge a pesquisa de Whitacker (2015). Nesse estudo o autor critica a lógica da construção de linguagens que subordinam o território aos interesses do capital, na forma das corporações financeiras. Embasado numa linguagem marxista, o autor enfatiza a dimensão contraditória da subordinação dos ditos, hegemonicamente, recursos naturais à lógica da acumulação capitalista. Em outro estudo de Whitacker (2019), é possível analisar o aprofundamento da questão dos recursos naturais, com a inserção da geopolítica, seus desdobramentos na questão energética e as conexões com as relações de poder corporativos no processo de controle territorial. Mais recentemente, o autor é protagonista na proposição da Rede de Pesquisa em Geopolítica da Energia.

Como será apontado na Seção 03, as comunidades se mobilizam e disputam na contra-hegemonia por meio da resistência, na organização comunitária e na articulação política do enfrentamento desde as lutas populares. Nesse sentido, a entidade Nordeste Potência, consolida um Plano denominado Nordeste Potência, com o objetivo de apontar as principais problemáticas relacionadas ao avanço das energias renováveis e suas infraestruturas nos territórios das comunidades tradicionais. Nessa trilha, são produzidas, em diálogo com o conjunto de movimentos sociais, diversas propostas de salvaguardas para mediação junto ao poder público e empresas, como uma forma de construção coletiva de medidas protetivas frente ao avanço voraz das linhas de transmissão de energia. O documento das Salvaguardas Socioambientais para as Linhas de Transmissão de Energia tem previsão de lançamento em outubro de 2026 e as reflexões desta pesquisa de doutoramento compareceram de forma ativa.

Nas referidas salvaguardas produzidas pela Nordeste Potência (2024, p. 21), é possível observar que a problemática dos linhões de energia é efetivamente danosa às comunidades e apresentam um conjunto de problemáticas relacionadas às esferas federal, estadual e municipal. Além disso, verifica-se a necessidade de ajustes normativos e legais nos dispositivos da Aneel, bem como do IBAMA, INCRA e demais órgãos estaduais, tendo urgência em retirar da opacidade os territórios monopolizados pelas linhas de transmissão quanto às ameaças, coações, cooptações e violências sistêmicas por parte das

corporações. Essa medida visa proteger as comunidades, seus territórios e também seus moradores. As salvaguardas produzidas seguem abaixo:

> 1- O licenciamento ambiental da geração e transmissão de energia deverá seguir o rito ordinário, com emissão de licença prévia, de instalação e de operação;
> 2- Exigir o emprego dos melhores meios técnicos disponíveis para diminuir o campo eletromagnético das linhas de transmissão de energia;
> 3- Deve ser aplicado, no estudo de impacto, critério social que leve em conta a porcentagem de propriedade atingida pela linha de transmissão, de forma a priorizar a passagem por grandes propriedades que são proporcionalmente menos afetadas;
> 4- Redefinição dos corredores das linhas de transmissão, considerando territórios tradicionais e de produção de alimentos da agricultura familiar como áreas de exclusão;
> 5- Avaliação econômica e definição de um parâmetro mínimo de valoração do hectare a ser pago a título de indenização de desapropriação, considerando as especificidades de cada bioma com valoração especial para territórios tradicionais e áreas de produção de alimentos da agricultura familiar;
> 6- Estudar formas de ajustar indenizações já executadas segundo a nova valoração estabelecida;
> 7- Adicionar ao estudo locacional e priorizar o critério que leve em consideração a porcentagem de propriedade atingida pelas áreas de influência direta e indireta e quantidade de pessoas deslocadas, de forma a passagem por grandes propriedades;
> 8- A legislação atual deve ser atualizada de forma a prever que o outorgado, para exploração de linhas de transmissão, deve realizar uma contraprestação econômica mensal para compensar as perdas e os danos decorrentes da ocupação de terras produtivas ou agricultáveis;
> 9- O empreendedor deve pedir autorização aos moradores com antecedência de 30 dias em caso de necessidade de entrada na propriedade para realização de estudos ou outras atividades ligadas à implantação da linha de transmissão;
> 10- A Aneel deve punir exemplarmente, com possibilidade de perda de outorga, as concessionárias que exponham as comunidades a perigos decorrentes da rede elétrica ou pratiquem atos de vandalismo, coação e ameaça às comunidades impactadas. Nordeste Potência (2024, p. 21).

Tendo em vista a expropriação e a opacidade espacial, as referidas salvaguardas tornam-se um elemento central para dar luminosidade à realidade concreta, obscurecida sob a ideologia hegemônica da circulação das mercadorias e ao ideário neoliberal financeirizado da segurança energética, a partir das linhas de transmissão de energia. As referidas salvaguardas estão em etapa de atualização para lançamento público no mês de novembro de 2025. Ressalta-se que esta pesquisa de doutoramento está sendo utilizada como base para tal processo de atualização das salvaguardas das linhas de transmissão.

O Eletronegócio é esse emaranhado normativo-jurídico que reverbera nas dimensões de reprodução da vida na territorialização do capital e na monopolização do território que, numa leitura crítica da produção capitalista do espaço sob a batuta destrutiva e violenta da apropriação privada da natureza (energia elétrica), promove a

expansão das conflitualidades, dos conflitos territoriais, bem como das resistências desde as comunidades atingidas pelo Eletronegócio.

Aqui elencamos a necessidade de uma Geografia do Eletronegócio como forma crítica e acadêmica, socialmente referenciada nas comunidades expropriadas, violadas e violentadas, num enfrentamento ao avanço do capital na forma da expansão fetichizada das infraestruturas das linhas de transmissão de energia.

O referido conceito, busca descortinar e apresentar à sociedade uma abordagem centrada na análise dos impactos da fetichização da energia elétrica, bem como as dimensões conectadas de expropriação, financeirização e acirramento da questão agrária brasileira, por meio da expansão do capital, sob a linguagem da transição energética, que se materializa nas linhas de transmissão, por meio do negócio da eletricidade, em seu circuito espacial (Santos , 2003), ou seja, o Eletronegócio.

DESENLACE[9]

Nesse sentido, o esforço reflexivo da metodologia, em seus encalços, travessias e perturbações, busca em suas minúcias concretizar o caminho epistemológico de reflexão acerca do território em conflito, protagonizado pela ação estruturante do Estado em suas multifacetadas relações com o Capital, na perspectiva da apropriação privada de fração da natureza, com o objetivo de garantir a expansão do capital financeiro, em sua reprodução ampliada no Setor Elétrico.

Assim, o protagonismo metodológico está centrado no desvelamento crítico com a pavimentação teórica e metodológica do denominado Eletronegócio e suas inter-relações com as dimensões dos conflitos e resistência das comunidades frente à territorialização do capital, por meio da implantação de linhas de transmissão de energia. Essa, atrelada como infraestrutura básica do sistema elétrico nacional, desencadeia processos contraditórios de expulsão e expropriação em comunidades quilombolas e camponesas, ou seja, o fetiche da energia (segurança energética) em contraposição à soberania energética.

A compreensão da historicidade e contradições da implantação das linhas de transmissão de energia em estudo se revela por meio da abordagem do pesquisador implicado. Isso se materializa na pesquisa participante e militante, no sentido de imersão

[9] Desenlace é a ferramenta discursiva adotada em todas as seções no intuito de potencializar as ideias trabalhadas na seção e apontar os caminhos analíticos a serem discutidos na seção posterior.

para reconhecimento da realidade concreta em sua totalidade numa lógica transescalar. Ou seja, nas conexões entre a ação do estado, na dimensão do capital e no processo de luta de classes engendradas pelos processos de contestação dos coletivos de trabalhadores nas comunidades quilombolas e camponesas.

Como produto direto da imersão no território em conflito, está o inventário de linhas de transmissão, nas quais ocorrem conflitos territoriais diversos com informações produzidas em campo com organizações, comunidades e equipe de pesquisadores interdisciplinares. O intercâmbio de problemáticas entre Bahia e Sergipe foi protagonizado pela Teia dos Povos, Fórum de Comunidades Tradicionais de Sergipe e Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP), os quais desdobram problemáticas concretas de intervenção do capital no território, subjugando as comunidades e sujeitando o território aos interesses especulativos da apropriação privada da natureza.

Diante desse quadro analítico da pesquisa apresentado nesta seção, a seção 02 intenta discutir a problemática dos Grandes Projetos de Desenvolvimento Energéticos no Brasil, sob a crítica da crise estrutural do capital, as políticas públicas de energia e a égide da segurança energética para o capital. Nessa etapa, exercita-se uma leitura de escala nacional, visto a coexistência de uma amplitude de megaprojetos energéticos em diferentes especialidades, conotações e territorialidades.

Nesse sentido, optou-se pela análise do desenvolvimento desigual, combinado (Smith, 1988) diretamente com a análise do território do capital e as relações com as categorias natureza e políticas públicas, galgando a compreensão crítica da totalidade do sistema sociometabólico do capital na produção capitalista do espaço, sob a apreensão da conflitualidade, do conflito e as conexões com a financeirização do território.

SEÇÃO 02 – OS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO NO BRASIL OU MAIS UMA FACETA “DO TACÃO DE FERRO”?

DESCAMINHO*
Voracidade
Extermínio
"O pulso ainda pulsa"
Onde colocar a carapuça?

Avidez
Aridez
"Pele alva e pele alvo"
Como caminhar com altivez?

Latifúndio
Destruição
"Podres poderes"
Até quando tanta alienação?

Racismo
Dinheiro
"Liberdade ainda que tarde"
Será a travestida realidade?

Tempo de vida
Espaço de morte
"Atenção, tudo é perigoso"
Será mesmo tudo isso virtuoso?

* Henrique Oliveira de Andrade

Esta seção discute a operacionalidade dos Grandes Projetos de Desenvolvimento Energético (GPDE) no Brasil, sob a crítica da crise estrutural do capital, as políticas públicas de energia e a égide da segurança energética para o capital. Assim, objetivamos demonstrar como o capital, sua engenharia societal e conexões com o Estado são ferramentas para acumulação de capital e se dinamizam com a coexistência estrutural de entidades e organizações da classe dominante brasileira e internacional, que confabulam para a construção de políticas públicas e a tomada de decisões frente o Sistema Integrado Nacional (SIN), componente do Setor Elétrico Brasileiro (SEB).

As organizações que integram o SEB, são compreendidas aqui como aparelhos privados de hegemonia, como apontam Gramsci (2007) e Mendonça (2014), que se articulam no Fórum de Associações do Setor Elétrico (FASE) e Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB). Nessa seção, faz-se necessária uma leitura de escala nacional diante da coexistência de uma variedade de megaprojetos energéticos em diferentes espacialidades, conotações e territorialidades.

CAPÍTULO 04 - DESENVOLVIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

Nas palavras de Cardoso (1975, p. 413), “segundo a ideologia, o desenvolvimento interessa a todos os que formam a sociedade, quer se trate de nação avançada ou atrasada. Para o desenvolvimentismo, a expansão do sistema é uma finalidade universal: para os que comandam a expansão e para os que cooperam com ela, assim como para os que são por ela incorporados”. A energia, a energia elétrica e a dita soberania energética, aparecem como centrais para o amplo processo do desenvolvimento nacional e de forma direta para a consolidação das estratégias de incorporação de capital com os derivados antagonismos regionais brasileiros.

O desenvolvimento tornou-se palavra e conceito central nas análises econômicas com percurso centrado na segunda metade do século XX a partir do viés economicista e caracterizado no contexto da expansão econômica como sendo uma saída para a implantação de ações governamentais de cunho social, político, cultural e ambiental. Porém, essa leitura reduzida da realidade concreta condicionou o misticismo como ideário do desenvolvimento como produção de etapas, um aspecto marcado pela evolução.

Nela, países estariam imersos em condições de avanço na escala econômica do desenvolvimento e estariam associados também ao processo acrítico de concepções que negam as adversidades a estratégias vorazes de acumulação de capital no contexto da expansão capitalista, da qual derivam condições de exploração do trabalho e, diretamente, apropriação de frações do território. Tal análise crítica negativa do desenvolvimento está fincada nas concepções marxistas buscando compreender este processo no bojo dos seus limites, projeções e apropriações.

Kageyama (2008) vasculha as ideias sobre desenvolvimento, enfatizando a diversidade em sua conceituação, definições e aplicabilidades no bojo do desdobrar do século XX e XXI. Enfatiza que as abordagens respondem às dimensões contraditórias relacionadas à lógica desvirtuada de crescimento e desenvolvimento econômicos. Embasado nas reflexões de Favareto (2006), analisa o desenvolvimento rural e as múltiplas ações desenvolvidas pelo estado brasileiro com as políticas de desenvolvimento rural e os territórios de cidadania desempenhados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a partir de 2003. Com base em Sen (1993), analisa os critérios de desenvolvimento atrelados à dimensão da pobreza e do acesso aos alimentos, desdobrando na crítica aos indicadores tais como IDH, como forma de compreensão dos processos relacionados ao desenvolvimento.

Paradoxalmente, Escobar (2007) confronta as lógicas teóricas do desenvolvimento que em síntese são carregadas de ideários europeus e propõe uma mirada latino-americana acerca do desenvolvimento focado na teoria pós-desenvolvimento. Ele defende a construção teórica centrada nos estudos das ações coletivas dos movimentos sociais, como ator do processo de compreensão das lutas sociais e populares no contexto da disputa por projeto e defesa do bem comum. Tais incursões teóricas coadunam com as discussões da tese, que intenta desvelar as disputas territoriais "desde baixo" em comunidades tradicionais no Brasil, especialmente diante dos Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPD), associados à implantação de linhas de transmissão de energia.

Lowy (1995), a partir da análise acurada dos escritos ancorados nas reflexões de Leon Trotsky, no início do século XX, na Rússia, acerca do desenvolvimento do capitalismo, tem fiel articulação com uma noção de escala. O autor articula a Rússia no bojo das relações capitalistas internacionais, recaindo aí uma dimensão de escala global atreladas à local. A noção de desenvolvimento desigual e combinado possui vínculo direto com os debates acerca do imperialismo e suas formas de engendramento diferentes em cada porção territorial.

Nesse sentido, os escritos do pensador russo, descortinam as lógicas evolucionistas no âmbito da economia e debruça as atenções para as formas imperialistas de desenvolvimento com suas formas desiguais. No contexto da Geografia, Smith (1988) resgata a conceituação do autor russo e interpreta tais contradições à luz da igualização e diferenciação espacial engendradas pela lógica desigual de articulação de ações de desenvolvimento no contexto capitalista, em fase imperialista. Nesse contexto, Trotsky (1962), apud Lowy (1995, p. 21), afirma que:

> "A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com o máximo de vigor e de complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o açoite de necessidades exteriores, a vida retardatária é constrangida a avançar por saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, na falta de uma denominação mais apropriada, chamaremos lei do desenvolvimento combinado, no sentido da reaproximação de diversas etapas, da combinação de fases distintas, do amálgama de formas arcaicas com as mais modernas". Lowy (1995, p. 21).

Isso posto, Brandão (2003), em célebre estudo acerca da dimensão espacial do subdesenvolvimento, analisa as estratégias capitalistas do desenvolvimento nos países periféricos, à luz da economia política e suas aplicabilidades nos estudos regionais e

urbanos. Segundo o autor, há “urgente necessidade do resgate das determinações estruturais para se pensar a dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista” (2203, p. 11).

Alçado na proposta marxista de compreensão do desenvolvimento, Brandão (2003) analisa as condicionantes econômicas das estratégias do Estado no processo do subdesenvolvimento, travestidas de formas contemporâneas de equidade, segurança, eficiência, dentre outras, que camuflam os reais problemas e contradições inerentes ao modo de produção capitalista, tais como hierarquia e institucionalidade, e diretamente a produção do espaço alocado nessas intencionalidades. Neste autor, é importante frisar, também há uma crítica ao manejo das escalas em prol dos interesses do capital e, dessa forma, há também uma conexão com os escritos de Trotsky e Smith.

Diante disso, opta-se pela crítica ao desenvolvimento por meio do desenvolvimento desigual e combinado, ancorado em Smith (1988). Tal perspectiva conecta-se diretamente à análise do território do capital e às relações com as categorias natureza e políticas públicas, galgando a compreensão crítica da totalidade do sistema sociometabólico do capital na produção capitalista do espaço. Isso se dá sob a apreensão da conflitualidade, do conflito e as conexões com a financeirização do território.

Nas palavras de Brandão (2003, p. 12), para romper com as teorias mistificadoras e que tornam o espaço e o desenvolvimento como entes abstratos, é necessário “partir de uma visão sólida de produção social do espaço, historicamente determinado, resultante dos conflitos e consensos que se estruturam em torno do ambiente construído”.

Ademais, o autor, complementarmente, apresenta as teses para tal análise fundadas na crítica à homogeneização das condições reprodutivas do capital, natureza desigual e combinada do desenvolvimento capitalista, poder diferencial e hegemonia. Tais premissas dialogam diretamente com o objeto da pesquisa e suas conexões teóricas, com a análise dos aparelhos privados de hegemonia no bojo do setor elétrico nacional e as relações conflituosas referentes à implantação de linhas de transmissão de energia elétrica.

Com base na densidade teórica de Marx acerca da teoria do valor, Bonente (2014) e Bonente e Medeiros (2016) buscam desnudar o processo de desenvolvimento. Sob à luz da categoria estranhamento e alienação no processo de expansão do capitalismo, afirmam que no capital há uma contradição entre a lógica do desenvolvimento, com liberdades no capital, travestido de liberdade, o que na verdade é prisão, sendo essa uma artimanha do capital para propiciar sua acumulação.

Nesse sentido, os autores debatem a lógica de exploração da classe trabalhadora pela classe capitalista, sendo que esta também é explorada pelo capital, formando a alienação ou fetichismo da mercadoria. Assim, as bases para análise crítica das contradições do desenvolvimento estão centradas nas categorias do estranhamento e fetichização da mercadoria, afirmando que "os sujeitos da produção, em suma, tornam-se, na verdade, objetos de seus objetos, que funcionam como se fossem um "sujeito automático".

Diante desse quadro, as teorias do desenvolvimento, estão atreladas à lógica dos processos de industrialização e como sinônimo de "correção" de trajetórias particulares, sendo associadas diretamente ao aumento de riqueza e qualificação desses processos pelo produto interno bruto (pib) e pelo índice de desenvolvimento humano (idh). Assim, o processo do desenvolvimento trilhou, tanto ações governamentais, quanto de disseminação de ideários nos estados nação, por meio dos agentes hegemônicos ligados ao capital, tais como CEPAL, ONU, FMI, dentre outros aparatos.

Nesse sentido, as teorias acerca do desenvolvimento tratam os processos como homogêneos e traduzem leituras deste, como algo maniqueísta, ou seja, uma lógica binária de com e sem desenvolvimento. Essa dinâmica é demarcada pela ação direta do Estado como agente que conduziria a melhoria das condições de vida da sociedade por meio de projetos de desenvolvimento e por conseguinte, o progresso. Tal dinâmica traveste um projeto de teoria do desenvolvimento para o capital e, que propicia sua ânsia de acumulação a despeito dos impactos e conflitos resultantes de suas ações hegemônicas. Dessa maneira, a articulação e intencionalidades, associadas à teoria do desenvolvimento sustentável e às estratégias de sustentabilidades, mobilizam um conjunto de agentes que coadunam com o desenvolvimento para o capital (Whitacker, 2019).

4.1 OS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO (GPD): O BRASIL E SUAS CONTRADIÇÕES

No limiar do segundo quarto do século XXI, os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPD) são elementos centrais nessa leitura. São eles: a expansão das redes ferroviária, elétrica, das energias renováveis, portos, data centers, de petróleo e gás, usinas diversas, e outras iniciativas que possuem em comum a subjugação do território aos interesses de multinacionais. Nesse sentido, a crítica negativa enfocada em Marx propõe a desconstrução dos valores empreendidos pelos agentes hegemônicos e apresenta as contradições de tais processos visando a compreensão no caráter histórico em suas

interfaces tempo e espaço. Por meio dessa abordagem, busca-se desnudar as dinâmicas de submissão do trabalho e da sociedade aos interesses do capital.

Na análise de Alentejano et al. (2021) é possível observar a intermobilidade do capital no contexto da expansão capitalista sob a ótica dos GPD, por meio das lógicas econômicas, políticas e de constituição da categoria da infraestrutura como parte da concretude. A atuação do Estado torna-se central nessa estratégia dita de desenvolvimento e progresso, alicerçada na expansão de estruturas e/ou megaprojetos nas áreas de construção civil, energia, silvicultura, portos, dentre outros.

Assim, é urgente uma leitura crítica que avalie a produção do espaço e a apropriação da natureza no contexto do capitalismo e desconstrua na práxis as estratégias de ação do capital em pleno século XXI. Além disso, os GPD são projetos em médio e longo prazo que diametralmente executam a ação da opressão para comunidades tradicionais, que, por meio da luta e enfrentamento, disputam o discurso por meio da luta e articulação comunitária. Os GPD se concretizam como ação articulada com o mercado financeiro e as estruturas de estado, que no caso do Brasil está enfronhado na lógica de acumulação de capital. Essas estruturas atuam de forma global, regional e local, ou seja, a concreta leitura de tais processos só é possível com a abordagem multi e transescalar.

No contexto brasileiro e latino-americano, tais inserções do desenvolvimento para o capital, necessitam de análise apurada, haja vista o processo de avanço do capital por meio do IIRSA (Iniciativa de Integração da América do Sul), do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), da Copa do Mundo, das Olímpiadas, COP e que, associadas à expansão do capital subjugam o território nacional aos interesses internacionais de multinacionais e corporações da financiarização.

Diante disso, ressalta-se que “os GPD podem ser entendidos como atividades e empreendimentos de grandes dimensões, que demandam significativo volume de recursos/investimentos e que são extensiva e intensivamente impactantes na dinâmica regional” p. 52. Assim, os GPD são frutos das estratégicas engendradas na América Latina nos anos 2000, denominadas de IIRSA (Iniciativas de Integração Latino Americana), porém, em momento histórico de avanço do imperialismo, tais estratégias foram desarticuladas e reprimidas à escala nacional, como apontada Porto-Gonçalves (2005).

É nesse contexto de expansão dos GPD que se insere a implantação das Linhas de Transmissão de Energia Elétrica - desde o processo de sua concepção, a linhagem do desenvolvimento fetichizado ao processo de financeirização relacionado às conexões com

os conglomerados multinacionais. Assim, compreendemos as Linhas de Transmissão de Eletricidade como parte fundante para o processo de avanço do capital, e diretamente dos GPD, como formato tanto institucional quanto territorial direcionado para o desenvolvimento das forças produtivas do capital.

O alinhamento aos interesses da reprodução do capital, se manifestam sob diferentes matizes: os leilões públicos, a execução da faixa de servidão, o pagamento via RAP, a vinculação com o capital multinacional e o controle territorial pelas empresas concessionárias, o que ocasiona a subordinação territorial das comunidades e a centralidade da expansão das infraestruturas dotadas de visibilidade colossal, sendo inseridas numa lógica da opacidade espacial.

Tal dimensão ofusca a realidade, que deve ser compreendida a partir da centralidade das Linhas de Transmissão no processo de circulação de mercadoria, qual seja a eletricidade fetichizada e mola propulsora para o dito desenvolvimento e progresso propagandeado, tanto pelas estruturas formais do capital, quanto do Estado, bem como das entidades dos aparelhos privados de hegemonia, mais precisamente o Fórum de Associações do Setor Elétrico (FASE).

Esse processo, mediado pela circulação-consumo da mercadoria eletricidade, escamoteia os interesses públicos e comunitários em detrimento da lógica autoexpansiva do capital na forma de valorização do valor. Ou seja, trata-se da reprodução da lógica de valorização do espaço promovendo a produção capitalista do espaço, por meio da apropriação privada de fração da natureza e da conversão de energia, em energia elétrica. Dessa forma, oferece essa energia às forças destrutivas do capital visando a expansão do capital em sua forma de valorização do espaço para cominação Estado-Capital, e, promovendo contraditoriamente a usurpação por meio do controle territorial externo (corporações) nos espaços de sangria, materializados nas comunidades camponesas, quilombolas dentre outras.

Para Brandão (2004), “o certo é que o capitalismo aprimorou sua capacidade de ser transescalar, isto é, utilizar as escalas nacionais, regionais e locais em seu próprio benefício, isto é, o do ganho rápido e sem constrangimentos”. Nesse sentido, cabe-nos refletir sobre como esses processos estão associados aos Grandes Projetos de Desenvolvimento para além da efetivação prática no espaço/território, mas também sobre os mecanismos capitalistas associados a essa interação direta de execução e planejamento, ocasionando impactos e desdobramentos diversos, os quais geram de um lado, o rastro de violência e de outro a acumulação de capital. Nesse sentido, Sassen (2016, p.116) analisa

o processo de expulsões associadas à dinâmica de expansão do capitalismo e, nesse contexto, a dimensão financeira de grupos globais e os impactos nas relações sistêmicas de exploração.

Em Brandão, observa-se a continuidade da análise crítica focada na compreensão "do uso do território e de seus recursos minerais, água e energia, até exauri-los" (2010, p. 48). No contexto dos GPD, Malheiro e Cruz, conceituam a diversidade e complexidade do processo, afirmando que,

> os grandes projetos de des-envolvimento (projetos mineiro-metalúrgicos, petroquímicos, grandes usinas hidrelétricas, estradas, portos, hidrovias, ferrovias, [linhas de transmissão], etc.) são dispositivos territoriais capazes de suspender, em termos políticos, jurídicos e normativos, toda a complexidade e diversidade territorial dos espaços nos quais se instalam." 2019, p. 19 – grifos nossos).

Portanto, os Grandes Projetos Desenvolvimento valem-se da lógica "do uso do território e de seus recursos minerais, água e energia, até exauri-los" (BRANDÃO, 2010, p. 48). Em análise da conceituação, gostaríamos de frisar a incipiente produção acadêmica acerca das linhas de transmissão de energia como parte dos GPD, o que nos faz refletir sob quais circunstâncias geográficas pode-se se inserir as linhas de transmissão nessa complexa rede capitalista de exploração.

Para Alentejano "os GPD são sempre "grandes objetos" que se articulam em diferentes escalas (regional, nacional, global), mas que demandam para sua existência concreta a escala local, com a qual precisam se confrontar" (2019, p. 193). É nesse ponto do diálogo que assumimos a intencionalidade de forjar as referidas linhas de transmissão de eletricidade nesse processo, compreendendo-as como parte central da conexão física, material e imaterial dos GPD no contexto da acumulação do capital.

No processo crítico de compreender a dimensão das relações entre energia elétrica e Geografia e, dessa forma, compreender a dinâmica e teorização dos GPD como parte dessa trama capitalista de produção do espaço, Lima (2015), num estudo sobre o plano de eletrificação do estado do Ceará, nos dá um aporte teórico acerca da relação entre Geografia-Energia-Estado. O autor, busca entender "o processo de espacialização das relações sociais de (re)produção capitalista e do avanço das forças produtivas no território brasileiro. Isso a partir do projeto de eletrificação do Brasil, que tinha por intuito suprir as necessidades da crise energética na qual o país se encontrava nas décadas de 50 e 60". (Lima 2015, p. 44).

Em estudo de análise interdisciplinar, Alentejano e Tavares (2019) afirmam que foram discutidos e identificados os impactos socioambientais no espaço fluminense, indicando de forma direta as violações aos direitos humanos e a mercantilização do território aliado a estratégias internacionais. Numa reflexão crítica, apresentam as singularidades dos GPD, associando-se com os processos de acumulação de capital, bem como as leituras das dinâmicas espaciais e territoriais relacionadas à injustiça ambiental, o neodesenvolvimentismo na América Latina.

Diante disso, Santos e Silveira (2003), apontam o aumento do número de linhas de transmissão no Brasil entre os anos de1955 e 1995, alçando uma elevação de 3000%, fato alicerçado na ideologia desenvolvimentista brasileira. Nesses termos, Andrade e Ramos Filho (2022) demonstram a voracidade do avanço das linhas de transmissão de energia elétrica com seus impactos diretos nos territórios das comunidades camponesas e quilombolas na Bahia e Sergipe. Nesse ínterim, tais dimensões serão aprofundadas na seção 03.

CAPÍTULO 05 – CRISE DO CAPITAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO (SEB)

Essa reflexão demarca o ponto de partida para análise das contradições acerca da inserção do Brasil, no modo de produção capitalista. Analisa suas imbricações nas questões políticas, territoriais, sociais, ideológicas e ambientais no século XXI e suas inerentes interrelações com a crise estrutural do capital. Constitui uma contribuição no que tange às análises referentes ao modo de produção capitalista, as relações com o campo brasileiro, o acirramento da questão agrária e suas multifacetadas estratégias de ação do Estado em sua face destrutiva e violenta, no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento, mais precisamente no setor elétrico nacional por meio das infraestruturas de linhas de transmissão de energia, as quais produzem diversos conflitos territoriais.

Como caminho teórico-metodológico, trataremos da análise fundamentada na reflexão sobre a apropriação privada da natureza e o papel do Estado quanto a execução de políticas públicas no setor elétrico nacional. Cabe ressaltar que tais problemáticas estão fundamentadas também no envolvimento com os movimentos sociais do campo e das cidades. Além disso, pautam-se também na dinâmica contraditória da realidade concreta, quanto aos processos de agentes econômicos, interesses políticos e ação direta do

judiciário brasileiro no engendramento do capital no campo e sua irradiação como discurso e práticas hegemônicas na subjugação da classe trabalhadora.

Didaticamente, afirmamos que, enquanto aparência, tais processos emergem como estratégias do capital relacionadas às ações de promoção do desenvolvimento e progresso, porém, na sua essência como projeto encarniçado de ameaça, cooptação e morte à classe trabalhadora e ao patrimônio natural brasileiro.

As estratégias de acumulação na reprodução ampliada do capital constituem a essência do modo de produção capitalista e como tal, a expansão de atividades econômicas que visem a superexploração da natureza. Vale ressaltar que, em período de crise estrutural, como ressalta Mészaros (2011), tais processos se aguçam na sociedade de forma mais efetiva e violenta, como ação de recuperação de investimentos buscando novas táticas de crescimento econômico que visem produção de mais valor.

Nesse sentido, práticas econômicas são retroalimentadas com robustos investimentos públicos, a exemplo do BNDES, entes internacionais, tais como bancos e fundos de investimentos, os quais contraditoriamente executam ações empresariais que repercutem na exploração e especulação do capital em detrimento dos interesses da classe trabalhadora.

Cumpre destacar que a condição das populações do campo expressa a dialética sujeição e resistência a tais processos, visto o avanço do capital no campo nas diversas áreas, mineração, cultivo em larga escala de eucalipto (eucaliptização), energia, monocultura de *commodities*, dentre outras, que representam os Grandes Projetos de Desenvolvimento, engendrados pela omissão do Estado brasileiro em comum acordo com os interesses capitalistas, como afirma Alentejano (2021).

No contexto da questão agrária brasileira, o agronegócio, nas palavras de Ramos Filho (2016), emerge como ação direta de interesses capitalistas nacionais, mas sobretudo internacionais, materializados em conglomerados, holdings e demais artifícios, os quais exprimem as estratégias de concentração de capital, que visam a expansão do capital pós revolução verde nos países periféricos.

Dessa maneira, o Brasil torna-se estratégico no emaranhado societal do capitalismo que é mediado pelo Estado na concepção do modelo extrativista e de desenvolvimento, calcado na exploração do campo por monoculturas atreladas ao mercado internacional de *commodities*. Nesses termos, torna-se central a compreensão sobre como se dão tais processos, haja vista que, em sua essência promovem a destruição

da natureza, a exportação de água e o passivo direto da expulsão de comunidades tradicionais, sejam elas camponesas, indígenas, quilombolas, dentre outras.

As processualidades relacionadas diretamente à extração de mais valor, tais como trabalho análogo ao escravo, expansão na produção de grãos, grilagem de terras, extração de petróleo, mineração, construção de barragens e usinas, dentre outros tantos exemplos, contribuíram para o aguçamento das desigualdades sociais e a geração de conflitos territoriais nos locais de concentração de terra por meio da grilagem, expulsão e aquisição irregular de grandes extensões de terra.

Os interesses capitalistas, com suas formas de apropriação privada, promovem a financeirização da natureza e por conseguinte da agricultura, produz o modelo de desenvolvimento perpetrado pelo agronegócio, o qual conflita diretamente com os interesses da classe trabalhadora. Ou seja, as linhas de transmissão e a financeirização do setor elétrico são facetas com determinações diretas à lógica da compreensão da problemática em questão. Há direto contraste com as formas de vida camponesa, diverge das formas tradicionais de reprodução da vida e é contrário às dinâmicas de trabalho desenvolvidas por tais comunidades, tanto do campo como da cidade.

No bojo da questão agrária brasileira, as estratégias de desenvolvimento preconizadas pelo Estado engendraram, por meio da mineração, da expansão das infraestruturas das energias renováveis e do agronegócio, diversas ações estruturantes relacionadas à captura dos recursos públicos e tendo nas políticas públicas a mola propulsora da captação dos financiamentos. Tal processo impacta diretamente na produção industrial e de *comodities* no Brasil, visto que os recursos públicos destinados à produção agrícola são drenados por meio de políticas públicas para a monocultura especulativa do agronegócio, para a especulação das terras agricultáveis, à privatização via estrangeirização das terras, que e em contraste aos interesses dos povos do campo, produzem o aumento a cada ano de diversos conflitos agrários e territoriais.

Assim, cumpre destacar que as contradições do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, e em países periféricos, representa o avanço do capital em meio à crise estrutural visando lucro, como aponta Filgueiras (2018) em sua análise do modelo liberal periférico adotado no Brasil. Como ponto fundante das análises acerca das formas de apropriação privada na natureza, Mitidiero Junior (2016) e (2021) observa um elo central para compreensão da relação Estado-Capital-Trabalho no Brasil. Segundo ele, a expansão do agronegócio está relacionada diretamente à atuação do Estado, com apoio jurídico-normativo quanto à superexploração da natureza.

O resultado é o processo de aprisionamento da classe trabalhadora aos interesses da reprodução ampliada de capital, ou seja, tal processo tem conexões diretas com a estrangeirização de terras, privatização da água, subsolo, ar e frações do espectro eletromagnético, intensificação do uso de agrotóxicos, potencialização da violência no campo, expropriação de comunidades tradicionais, intensificação do processo de periferização e exclusão socioespacial nas cidades e aprofundamento das desigualdades sociais.

Mezsaros (2011), analisando o processo de reprodução do capital no contexto da crise estrutural, enfatiza a problemática ecológica como uma contradição inerente à expansão capitalista, atribuindo um escopo marxiano às preocupações ecológicas como reprodutores de antagonismos de classe e que de forma ampla atribuem problemas centrais como pormenorizados ao conjunto da sociedade. Além disso, Mezsaros (2011, p. 51) afirma que "o Deus que falhou, na imagem da onipotência tecnológica, é agora, recomposto novamente sob o disfarce do interesse ecológico".

Ou seja, transfigurou-se a questão sob a ótica ecoambiental para o sufrágio coletivo e universal do fetiche da mercadoria como forma de sustentáculo da dissimulação do capital frente à sobrevivência da humanidade, à despeito das contradições sociais e políticas inerentes de forma concreta

No que tange aos argumentos centrais das empresas, emerge a linguagem da mercadoria, materializada na estratégia de cooptação das comunidades com a oferta de empregos. Essa linguagem é representada também na oferta de montantes financeiros materializados nas condicionantes ambientais, relacionadas ao processo do licenciamento ambiental.

Outro formato de cooptação é o sustentáculo discursivo no fetiche da energia como mercadoria e como riqueza nacional, representada pelo falseamento da realidade por meio do ideário do progresso e desenvolvimento. A Sterlite/São Francisco, a exemplo, contribuiu diretamente para a compreensão da lógica Estado-Capital-Trabalho, sob a perspectiva da tecnificação e apropriação da natureza como formas políticas de mercantilização, sob a binômio progresso e desenvolvimento.

Tais circunstâncias de atuação do Estado-Capital materializam-se na formatação de uma rede complexa e contraditória no Setor Elétrico Nacional, no qual a circulação de eletricidade, enquanto mercadoria fetichizada, possui centralidade na constituição das políticas públicas constituídas historicamente. Nesse sentido, o capital no contexto do setor elétrico nacional, se substancializa com a omissão passiva do Estado para com as

empresas e a ação do mesmo na operacionalização dos leilões de energia da ANEEL, bem como nos impactos territoriais diversos ocasionados pela implantação das infraestruturas energéticas. Ou seja, as Linhas de Transmissão de Energia Elétrica (Lts) assumem centralidade, haja vista serem as infraestruturas responsáveis pela circulação no território da quantidade crescente de eletricidade em produção no Sistema Integrado Nacional (SIN).

Ademais, a omissão atua como estratégia de potencialização do avanço capitalista, que em sua aparência se confunde com desconhecimento e, em essência, demarca a ação direta do Estado no que tange à questão agrária brasileira como eixo protagonista dos GPD e, mais diretamente as LTs, como sustentáculo dos processos inerentes ao argumento das políticas públicas de segurança energética, tal como preconiza a Política Nacional de Energia (PNE).

Thomaz Junior (2015, p.13) analisa a questão agrária atual e a relaciona diretamente com os conflitos territoriais e o avanço do capital, exasperando a necessidade de compreender que:

> "É no cenário dos enfrentamentos e disputas entre os trabalhadores assalariados, camponeses, meeiros – com o capital (nacional e transnacional), proprietários de terra/latifundiários, conglomerados envolvidos nos empreendimentos agroindustriais, mineradores, madeireiros, cerealistas, que se edificam os territórios da luta de classe". (p. 13)

No cenário das políticas públicas no Brasil e das reformas empreendidas nos estados periféricos, tal como preconiza o Consenso de Washington de 1989, emerge a Política Nacional de Energia (PNE), como ação do estado brasileiro no fomento a ações estratégicas de desenvolvimento da infraestrutura energética nacional, englobando tanto a produção de energia elétrica, como suas matrizes constituidoras, nas dimensões dos combustíveis fósseis (petróleo e gás natural) e também das fontes ditas renováveis.

Importante ressaltar que o modelo do sistema elétrico nacional foi engendrado por meio de ações privatizantes e camufladas de gestão estatal. Desde a concepção da ANEEL, no bojo das entidades reguladoras para atender os interesses capitalistas, a ONS atua como ente operador do sistema, com funcionamento gerido pelas cooperações demandantes do SEB. Além disso, a CCEE atua como central na comercialização da energia elétrica produzida e contempla a gestão pelas comercializadoras de energia, tanto do mercado regulado como do livre.

Tal processo envolve também, por meio da PNE, as lógicas de fomento do Estado ao amplo desenvolvimento das capacidades produtivas do país, no sentido da visão de

curto, médio e longo prazo. Ou seja, obras e ações em diferentes escalas e temporalidades, visam a amplitude continental do Brasil, mas também buscam a interveniência com a rede de órgãos públicos da área produtiva, ambiental e social com o objetivo de compreender a lógica das forças produtivas, os eixos de desenvolvimento e as atividades produtivas nas regiões brasileiras.

Assim, a PNE ascende à dimensão estratégica de política nacional como sustentáculo do desenvolvimento do país, tendo as ferramentas e instrumentos que visam a localização de infraestruturas, a visão de longo prazo e também o envolvimento do setor produtivo na tomada de decisões. Tais emaranhados normativos e de disputa de hegemonia serão apresentados nos capítulos posteriores no debate relacionado à PNE e a instalação de linhas de transmissão de energia.

Em sua essência, a PNE se constitui como ação integradora e articuladora da produção do espaço capitalista no Brasil, por meio da constituição do arcabouço da política pública nacional que viabiliza a questão da apropriação privada da natureza, sob a égide do Estado como mediador e conciliador de interesses de grupos empresariais nacionais e internacionais, que atuam em rede no contexto do capital financeiro.

Diante disso, a estratégia energética nacional se converte na constituição da rede de energia elétrica nacional, integrada fisicamente à lógica territorial/regional na América Latina. Por meio da Itaipu binacional nos anos 1970/1980, consolidou-se a produção robusta de eletricidade na escala nacional. Tais processos, dão sustentação à lógica espoliadora do capital por meio da especulação e busca incessante de acumulação de capital (Germani, 2003), porém, constituem as bases para a constituição da mercadoria energia elétrica em escala nacional, que necessariamente possui especificidades, tanto da produção como do consumo, mas particularmente para a transmissão, ou seja, a circulação de tal mercadoria fetichizada no território nacional.

A década de 1990 efetiva o caráter de dimensão da "crise[10]" do sistema elétrico nacional, sendo essa a fórmula de medida para justificar a privatização frente à opinião pública. Isso já se torna efetivo desde o avanço das políticas neoliberais de cunho estrutural, ou seja, do avanço do capital nos países periféricos desencadeados pela crise do capital do século passado. A ação especuladora se consolida por meio dos leilões de energia das infraestruturas de geração e transmissão de energia que foram privatizadas

[10] https://www.memoriadaeletricidade.com.br/linha-do-tempo

em 1995, como já apontado anteriormente, ou seja, houve a redução gradual da ação do estado como atividade pública, ancorada no sustento da ação especulativa do capital.

Gonçalves Junior (2007) apresenta estudo acerca da indústria elétrica nacional, analisando as transformações no modelo do SEB e discute os condicionantes e estruturas organizacionais que desenvolveram o sistema elétrico brasileiro. Ele aponta que a classe trabalhadora nunca foi convidada a debater e apresentar propostas a tais mudanças (as privatizações) e condicionantes (integração do setor elétrico), ocasionando, diretamente, a tomada de decisões do estado brasileiro alocada nas relações com o capital financeiro.

Nos termos das condicionantes históricas e das transformações já apontadas no Setor Elétrico Brasileiro, cumpre destacar o papel central desempenhado pelo Banco Mundial, promovendo inúmeras iniciativas regionais a partir de conglomerados internacionais utilizando o consenso de Washington como justificativa, haja vista a entrada do capital internacional e a privatização do setor.

Nesses termos, a dimensão contraditória de tal processo reverbera no Brasil como questões concernentes ao progresso e desenvolvimento nacional, porém, materializados na subjugação e sujeição do território das comunidades camponesas e quilombolas, indígenas e povos subalternizados em sua totalidade. Relacionado diretamente à questão geopolítica internacional posta por Silva (2006), o autor tece críticas à necessidade de intensificação da diversificação de matrizes energéticas, visto o potencial de produção mineral de urânio em subsolo brasileiro. Ele aponta a necessidade de inserção do sistema elétrico do Brasil nos moldes internacionais, os quais não são dependentes das variáveis climáticas quanto aos reservatórios para geração de energia hidroelétrica. Hodiernamente, as terras raras/minerais críticos estão no centro do debate geopolítico global.

Intenta-se problematizar o protagonismo do capital frente à lógica da produção do espaço tendo centralidade na energia elétrica, como forma de compreender a territorialização do capital e a monopolização do território aos interesses capitalistas. Nesse contexto, algumas tramas regulamentadoras emergem como formas de sustentação e justificativa ao processo de territorialização e monopolização, a saber: (1) a RAP (Receita Anual Permitida), estratégia construída pela ANEEL para efetivação dos pagamentos das empresas ligadas ao setor das linhas de transmissão de energia, possibilitando a medida de apropriação da renda da vida (Bartra, 2006) por meio dos leilões especulativos nas bolsas de valores, usurpando frações da reprodução histórica da sociedade; e (2) a faixa de servidão administrativa, estrutura de subjugação do território aos interesses capitalistas, sob a dimensão da “aceitação” unilateral da passagem das LTs,

sob o prisma do dito desenvolvimento e progresso, extraindo diretamente renda da vida e impactando na reprodução das famílias impactas pela instalação da parafernália das Linhas de Transmissão de Energia.

No contexto das faixas de servidão, é importante frisar que elas condicionam o processo de tomada e extração de terras das comunidades e seus proprietários frente à inutilização de áreas para a reprodução da vida nas comunidades. Isso, diretamente inviabiliza a produção camponesa de alimentos e condiciona a expulsão de frações de populações expropriadas para centros urbanos.

Esse processo espacial engendra-se como territorialização do capital por meio das corporações concessionárias que atuam na alteração da dominialidade nas áreas que são impactadas pelas faixas de servidão. Isso constitui elemento central da questão agrária contemporânea que vislumbra relações de expulsões e expropriações estruturais do capital frente ao seu avanço expansivo, o que podemos exemplificar sob a ótica da acumulação por espoliação de Harvey (2005).

A RAP e as faixas de servidão constituem eixos de expansão do capital protagonizadas pela ação do estado em seu papel de omissão e mediação para a potencialização da acumulação de capital em sistema sociometabólico. Ou seja, as ferramentas e estratégias estão fundadas na superexploração da natureza, por meio da extração de mais valor, operado pela exploração das concessões das LTs, bem como pela transmissão de eletricidade, por meio da circulação monetizada e fetichizada nos circuitos das LTs.

Nesse contexto, há uma total subjugação da produção do espaço aos interesses capitalistas, produzindo o território do capital, o qual, no contexto da energia elétrica, constitui-se na articulação imbrincada da produção, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica sob o formato capitalista, camuflado a partir do ideário da segurança energética. Tal dinâmica espacial está atrelada ao processo especulativo e autoexpansivo do capital, aprisionando o âmbito industrial nacional por meio de maquinários importados, que, atuando em rede internacional, dinamiza-se pelo financiamento junto a sistema financeiro nacional e internacional.

De outro lado, ocorre a extração de renda extraordinária dos sistemas elétricos financiados pelo consumo de energia residencial e industrial, dinamizado pelo trabalho assalariado e produzida pela operação das LTs, com a circulação da mercadoria energia elétrica em grande quantidade, normalmente acima da demanda nominal.

Ou seja, a dimensão efetiva do sistema elétrico nacional está a revelia dos interesses da classe trabalhadora e contraditoriamente, segue atrelado aos anseios da ideologia do desenvolvimento nacional, ou seja, do capital, e tem como resultado a capitalização constante do mercado de energia elétrica brasileiro. Esse, atrelado ao mercado de capitais, ora para construção de hidroelétricas para aproveitamento das capacidades hídricas, ora para a constituição de termomelétricas para estarem atreladas à lógica dos combustíveis fósseis e também para o atrelamento à lógica da economia verde protagonizadas pela energia eólica e mais atualmente a solar.

Tal dimensão está atrelada à formatação de imperialismo nas palavras de Lenin (1917). No século XXI, denota-se como uma categorização de imperialismo verde, atrelado ao discurso ambiental, conforme aponta Barreto (2018), sendo adequado às novas exigências das potências centrais e aos interesses do capital financeiro. Nas palavras do autor marxista russo Lenin (2011, p.94): ”O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro”. Tal processo está imerso nas intensas táticas empresariais das corporações por meio das aquisições, fusões e controles acionários fictícios.

É necessário analisar quaisquer das interações programáticas e críticas a esses processos, sob a ótica autoexpansiva do capital, que permeados pelas estratégicas de Estado engendradas pela PNE, potencializaram a linguagem das mercadorias - produção, circulação, consumo e fetichização - no setor elétrico nacional materializadas na ideologia da segurança energética para o capital.

Como consequência desse processo, há a subjugação do território e a sujeição das comunidades camponesas e quilombolas aos processos especulativos do capital que rompe a possibilidade de autonomia energética em detrimento da subordinação do trabalho e da natureza aos interesses capitalistas.

A linguagem efetiva está dinamizada pela lógica do desenvolvimento desigual e combinado como formatação de espaços da miséria. Em rede transescalar condicionam a igualização e diferenciação de áreas no sentido de propiciar a articulação e integração local-nacional-global, como assegura Smith (2002). Nesses termos, a constituição do Sistema Integrado Nacional (SIN) é a formatação técnica da conexão entre todos os sistemas de produção, transmissão, distribuição e consumo da rede elétrica brasileira, sendo tal processo, em sua essência, o formato efetivo da subjugação do território e a sujeição do trabalho e da natureza atrelados à lógica da acumulação do capital.

A demarcação da operacionalidade do capital nesse processo está na atuação e constituição do ONS (Operador Nacional do Sistema), o qual atua por meio de uma organização empresarial privada, que tem como missão o gerenciamento da energia elétrica produzida, transportada e distribuída em todo o país, e que por conta dessa característica posiciona a eletricidade atrelada aos setores produtivos e grandes centros de consumo.

Assim, consolida-se o processo da fetichização da energia elétrica, tendo como base fundante a mercadoria fetichizada, dinamizando o acesso universal em cada lar dos brasileiros e entregando o fetiche do modo de vida urbano como simulacro da simbiose do progresso e desenvolvimento. Isso contribui para a realidade da energia elétrica consolidar-se como um dos principais sustentáculos do capital na sociedade do século XIX, XX e principalmente no XXI.

Diante de tantas problemáticas, é importante frisar o processo de subordinação do território, a subjugação das comunidades camponesas e quilombolas e a sujeição do trabalho como formas articuladas de possibilitar a lógica da segurança energética como discursos do progresso e desenvolvimento capitalista. Porém, como ação do Estado, a segurança se concretiza como ameaça aos interesses da classe trabalhadora que, diametralmente no processo histórico de defesa da vida frente à acumulação capitalista, protagoniza formas estratégicas de potencialização da autonomia como sustentáculo da soberania em detrimento das lógicas já apontadas de segurança.

A energia como processo de trabalho e a energia elétrica como apropriação de frações da natureza se constituem como elos contraditórios de luta e resistência ao processo autoexpansivo do capital. Nesse contexto, as comunidades tradicionais, camponesas e quilombolas protagonizam, sob a égide da autonomia popular, o engendramento da soberania popular, não com o Estado, mas como forma de construção de inovadoras estratégias de autodefesa, visando o ideário da resistência desde baixo, aos desmandos do Estado-Capital.

Além disso, cabe a reflexão acerca da forma social da soberania popular, mais precisamente a energética, visto que isso aponta caminhos para a superação da lógica da energia elétrica como mercadoria. Nesse ínterim, constituem-se possibilidades de consolidação do desenvolvimento desatrelado à dimensão do capital. Ou seja, aponta-se para saídas coletivas, via soberania popular, para superar a lógica da segurança energética. Tais dimensões do objeto de pesquisa irrigam o processo intelectual de reflexão do real concreto, materializado nos processos de enfrentamento protagonizados nas comunidades

camponesas e quilombolas nos diversos municípios estudados no conjunto desta pesquisa.

A rede das linhas de transmissão de energia na Bahia, Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Sul, Amazonas, Tocantins, são exemplos do processo de produção capitalista do espaço, protagonizados pelos conflitos territoriais nas referidas LTs que, em seu processo territorial, engendram a lógica da apropriação privada da natureza, convertendo território de vida em território do capital, na linguagem das mercadorias e no sustentáculo do capital das contradições da questão agrária brasileira.

CAPÍTULO 06 – GEOGRAFIA, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A DISSUMULAÇÃO DO CAPITAL

Neste capítulo trataremos de analisar o processo contraditório da produção capitalista do espaço, articulando as categorias da natureza e território no contexto das políticas públicas da eletricidade.

A categoria Espaço na Geografia foi sendo debatida de acordo com os avanços teóricos das concepções filosóficas, até o desdobramento do espaço no bojo de sua produção. Por conseguinte, diversos autores debruçaram-se na árdua missão de sua conceituação e principalmente em sua centralidade para os estudos geográficos. Moreira (2009) percorre a história das sociedades para desdobrar as abordagens acerca do espaço e suas conexões com os movimentos da sociedade, porém, reforça que a Geografia moderna do século XXI tem raízes no século XIX, período no qual a Geografia atingiu status de ciência.

Nessa trilha, Santos (1985) discute o Espaço à luz de sua estrutura, processo, função e forma, sendo compreendido pelo célebre autor negro baiano, como uma instância da sociedade. Em período posterior, Santos (1997, p. 111), abrindo o leque de abordagem e de compreensão sobre o Espaço geográfico, afirma que o espaço geográfico "é formado por dois componentes, sendo a configuração territorial e o conjunto das relações sociais em dado momento". Diante de tais abordagens, o Espaço atinge eixo dinamizador dos estudos geográficos e centralidade na abordagem da Geografia por meio das dinâmicas sociais.

Santos (2005), na busca por compreensão e resgate da categoria Espaço Geográfico, desnuda as diversas possibilidades históricas de concepção de espaço e enfatiza que na Geografia, dita tradicional, ressaltando as contribuições de Ratzel e La Blache e posteriormente Hartshorne, o Espaço estava presente em suas formulações. No

período entre guerras, a Geografia desloca suas abordagens para a dimensão quantitativa e dinamiza outras reflexões acerca da dimensão social na Geografia.

A ruptura epistemológica na Geografia ocorre com o envolvimento da Geografia com o materialismo histórico e dialético, de base filosófica marxista, no qual introduz-se outras abordagens para a Geografia, dando centralidade à categoria Espaço Geográfico, associando-o à lógica de produção do modo capitalista. A partir de obras de autores preocupados com a Geografia e análise crítica da realidade, tais como Henry Lefebvre, Milton Santos, Ruy Moreira, Antonio Carlos Robert de Moraes, dentre outros, a Geografia tomou novos contornos de abordagens críticas e, nesse sentido, a produção do espaço alça-se no bojo da análise geográfica.

O processo de produção do espaço é complexo, dinâmico, contraditório e dotado de diversas matizes analíticas, desde a concepção de abordagem à apropriação dos conceitos básicos, tais como produção, consumo, circulação de mercadorias. Porém, um elemento central nessa acepção, materializada no modo de produção capitalista, é sua produção destrutiva, bem como as características da expansão do capital no espaço.

Marx (2011), nos Grundisse em reflexão pioneira nas formas do capital e na dinâmica de crítica da economia política, expõe com perspicácia as contradições inerentes à produção e sua simbiose sintomática interrelacionada com o consumo e circulação, destacando a imbrincada conexão entre ambas.

Além disso, Marx articula o processo de produção de mercadorias no capital à lógica da exploração do trabalho e do trabalhador, concedendo análise crítica de diversas determinações, no contexto da produção de mercadorias no capitalismo. Dito isso, compreende-se aqui o capital como relação social, não associada meramente à produção separadamente ou a valor de maneira isolada, mas sim numa teia de inter-relações contraditórias. Ainda segundo Marx (2011), é possível compreender o contexto da inteira conexão entre a produção capitalista remetendo diretamente à produção do valor, ou seja, sua expansão contínua, associado à “assim chamada acumulação primitiva”. (MARX (2014, p.345).

Em Marx (2011) é possível concluir que produção/circulação/consumo não são entes apartados, mas sim momentos interligados de uma totalidade em movimento constante, tendo a produção como moduladora, mas também objetivamente influenciada num movimento contínuo e interdependente. Importante destacar que a produção, a circulação e o consumo estão interconectados, sendo, o consumo, na verdade um produto da produção e suas relações sociais. Dito isso, por meio das mediações é possível inferir,

baseando-se em Marx (2011), que a produção medeia o consumo ao criar o material e o objeto para ele. Por conseguinte, o consumo medeia a produção ao criar o sujeito para quem os produtos são feitos e ao dar ao produto sentido e utilização objetiva.

Aqui repousa a crítica à Energia Elétrica e sua conformação no sistema do capital, enquanto apropriação de força produtiva no sociometabolismo do capitalismo, relacionando a expansão frenética ao longo da segunda metade do século XX e seu apogeu expansivo no início do século XXI. Foi nesse período que o avanço das técnicas e das infraestruturas de indústrias se atrelaram e ocorreu a incorporação do campo à cidade, tanto no modelo econômico vigente, mas principalmente enquanto ideário de vida, no processo de sustentáculo do capital destrutivo.

A produção do espaço derivada desse processo se estabelece contraditoriamente na incorporação da natureza aos ideais da expansão do modo de produção capitalista, ou seja, traduzindo o consumo fruto também da expansão da produção capitalista, seja na indústria, seja no comércio ou no serviços, mas principalmente construindo o ambiente de expansão do modo de vida citadino, incorporando a classe trabalhadora aos enigmas da vida urbana, bem como aos fantasmas da representação da vida e trabalho assalariado nas cidades. Nesse processo, associa-se a expansão dos sistemas técnicos de energia elétrica como forma de sustentação da vida urbana, que em aparência é garantida com a ampliação do consumo, mas gradativamente consolida-se como a essência na extração de mais valor para a contínua e desenfreada acumulação de capital.

As relações entre produção e consumo estão intrinsecamente ligadas, não como esferas separadas, mas como membros de uma totalidade em movimento, diferenças dentro de uma unidade. A produção é considerada o ponto de partida efetivo e o momento predominante de todo o processo, tendo o consumo na constituição de novas formas de apropriação da vida. Na energia elétrica, esse processo é latente, haja vista que na medida da expansão dos aparelhos citadinos e na constante expulsão com expropriação do campo, as necessidades avançam na constituição da rede elétrica como direito, porém, direito ao consumo de um lado e, de outro, ao consumo de trabalho e natureza.

Assim, a produção produz o material para consumo, determina o consumo e gera a necessidade para novos produtos ao consumidor. No bojo da expansão dos empreendimentos de eletricidade, esses atendem de forma direta ao sustentáculo dinâmico e expansivo de garantia da produção das mercadorias (energia elétrica), ao tempo que conduz ao seu imediato consumo também em expansão. Ou seja, em Marx (2011), é possível compreender as contradições inerentes à expansão que diretamente é

seu consumo de eletricidade, alçando a lógica da negação de suas problemáticas ou impactos nos locais de produção na qual o consumo é diminuto, porém, o ideário do consumo traduz a sua ampliação incessante.

Diante disso, a produção determina um consumo, uma troca e uma distribuição/circulação, bem como as relações entre esses momentos. Embora a produção seja o momento predominante, há uma interação entre todos os elementos, e a produção também é determinada, em sua forma unilateral, pelos outros momentos, como a expansão do mercado (troca) ou as necessidades de consumo, mediadas, no caso da energia elétrica, por meio das linhas de transmissão de energia, no processo marcadamente relacionado com a circulação de mercadorias no circuito da fetichização. Assim, nas palavras de Marx (2011, p. 60), é possível externalizar a reflexão crítica que involucra a análise acerca da inter-relação entre energia elétrica e produção do espaço "toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior e mediada por uma determinada forma de sociedade". Essa sociedade é mediada e dinamizada, violentamente, pela lógica destrutiva do capital na produção do espaço constante da miséria.

Lefebvre (2008), em célebre obra denominada Espaço e Política, discorre com aprofundamento acerca da teoria crítica e desdobra a abordagem do método dialético mais precisamente progressivo-regressivo, no intuito de construir uma reflexão acerca do conceito de Espaço sob um viés filosófico. Por meio da crítica profunda ao capitalismo, o autor analisa como o conceito em tela é fundamental para a compreensão da realidade capitalista e nessa trilha defende a ideia do espaço como político e não como objeto científico, compreendendo-o como produto social, sendo, dessa forma, dotado de singularidades.

Nesse sentido, o autor analisa o espaço como produto da produção do espaço, haja vista as dimensões material e financeira e que tais processualidades somente podem ser compreendidas sob o prisma dialético. Diante disso, o autor desvela uma crítica profunda às concepções tradicionais pavimentando o caminho para a análise do espaço como fruto da realidade social, ou seja, diretamente relacional e histórico. Em sua crítica às concepções tradicionais, como o racionalismo, o empirismo ou o marxismo clássico, Lefebvre (2008) apresenta a noção de que o espaço não é apenas um produto, objeto ou mercadoria, mas uma pré-condição de toda produção e troca, intrinsecamente ligado à reprodução das relações sociais de produção.

É nessa dimensão contraditória que repousa nossa compreensão acerca da produção do espaço e suas conexões com a expansão das infraestruturas de energia e o consumo de eletricidade como base para análise das inter-relações ocasionadas pela expansão do capital, a apropriação da natureza e a fetichização da energia elétrica. Essa visão amplia a necessidade de compreensão do espaço como uma relação e um suporte dinâmico de inerências na dissociação, sendo simultaneamente abstrato, concreto e homogêneo/desarticulado. O espaço social se torna o local da reprodução, organizando-se em função do trabalho produtivo e da reprodução das relações de produção no cotidiano.

Nas trilhas de Lefebvre (2008), é possível compreender as três dimensões da produção do espaço – o percebido, o vivido e o concebido, sendo elas o da prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação, ambas de igual valor. Diante disso, o espaço é continuamente produzido e sempre associado à dimensão do tempo, sendo possível identificar três momentos da produção: material, de conhecimento e de significados, enfatizando que o espaço é uma rede intrincada de relações produzidas e reproduzidas continuamente. Ou seja, por meio dessa análise crítica é possível compreender a produção do espaço como constante, contraditória e relacionada à expansão da ordem sociometabólica do capital.

Por meio da análise crítica empreendida por Lefebvre (2008), é possível observar a lógica e a abordagem do espaço como dinâmica, relacional e dialética que visa desvendar a produção e reprodução do espaço social, geográfico, como um processo complexo, multidimensional e intrinsecamente político no intuito para apreender a totalidade da prática social. Aqui recai uma forte crítica lefebvriana acerca do poder das mercadorias no capital e como estas marcam o processo de incorporação do consumo à lógica da fetichização. Nesse sentido, o espaço, como produto social, está refém da dinâmica expansiva do capital.

No bojo da compreensão crítica fundamentada em Lefebvre (2008), é importante ressaltar a naturalização empreendida pelo capital na transformação do espaço em mercadoria, moldando e mascarando as reais dimensões da realidade, qual seja, a fetichização como aparelho central para a ampliação do consumo-produção. No contexto das interrelações entre espaço e energia, é possível asseverar que o processo de naturalização do consumo e da necessidade ampliada da produção potencializa o espaço como receptáculo dos anseios do capital e diante disso, como um produto em constante reorganização e manipulação.

Por conseguinte, é possível observar que, nos movimentos do capital em seu processo de expansão, a produção do espaço está atrelada diretamente ao invólucro entre espaço e energia. A energia percebe-se como sustentáculo da reprodução do capital, ou seja, da produção do espaço capitalista na base dos processos relacionados com a mercadoria (energia), sua fetichização (consumo) e seu desdobramento no processo espacial (produção e circulação).

A partir dessa tríade é possível compreender a nuances contraditórias relacionadas à ampliação das infraestruturas de energia, mais precisamente das linhas de transmissão de energia elétrica, enquanto elementos aparentes do/no espaço, mais diretamente compreendidos como parte do processo de expansão do capital no bojo das suas repercussões na produção/reprodução do espaço.

Dessa maneira, é possível compreender a crítica de Marx no livro I, quanto à "assim chamada acumulação primitiva", encontrada no capítulo 24, ou seja, a crítica fundamental é compreender como o avanço do capital, enquanto relação social, está atrelado à dinâmica da fetichização no cenário das relações profundas de produção do espaço, que envolvem a superexploração da natureza, materializada contraditoriamente na acumulação capitalista. A energia elétrica é, assim, compreendida como uma força produtiva, ou seja, parte da apropriação capitalista de fração da natureza no intuito de extração de mais valor na dinâmica complexa da expansão do capital.

Com isso, buscamos conectar duas das teses abordadas no capítulo 24 de O Capital - a separação entre o produtor dos meios de produção e a transformação destes em trabalhadores como parte central da lógica sanguinária da expansão do capitalismo. A energia enquanto força produtiva e fração da natureza é parte desse processo, tendo centralidade na fase expansiva do capitalismo por meio da expropriação da terra e dos meios de produção, concentrando e centralizando riqueza.

Ou seja, na produção do espaço contém ainda a expansão tecnológica do setor energético, derivando também o setor elétrico. Isso traduz a natureza em formas de acumulação de capital, visando sua expansão e sua apresentação em forma de energia e energia elétrica como fetiche. Ou seja, a apologia do consumo nominal, urbano e concentrado.

Isso posto, visualiza-se a lógica da produção do espaço como tendo a dimensão energética como mola propulsora. Essa trajetória se traduz, ao longo do tempo, desde o uso do fogo, da máquina a vapor, do petróleo, da energia elétrica e até das energias ditas renováveis.

Num processo específico sobre a expansão dos instrumentos materiais para a expansão do capital, é possível analisar os cercamentos da idade moderna europeia aos decretos de utilidade pública das faixas de servidão no Brasil no século XX e XXI. Isso, visa a incorporação de espaços coletivos de comunidades quilombolas e camponesas e promove a incorporação de terras comunitárias ao modo de produção do capital. Ou seja, trata-se de um contínuo processo de acumulação e doravante produção do espaço sob o "tacão de ferro" do capitalismo, o qual em escala expansiva avança fantasmagoricamente por meio da expropriação contemporânea.

Com base em Carlos (1994) é possível compreender os processos analíticos referentes à produção do espaço, sua reprodução e o papel central da expansão do capital como elemento marcador para a compreensão da realidade social contemporânea. A autora defende a tese de que o espaço não é uma entidade neutra ou um mero "recipiente" das relações sociais, mas sim uma realidade prática, um produto histórico-social que se constitui como condição, meio e produto da reprodução social da humanidade.

Nesse sentido, é possível inferir, a partir da autora supracitada, que a produção do espaço é imanente à produção social e consiste na realização das próprias condições de existência humana, orientando a *práxis* social na construção do mundo objetivo. Nas palavras da renomada professora Ana Fani Carlos, o espaço, assim como o tempo, são categorias indissociáveis do pensamento que revelam os conteúdos do processo de reprodução social. Baseando-se expressivamente em Karl Marx e Henri Lefebvre, a autora expande a noção de produção para além da fabricação de objetos materiais, incluindo a (re)produção das relações sociais e sua materialização em relações temporais e espaciais, bem como a produção da subjetividade humana e a formação da consciência sobre esse processo.

No contexto da modernidade e da expansão do capitalismo, a autora observa que o espaço se tornou uma mercadoria e uma condição essencial para a reprodução contínua do capital. Dito isso, o capital passa a direcionar a *práxis* humana, e o espaço capitalista se reproduz com base nas necessidades de acumulação, lucro e extração de mais valor, levando à alienação do espaço do sujeito que o produz e à segregação socioespacial produzida cotidianamente, pairando a problemática da reprodução do espaço da miséria como uma das essências da capital na contemporaneidade.

Nesse sentido, seguindo as trilhas de Carlos (1994), é possível inferir que na produção do espaço, a coexistência de diferentes níveis de realidade (econômico, político e social) e escalas (mundial, lugar)). No nível econômico, o espaço é um elemento

produtivo; no político, é produto de estratégias de dominação (como o planejamento estratégico); e no social, é palco de conflitos pela retomada do espaço para a reprodução da vida. Diante disso, é possível analisar a problemática referente à contínua apropriação da natureza, que na forma da energia, em seu aprisionamento, funda a energia elétrica e suas conexões com a reprodução da vida enjaulada tanto da modernidade como da contemporaneidade.

Em Carlos (1994) é possível perceber uma abordagem espacial baseada na teoria lefebvriana da produção do espaço: prática espacial (espaço percebido), representações do espaço (espaço concebido) e espaços de representação (espaço vivido). Sendo que, para a autora, a compreensão dessa dinâmica social na produção do espaço é sob a lógica relacional, ou seja, que o espaço emerge da interação dessas três dimensões dialeticamente interconectadas, e que a luta pelo espaço se manifesta na tensão entre o valor de uso (ligado ao espaço vivido) e o valor de troca (ligado ao espaço concebido).

Aqui repousam as dimensões das lutas e enfrentamentos frente o avanço do capital sob a forma da implantação das linhas de transmissão de energia, protagonizado por diversas comunidades quilombolas e camponesas expropriadas, que inclusas no processo de circulação da mercadoria fetichizada (energia elétrica), questionam esse processo materializado nos traçados das LTs e na crítica à incorporação de territórios das comunidades no circuito das faixas de servidão administrativas.

No contexto das inter-relações entre produção e reprodução do espaço, a autora analisa tal relação como um processo intrínseco e dialético ao desenvolvimento da sociedade, sendo terreno fértil para estudos que desdobrem a intenção de desvelar as mazelas sociais, as problemáticas sanguinárias do sociometabolismo do capital, bem como busquem apontar caminhos efetivos para a transformação da sociedade. Nesse sentido, a autora concebe a produção do espaço com além dos objetos naturais, englobando a (re)produção das relações sociais e sua materialização em relações temporais e espaciais, bem como a produção da subjetividade humana e a formação da consciência sobre esse processo.

Diante disso, sob os efeitos dos tentáculos do capitalismo, o espaço se torna uma mercadoria e uma condição essencial para a reprodução contínua do capital. O capital passa a direcionar a *práxis* humana, e o espaço capitalista se reproduz com base nas necessidades de acumulação e lucro, resultando na alienação do espaço do sujeito que o produz e na segregação socioespacial. Carlos (1994) enfatiza que o espaço se torna o elemento central da reprodução do capital, gerando novas formas de produção-consumo-

circulação, como turismo, lazer e, diretamente o modo de reprodução das cidades, indústrias, associando assim a dinâmica de mola propulsora do capital na forma da disseminação da energia elétrica como base para sua reprodução, objetivando assim a sua valorização aos anseios da sociabilidade do capital.

No contexto da abordagem da autora quanto à produção do espaço, é importante acentuar as inter-relações entre as escalas conectando desde o global com a financeirização, ao nosso olhar da natureza e sua fração na forma energia elétrica, e também à escala local, no qual os sujeitos políticos e movimentos sociais disputam contra-hegemonicamente a sua reprodução da vida, sendo este, o palco dos conflitos no território. Assim, a produção do espaço emerge da interação dialética, sendo fruto dessas dimensões contraditórias, e a luta pelo espaço se manifesta na tensão entre o valor de uso e o valor de troca. A disputa hegemônica dos agentes do capital na produção do espaço condiciona sua reprodução na antípoda da classe trabalhadora, haja vista o espaço como mercadoria fetichizada.

Nesse contexto é importante frisar o processo imediatamente derivado dessa dinâmica contraditória: a alienação fundante e a fetichização no escopo da produção do espaço, relativo à dimensão, objeto de nossa reflexão, relacionada à interconexão entre espaço geográfico e energia elétrica. Dito isso, o fetiche da energia elétrica é condicionante central para compreensão da expansão do capital na forma da implantação voraz de infraestruturas de energia elétrica. Ou seja, a relação entre a produção do espaço e a fetichização está intrinsecamente relacionada à sua transformação em mercadoria sob o capitalismo, obscurecendo suas verdadeiras relações sociais de produção, relacionadas também com a circulação da energia elétrica, como base para o processo de expropriação.

Ainda segundo a autora, conectada com a teoria lefebvriana e marxista, a segregação socioespacial, compreendida aqui como reprodução dos espaços da miséria (Conceição 2001), é vista como a essência da produção do espaço no capitalismo, não uma exceção, mas um elemento intrínseco resultante da prevalência do valor de troca. Diante disso, é possível depreender que a produção do espaço, tem bases fincadas na mercadoria, no obscurecimento das relações sociais, fortalecendo assim o espaço como a-histórico, a fetichização (predominância do valor de troca em detrimento do valor de uso) e sua alienação no contexto dos sujeitos de sua produção. Nesses termos, o espaço geográfico possui corpo central para sua apropriação pelo capital, em seu anseio amplo, voraz e violento de acumulação ampliada na contemporaneidade.

Assim, no processo de produção do espaço, coexiste a dimensão de sua valorização no bojo capitalista de produção, e, segundo Moraes (1987, p. 1984),

> "podemos afirmar que o processo capitalista de valorização do espaço é fundamentalmente, um movimento permanente de afirmação-negação. Sua dialética expressa-se na afirmação que a sociedade capitalista faz de seu espaço, ao dominá-lo – utilizando-se nele, mas simultaneamente na negação desse espaço por essa mesma sociedade, ao destruí-lo e reconstruí-lo sucessivamente, ao fragmentá-lo e torná-lo desigual, ao servir-se dele como móvel de opressão, integrando-o plenamente de suas próprias contradições". Moraes (1987, p. 1984)

Esta pesquisa é baseada na concepção de que o capitalismo é o modo hegemônico de produção e, dessa forma, conduz os processos de produção e reprodução do espaço. Tal dimensão é resultado de processo histórico, sendo dinamizado pelo amplo arco de determinações e mediações entrelaçadas com as lógicas expansivas e de autoajustes, relacionados às forças produtivas, à alienação da classe trabalhadora e diretamente à formação de uma classe dominante emaranhada no estado burguês.

Assim, galgamos a compreensão das inter-relações entre Espaço e Energia Elétrica, que, no processo capitalista, está imbricada de múltiplas determinações materializadas na produção, circulação e consumo de mercadoria fetichizada (eletricidade). Essas inter-relações estão articuladas com a sujeição do trabalho e subordinam a sociedade com o fetiche das mercadorias, nesse caso compreendidas como a natureza e a dimensão da articulação dos processos energéticos, com a apropriação de frações da natureza no contexto do capital.

A energia elétrica, no contexto da produção capitalista do espaço, na forma da instalação das Linhas de Transmissão de Energia no conjunto dos Grandes Projetos de Desenvolvimento, dissocia-se da natureza e atua como mercadoria do processo de reprodução do capital, desencadeando o desenvolvimento da indústria, serviços e numa armadura conceitual de mercantilização da natureza e escravização de amplos aspectos da vida social. A energia elétrica, enquanto técnica e tecnologia, potencializa o processo de reprodução ampliada do capital e dimensiona novas estratégias de ação no sentido de perpetuar a acumulação de capital nos países periféricos, vistos nessa lógica como produtores e exportadores de energia, que em sua essência são ativos financeiros que reproduzem a apropriação privada da natureza.

6.1 DIMENSÕES DA SOCIABILIDADE DO CAPITAL E AS INTERRELAÇÕES DA ENERGIA ELÉTRICA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

No contexto do sistema sociometabólico do capital, é importante frisar, nas palavras de Marx (2017. p. 113), que "a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer". Assim, emergem as dimensões do valor de uso e valor de troca relacionados, também importante no conjunto dos processos de qualidades e quantidades concernentes da matéria mercadoria.

No contexto da energia elétrica e sua relação com a apropriação capitalista da natureza, a mercadoria alça o arcabouço da mutação do valor de uso em valor de troca, com os princípios do capital acirrando as relações sociais no contexto do fetiche da mercadoria como elemento central de parte do desenvolvimento das forças produtivas do modo de produção capitalista. No movimento da realidade concreta é necessário apontar as formas de apropriação do capital nas inter-relações de sociabilidades dissimuladas e que, no arcabouço da Geografia, faz-se necessária a compreensão de tais processos contraditórios, no sentido de desvelar o real a partir de suas múltiplas determinações na produção capitalista do espaço.

A produção capitalista do espaço nesse sentido está atrelada diretamente aos processos de lutas de classes, expansão capitalista, apropriação privada da natureza, permeadas pela lógica das mercadorias representada pela propriedade privada. Seu processo arrebatador conduz à reflexão acerca das formatações engendradas pelo sistema sociometabólico do capital, no amplo processo de expropriação da vida e das suas condições de reprodução, executando a ação concreta da negação do direito à vida digna e ao bem viver, com aspectos relacionados à diversidade do viver, que em sua antípoda é conflitante com a cartilha do poder.

Tal contradição inerente ao modelo sociometabólico do capital é, em sua essência, representada pelo processo expansivo e de crise permanente no contexto das relações diretas e indiretas entre viver x poder, ou seja, a lógica da opressão como central da expropriação e violências estruturais quanto ao espaço geográfico de reprodução da miséria.

Nesses termos, a produção de conflitos, expressão da luta de classes, é entendida como inerente ao próprio metabolismo do sistema, sendo que a necessidade de expansão do capital se dá pela forma das expropriações, que direta ou indiretamente geram no contexto geográfico: fome, devastação, violências e violações e, por conseguinte, os

conflitos territoriais, materializados na dimensão do território em suas conflitualidades. Ou seja, o conflito é um estado de enfrentamento de classes opostas e se perfaz no tempo-espaço permeado, constituindo-se de uma geograficidade.

Assim, emergem as reflexões da categoria teórica da acumulação capitalista por espoliação, haja vista a estratégia dos cercamentos e expropriações ocasionadas pela expansão capitalista. Segundo Harvey, "a acumulação por espoliação pode ser aqui interpretada como o custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista com o forte apoio dos poderes do Estado" (2005, p. 128).

Nesse contexto, Carcanholo (2021) discute as problemáticas do valor e mercadoria, quanto da relação intrínseca no capitalismo no qual "o valor (troca de equivalentes) é a forma pela qual as relações sociais, no capitalismo, se estabelecem, por intermédio da troca de mercadorias, segundo os seus valores" p. 115. Rubin (1987) consolida esse debate acerca do fetichismo da mercadoria quando reflete que "valor, dinheiro e capital, assumem suas propriedades por conta das relações sociais de produção" p. 26. A energia elétrica se insere nessa trilha, haja vista a sua mercantilização ante a apropriação da natureza e a sua transformação em produto abstrato, porém com relação concreta de constituição das artimanhas do capital.

O filósofo marxista Ademar Bogo, em seu ensaio sobre a linguagem das mercadorias, apresenta um escopo crítico geral acerca da forma de conteúdo que o capital constitui as regras imanentes da mercadoria e a dinâmica aparente desta no contexto do movimento do capital. Na crítica aos condicionantes macro do processo, Bogo afirma que "a subordinação ao capital financeiro e às empresas transnacionais se reproduzem valorizando o valor em todos os setores" (2015, p. 138). Assim, a crítica está assentada na formatação do processo capitalista de construção de obediências coletivas e individuais que, de forma abstrata, se apresenta como estratégia de desenvolvimento com oportunidades e que, por outro lado, se consolida como a violência estrutural para com a classe trabalhadora. A lógica expansiva do capital conduz à espiral violenta da sociabilidade capitalista como força motriz da valorização do valor e da superexploração da natureza.

Em análise da crítica de base marxista acerca da Geografia histórica do setor elétrico brasileiro, Lima (2015) enfatiza os elementos estruturais da energia no Brasil, enfatizando as condicionantes históricas e as dinâmicas dos discursos governamentais. Em diálogo, Lima (2015) e Cardoso (1975) apresentam perspectivas complementares a partir de matrizes teóricas similares, processos antagônicos frente às posturas do Estado

Brasileiro quanto às infraestruturas associadas às estratégias de desenvolvimento nacional, ao longo de parte do século XX e início do XXI. Ambos enfatizam as formas disciplinadoras e arregimentadas pelos interesses, também conflituosos, entre as classes dominantes quanto à reprodução do capital. Isso ocorre através da ideologia, do progresso e do caminho tortuoso para a construção de políticas públicas estatais em acordos e alianças com o capital, internacional e nacional, no contexto da reprodução ampliada com base nas estruturas nacionais. Nesse contexto, Lima (2015, p. 203) afirma que é possível:

> perceber a prioridade por parte do Estado brasileiro na criação e em investimentos em infraestruturas, dentre os quais, o setor elétrico teve bastante destaque, demonstrando semelhanças com o período assinalado anteriormente (nacional desenvolvimentismo e era petista), assim como evidenciando a importância deste setor para o desenvolvimento industrial do Brasil e para a reprodução ampliada do capital no decorrer de nossa história econômica. Lima (2015, p. 203).

A partir das reflexões de Quaini (1979), é possível compreender que o Setor Elétrico Brasileiro (SEB) é, em si, o processo de integração territorial da oferta de energia elétrica em aparência, e em essência o processo de extração de mais valor no conjunto da reprodução ampliada do capital. As dinâmicas concernentes a esse processo estão associadas com a criação do mercado mundial, nacional e local, sendo assim uma questão multiescalar e de apropriação do capital, que se apresenta de diversas formas, tais como integração, circulação, financiamentos, concessões e privatizações.

Portanto, a energia em suas múltiplas formas e a energia elétrica como parte desta, consolidam-se como a construção social do fetiche da mercadoria no âmbito da expansão do capital. No que concerne à reprodução do espaço da miséria, Quaini (1979, p. 134) afirma que "as contradições ecológicas e territoriais devem ser reconduzidas aos mais profundos antagonismos sociais do modo de produção capitalista". Diante disso, Quaini (1979, p.136), afirma que "os limites do desenvolvimento não podem coincidir com as condições capitalistas de produção e sim pela oposição entre riqueza e miséria e desperdício e fome".

No contexto da crise estrutural do capital como aponta Meszaros (2011), é possível analisar a produção da crise energética e a falácia da eficiência energética como mote da interlocução com a dita economia verde a partir do discurso ambiental metamorfoseado no aparato de "verdificação" da economia, qual seja o discurso ambiental e sua repercussão em políticas públicas. Dito isso, se aprofunda no âmbito da energia, como a consolidação e busca da ideologia como discurso das energias

renováveis, que em sua aparência representam o potencial de redução dos problemas ambientais contemporâneos, porém em essência potencializam a produção de mais valor e se desdobram como parte da reprodução ampliada do capital.

Nesse contexto, a dita crise energética engendrada no Brasil na década de 1990, constitui parte do projeto de ideologia nos moldes do capital para aprisionar e superexplorar o trabalho. A classe trabalhadora (dominada) nesse contexto, busca a disputa do projeto por meio das lutas e resistências que se configuram em alguns casos como conflitos, porém, em essência se consolidam como luta de classes. A energia e sua fração como energia elétrica se configuram como partes desse processo articulado e ofensivo do capital. Segundo Grespan (2021, p. 59)

> na prática os negócios capitalistas, os títulos de propriedade representam o poder social de seus detentores de um modo muito mais acentuado do que aquele atribuído ao dinheiro...assim, o trabalho deixa de ser o eixo da sociedade, que passa a girar em torno da propriedade privada. Grespan (2021, p. 59)

Nesse sentido, as estratégias de desenvolvimento operadas pelo capital estão balizadas na desigualdade e na combinação de processos de inclusão e exclusão que atuam dialeticamente no aprisionamento do trabalho e na dinamização do Estado centrado pelo capital enquanto forma política (Mascaro, 2013). Tal processo desemboca na lógica das mercadorias e na expansão da propriedade privada como centro irradiador ideológico da acumulação do capital. Nesse bojo, Lenin (2011) aponta a centralidade do capital produtivo nestes ramos de produção, sendo importante observar a operação, também nestes ramos, do capital financeiro, que já evidenciava a etapa do capital monopolista, no qual os capitais bancário e financeiro assumem um papel determinante.

Mais recentemente, Fransçois Chenais (2016) aprofunda e atualiza essa análise a partir de mundialização do capital, a finança mundializada e a mundialização Financeira. Nesse sentido, o trabalho ontológico enquanto sociabilidade na produção de dinâmica emancipadora torna-se refém da expansão do capital, o qual escraviza as alternativas de coletivização na sociedade e desencadeia processos, tal qual a lógica da natureza intocada. Essa, concretamente, não comporta estrategicamente a natureza humana enquanto externalidade e desdobra os processos de separação campo-cidade operadas pelo capital enquanto um dos princípios fundantes da expropriação da vida em sua dimensão concreta, sejam materiais e/ou imateriais.

Na esteira da compreensão do papel do Estado no contexto do avanço do capital, destaca-se a contribuição de Mascaro (2013) quanto ao arcabouço marxiano e sua

proposição interpretativa do Estado e das formas sociais e, nessas, a compreensão da relação Estado-Capital-Trabalho. Cumpre salientar que o autor condensa suas análises no processo de reprodução do capital nas quais o Estado é central, haja vista que o mesmo compõe a dinâmica da "própria lógica estrutural do estado atende à reprodução contínua das relações capitalistas. A forma estatal, responsável por essa constante dinâmica, revela-se então estruturalmente capitalista" (p. 42.).

No contexto das dimensões relacionadas ao escopo do sistema elétrico brasileiro, há conexão direta com tais assertivas, visto a existência dos leilões públicos de energia, porém, com grande participação do capital financeiro articulado por meio do Estado brasileiro. Dessa forma, a produção capitalista do espaço é possibilitada diretamente pelas lógicas concernentes à energia e a energia elétrica em território nacional, sob a égide da objetificação da natureza e do fetiche da mercadoria, enquanto ideologia da classe dominante.

No âmbito dos emaranhados atuantes do capital para saciar seu retrospecto expansivo, diversas formas e em diversas escalas são engendradas na sociedade, tendo o espaço geográfico como sustentáculo de seus processos. Diante disso, as questões referentes às categorias água, terra, natureza, energia, trabalho, dentre outros tantos, em sua aparência estão alocadas diretamente na subordinação do espaço, subjugação da natureza e a sujeição do trabalho. Estes operam como lógicas articuladas na dimensão da expansão do capital frente à crise estrutural, a qual, para além de questões locais, atua de forma articulada em âmbito multi e transescalar.

É possível constatar tal dinâmica quando associamos à leitura crítica da implantação dos GPDs, às infraestruturas energéticas das linhas de transmissão, que operam no espaço como estruturas da segurança energética para o capital, por meio dos objetos técnicos em seu circuito espacial, englobando também as subestações de energia.

Contrariamente a esse processo, as comunidades tradicionais desembocam em processos amplos de luta e enfrentamento ao avanço do capital e questionam em sua amplitude a questão raça-classe, frente à voracidade do capital de expropriar e privatizar territórios de vida. Esses espaços, na linguagem da luta social, são materializados no questionamento à propriedade privada e defendem o bem comum como materialidade e imaterialidade das dimensões comunitárias, por meio de sociabilidades que executam o papel de defesa da natureza e território. Com base em Houtart (2013), é possível compreender o processo de luta e defesa das comunidades numa outra lógica social de

harmonização, e para tanto o autor propõe a categoria de bem comum no processo de valorização das comunidades tradicionais e da vida em sua totalidade.

Nesses termos, é relevante apresentar estudos que coadunem as reflexões para a Geografia e para comunidades tradicionais, conforme os rumos fornecidos por Moreira (2007) em sua discussão acerca do contraespaço, dando continuidade aos estudos de Moreira (1982) sobre a Geografia no desvelamento das mazelas sociais. Esses processos emergem como dimensões do real concreto, evidenciando a disputa em torno da apropriação do capital com suas artimanhas dissimuladoras.

Essa perspectiva desdobra-se na análise crítica sob o viés marxista, com destaque para as mediações da relação Estado-Capital-Trabalho, como forma de superação da reprodução do espaço da miséria. Conforme aponta Levebre (2006), a lógica expansiva do capital produz a dimensão dos “mercadores do espaço”, executadas nos termos desta pesquisa, por meio dos leilões das linhas de transmissão de energia, no contexto do negócio capitalista da eletricidade e seu circuito espacial contraditório, desigual e combinado

6.2 NATUREZA E CAPITAL NOS DESCAMINHOS DA ENERGIA ELÉTRICA

No bojo do processo de produção capitalista do espaço é importante frisar a dimensão da categoria natureza que, de acordo com Willians (2011), está na condição da natureza humana. Segundo o autor, isso nos remete à compreensão da exploração da natureza, com significados posteriores na efetividade de ações arquitetadas de construção de espaços na atualidade que camuflam a realidade espacial. A separação homem-natureza culminou na produção de espaços que diferenciam processos antagônicos de caráter dual ante a natureza.

Nesse âmbito, segundo o autor destaca, a alienação da natureza como expressão da exploração das relações de trabalho entre os homens na sociedade, afirmando que ”se alienarmos os processos de vida dos quais somos parte, terminamos, mesmo que de forma desigual, alienando a nós mesmos”. No contexto da implantação de linhas de transmissão de energia, percebe-se a relação direta entre tal abordagem da natureza e a sujeição desta ao capital, impactando diretamente em diversas comunidades quilombolas e camponesas. Assim, a apropriação privada da natureza, pela imersão do capital financeiro e sua reprodução ampliada, ocasiona a especulação por meio do discurso da soberania energética subjugando o território à lógica do capital monopolista.

Assim, as ideias da natureza conduziram as diversas abordagens acerca do desenvolvimento da sociedade e as leituras filosóficas dinamizaram as tomadas de decisão e de consciência entre os agentes hegemônicos (igreja, capitalistas, trabalhadores, cientistas etc) e o processo de apropriação da natureza tanto de forma simbólica como material. O desenvolvimento das características éticas, ideológicas e políticas culminam e derivam a partir da noção de natureza, pois essa passa a ser compreendida como um elemento a ser apropriado pelo homem no âmbito da natureza apartada da humanidade, sendo que a propriedade privada se tornou a naturalização da apropriação da natureza.

No contexto geográfico, há relação direta entre as leituras sobre a natureza e todo o desenvolvimento científico desde Humboldt, cuja obra Kosmos propôs uma leitura global dos processos naturais e a concepção de uma Geografia centrada na leitura de natureza. O desenvolvimento a partir de tal concepção constituiu a leitura e formação do pensamento geográfico ocidental que, por meio da imersão do capitalismo na Europa e diante dos processos econômicos, conduziu a concepção de uma natureza objetificada e concebida como externa à humanidade.

Dessa perspectiva derivam a paisagem e os demais conceitos geográficos de espaço, região, lugar e território, como formas de inter-relação com a necessária releitura da natureza como categoria central para uma compreensão real dos fenômenos geográficos em sua totalidade.

O debate acerca da natureza e suas dimensões exploratórias, engendradas pelo sistema sociometabólico do capital, dissemina estratégias de dimensionamento do real (natureza). Conforme Diegues (2001), acerca do Mito da Natureza intocada, trata-se da incorporação da natureza como ente extraordinário externo à dimensão humana e, nesse sentido, abarcada por elementos "puramente naturalizados" por processos sociais que propositalmente compõem as questões relacionadas à separação humano-natural.

Com base em nossas fontes de campo, foi observado o aprisionamento dos processos de licenciamento ambiental à lógica "ambiental" e um desprezo estrutural com as comunidades tradicionais, seja na escuta prévia para emissão das licenças ambientais, seja no debate acerca dos condicionantes e também no encaminhamento de demandas juntos ao Estado.

Além disso, é importante frisar as análises de Marx (2017) sobre a separação campo-cidade, como estratégia estrutural do capital em pleno século XVIII e XIX, no sentido de prover as ferramentas de cercamentos como base para amplos processos de expropriação. Esses, atuam como base para a expansão capitalista, no bojo de sua

reprodução ampliada, com a inclusão de terras comunais à lógica da violência e exploração para o desenvolvimento das bases do desenvolvimento do capital.

Tal processo é central para compreender hodiernamente o desdobramento da territorialização do capital por meio das Linhas de Transmissão de Energia, haja vista o impacto direto das suas infraestruturas no contexto das faixas de servidão administrativa, como já será apontado acerca do processo de quebra da dominialidade das terras em detrimento das comunidades tradicionais estudadas.

Destaca-se que tal processo está vinculado diretamente à apropriação privada da natureza. Amparado em Foster (2023) e Saito (2021), é possível compreender a lógica do colapso ambiental e as formatações da ruptura sociometabólica da natureza perpetrada pela voracidade do capital. Assim, é possível relacionar os graves processos desiguais e combinados, os quais estão associados à implantação das linhas de transmissão de energia e seus rebatimentos territoriais, ambientais e agrários, dentre outros.

Nessa trilha, Fontenele e Santos (2021, p. 12) afirmam que "a natureza é apropriada como importante mercado em expansão na forma concreta intensificada com os aportes tecnológicos a partir do valor-mercadoria transformado pelo trabalho e sob a forma financeirizada, através do mercado financeiro". Esse debate, calcado nas reflexões de Marx em O Capital, traduz assertivas analisando a troca metabólica entre homem e natureza, avaliando o processo íntimo entre tais categorias. Na esteira de tal abordagem, Quaini (1979, p. 142) afirma que "as contradições ecológicas do capital não se manifestam apenas no campo, mas principalmente no ambiente urbano".

Segundo esse autor (1979, p. 133) "a ruptura do vínculo sociedade-natureza é, portanto, vista como consequência direta da contradição entre despovoamento crescente do campo e a concentração urbana: dois processos territoriais que representam as duas faces de uma mesma moeda - a acumulação capitalista - e que, como tais, têm sua gênese histórica na acumulação primitiva".

Diante de tais assertivas, a separação campo-cidade consolida-se como a expropriação e, dessa forma, como apologia à vida urbana em suas múltiplas determinações, incidindo diretamente nos processos de reprodução dos espaços da miséria para o campo, e indiretamente para a cidade. A energia atua nesse processo como a linguagem da mercadoria como sustentáculo para a reprodução de tal ideário e arcabouço operacional para a constituição do legado urbano, ante o abandono do campo, porém contraditoriamente como locus da produção de energia.

Em Sá Barreto (2018), é possível compreender o esforço à luz da análise marxista acerca da interpretação crítica, no que tange à lógica da natureza objetificada e o paradigma das mudanças climáticas e ao processo da eficiência energética no conjunto da dinâmica de reprodução ampliada do capital. O autor enfatiza as problemáticas concernentes às categorias da tecnologia, avanço tecnológico e eficiência energética, a despeito das estratégias da sociabilidade capitalista no contexto da expansão da produção e a centralidade da mercadoria relacionada ao trabalho. Ainda, afirma que "o impulso à expansão da produção é um elemento inerente ao modo de produção capitalista: está inscrito em seu código genético" p. 135.

Nesse contexto, Moore (2015), numa análise crítica acerca do capitalismo e sua dimensão ambiental, conduz as contradições do capital atreladas à apropriação do trabalho, energia e recursos como forma de mercantilização e acumulação de capital. Afirma que "o capitalismo não é um sistema econômico; não é um sistema social; é uma maneira de organizar a natureza" (p.2). Ele afirma que o capitalismo produz, em sua contradição, a "dupla internalidade", ou seja, o capitalismo através da natureza e da natureza do capitalismo.

Diante de tais premissas, Moore afirma que "a história do capitalismo é a história de revolucionar a natureza, portanto não possui um regime ecológico" (p. 112). Ou seja, a natureza é categoria central para a análise apurada e crítica da lógica de reprodução do capital, de sua acumulação, constituindo a base na análise do SEB, isto é, estado-capital-trabalho na teorização meszariana. Sobre essa relação, é importante frisar que o estado atua como centro de mediação de conflitos (luta de classes), imerso em relações aparentes de autonomia, porém em essência atrelado à lógica expropriadora e mistisficadora, reproduzindo as formas desiguais de expansão do capital.

Ou seja, a contradição ecológica no sistema sociometabólico do capital e o caráter expansivo da produção são antagônicos e, dessa maneira, os esforços para contenção das mudanças climáticas, e as dimensões ambientais derivadas desse processo, são fenômenos da aparência e não da essência dos desafios postos na sociedade de classes com diversos conflitos. Tendo como base os pressupostos marxistas, nos quais a unidade do movimento do capital está centrada na desvalorização, valorização da produção e valorização da troca, o Barreto (2022) descortina as dimensões aparentes das políticas ambientais com foco no clima e apresenta, de forma contundente, que o principal problema está no modelo central do modo de produção capitalista como "máquina de moer gente", como já afirmara Darci Ribeiro.

A escala e o jogo multi e transescalar urge no processo de análise crítica dos processos espaciais e territoriais com as apropriações do espaço geográfico no movimento da totalidade, sendo que o trabalho emerge das dinâmicas processuais e estruturais, como ente geográfico contraditório tendo a mercadoria – energia e natureza - na centralidade.

No século XXI, as frentes de atuação do capital, ante os pactos internacionais, se configuram como a mineração, agronegócio e a energia, ou seja, condicionantes estruturais para o desenvolvimento capitalista fincado em bases exploratórias e de espoliação, com zonas de sacrifício definidas como bases de expropriação em comunidades tradicionais nos países periféricos. Sendo assim a demarcação da ausência de homogeneidade no espaço geográfico, focado na diferenciação como sede da reprodução ampliada do capital.

Tal dimensão, é dinamizada diretamente pelas estruturas do Estado burguês que efetuam as operações burocráticas com ferramentas opressivas, as quais despontam a luta de classes, no sentido de enfrentamento executado contra a classe trabalhadora. Derivada dessa dinâmica destrutiva, com base em nossa pesquisa, é possível afirmar que os conflitos territoriais estão localizados em espaços marginais, tanto no centro e na periferia, atingindo principalmente as populações negras, indígenas e periféricas, dentre outras. Esse fato expressa diretamente a questão de classe e raça, inerente ao processo da expansão capitalista, tendo a natureza no centro da discussão, haja vista seu potencial de exploração pela sociabilidade do capital.

É possível apontar tais contradições em diversos exemplos como: a construção de barragens com expropriação de comunidades; a implantação de infraestruturas energéticas com a subtração de territórios via faixas de servidão administrativa; a especulação imobiliária por meio dos planos de desenvolvimento falaciosos; dentre outras tantas relações territoriais de violência executadas pelo Estado por intermédio do capital.

Nesse quadro, é importante apontar as articulações de tais megaprojetos do capital, que operam em extrema articulação mobilizando extensas redes técnicas para organizar sua atuação, promovendo a integração de sistemas produtores de energia, como a UTE Porto Sergipe, que se articula a parques eólicos, gasodutos, porto naval, indústrias do setor petroquímico e a Linha de Transmissão Porto Sergipe-Sapeaçu 500kv, que rasga o território sergipano e baiano, com a incorporação de diversas comunidades tradicionais ao circuito produtivo, financeirizado e especulador da energia elétrica.

Diante de tais premissas, o processo de engendramento dos mecanismos do capital, atuam em ambientes contrários aos interesses do território da vida das

comunidades tradicionais, ou seja, o território é apropriado pelo capital, efetuando a engenharia societal da reprodução das estruturas capitalistas - opressão, financeirização, fetichismo da mercadoria e a dissimulação capitalista por meio da relação estado-capital-trabalho.

A atuação direta da relação estado-capital, desencadeia processos em múltiplas escalas e de alcance multisetorial, dinamizando dimensões de apropriação relacionadas com base na violação de direitos humanos e territoriais que atuam na acumulação do capital, criando e recriando espaços de exclusão. As ferramentas operativas, sejam elas normativas, institucionais, jurídicas e financeiras, de tais determinações, estão relacionadas diretamente com a expropriação e atuam ideologicamente em diversas frentes, a saber: no fechamento de escolas do campo; na expulsão de populações camponesas e tradicionais; no deslocamento forçado relacionado à mobilidade do trabalho; na reestruturação produtiva, financeirização da economia e implantação de grandes projetos ditos de desenvolvimento e progresso. A apropriação privada da natureza e outros processos aprisionam o trabalho, no contexto da sociedade e da produção do espaço geográfico, atrelados ao âmbito sistema sociometabólico do capital em sua dinâmica autoexpansiva e em crise estrutural.

Dito isso, contraditoriamente aos interesses do capital, as comunidades operam na lógica do comum, na defesa do território ancestral, marcado pela materialidade e imaterialidade. Por outro lado, a lógica da expansão capitalista atua na dissimulação de estruturas de determinações atreladas ao mercado financeiro em múltiplas escalas. Nesse quadro, a questão da terra e território exprimem que, como no capital, essas dimensões concretas são essenciais para a reprodução da sociabilidade do capitalismo.

Nos termos desta pesquisa, foi possível observar tais problemáticas nos municípios impactados pelas LT’s em estudo, tanto na Bahia, como em Sergipe, porém, com tentáculos operativos em outros estados com dinâmicas similares, tais como Amazonas, Maranhão e Rio Grande do Sul. Tais processos demonstram a operacionalidade do capital no contexto da produção do espaço vinculado aos interesses das corporações multinacionais, metamorfoseadas pelas estruturas do Estado e também pelos aparelhos de hegemonia, materializados em associações de classe, como é o caso do Fórum de Associações do Setor Elétrico.

Diante do avanço do capital, é central nos estudos geográficos a compreensão dos processos emancipatórios e de luta, engendrados por comunidades tradicionais no Brasil e na América Latina frente aos desafios ontológicos de construção de soberania e

autonomia popular frente às violências estruturais do capital, exasperando nesse processo, as conflitualidades derivadas dos processos de territorialização do capital, colocando o território no centro do debate quanto aos desdobramentos da fetichização da energia elétrica no bojo de sua circulação destrutiva por meio das linhas de transmissão de energia.

6.3 – O TERRITÓRIO E AS ABORDAGENS GEOGRÁFICAS

O território é categoria complexa, dinâmica e multifacetada, sendo objeto de estudos das mais variadas áreas do conhecimento humano, desde as ciências sociais, às ciências humanas. É dotado de variadas acepções no decorrer do tempo histórico contraditório e compõe elemento central nas reflexões da Geografia, confundindo-se com sua consolidação enquanto ciência, bem como da constituição dos estados nacionais.

O interesse acerca da categoria território perpassa a história do pensamento geográfico desde os primórdios até sua consolidação como disciplina científica no século XIX. Aqui, assentam-se as reflexões de Ratzel com o debate do Território no centro do Estado e as inferências acerca da soberania territorial, vinculando território e solo. Tal reflexão esteve ancorada na leitura do território como parte do Estado e, dessa forma, a materialidade da execução do poder está relacionada às disputas territoriais ao longo do século XIX. Ao longo do século XX, Rafestin (1993) elabora uma abordagem geográfica da política e do poder e analisa os processos relacionados à constituição da Geografia como disciplina científica, tendo o território como centro das relações de poder.

Assim, a categoria Território foi sendo analisada sob diversos prismas de método e, assumindo diferentes acepções de acordo com a abordagem teórico-metodológica. O célebre Milton Santos analisa que "o território usado é o chão mais a identidade" (SANTOS, 2007, p. 14) e essa perspectiva influenciou diretamente na concepção de diferentes abordagens territoriais associadas aos territórios de identidade[11] com foco de diferentes políticas públicas no Brasil.

Na esteira das inter-relações concernentes ao Território, é necessário delinear os processos de territorialidade, na tríade territorialização-reterritorialização-desterritorialização, como base para analisar a dimensão simbólica da transformação do espaço, no contexto de sua apropriação nas escalas temporal e espacial (Haesbaert, 2004). Nesse contexto, Saquet (2011) enfatiza o Território como forma de construção por meio

[11] https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/dnn/dnn11503.htm

das identidades e dos sujeitos em sua construção por meio de políticas públicas mediadas pelo Estado.

Contrariamente à abordagem anterior, Antonino (2019, p. 50), ancorado em Moreira (2016), analisa, à luz dos conflitos territoriais na mineração, que o "Território, portanto, é uma categoria geográfica para se compreender parte de uma totalidade mais abrangente, adequada para ser utilizada frente às dinâmicas conflituosas". Nesses termos, segundo Haesbaert (2023, p. 02), o Território no contexto capitalista é "impregnado em um jogo de forças econômicas, de classe, o território é também (e muitas vezes sobretudo) moldado nos embates do poder econômico das classes hegemônicas."

Ainda, Haesbaert (2023, p.05), em amplo processo de reflexão no sentido de compreender a categoria em sua complexidade e movimento, examina que o "Território, então, pode ser definido como o espaço construído/construtor de relações de poder, tanto no sentido mais estritamente social - político-econômico e simbólico-afetivo, quanto no sentido da interação indissociável com as chamadas forças da natureza." Nesse ínterim, tal acepção coaduna com os propósitos desta pesquisa que dialogam com os processos conflituosos relacionados à implantação de linhas de transmissão de energia, no bojo do fetiche da mercadoria na ampla dinâmica de acumulação do capital, associada diretamente à questão agrária.

Moreira (2006) enfatiza que a categoria Território é posterior a do Espaço Geográfico e que, para tanto, sua utilização como categoria de pesquisa está assentada no recorte espacial buscando dar ênfase ao objeto em questão. Assim, estamos ancorados na leitura de Antônio Carlos Robert de Moraes (2002), que caminha para as reflexões de Conceição (2021, p. 10), no qual os autores defendem que "falar de territórios é falar principalmente dos espaços de exercício do poder estatal".

Com vistas à compreensão do território como categoria analítica central deste estudo, o interpretamos como síntese das lutas sociais, da autonomia e soberania dos povos e da relação estado-capital-trabalho, sob a ótica da análise que visa desvelar a realidade da aparência à essência e que demonstra as inter-relações inerentes ao território-energia-expropriações, ou seja, no bojo do território, a produção pelo estado-capital é oposta à lógica de autodeterminação dos povos.

Em Tanezini (2014) é possível observar as inter-relações e multideterminações referentes ao processo do território em conflito e o papel dos movimentos socioterritoriais no Alto Sertão Sergipano. Já em Traldi (2019), observa-se o papel do Estado na expansão

capitalista por meio da energia eólica no semiárido nordestino, ressaltando as dinâmicas e processos relacionados às articulações da apropriação privada dos ventos.

Por sua vez, Ramos Filho (2008, p. 39) analisa "o território como um espaço político por excelência, no qual o exercício de poder é central na sua delimitação e gerador de conflitualidades". Assim, a dimensão do conflito emerge como parte da dinâmica do território e, dessa forma, a ênfase na análise dos conflitos no território conforma o território em conflito, visto a intensa ação do capital na territorialização deste, como no caso da implantação de linhas de transmissão de energia.

Nesse ínterim, em Conceição (2021, p. 17)

> "Compreende território a partir da concepção crítica marxista, fundamentado na teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Ao refletirmos as relações sociais de produção, o território não se configura como uma relação individualizada, de pertencimento, de autonomia de sujeitos isolados, mas enquanto categoria de universalidade e totalidade." Conceição (2021, p. 17)

Ou seja, na esteira da categoria do Território, tratamos, nesse estudo, acerca da lógica relacionada à apropriação territorial, engendrada pelo Estado na implantação de infraestruturas de linhas de transmissão de energia. Porém, de outro lado, emergem as comunidades tradicionais que expropriadas de seus meios de produção, produzem território sob outra matriz de mundo, qual seja, o bem comum, por meio do território da vida, materializado nas dimensões simbólicas, imateriais e travadas no processo de luta de classes.

Diante disso, compreendemos que o Território é categoria complexa, dotada da dialética de produção contraditória relacionada ao modo de produção capitalista que, dialeticamente, executa a dualidade território do capital versus o território da vida. Ou seja, trata-se de compreender a territorialização do capital em detrimento das relações materiais e imateriais protagonizadas no território, no qual capital e vida são antípodas das relações de apropriação das dimensões concretas da realidade. Nesse viés, o capital busca a ampliação de suas matrizes destrutivas e vorazes para extração da vida.

A dualidade do território entre o capital e vida é a materialização da dialética da reprodução constante da realidade concreta que, sob os anseios do capital, produzem destruição, tendo a vida em sociedade ou comunitária como materialidade para sua atuação violenta e expropriadora. Esta pesquisa repousa na compreensão crítica de tal processo, que em sua contradição executa a destruição dos meios de vida por meio da territorialização do capital, compreendendo tal dimensão executada no acirramento da

questão agrária brasileira por meio da expansão do capital a partir das linhas de transmissão de energia, em seu processo de circulação da mercadoria energia elétrica, criando, assim, o Eletronegócio.

Dessa maneira, o território, como totalidade em movimento, é constituído a partir da apropriação de frações do espaço por relações de poder, as quais incluem todas as dimensões da realidade: política, economia, ambiente, cultura, espiritualidade etc. Nesse contexto, parece-nos adequada a análise dos conflitos territoriais adotando a chave teórico-conceitual da territorialização do capital monopolista (OLIVEIRA, 1997) e suas conexões transescalares com os grandes projetos de desenvolvimento. Nesse caso, partindo das linhas de transmissão de energia, para desvelar as tramas do capital que se encobre sob o manto dessa prótese no território.

Diante disso, tratamos de analisar as conexões contraditórias que margeiam o território no processo de expropriação e expansão da sociabilidade do capital, no bojo do Eletronegócio, em sua faceta contraditória destrutiva e de acirramento da questão agrária.

Diante desse quadro, a questão do território se entrelaça diretamente com o processo do desenvolvimento que, em pleno século XXI, se articula com a dimensão tanto dos Grandes Projetos de Desenvolvimento, através das reflexões de Alentejano (2019), produzindo uma análise voltada, ao nosso ver, ao avanço do Eletronegócio e suas particularidades no processo capitalista. Assim, por meio da análise marxista quanto aos impactos dos projetos de desenvolvimento no Nordeste Brasileiro, Lisboa (2007, p. 261) enfatiza o papel do capitalismo nesse processo de simulacro do desenvolvimento como perversidade do capital.

> “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado explica o desenvolvimento do capitalismo em sua fase imperialista com a internacionalização crescente das forças produtivas e mostra como o mercado mundial é essencial à dominação de umas nações sobre outras, colocando-o como um elemento decisivo para a apreensão do imperialismo.” Lisboa (2007, p. 261)

Diante disso, o conflito territorial associado à implantação megaprojetos de energia é entendido como o momento de enfrentamento entre forças opostas, classes antagônicas que disputam fração do território do capital. O conflito é parte integrante da conflitualidade, compreendida como o estado permanente desse enfrentamento entre as classes antagônicas, que têm em vistas a realização dos seus projetos: para o capital a reprodução ampliada e para povos do campo a vida e a dignidade (FERNANDES, 2005).

Assim, o Território permeado pelas ações do Estado e, por conseguinte, apropriado pelo sistema sociometabólico do capital, torna-se território em conflito, sob a ótica da luta de classes, no bojo da coexistência de diversos conflitos territoriais em escalas múltiplas e com problemáticas geradas diretamente pela ação da relação estado-capital-trabalho, subjugando comunidades e ocasionando impactos na reprodução dessas no contexto de crise estrutural por meio da apropriação privada da natureza.

Nesse quadro, o Eletronegócio, baseando-se nas concepções críticas do Território, desvela por meio das contradições das linhas de transmissão de energia que, conectma-se à circulação da mercadoria fetichizada da energia elétrica, promove a expansão das conflitualidades no campo brasileiro, ocasionando um acirramento da questão agrária, materializada, tanto na formatação institucional das faixas de servidão administrativas, enquanto territórios de exceção, quanto na financeirização da eletricidade por meio dos leilões públicos, garantindo a presença ativa das corporações financeiras. Contraditoriamente, esse processo espacial produz concentração de riqueza via a territorialização do capital monopolista e, de outro lado, promove a subordinação do território das comunidades tradicionais aos anseios da sociabilidade voraz do capital.

CAPÍTULO 07 – A EXCENTRICIDADE DA ELETRICIDADE NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL

Sobre a articulação entre Território no âmbito das políticas públicas, Lisboa (2007, p. 40) afirma que estas “tendem, na sua concepção e prática, a apenas reforçar e consolidar as forças de mercado, sem levar em conta a presença de um contexto heterogêneo e desigual”. À luz desta problematização teórico-conceitual, intenta-se desvelar as condicionantes que forjam a acumulação do capital no setor elétrico brasileiro no conjunto do processo de implantação de linhas de transmissão de energia e seus desdobramentos no território em conflito.

Frisa-se, nesse contexto, o papel das linhas de transmissão de energia, cumprindo com a ação estatal de “transportar”, porém contraditoriamente mediada pelo circuito da circulação capitalista da mercadoria energia elétrica num sistema interligado e nacionalizado, produzindo diversos conflitos e expropriações às sombras do argumento e discurso da segurança energética. A esse processo, galgamos compreender o Eletronegócio e sua materialização no campo brasileiro, por meio da análise crítica das LTs em estudo e desnudadas na seção 03.

É nesse contexto que emergem as disparidades e problemáticas quanto ao avanço do capitalismo no campo e na cidade, e mais diretamente quanto ao amplo avanço do modelo energético brasileiro, que após a "crise do apagão" de 2002, produziu um novo marco regulatório da energia, condicionando este aos interesses do capital, tendo em vista os processos relacionados aos leilões públicos e, desse modo, a introdução do caráter privado através das corporações internacionais que se vinculam à gestão via concessões públicas dos ativos nacionais. Dito isso, a política pública de energia elétrica traveste-se da ideologia da segurança energética, mas de fato se conformando como uma estratégia do capital para auferir a ampliação da acumulação capitalista.

Na esteira das problemáticas das políticas públicas e da expansão do capital no território brasileiro, emerge o papel desempenhado historicamente pelo Estado, que estando atrelado aos modelos de desenvolvimentos postos no Brasil, dinamizaram a concentração de infraestruturas energéticas, associado às rodovias, ferrovias, complexos industriais, no contexto dos grandes centros irradiadores de acumulação de capital e com amplitude para as obras de interligação de energia elétrica.

Ou seja, o modelo adotado prima pela produção de energia elétrica no campo brasileiro (usinas diversas, eólicas, solares dentre outras), o consumo nos grandes centros (urbanos e industriais) e a circulação de eletricidade como ente que impacta diretamente a produção do espaço agrário, haja vista que produção, consumo e circulação compõem a base para a fetichização da mercadoria capitalista da eletricidade.

Tal fato reproduz a lógica exploratória do capital e conduz à segregação socioespacial, como forma concreta de ação do estado, seja na construção de barragens, usinas, linhas de transmissão, dentre outras, que de um lado expulsava famílias do campo e de outro as "acolhia" para a escravização moderna da vida urbana. Diante disso, é possível afirmar que as políticas públicas de energia em sua magnitude e amplitude, condicionaram a reprodução expansiva do capital por meio da lógica do estado burguês, sendo este a forma política do capital.

Dito isso, houve a constituição do fetiche da energia elétrica com o aprisionamento do trabalho, da apropriação privada da natureza e associados às políticas públicas de eletricidade relacionada aos grandes projetos de desenvolvimento, que foram materializados no espaço como elementos constituintes da razão espoliadora e sociometabólica do capital. Na escala de América Latina, conforme já apontado, tais fenômenos espaciais, vinculam-se multiescalarmente sob a égide gramatical da Iniciativa

de Integração latino americana (IIRSA), como apontam Oliveira et al (2013), articulados às ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

No contexto da devida compreensão crítica da fetichização da eletricidade e seus desdobramentos no acirramento da questão agrária contemporânea, é necessário analisar as reflexões apontadas por Rodrigues (2019, p.122), quando afirma que, "mantenedor do regime de acumulação do capital, o Estado se ajusta para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e expansão do capital".

Assim, compreendemos que a subordinação estrutural nas formas de aprisionamento da terra, da água, da energia, da indústria, dentre outros, constitui, em parte, o processo de subjugação financeira e especulativa do capital mundializado em rede, opondo o desenvolvimento frente a autonomia. Dessa forma, também condiciona a dicotomia campo-cidade historicamente constituída como sustentáculo da expansão do capital, ou seja, o campo com sustentáculo da produtividade e da exploração e a cidade como centro das iniciativas de fetichização. O Eletronegócio é, nesse sentido, o arcabouço para a devida compreensão crítica de tais dinâmicas espaciais financeirizadas.

Ademais, o desenvolvimento das capacidades produtivas do capital potencializa o falseamento da realidade, desde os processos industriais, até as questões locais e regionais, que são fruto da produção do espaço promovida pelo capital como forma de sujeição dos modos de vida tradicionais, visando a subjugação da natureza e sujeição do trabalho, ocasionando assim a fetichização da vida sob o prisma das mercadorias. A circulação da eletricidade é parte essencial desse processo, haja vista seu caráter dinâmico na produção do espaço aos interesses do capital.

A energia elétrica emerge nesse contexto, como uma forma materialmente falsa de fetiche das mercadorias, operando a dimensão concreta da medida da oferta de adornos ao modo de vida urbano-industrial e que, ao mesmo tempo, falseia a realidade, haja vista, sua característica de compor a sustentação e posterior dissimulação do capital para o fortalecimento do mercado financeiro. Tal processo, promove a inserção da financeirização da natureza, da terra e da vida, sendo, por conseguinte operada pela sujeição da renda da vida, sob o formato da violência e das violações aos direitos humanos e territoriais para a produção capitalista do espaço, produzindo o território do capital por meio de sua apropriação, o que ocasiona a subtração do território da vida das comunidades tradicionais.

No contexto das ações do Estado-Capital e das interconexões das políticas públicas, é importante frisar, com base na análise dos dados do Plano Nacional de Energia

(PNE 2023), que na comparação das estimativas oficiais entre os anos de 2005 e 2030, há uma pequena redução no consumo industrial, e um crescimento no consumo residencial, comércio e serviços.

Por meio da PNE (2023, p.38), é possível analisar o processo histórico do SEB ao longo do século, o qual ponta que "o uso de energia elétrica no Brasil começou a apresentar incrementos elevados a partir do término da 2ª Guerra Mundial, impulsionado pelo expressivo crescimento demográfico, por uma urbanização acelerada, pelo processo de industrialização e pela construção de uma infraestrutura de transporte rodoviário de característica energointensiva". Tal processo intensivo é marcado diretamente pela propulsão nacional das infraestruturas de consumo de energia elétrica que acompanharam diretamente das estruturas de produção e circulação da mercadoria eletricidade.

A partir das análises ensejadas por Ramos Filho (2016), é possível compreender que o setor energético está atrelado ao conjunto da indústria, mas também à dimensão das finanças, visto que os investimentos tanto de bancos públicos, quanto do capital externo constituem parte da totalidade da financeirização da natureza, através dos leilões públicos, das concessões das linhas de transmissão e da operação rentabilizada pela RAP às corporações multinacionais. Nesses termos, partimos da compreensão crítica da interação direta da energia elétrica como amplo processo de exploração e conformação da estratégia, dita nacional, de desenvolvimento e progresso, atrelada diretamente às questões da acumulação do capital, acirrando diretamente a questão agrária.

Na esteira de Ramos Filho (2016, p. 49), acerca da estruturação do agronegócio no Brasil e seus rebatimentos na questão agrária brasileira, o autor enfatiza que, "compreende-se o agronegócio com um complexo de sistemas de produção capitalista que envolve a agropecuária de larga escala, a indústria (alimentos, fertilizantes, implementos, venenos e remédios), finanças (bancos, papéis, empréstimos e financiamentos), centros de pesquisa (engenharia, genética, biotecnologia, nanotecnóloga), transporte, comunicação, marketing e propaganda, ideologia e conhecimento".

Nesse contexto, faz-se necessário incorporar a lógica do setor energético e do setor elétrico nacional para a compreensão crítica das desigualdades e vicissitudes do Brasil, que por meio de processos estatais e especulativos foram incorporados à dinâmica do capital internacional e por conta disso no bojo do capital fictício. Ou seja, a compreensão crítica da questão agrária e suas dimensões contraditórias relacionadas ao avanço do modelo do agronegócio é central para entendermos o Eletronegócio na esteira das

contradições do/no campo. Trata-se, dessa forma, de inserir a energia elétrica no contexto das artimanhas do Estado-Capital, nas lógicas exploradora e expropriadora, próprias do capitalismo periférico brasileiro.

A dinâmica do Eletronegócio se sustenta nas estratégias do setor elétrico nacional (SEB), no contexto da produção capitalista do espaço, atrelando a questão agrária aos processos de igualização e diferenciação de áreas próprias do desenvolvimento desigual e combinado. Assim, a energia elétrica, enquanto fração da apropriação privada da natureza, conforma-se como eixo essencial da acumulação capitalista na contemporaneidade. Assim, compreender os processos de fetichização da eletricidade e seus rebatimentos na produção de conflitos territoriais é matéria prima central para a justificativa do Eletronegócio como ferramenta para descortinar a realidade concreta.

Tal processo potencializa, contraditoriamente, a subjugação do território à financeirização da terra e da natureza, com a ativa sujeição do trabalho e a superexploração das comunidades quilombolas e camponesas, conforme será a pontado na seção posterior, por meio das faixas de servidão, os leilões, concessões e a RAP. Vale destacar as intensas violações aos direitos humanos e territoriais nas comunidades quilombolas e camponesas como ponto central na espoliação e acumulação de capital, por meio da privatização do setor elétrico e a subordinação da produção do espaço aos interesses capitalistas com a centralidade das LTs, para descortinar as dimensões conflitivas da questão agrária brasileira.

Nesse ínterim, emergem as LTs Porto Sergipe-Sapeaçu, Camaçari-Feira de Santana e Camaçari-Sapeaçu na configuração de totalidade da rede de transmissão de energia elétrica que articulam a Usina Termelétrica localizada em Barra dos Coqueiros em Sergipe na escala Bahia e Sergipe, com a subestação Sapeaçu na Bahia como elo articulador. O processo, no real concreto, externa a escala nacional atrelada à reprodução da égide do sistema sociometabólico do capital na dinâmica do Sistema Integrado Nacional (SIN), dinamizados pela atuação estatal e empresarial especuladora na ANEEL, EPE, CCEE e ONS. Tal rede contraditória expele, como faceta do capital, o negócio da eletricidade, sua dimensão no Eletronegócio e a execução do território eletroenergético, em contraposição à reprodução do território da vida.

No bojo das inter-relações concernentes à lógica do capital quanto à sua primazia da autoexpansividade, é importante frisar a tríade do processo de reprodução capitalista, sendo demarcada, a saber: 1- a subordinação da produção do espaço geográfico aos

interesses capitalistas; 2- subjugação do território à financeirização da natureza e da terra; 3- sujeição do trabalho com superexploração da natureza.

Ou seja, trata-se de algo concreto, articulado e concretizado por estratégias internacionais do capital financeirizado que, oportunizados por modelos neoliberais de superexploração da natureza, engendram processos contraditórios no bojo do capital no Eletronegócio. Nesses termos, o espaço geográfico subordinado aos interesses capitalistas se apresenta então como reprodução da miséria e o Eletronegócio como linguagem da acumulação de capital oportunizada pelo financeirização da economia.

Nesse processo de expansão do capital por meio do Eletronegócio, oportunizadas pela efetividade da mercadoria eletricidade no contexto do capital, diversas articulações são efetivadas no conjunto da atuação do estado burguês, por meio das amplas e concretas desregulamentações em âmbito das políticas ambientais, alteração em leis trabalhistas, uso da terra, políticas de infraestrutura e de financiamentos públicos. Ou seja, o processo contraditório da subordinação da produção do espaço geográfico à lógica expansiva do capital, desencadeia amplas inter-relações acerca da financeirização da eletricidade.

A efetivação do Eletronegócio se dá, no campo brasileiro, com a instalação das infraestruturas da energia elétrica, tais como usinas diversas, subestações e as linhas de transmissão. Diante disso é importante analisar, no contexto brasileiro das denominadas "fronteiras", a dinâmica de apropriação do território à luz da produção capitalista do espaço, ocasionando a negação de mudanças estruturais na operacionalidade do território.

À luz dessa leitura, é possível avaliar com acurácia o processo de engendramento da lógica das fronteiras no bojo da energia e do sistema elétrico brasileiro, o qual preza pela constante e permanente construção de novas fronteiras de apropriação e subordinação no sentido de perpetuar a acumulação de capital sob a égide da reprodução ampliada do capital. Ou seja, o setor elétrico nacional se consolida como parte integrante direta das infraestruturas de sustentação do agronegócio, tais como as redes viárias, portuárias, aeroviárias, bancárias, dentre outras.

Tais questões tem amparo histórico no Brasil, conforme apontam Moraes e Bastos (2022) em análise acerca da apropriação das políticas de estado executadas no contexto histórico do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) entre os anos de 1975 a 1979, em plena ditadura militar. Essas dimensões são enfatizadas também por Lima (2015), no contexto dos estudos do Setor Elétrico Brasileiro quanto ao PND (1950 a 1964), atestando que o Estado está em disputa no conjunto das ações dos agentes hegemônicos na produção capitalista do espaço, tendo a eletricidade como central para a reprodução do capital.

No contexto do setor energético, o avanço da fronteira agrícola na Amazônia e Centro Oeste foi central para o discurso do desenvolvimento-progresso, com o avanço de infraestruturas públicas, como o exemplo da construção de barragens com o argumento da produção de energia elétrica e posteriormente a segurança energética. Assim, é possível observar, no contexto do Eletronegócio e do SEB, que o discurso da escassez também é consolidado, nessa especificidade, como argumento do capital por meio de sua crise estrutural, ou seja, escassez e abundância são pares dialéticos, tanto na produção de energia, como em toda a sistemática – geração – transmissão – distribuição – consumo, tendo no século XXI, a construção do ideário das energias renováveis como saídas/alternativas às crises diversas.

Assim, conforme já apontado, os GPD emergem como a estratégia estrutural de esbulho territorial por meio da política energética das LTs constituindo projeto de planejamento e ação de integração e a espoliação perpetrada por grupos econômicos do capital fictício, que conduzem a produção capitalista do espaço sob a batuta do estado. De outro lado, a política dos GPD quanto às Linhas de transmissão de Energia elétrica configura-se como o amplo processo de financiamento público-pivado, desdobrando-se na financeiração, acirrando a lógica da produção-consumo-circulação da mercadoria fetichizada (eletricididade), para a especulação, sendo esta uma ferramenta financeirizada com a produção de títulos e ações atreladas ao mercado financeiro.

Nesse processo, Levien (2014) exacerba a crítica ao processo expansivo do capital, por meio da análise crítica de Harvey (2005), da acumulação por espoliação com os regimes de desapropriação, analisando nesse contexto o papel do estado na condução da espoliação por meio dos instrumentos de expulsão das terras e expropriações, esbulho e despojo.

A energia elétrica, como componente central da territorialização do capital por meio das linhas de transmissão de energia, possui relações com diversos setores da economia nacional e internacional, porém, com dimensões estruturais de dissimulação do capital com o atrelamento direto à reprodução das condições capitalistas. Sob a égide do caráter progresso-desenvolvimento, a dimensão da financeirização se desdobra como elemento central da lógica expansiva, com o atrelamento à superexploração da natureza ante o processo amplo de expropriações e de regimes de desapropriações associados à acumulação por espoliação.

Tais questões estão associadas ao modelo energético nacional, seja ele com a extração de hidrocarbonetos ou a produção de energia elétrica, assim, o desenvolvimento

das forças produtivas nacionais está associado à lógica de exploração e ao advento da financeirização da economia, com o envolvimento direto de agentes internacionais na forma de bancos e fundos de investimentos, na base da exploração do Eletronegócio. Em Svampa (2013), é possível observar o papel central derivado do consenso das *comomdities* como alavanca avalizadora da exploração dos recursos naturais, ou seja, a internacionalização das riquezas naturais à lógica da dependência da economia de países periféricos.

A dissimulação do capital se concretiza no setor energético, a exemplo do setor elétrico nacional, com o conjunto de desregulamentações, omissão do estado, silenciamentos de agentes, pioneirismo na produção de energia elétrica, relacionando-os ao processo de expansão do capital por meio do Eletronegócio, centralizando a tomada de decisões atreladas ao mercado financeiro. A trilha de tal processo perpassa o tempo histórico e geográfico e centraliza-se mais atualmente na privatização da Eletrobrás em 2021. Nas palavras do setor financeiro, a proposta de legislação federal quanto à criação do ambiente livre de comercialização de energia elétrica com a privatização das estatais de distribuição de energia elétrica nos estados e o dito apagão elétrico nacional (crise) nos anos 2000, tem conexões reais com a financeirização.

É possível analisar que, frente à questão agrária brasileira, o capital potencializou a expropriação como ação reguladora formal do acesso à terra e que o pacote especulativo da revolução verde se confunde com o pacote verde engendrado na energia e na energia elétrica, ou seja, fetichização, e potencialização da tríade produção-consumo-circulação. Assim, a ideologia do capital ocorre como formatação da violência sistêmica de autoexpansão do capital e nesses termos, a compreensão do papel do Estado omisso e garantidor das ações capitalistas.

A dissimulação do capital e o fetiche da mercadoria, engendram-se na tomada de decisões do estado brasileiro e consolidam a subordinação do espaço geográfico, a subjugação do território à financeirização e a sujeição do trabalho e natureza. Tais processos estão atrelados diretamente à sanha de aumento tácito da produção de eletricidade, ao mesmo tempo que ampliam as estruturas de circulação de eletricidade, materializadas nas linhas de transmissão de energia elétrica.

Contraditoriamente ao processo de financeirização em voga no século XXI, o processo de expansão do sistema elétrico nacional atuou diretamente com a construção do fetiche da energia como mercadoria e diretamente com a expansão da rede no sentido de incluir espaços de miséria. Ou seja, a financeirização constituiu, ao nosso olhar, o

Eletronegócio com o capital atuando em espiral autoexpansiva, tendo o estado como garantidor e tendo a conta de energia elétrica/tarifação como financiamento direto da classe trabalhadora ao processo de financeirização da energia elétrica. Tais questões podem ser observadas quanto à implantação das faixas de servidão administrativas e o pagamento da RAP às empresas multinacionais concessionárias.

Diante de tais questões contraditórias, é urgente uma análise da totalidade com a crítica assertiva no contexto das problemáticas do Eletronegócio, ou seja, as apropriações resultantes do SEB. É importante compreender os conjuntos de leituras acríticas, desarticuladas, negacionistas e entreguistas da Geografia, ou seja, contestar a leitura da geografia dissimulada e construir uma abordagem centrada na totalidade concreta. Portanto, é necessária uma abordagem que vasculhe, tanto o olhar a partir da classe trabalhadora (mirada dos expropriados) e suas relações conflitivas perante o capital, quanto uma análise apurada acerca das estratégias da classe dominante por meio do Estado ampliado, dos aparelhos privados de hegemonia e da ideologia do capital, no contexto da segurança energética numa leitura geográfica.

CAPÍTULO 08 - SEGURANÇA ENERGÉTICA PARA O CAPITAL: ELETRONEGÓCIO E O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO (SEB): UMA LEITURA GEOGRÁFICA

No contexto do desenvolvimento das forças produtivas e da lógica de expansão do capital, esses processos constituem a diversidade dos fenômenos capitalistas. Nos países periféricos, algumas dessas características foram adaptadas sistemicamente como parte da dinâmica interna do capitalismo contemporâneo. Nesses termos, Filgueiras (2018) afirma que “a forma de reprodução do capital nas economias dependentes, por estar subordinada à reprodução do capital no plano internacional, também se modifica – com a constituição de padrões específicos, que podem distinguir um mesmo país ao longo do tempo ou países distintos no mesmo momento histórico.”.

Nas palavras de Grespan (2021, p. 53), “o trabalho é o verdadeiro sujeito criador de valor, mas dominado pelo capital e submetido à tirania dos meios de produção, que usurpam sua posição e se apresentam como o sujeito que organiza e comanda a produção”. Tal questão da dependência está confabulada no cancioneiro erudito popular, nas palavras do baiano Tom Zé, quando afirma que “liberdade ainda que tarde, porém essa tarde já tarda natais, Natais, demais”. Assim, a lógica da dependência se consolida

como o aprisionamento das liberdades coletivas e nacionais, ante ao projeto de reprodução ampliada do capital.

O modelo liberal periférico de Filgueiras apresenta as bases da constituição de acumulação do capital em países como o Brasil e, dessa forma, a consolidação dos interesses internacionais a despeito do avanço da burguesia nacional. Nas palavras de Bretas (2020), a privatização, as desregulamentações e a liberalização constituem etapas do avanço do capital e de sua reprodução e estão atreladas à dinâmica de centralização e concentração de capitais.

Furno et al (2022), à luz da análise da economia do setor de petróleo com foco no refino, analisam as contradições dos modelos governamentais pós-golpe de 2016 no setor petrolífero, com base na segurança energética, vista, segundo a Agência Internacional de Energia, como a "certeza de acesso físico e ininterrupto aos recursos estratégicos que são necessários para que uma nação se desenvolva plenamente".

A energia elétrica emerge nesse processo como sendo a mola propulsora das dinâmicas industriais e urbanas como base para a reprodução do modelo social do capital, entranhado nas relações culturais, econômicas e políticas. Assim, como parte do processo expansivo do capital, a energia elétrica derivada diretamente das usinas hidroelétricas, as quais, como base da expansão da produção nacional de energia, configuram de um lado a energia como mercadoria e, de outro, a subjugação da natureza com sua incorporação ao ciclo do capital, não apenas como a agricultura, mas agora com o aprisionamento da natureza sob a forma de energia elétrica, alimentando o sistema do capital de forma concreta e possibilitando o desenvolvimento da indústria e a diversificação da produção de bens industriais diversos.

Ou seja, nessa fase, a energia se configura como o fetiche da mercadoria, possibilitando, em aparência, o desenvolvimento do modo de vida urbano industrial, porém, em essência, sujeitando o trabalho ao pagamento da renda da vida materializado na conta de energia elétrica. Esta última, é, em si, a faceta contraditória do direito ao bem natural sob a forma de finanças, atrelada ao modo de vida da cidade.

Ou seja, ao tempo que se avança o modelo urbano-industrial, desloca-se massas de trabalhadores para os grandes centros urbanos, massificando a complexidade dos espaços opacos e luminosos, nas palavras de Milton Santos (2007). Esse aspecto está conectado à separação/integração campo-cidade, já apontado por Marx e que se desdobra no direito à cidade como fetiche e mercadoria e a negação de direitos aos povos do campo.

Nesse contexto, a energia elétrica se constitui como mola propulsora de processos expropriadores, no âmbito da expansão capitalista no século XX, e se configura como a ação fetichizadora da mercadoria energia na constituição do sistema elétrico nacional, desatrelado aos interesses da classe trabalhadora e integrado diretamente aos interesses do estado burguês e de frações das classes dominantes nacionais e internacionais, materializados em fundos e financiamentos do capital financeiro.

Por conseguinte, é importante ponderar que no setor elétrico, o qual compõe o setor energético, é necessário frisar que o acesso aos recursos naturais de produção, tais como água, sol, ventos, gás etc., são essenciais para a compreensão crítica acerca das diversas formas de consolidação da segurança energética no bojo do capitalismo periférico brasileiro, o qual é marcado pelo desenvolvimento desigual e combinado. É nesse contexto que se insere o debate sobre o papel desempenhado pelas Linhas de Transmissão de Energia Elétrica no circuito integrado (produção-circulação-consumo) da mercadoria fetichizada sob o capital, qual seja a eletricidade associada diretamente à análise da segurança energética.

Destaca-se, nesse ínterim, que tal processo compõe a dinâmica da produção, distribuição, transmissão e consumo da energia elétrica, ou seja, se caracteriza como uma cadeia/sistema integrado, interligado e complexo. Nesses termos, segundo Fuser (2013) apud Furno et al (2022), a soberania energética tem objetivo na promoção do desenvolvimento socioeconômico por meio de políticas públicas.

Porém, é importante frisar, que a segurança energética se consolida como parte do sistema sociometabólico do capital e, dessa forma, reproduz as dinâmicas de reprodução ampliada, portanto como parte importante das escalas de afirmação do capital, como instância destrutiva e autoexpansiva com a superexploração da natureza. Tais dimensões contraditórias, estão alicerçadas na análise apurada da seção 03, quanto aos impactos e conflitualidades das linhas de transmissão de energia elétrica no Brasil.

Em estudo aprofundado no contexto da Segurança Energética, o Grupo de Estudos sobre Segurança Energética da Universidade Federal da Paraíba, à luz das relações internacionais, apresenta o conceito da segurança energética atrelada à dimensão econômica e não somente à herança dos processos bélicos, e, nesse viés, delimita o conceito relacionando-o às “oportunidades de negócios internacionais para as empresas brasileiras, a partir de empreendimentos energéticos implementados por países da América do Sul e do Caribe (América Latina), visando suprir suas demandas no referido setor”. (Silva, 2017, p. 58.)

Nesse contexto, a Agência Internacional de Energia (AIE)[12], aprofunda a leitura acerca da segurança energética como "a oferta e disponibilidade de serviços energéticos a todo momento, em quantidade suficiente e a preços acessíveis". Paralelamente, a Rede de Pesquisa Adapta Brasil, vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, define a segurança energética como sendo "o conjunto de estratégias institucionais, relacionadas à demanda energética e à oferta de energia".

Contudo, Cherp e Jewell (2014) analisam o processo por meio de profunda investigação em nível internacional, conectando as dimensões contraditórias da segurança e os princípios que caracterizam a concepção do conceito de segurança energética. Nesses termos, os autores enfatizam que, para compreender os processos inerentes à segurança energética, é essencial construir 3 caminhos problematizadores, sendo eles: "Segurança para quem?, Segurança para quais valores? e Segurança contra quais ameaças?" (p. 01.). Os autores defendem a segurança energética como um campo político complexo, dotado de inerente polissemia, haja vista as conexões com riscos, resiliência e sistemas energéticos.

Portanto, tais reflexões coadunam com as análises protagonizadas pela Política Nacional de Energia (PNE)[13], a qual relaciona a segurança energética como com o objetivo de garantir a oferta de energia em quantidade suficiente, a preços acessíveis e de forma sustentável a longo prazo. Ou seja, há um contínuo nas reflexões que conectam a linguagem do capital e da rentabilização da energia elétrica como um sustentáculo da acumulação capitalista, que, sob a ideologia da mercadoria, da garantia da oferta e consumo de eletricidade, propicia compreensões que direcionam as tomadas de decisões para os interesses ideológicos da reprodução do capital.

É nesses termos que compreendemos o papel central desempenhado pela circulação da eletricidade, como arcabouço central para o desenvolvimento das forças produtivas aninhadas à lógica expropriadora do capital. Assim, o Eletronegócio é a ferramenta operativa no intuito de compreender criticamente esse processo e, dessa forma, desvelar as condicionantes, intencionalidades e artimanhas desenvolvidas pelas estruturas do Estado-Capital na captura de fração da natureza privatizada pela ideologia da mercadoria fetichizada da energia elétrica. Seus rebatimentos são diversos, desde impactos na questão agrária, quanto também na dimensão discursiva na implementação

[12] https://www.iea.org/topics/energy-security
[13] https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/plano-nacional-de-energia-pne

das, já apontadas, linhas de transmissão no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento em tempos de financeirização.

No contexto da financeirização, os estudos de Pita (2016), mais diretamente em sua tese de doutorado na USP, apresentam as contradições do processo de reprodução fictícia do capital quanto à realidade concreta do setor ligado à agroindústria canavieira em São Paulo. O referido autor analisa como os ativos financeirizados possuem relação sob a ótica da Geografia, ou seja, da produção capitalista do espaço, e dessa forma propõe, à luz de Harvey, Beluzzo e Kurts, uma releitura da questão da financeirização sob a égide da interpretação da crise econômica de 2008.

Tal estudo está em diálogo com Mészaros, quanto à crise estrutural do capital, que afirma em sua obra, a Montanha que devemos subir, os principais teórico-conceituais quanto ao papel desempenhado pelo Estado no processo de engendramento da crise em sua sociabilidade. Nesse contexto, Pita (2016) destaca que "é necessário superar o plano do metabolismo social, fundado na dominação fetichista e na dominação estrutural do trabalho pelo capital". Ou seja, ele analisa que o plano do real concreto, oportunizado e dissimulado pelo sistema sociometabólico do capital, está emaranhado nas demais estruturas sociais.

Portanto, é imprescindível compreender, de forma crítica, a formatação da luta de classes contemporânea que se apresenta nesse estudo, em sua aparência, como os conflitos territoriais, e até a produção do espaço também atrela-se aos aspectos ligados à lógica da natureza do desenvolvimento atrelado ao progresso e à valorização do espaço, conforme aponta Moraes (1991). Diante de tais questões problematizadoras, questionamos a dimensão concreta da segurança energética, em sua síntese contraditória, numa reflexão que visa analisar a realidade numa questão assertiva acerca da segurança energética para o capital.

Diante disso, aqui nesta tese, nos debruçaremos não nas etapas aparentes do processo da energia elétrica, mas sim na totalidade concreta (Kosik, 2011) em suas multideterminações da energia, desde a geração-transmissão-distribuição-consumo. Porém, atrelando tal dimensão à lógica expansiva do capital e articulando com os aparelhos privados de hegemonia, que por meio das estruturas de Estado conduzem as tomadas de decisões e formulação de políticas públicas, que ao invés de produzirem autonomia, efetivamente executam a tarefa macabra de subordinação da produção do espaço à égide do capital.

Nesse ínterim, o regramento técnico do SEB à luz do Eletronegócio e da crítica da segurança energética para o capital, se dá através da PNE e do Plano Decenal de Energia (PDE), com o jogo normativo permeado da articulação direta dos entes estatais ANEEL, ANP, IBAMA, Corporações petrolíferas, EPE, ONS e CCEE subjugando interesses coletivos, em detrimento da subordinação do sistema elétrico brasileiro e, por conseguinte, o território aos interesses do capital, vinculados à sua expansão por meio da apropriação capitalista da natureza.

Esse movimento transforma em renda e capital, a fração da natureza representada pela energia elétrica produzida em usinas diversas e transportada em grandes eixos de transmissão e distribuição de energia associadas à especulação rentista de acumulação de capital, materializando-se no circuito espacial hegemônico da eletricidade.

Na escala brasileira, com o processo de privatização da década de 1990, emergem as agências reguladoras que promovem a inserção de mecanismos privados nas tomadas de decisão e regulamentação de diversos setores da economia e na atuação do estado brasileiro. Um dessas estruturas é a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, que promove, diretamente no setor elétrico, a conjugação de expertise empresarial e imersão do capital no âmbito da burocracia estatal. Outras duas estruturas importantes de destacar, são: o Operador Nacional do Sistema (ONS) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O primeiro foi fundado em 1998 e trata-se de uma associação de direito privado enfocada na geração e transmissão de energia elétrica. Por seu turno, a CCEE trata-se de uma facilitadora do mercado de capitais atrelada à operação e a comercialização de energia elétrica.

Em Tolmasquin (2000), está apresentada uma crítica acerca do modelo adotado pelo Brasil quanto ao sistema elétrico nacional, o qual questiona os potenciais de investimentos públicos e privados no setor e que a dimensão brasileira tanto de hidroelétricas e de rede fluvial seria suficiente para uma ampliação do sistema visando à autonomia elétrica nacional. Cumpre destacar que tais assertivas estão assentadas no ano de 2000, às vésperas do "apagão do sistema elétrico nacional", que representou uma mudança de rumos na política elétrica, gerando menor regulação por parte do Estado e uma maior ação do capital.

No contexto do processo capitalista no qual o Setor Elétrico Brasileiro (SEB) está imerso, o modelo adotado a partir de 1996, optou pela constituição de leilões atrelados ao mercado financeiro e comercializados na bolsa de valores de São Paulo, ou seja, a adoção de tal estratégia, atrelou a lógica de ampliação da rede elétrica nacional, porém também

a produção, transmissão e distribuição de energia aos interesses do capital financeiro. Em Bretas (2020, p. 273), é possível apreender como tal processo é operacionalizado e como atribui, numa leitura multiescalar, a existência de um projeto capitalista em voga afirmando que "a expropriação financeira tem funcionado com uma ferramenta para intensificar a concentração de renda e fortalecer o projeto de dominação burguesa".

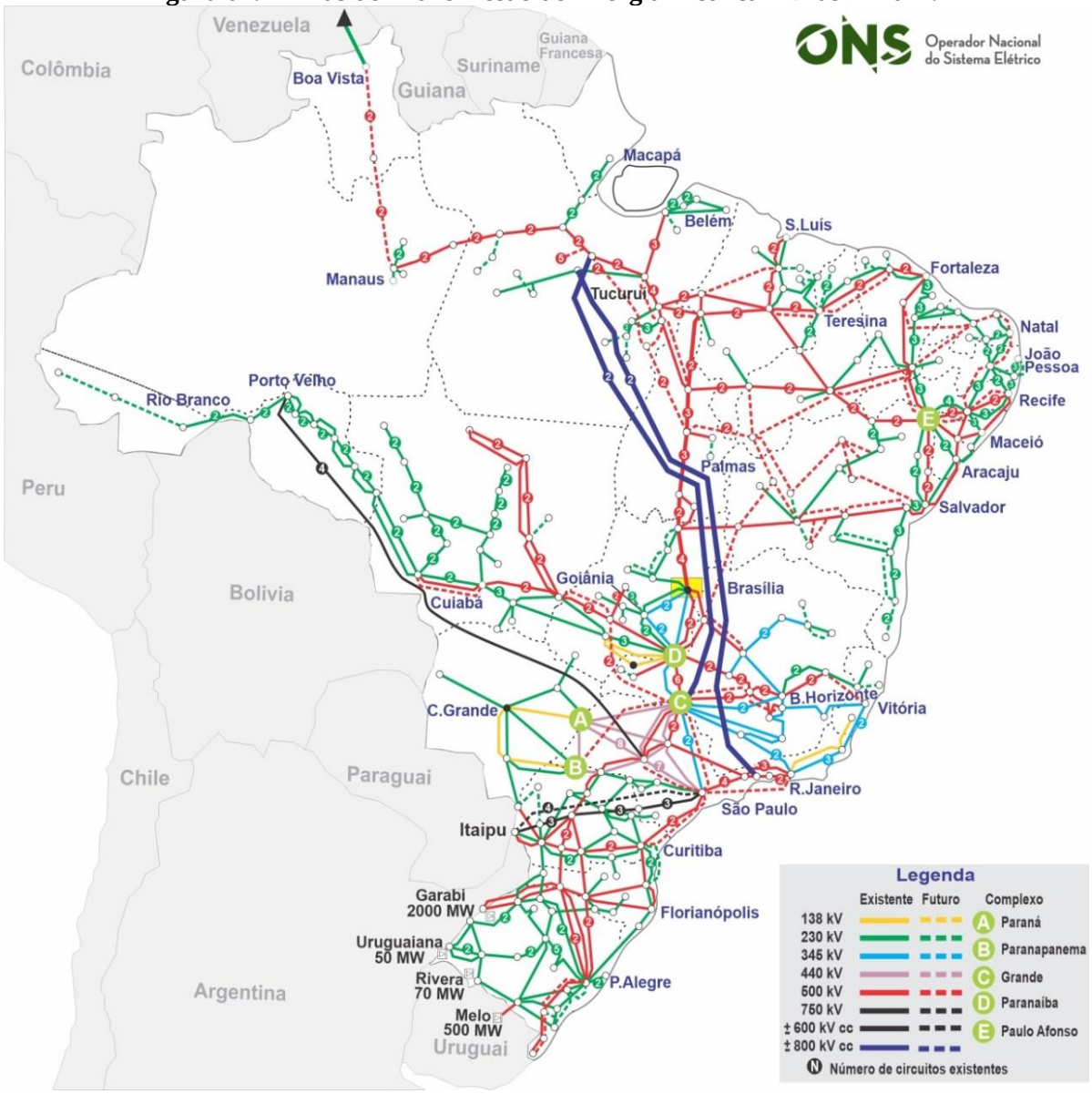
Nesses termos, o Eletronegócio constitui-se como um conceito central para a compreensão dos emaranhados normativos, institucionais e ideológicos do SEB, vinculando-se diretamente à análise crítica das dinâmicas contraditórias relacionadas à fetichização da eletricidade enquanto mercadoria que se relaciona diretamente com sua circulação no bojo das linhas de transmissão de energia elétrica. Diante disso, definimos os Projetos de Infraestrutura Energéticas (PINERG), no contexto Eletronegócio, como esforço analítico de práxis para desvendar tais processos fantasmagóricos de produção capitalista do espaço, a financeirização da natureza e a desdobramento do território em conflito.

Como base na análise da PNE-2023, é importante observar os impactos relativos à interligação e integração do SIN, visto que nos espaços elencados no mapa a seguir, há uma riqueza de comunidades e territórios de camponeses e tradicionais que serão impactados diretamente. Ou seja, a integração não pode ser ao custo da reprodução da vida dos territórios, causando assim a superexploração da natureza e a destruição de modos de vida tradicionais. Assim, a expansão do SIN no escopo do SEB, é marcadamente territorializado, visto que a integração dos eixões de linhas de transmissão garante a reprodução ampliada do capital no setor elétrico.

Com base na PNE, o SIN brasileiro, comparativamente é proporcional ao território da Europa demonstrando assim sua grandiosidade, porém, a lógica de expansão e integração impera no processo ideológico marcadamente para garantir a expansão do SIN. Nesse quadro, as interligações regionais é a marca da estratégia estatal para sua potencialização. Exatamente a dita fronteira de expansão, sendo a Amazônia a estratégia do PNE, é possibilitar eixos de integração e expansão. Na figura a seguir é possível observar as demandas postas.

Tais relações do Eletronegócio, associado às linhas de transmissão de energia, são apresentados na **figura 04** com a perspectiva da ONS na expansão do sistema nacional de LT's e seus desdobramentos analíticos, acerca dos conflitos territoriais derivados, estão elencados na seção 03.

Figura 04: Linhas de Transmissão de Energia Elétrica – Brasil - 2024.



Fonte: Banco de dados do Operador Nacional do Sistema (NOS) 2022.

É importante ressaltar que foram criados parâmetros para substanciar os estudos da expansão do SIN com base na lógica da fronteira amazônica e nesse sentido foram elencadas duas variáveis como limitantes, sendo elas os territórios indígenas e as unidades de conservação. No PNE é apontada a distância de 10km dos territórios indígenas a fim de reduzir os impactos das hidroelétricas e também das unidades que compõem o SNUC, a despeito de não pontuarem nenhuma referência aos outros territórios dos povos e comunidades tradicionais, tais como quilombolas e camponeses por exemplo. Porém, atesta-se, como pode ser verificado no curso da seção 03, que tais premissas não foram seguidas e diversas conflitualidades e violação aos direitos humanos e territoriais foram perpetrados pela própria estrutura do Estado brasileiro.

Diante disso, é importante frisar que a concepção de Eletronegócio está fundada na leitura crítica do processo de financeirização da natureza por meio da apropriação privada desta e preconizada pelo processo de expansão capitalista no campo por meio das infraestruturas de produção, transmissão e distribuição da energia elétrica, materializadas nos leilões de eletricidade privilegiando corporação multinacionais.

Destaca-se, nesse ínterim, a imbricação de tal processo com as infraestruturas exógenas que se territorializam no campo e atrelam-se à reprodução ampliada do capital, que em crise expande-se para os espaços rurais, na busca de áreas para apropriação e expropriação territorial por meio da fetichização da energia executada pela ideologia da segurança energética.

Nesses termos, o Eletronegócio, como face da atuação do Estado no processo de implementação de políticas públicas travestidas de estratégias de desenvolvimento, descortina a execução dos aparatos jurídicos e normativos atentando contra a autodeterminação das comunidades e povos, vista a premissa da segurança nacional por meio da égide da segurança energética. Ou seja, trata-se de um conceito que emerge das problemáticas da geograficidade das lutas e enfrentamentos dos povos e comunidades tradicionais na Bahia e Sergipe, dentre outros espaços que engendram locais de socialização política visando a emancipação com consciência crítica.

O Eletronegócio, sob a leitura crítica da segurança energética para o capital, permeia a dinâmica do capital em sua crise estrutural, pois, a partir da expansão de infraestruturas energéticas das linhas de transmissão, alça a crítica à segurança energética que se materializa no consumo (escala de apropriação) e perpassa a produção de energia (escala da produção de mercadoria). Assim, atua diretamente no escoamento da mercadoria energia, que, fetichizada, escoa mais valor a partir da apropriação privada da natureza e, na produção capitalista do espaço, territorializa o capital de corporações internacionais (escala da financeirização). Assim, o conceito de Eletronegócio é um diálogo entre os espaços de socialização política das organizações dos povos camponeses e quilombolas e o processo capitalista da financeirização da energia, que no século XXI protagoniza a emergência de inovadoras linguagens para a acumulação de capital.

Diante de tal problemática, as linhas de transmissão de energia elétrica, enquanto parte elo central do processo de garantia da segurança energética por meio da circulação da mercadoria eletricidade, materializam o fluxo de mais valor ao processo da financeirização. Essa financeirização tem a energia elétrica como mola propulsora da subordinação das comunidades, por meio das estruturas metálicas, impondo o discurso da

modernidade como elemento central para as políticas públicas de segurança energética executadas no bojo da Política Nacional de Energia (PNE) e do Plano Decenal de Energia (PDE). As LTE's conectam espaços e produzem a territorialização do capital com a afetação direta da relação campo-cidade, que na escala da expropriação no campo, produz o fetiche da energia na cidade como linguagem para a expansão capitalista.

Assim, os Grandes Projetos de Desenvolvimento e, mais expressivamente, os PINERGs, são formas apropriadoras do capital no bojo de sua acumulação. Portanto, o Eletronegócio evidencia-se na tríade (produção-circulação-consumo) de energia elétrica, configurando-se como a efetividade na produção do espaço da fetichização da mercadoria energia. Além disso, representa as diversas formas de articulação em rede das lutas e enfrentamentos na geograficização das resistências dos povos e comunidades tradicionais atingidas direta e indiretamente, sejam pelas estruturas de produção, transmissão e/ou distribuição de eletricidade.

As LTE's efetivam-se como parte dos mecanismos do capital no acirramento da questão agrária por conta dos processos de violações aos direitos humanos e territoriais. Portanto, o Eletronegócio trata-se de um conceito que busca descortinar a questão agrária quanto à efetividade dos aspectos energéticos e as infraestruturas na tríade energia-circulação-segurança, sendo essa última marcadamente materializada nos aparatos ideológicos de uma segurança para o capital.

O Eletronegócio evidencia-se nas linhas de transmissão com a formatação de uma rede hegemônica de reprodução do capital no setor elétrico nacional, que efetua a circulação de mais valor na produção do espaço e na territorialização do capital. O protagonismo das corporações de energia, via financeirização de frações da natureza, é realizado através da commoditização em bolsa de valores por meio da superexploração da natureza.

A partir da sanha expropriadora do capital por meio das linhas de transmissão de eletricidade, ou seja, sua circulação reificada, há a ocorrência dos espaços opacos e luminosos do saudoso Milton Santos (1997). Estes, em última instância, na trilha da segurança energética para o capital por meio do Eletronegócio, são ressignificados pelo processo de produção, circulação e consumo de energia.

Ou seja, os espaços opacos, sob o prisma das comunidades expropriadas, é o território apropriado pelo capital para a produção e circulação da energia, e os espaços luminosos são diametralmente opostos, qual seja, a cidade, que com a linguagem da

mercadoria e da modernidade apresenta-se como espaço da riqueza e contraditoriamente, as comunidades como espaços da miséria.

Diante disso, a implantação das linhas de transmissão acirra a questão agrária, ora pela expropriação, ora pela concentração fundiária, conforme é apontado na seção 03, quanto à implantação das LT Porto Sergipe-Sapeaçu, Feira de Santana-Camaçari e Camaçari-Sapeaçu. Portanto, o Eletronegócio é um conceito que visa descortinar as problemáticas da questão agrária referentes ao processo da acumulação capitalista no campo no bojo da dimensão energética atual, sucumbidas à lógica da mercadoria, subtraindo o protagonismo dos espaços de socialização de lutas e construção de resistências comunitárias.

No século vigente, o Eletronegócio busca descortinar os discursos dissimuladores do capital mediante a ideologia das energias limpas, que, metamorfoseando a apropriação da natureza, constituem linguagem relacionada às estratégias de desenvolvimento, que executam, por meio dos negócios verdes, pagamento de serviços ecossistêmicos, créditos de carbono e serviços ambientais. Essa inovadora estrutura linguística de extração de mais valor e potencialização da reprodução ampliada do capital, e suas externalidades na produção do espaço, efetiva-se por meio de políticas públicas do setor energético, mais precisamente do incumbido da energia elétrica.

O Eletronegócio, no seio da segurança energética, galga produzir a crítica a tais processos e iluminar a discussão acerca da produção do espaço sob a égide da financeirização da energia elétrica no Brasil, a qual efetiva a territorialização do capital e diretamente a expropriação territorial em diversas comunidades camponesas e quilombolas. Cumpre destacar que as LTs alteram a configuração agrária regional e local, haja vista os impactos no módulo fiscal, no módulo rural, no valor venal das propriedades, nas atividades produtivas, na dimensão simbólica das comunidades a exemplo de serras, rios, riachos, árvores etc.

Dessa maneira, o Eletronegócio impacta também nos processos de desmatamento, uma vez que, à revelia das comunidades, são derrubadas diversas árvores com valor simbólico, a exemplo dos pés de mulungu e jenipapeiro em Antônio Cardoso na Bahia, sob a ideologia da construção da LT Porto Sergipe-Sapeaçu ou na destruição de manguezais no caso da LT Camaçari-Sapeaçu no município de Santo Amaro.

No cerne dos estudos sobre energia, a Geografia basicamente se notabilizou quanto a apresentar as formas de produção e as questões relacionadas ao consumo fetichizado de energia à luz da globalização e da ampliação das esferas do consumo.

Como faceta dessa aparente dissociação na produção do espaço, ante os efeitos nefastos da sociabilidade do capital nas linhas de transmissão de eletricidade, o Eletronegócio emerge como parte da crítica para o desvelamento de tal processo, asseverando a circulação da mercadoria eletricidade no bojo da produção capitalista do espaço.

No escopo do Eletronegócio e dos emaranhados institucionais da segurança energética, as três entidades centrais do SEB, a saber - ANEEL, enquanto corpo regulador; a ONS, como elemento operacional; a CCEE enquanto ente especulador; e a EPE, enquanto ente planejador do sistema, compõem parte de um sistema maior de financeirização e subordinação às classes dominantes a serviço da burguesia nacional e internacional.

Assim, os grupos econômicos, agora dotados de estrutura de apoio no aparato estatal e na privatização do setor elétrico, se articulam e constituem uma série de associações e organizações para construir a lógica das políticas públicas do setor elétrico nacional. Assim, essas associações passam a incidir na tomada de decisões e construção de legislações de acordo com os interesses de tais grupos econômicos, muitos deles representando a burguesia nacional e alguns conglomerados internacionais maquiados na forma política de associação patronal de interesses específicos, como serão apontados no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 09 - OS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA E A PESQUISA EM GEOGRAFIA NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO (SEB)

Em processo intelectual de ampliação de olhares e horizontes, a pesquisa nos apresenta, na realidade concreta e em suas múltiplas determinações, as dimensões contraditórias do Estado Ampliado de Gramsci e suas artimanhas capitalistas da classe dominante, quanto às logicas de apropriação e interceptação de interesses, via cooptação por dentro da estrutura do estado nacional. Aqui, emergem as categorias de Estado Ampliado e Hegemonia no contexto dos Aparelhos Privados de Hegemonia, no contexto do Eletronegócio no Brasil, como será apontado ao longo deste capítulo e na seção 03 e 05.

Uma análise multiescalar no contexto do Eletronegócio, em simbiose completa ao capital e às estruturas de Estado, fizeram florescer, com raízes profundas e inflorescência violenta, diversas organizações para-estatais que incutem a tomada de decisões e potencialmente conduzem a agenda legislativa, a tomada de decisões do executivo e influenciam no conjunto da execução judiciária. Ou seja, trata-se da lógica de um lado

com a operação da financeirização, e de outro, portanto, uma tática de exacerbação do capital como instrumento para além da produção, diretamente ligado à especulação e incidência na sociedade, como mão invisível na alma ativa e altiva do capital em seu caráter fantasmagórico.

Mendonça (2014) analisa as dimensões e transformações ensejadas pela teoria gramsciana quanto ao Estado ampliado seguindo o arcabouço marxista da infraestrutura e superestrutura. Nesse sentido, envida esforços na compreensão da sociedade política e da sociedade civil, sendo que a primeira se refere "ao Estado em seu sentido restrito – ou seja, os aparelhos governamentais incumbidos da administração, da organização dos grupos em confronto", e a segunda sendo o "conjunto dos organismos chamados de "privados" ou aparelhos privados de hegemonia, no sentido da adesão voluntária de seus membros".

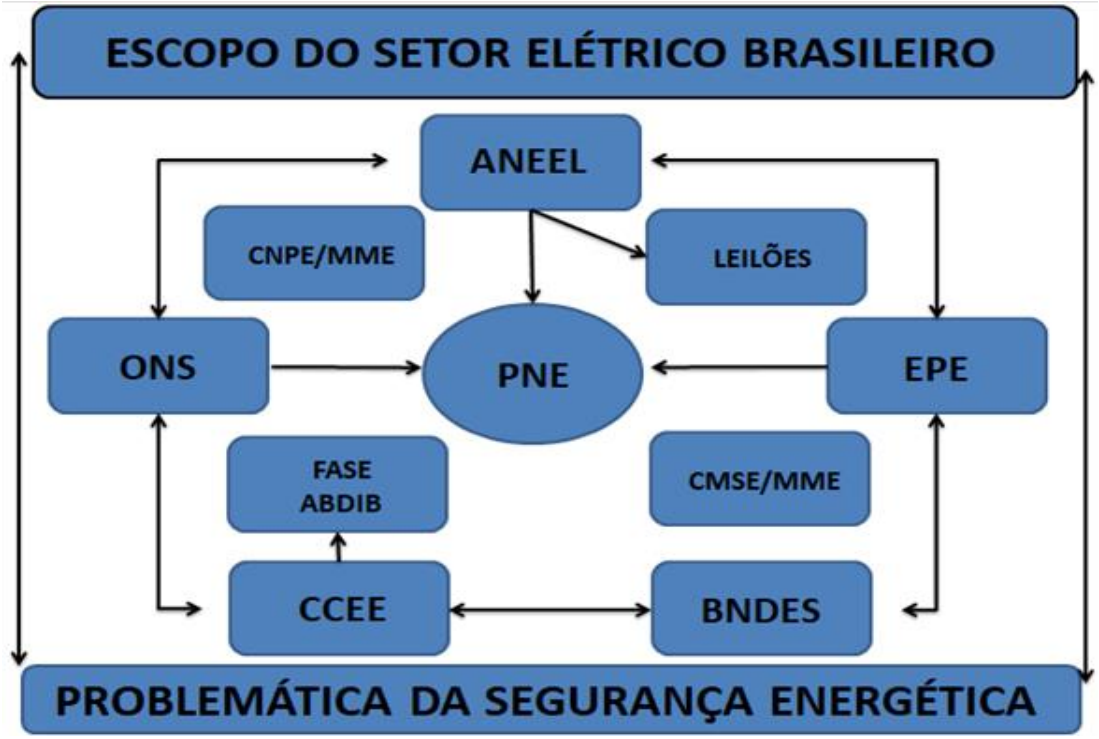
Assim, é importante frisar que no estudo em questão, acerca do Eletronegócio, torna-se de extrema relevância evidenciar os processos socioespaciais engendrados por grupos organizados enquanto sociedade civil, ou seja, os aparelhos privados de hegemonia, haja vista sua inteira articulação por meio do Fórum de Associações do Setor Elétrico (FASE) em funcionamento desde 2013 e a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) em funcionamento desde 1955. Investigamos como essas processualidades hegemônicas na produção capitalista do espaço disseminam o ideário dos grandes projetos do capital no bojo dos projetos energéticos, mais precisamente no setor elétrico brasileiro. Com detalhe, apontamos as diversas formas de engendramento da segurança energética como linguagem do processo de acumulação de capital, irradiando, por conseguinte, para os conflitos territoriais no processo de implantação de linhas de transmissão de energia (LTE).

Damico et al. (2022), em estudo acerca do financiamento do setor elétrico brasileiro com foco nas estruturas de leilões da transmissão de energia, analisam os formatos de financiamentos do setor privado e as taxas de lucros efetivas. Destacam os processos de desverticalização do setor com a reestruturação do sistema, com a sua posterior integração dos segmentos produção, transmissão, distribuição e consumo/comercialização. Nesse contexto, é importante frisar a importância da transmissão de energia elétrica como ente público, porém que tem performance de capitalização de setores privados por meio de leilões de concessões das estruturas tanto de linhas de transmissão como de subestações.

De acordo com este estudo, é possível observar que o sistema elétrico nacional (SIN) é baseado em dois modelos, sendo eles: “os existentes que foram concedidos por meio da desverticalização da década de 1990” e as “licitadas que foram concedidas por leilões a partir de 2001”, e que recebem, nas duas situações, a Receita Anual Permitida (RAP[14]) pela Aneel. Um elemento central na análise do processo de ampliação das redes de linhas de transmissão de eletricidade é o seu atrelamento direto às estruturas nacionais ditas de desenvolvimento, pois, grande parte da produção de energia elétrica é produzida com fins aos setores vinculados com o grande capital, sejam eles os centros de concentração de indústrias, os aparatos do agronegócio e cidades do sudeste.

No contexto da estrutura de entidades componentes da ONS (**Figura 05**), as mesmas são organizadas seguindo critérios como associações do setor elétrico, entidades setoriais e entidades internacionais, ou seja, caracterizam-se como uma operação de classe na dominação da estrutura de operação do Sistema Elétrico Nacional (SIN).

Figura 05: Estrutura do Setor Elétrico Brasileiro (SEB)



Fonte: Elaboração própria

Cumpre destacar o papel apresentado como dúbio da CCEE, visto que abarca desde órgãos da administração direta, como também entidades privadas, aqui

[14] https://portalrelatorios.aneel.gov.br/luznatarifa/relrap

compreendidas como Aparelhos Privados de Hegemonia (APH), com destaque para o Fórum de Associações do Setor Elétrico (FASE). Este, coaduna e articula diversas entidades empresariais e associações ligadas ao setor elétrico e também a ABDIB (Associação Brasileira de Infraestrutura e de Indústrias de Base), que atua diretamente no jogo financeiro e especulador de grandes usuários e produtores de energia elétrica.

Nesse contexto, a ABDIB lançou, no ano de 2021, o Livro Azul da Infraestrutura, atualizado na versão 2024, no qual constam o plantel de obras de infraestrutura que diretamente estão sendo negociadas com a estrutura de Estado, tanto federal como estadual, ou seja, trata-se de um balcão de negócios que desde 1955 influencia a tomada de decisão dos governos brasileiros à luz das ditas estratégias de desenvolvimento e progresso. Diante disso, a referida publicação do Livro Azul da ABDIB atua como uma comunicação direta entre a classe dominante do setor de infraestrutura do Brasil com o Estado, mobilizando a linguagem privada na forma de atuação da ideologia de concessões e privatizações, tanto no setor elétrico como em outros setores econômicos.

Nesse contexto, a compreensão crítica dos Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPD), com base em Alentejano (2022), coaduna com a análise acerca dos projetos de infraestrutura da ABDIB e os projetos energéticos do FASE. Diante de tais problemáticas, propomos o termo que conecta diretamente os setores técnicos da infraestrutura com o da energia elétrica, formando o PINERG, como uma multifacetada compreensão da realidade concreta da produção capitalista do espaço, com o enfoque nos Projetos de Infraestrutura Energética (PINERG), ou seja, trata-se de um recorte efetivo para a compreensão do Eletronegócio no Brasil.

Em tempo, cumpre destacar que no SEB coexistem três marcos temporais, relacionados às alterações normativas e institucionais do setor, os quais demarcam a atuação direta do ideário neoliberal com a ideologia das privatizações. Esses marcos ocorrem em 1995 (abertura do SEB), 2004 (com o novo marco regulatório do SEB) e 2022, com a tentativa de abertura do mercado de consumo de energia elétrica, no contexto do projeto fascista brasileiro desde 2018. Abaixo, produzimos a linha do tempo das entidades públicas e privadas relacionadas com o setor elétrico brasileiro (SEB).

- Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES): 1952
- Associação de Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB): 1955
- Ministério de Minas e Energia (MME): 1960
- Agência Nacional e Energia Elétrica (ANEEL): 1996
- Conselho Nacional de Política Energética (CNPE): 1997

- Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS): 1998
- Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (ASMAE): 1999, posteriormente denominada de CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica): 2004
- Empresa de Pesquisa Energética (EPE): 2004
- Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE): 2004
- Fórum de Associações do Setor Elétrico (FASE): 2013

Assim, o processo de apropriação e incorporação ao capital da energia elétrica e a formatação dos processos de produção, circulação e consumo, representam uma alegoria da dissimulação do capital quanto à voracidade na produção de valor e sua relação direta com a acumulação de capital. Isso se desdobra na construção da sociabilidade e fetiche das mercadorias, tendo a energia elétrica como representativo nuclear dessa dinâmica.

Nesse cenário, a segurança energética emerge como acomodação de interesses da classe dominante, como forma de reprodução do capital em escala ascendente, com papel estrutural desempenhado pelo Estado como condutor do emaranhado legislativo e de interesses difusos à classe trabalhadora, porém, centralizado e articulado aos auspícios da burguesia nacional e internacional, protagonizados historicamente pela atuação direta dos aparelhos privados de hegemonia, a exemplo do FASE.

Acerca do desenvolvimento protagonizado, tanto pelo Estado como pelas estruturas do capital por meio das corporações e suas entidades de classe, é importante frisar que no processo destrutivo de instalação das Linhas de Transmissão de Energia Elétrica, uma faceta opaca da realidade contraditória é alocada na dimensão do obscuro - as comunidades tradicionais (camponesas e quilombolas). Contudo, aqui cabe a reflexão de que o desenvolvimento, visto e identificado em campo, se faz concreto na ação do capital financeiro, no qual o dito desenvolvimento está calcado nas forças produtivas e na superexploração da natureza. Ou seja, nessa trilha, as comunidades são tratadas e compreendidas como obstáculos ao desenvolvimento que, em sua contradição, é desenvolvimento para as forças do capital visando sua reprodução ampliada. Tais reflexões estão apontadas ao longo da seção 03.

Opostas à essa lógica, as comunidades travam lutas diversas e constantes no sentido de defesa do território como valor de uso, o direito à vida e a não aceitação das graves violações dos direitos humanos que diretamente são executados pelos GPD. Esses, são a faceta extrativa e executora do capital, articulando estado, o oferecimento de

trabalho formal, a mobilização de empresas de infraestrutura (basicamente internacionais) e a dinamização do setor bancário com financiamentos públicos.

Tais processos, marcadamente do momento atual do Brasil (últimos 30 anos), estão definidamente historicizados nos estudos de Campos (2014), onde é possível observar as conexões existentes entre setores do empresariado nacional e as articulações internacionais no sentido de compreender as tomadas de decisões no panorama da política econômica brasileira, no período da ditadura civil-militar entre os anos de 1964 a 1985. Esse historiador elenca o conjunto de empresas e empresários do setor de infraestrutura (indústria pesada) que, por meio dos acordos internacionais, promoveram as etapas de grandes projetos no Brasil.

Ou seja, tais projetos de infraestrutura estão na base das dimensões dos processos atuais de financeirização e principalmente das estratégias de desenvolvimento nacional. Diante disso, é possível afirmar que o setor energético ocupa papel central nesses projetos, visto seu caráter estratégico. Nessa linha histórica, Brandão (2008) promove um profundo estudo acerca das conexões entre as associações empresariais nacionais durante a ditadura civil-militar no processo de concepção do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), no qual a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base (ABDIB) são protagonistas na articulação entre os interesses privados e as ações engendradas pelo Estado por meio da referida política pública de desenvolvimento. Salientamos que tais reflexões estão calcadas no período militar, no contexto histórico dos desdobramentos do golpe empresarial-militar perpetrado pelos interesses burgueses nacionais e internacionais no Brasil por longos 21 anos.

Isto posto, partimos da premissa que o escopo do setor elétrico brasileiro é permeado pela ideologia da classe dominante, como apontaremos na seção 05, por meio da análise pormenorizada das ações e intencionalidades do Fórum de Associações do Setor Elétrico e das incursões financeirizadas, protagonizadas pelos organismos financeiros internacionais no setor elétrico brasileiro. Com base nisso, é possível validar a forma como os ideários do capital, por meio da extração de mais valor com a superexploração da natureza, formatam a estratégia central do Eletronegócio.

Nesse sentido, o **quadro 03** exprime diretamente a forma de sustentáculo do capital na estrutura de organização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), ou seja, como ela atua diretamente com a ABDIB e FASE na tomada de decisões e apoios ideológicos na construção das propostas de leilões e de constituição na formulação da Política Nacional e Energia (PNE).

Em outras palavras, trata-se de um processo de acumulação extrema de capital, que busca a articulação dos setores estratégicos da sociabilidade capitalista na produção do espaço, desconsiderando a lógica de reprodução da vida em prol do denominado Eletronegócio. Aqui, funda-se a noção do Eletronegócio como central para a compreensão crítica da produção capitalista do espaço geográfico, que, por meio do fetiche da mercadoria (energia elétrica), articula a faceta da apropriação privada da natureza e o desdobramento no território eletroenergético, materializado nas comunidades tradicionais e quilombolas abarcadas pela pesquisa.

Trata-se aqui do esforço de analisar concretamente a realidade, à revelia dos interesses do pesquisador, mas na busca incessante das determinações dos processos múltiplos do movimento da realidade. Destacamos que na seção 05 analisaremos, com maior grau de aprofundamento, as mediações apresentadas nesse capítulo referente aos aparelhos privados de hegemonia e sua contribuição na conceituação do Eletronegócio, no contexto dos estudos geográficos críticos.

Quadro 03: Entidades do Sistema Integrado Nacional (SIN) junto ao Setor Elétrico Brasileiro (SEB)

ASSOCIAÇÕES	ENTIDADES SETORIAIS	ENTIDADES INTERNACIONAIS
ABAQUE - Associação Brasileira de Armazenamento e Qualidade de Energia FASE - Fórum das Associações do Setor Elétrico ABCE - Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica ABCM - Associação Brasileira do Carvão Mineral ABDAN - Associação Brasileira para Desenvolvimento das Atividades Nucleares ABDIB - Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base ABEEÓLICA - Associação Brasileira de Energia Eólica ABGD - Associação de Geração Distribuída ABIAPE - Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia ABRACE - Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres ABRACEEL - Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ABRAGE - Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica	CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ELETROS - Fundação Eletrobrás de Seguridade Social CENACE - Centro Nacional de Controle de Energía ANA - Agência Nacional de Águas ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis MME - Ministério de Minas e Energia EPE – Empresa de Pesquisa Energética ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras SA CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco	ELIA GROUP EPE - Empresa de Pesquisa Energética Eskom Holdings SOC Limited GCCIA - Gulf Cooperation Council Interconnection Authority GO 15 - Reliable and Sustainable Power Grids KPX - Korea Power Exchange MISO - Midcontinent Independent System Operator National Grid PJM Interconnection POWERGRID - Power Grid Corporation of India Limited REE - Red Eléctrica de España RTE - Réseau de Transport d'Électricité SGCC - State Grid Corporation of China TEPCO - Tokyo Electric Power Company TERNA AEMO - Australian Energy Market Operator

ABRAGEL - Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa ABRAGET - Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas ABRAPCH - Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas e Centrais Geradoras Hidrelétricas ABRATE - Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica ABSOLAR - Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica ANACE - Associação Nacional dos Consumidores de Energia APINE - Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia COGEN - Associação da Indústria de Cogeração de Energia FMASE – Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico ABEGÁS – Associação Brasileira de Empresas de Gás COGEN – Associação da Indústria de Cogeração de Energia Fundação Coge – Comitê de Gestão Empresarial	FURNAS – Furnas Centrais Elétricas SA ITAIPU – Itaipu Binacional	CAISO - California Independent System Operator CSG - China Southern Power Grid Co. Ltd
Fonte: http://www.ons.org.br/paginas/conhecimento/links-de-referencia Elaboração própria		

DESENLACE

Diante das questões centrais apresentadas nessa seção, apontamos o caminho teórico para a seção 03, debatendo acerca da produção do espaço, a territorialização do capital e a problemática das linhas de transmissão de energia como infraestruturas do capital que produzem conflitos territoriais, conforme será demonstrado. Dessa maneira, são problematizadas as questões relacionadas ao processo de implantação de linhas de transmissão de energia (LT) entre os estados da Bahia e Sergipe, sob o prisma da análise documental, bibliográfica e principalmente do processo de desenvolvimento da pesquisa participante nas comunidades camponesas e quilombolas impactadas diretamente pelas LTE.

Assim, analisa-se a dissimulação do capital e as inter-relações com as ações do Estado por meio de implementação de infraestruturas de energia elétrica, enquanto objeto técnico, que produzem conflitos territoriais, a expropriação de comunidades e diversos impactos ambientais, sob a égide da segurança energética e os desdobramentos do circuito espacial capitalista da eletricidade.

SEÇÃO 03 – TERRITÓRIO EM CONFLITO FRENTE AS LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA: "DA VIDA CHEIA DE ANIMOSIDADE À CENTELHA SEDIOSA DO FOGO"

BRASIL*
Máquina de moer gente
Que não sai da mente
Acidente?
Não...
É um projeto indecente
Feroz e displicente

Sejamos combatentes
Como insurgentes
Utopicamente?
Sim...
Por um Brasil decente, feliz e vivente

* Henrique Oliveira de Andrade

No bojo da lógica desigual e combinada do desenvolvimento capitalista, cumpre destacar que as linhas de transmissão de energia estão subordinadas ao mesmo processo da implantação de outros megaprojetos de desenvolvimento, tais como usinas hidroelétricas, termoelétricas, eólicas, barragens, rodovias, ferrovias, extrações minerais no subsolo, entre outras, que traduzem a dinâmica das obras de infraestrutura travestidas de desenvolvimento e de progresso, porém, associadas diretamente à expansão do capital e a geração de conflitos territoriais.

O processo de implantação desses megaprojetos está associado diretamente aos interesses de multinacionais do capital rentista que, por meio das articulações e concessões estatais, promovem diretamente a violação dos direitos humanos e territoriais nas comunidades analisadas, com alcance para desvelamento das estratégias de promoção da acumulação de capital. De outro lado, os megaprojetos energéticos materializados pelas linhas de transmissão representam também a negação do direito à vida e sua subjugação aos interesses do capital.

O setor elétrico nacional e suas conexões com as dinâmicas macroenergéticas (petróleo, gás, dentre outras) em escala nacional/internacional necessita estar associado às demandas da classe trabalhadora, a despeito de questões de soberania territorial de comunidades ancestrais, ou seja, faz-se necessária a primazia dos interesses sociais sobre os capitalistas, com vistas a garantir a reprodução social de tais comunidades produtoras de conhecimentos e guardiãs da vida em sua mais ampla conotação.

Vale destacar que a análise da implantação dos megaprojetos tratados nesse estudo desenvolve-se a partir da problematização do marco teórico-metodológico dos conflitos

territoriais e dos impactos diretos produzidos nos modos de viver e fazer das tradições de diversas comunidades. Analisa-se, nesses termos, a inviabilização da agricultura camponesa e das práticas ancestrais nos territórios conflitivos, em prol do discurso da segurança nacional, que em suma, configura-se numa crítica à segurança energética para o capital em detrimento da soberania dos povos.

Isto posto, é importante ressaltar que, para a Geografia, é impar a construção de estudos que desvelem a realidade desde sua essência e que propiciem interpretações que visem debater as processualidades e contradições da produção capitalista do espaço geográfico e suas dinâmicas territoriais.

Conceição (2017), permeando as análises da produção do espaço no contexto capitalista, aborda que a partir da exploração do trabalho e da natureza ocorrem os conflitos territoriais no seio da crise estrutural do capital, relacionados à centralização e concentração de capital. Assim, os setores do capital (multinacionais especuladores do capital rentista) se articulam na ocupação e expropriação da terra, água e florestas para garantir sua reprodução ampliada.

São diversos os casos no Brasil de construção de linhas de transmissão que estão em processo litigioso e contraditório com as comunidades tradicionais, ocasionando diversas violações aos direitos humanos e territoriais tais como nos estados do Rio Grande do Sul (conflitos na APA Morro de Osório), Maranhão (conflitos com a etnia indígena Atroá Gamela), Tocantins (conflitos no Jalapão), Amazonas (conflitos com a etnia indígena Waimiri Atroari), Bahia (conflitos com comunidades de Fundo de Pasto na região de Juazeiro), dentre outros tantos casos de conflitualidade territoriais.

Enquanto recorte de delimitação da problemática da pesquisa, o ponto central desta investigação é o desvelamento das estratégias do capital para a sua reprodução ampliada, gerando a subordinação do território e, por conseguinte, a análise apurada das violações aos direitos humanos e territoriais nas comunidades tradicionais quilombolas, pesqueiras, de mariscagem e camponesas atingidas por megaprojetos energéticos em processo de licenciamento ambiental nos estados da Bahia, Sergipe, protagonizados pelas multinacionais, a exemplo da Sterlite Power Grid Ventures Limited, MEZ e Lyon Energy.

Nesse sentido, frente ao processo de expansão do capital por meio dos grandes projetos de desenvolvimento energético, o conjunto das organizações dos trabalhadores e comunidades tradicionais diversas se organizaram no sentido de disputar o dito projeto de desenvolvimento, na constituição de resistências populares conectando

territorialmente a disputa de tais projetos vinculados à segurança energética e alertando sobre as violações aos direitos humanos e territoriais.

As multinacionais Sterlite, Mez e Lyon, ligadas a projetos de energia elétrica a serem analisados nessa seção, atuam promovendo o alicerce dos ideários do Capital por meio do Estado brasileiro, dissimulando o discurso da segurança energética. Contudo, executando o antípoda das necessidades imediatas das comunidades rurais e urbanas impactadas por tais megaprojetos, visto as expulsões, desapropriações e licenciamentos ambientais falaciosos, que dão substrato aos conflitos territoriais.

A segurança energética enquanto aparência da ação estatal, na forma de política pública, representa em sua essência um conjunto de estratégias de superexploração da natureza visando a reprodução ampliada do capital, comparecendo desde a implantação das faixas de servidão administrativa, à remuneração dos serviços de transmissão de eletricidade por meio da RAP (Receita Anual de Participação) e também os processos falaciosos de licenciamento ambiental.

As violências e violações aos direitos humanos e territoriais, a serem apresentadas nessa seção, compõem parte do enredo dissimulado e destrutivo de processos capitalistas, subordinando o território às facetas destrutivas de conglomerados do capital monopolista. Tais dimensões exprimem o caráter contraditório e de totalidade concreta de processos com múltiplas determinações objetivas e com variáveis que demonstram a conexão de enfrentamentos frente ao capital maximizado pela ação objetiva do Estado, ante os interesses de camponeses, quilombolas, marisqueiras, dentre outras comunidades tradicionais.

Nesses termos, Acselrad e Bezerra (2010) analisam diversos processos conflitivos protagonizados por comunidades tradicionais, os quais ocorrem por meio de processos de desregulação normativa, resultantes das ações do Estado com vistas ao capital, condicionando a extração de direitos sociais e ambientais no território.

A consolidação do processo de expansão capitalista no território brasileiro possui relação direta com o aumento e integração dos sistemas de energia, a infraestrutura energética e o discurso da segurança energética para garantia dos vetores logísticos e produtivos, ou seja, para desenvolvimento das forças produtivas. A lógica do capital se reverbera na tomada de decisões acerca da integração e da fragmentação do espaço, consolidando-se sob a égide do fetiche da energia de forma transescalar no circuito espacial da eletricidade.

A instalação de linhas de transmissão de energia elétrica é a faceta aparente entre a produção e o consumo de energia, ou seja, é parte estrutural do negócio da eletricidade, no contexto da circulação, dessa forma, consubstanciando um circuito espacial da eletricidade no setor elétrico brasileiro. Tal processo, condiciona a questão do Eletronegócio como dinâmica da financeirização e está conectado com a estratégia de acumulação de capital em escala internacional. Diante dessa problemática, conforma-se um circuito espacial da eletricidade, tendo as linhas de transmissão de energia elétrica uma potencialidade candente para a compreensão crítica da circulação da mercadoria fetichizada, qual seja, a eletricidade.

Considerando a lógica da produção capitalista do espaço geográfico e o avanço imensurável das energias renováveis, como afirma Traldi (2017), estamos adentrando numa nova fase da acumulação de capital pautada na temática ambiental enquanto discurso dissimulador caminhando para um imperialismo verde. Diante desse quadro, é importante ressaltar a dimensão crítica do Eletronegócio, como elemento de centralidade para dissecar a realidade a apresentar substancialmente uma análise da produção capitalista do espaço brasileiro, acerca das dimensões do circuito espacial da eletricidade.

No tocante aos direitos territoriais, figuram como centrais a certificação e titulação de territórios quilombolas, demarcação de terras indígenas, desapropriação de terras para a reforma agrária, dentre outros. Percebe-se que tais processos são conflitivos e remetem às tensões entre Estado, o Capital e os movimentos sociais. Ressalta-se que a implantação de linhas de transmissão de energia compõe etapa contemporânea da expansão dos grandes projetos do capital, o qual; potencializa a especulação de terras; a incorporação de porções do campo à cidade; executa a expulsão de famílias para as cidades exacerbando também a questão urbana; o "inculcamento" da dinâmica urbana nos modos de vida do campo principalmente na juventude e uma "desaprendizagem" rural estrutural.

Ou seja, tais processos compõem o cerne da questão agrária contemporânea compreendida no bojo da articulação local-global-local da produção capitalista do espaço geográfico. Portanto, o processo socioespacial materializado na conflitualidade, configura-se como central para a exata compreensão contraditória que atrela a mobilidade do trabalho, deslocando famílias do campo para a cidade, à lógica da perda gradativa dos saberes e fazeres da vida produtiva no campo, principalmente na juventude, e diretamente na especulação das terras rurais no sentido da instalação de equipamentos urbanos.

No âmbito brasileiro, a expansão da rede elétrica, materializada pelas linhas de transmissão de energia e em particular nas LTs em questão, executou o processo de

segregação socioespacial, enquanto reprodução do espaço da miséria, a saber, a incorporação de porções do território à lógica das políticas públicas de eletricidade, que na verdade acirram problemáticas socioespaciais e expõem frações da sociedade aos anseios destrutivos da sociabilidade do capital. Tais imersões analíticas poderão ser observadas nos capítulos seguintes desta seção. Assim, as linhas de transmissão de eletricidade, compõem o desenvolvimento das forças produtivas hegemônicas do capital, protagonizando o avanço industrial nos grandes centros com a produção de espaços luminosos e outros opacos ante a energia elétrica.

Destaca-se, no contexto do Brasil, a omissão do Estado quanto à expropriação contínua do campo, materializada por meio da ampliação das LTs e a sua contraditória imersão no mundo do trabalho desigual das cidades, produzindo riqueza e pobreza em sua face exploratória mais voraz e violenta, materializando assim as problemáticas concernentes à questão agrária brasileira. Ou seja, trata-se de uma contínua e voraz ação de apropriação da natureza que exacerba as interrelações marcadamente de exploração intensiva para extração de mais valor por meio da mercadoria energia elétrica.

Assim, consideramos fecundas as contribuições de diversos autores como Marx, Foster e Saito, sobre a destrutibilidade ecológica do sistema capitalista e o fetichismo da energia como mercadoria, abordando em essência a contradição entre o avanço tecnológico no capitalismo e seus impactos destrutivos nas relações socioambientais. Nesses termos, compreende-se a ruptura metabólica no contexto do Eletronegócio, focando na relação entre capital, energia e natureza, qual seja, produção, circulação e consumo da mercadoria fetichizada eletricidade, que, a partir de sua apropriação pelo capital, também impulsiona a expropriação territorial e gera conflitualidades.

A discussão central da ruptura metabólica, conceito desenvolvido a partir de Marx e aprofundado por autores como Foster e Saito, analisa o rompimento da unidade entre a humanidade e a natureza causado pelo sistema do capital. Cumpre destacar que Saito avança na leitura de que o metabolismo é central para a teoria de Marx sobre a sociabilidade do capital. Diante desse quadro, o Eletronegócio é apresentado como um exemplo concreto da ruptura metabólica, buscando compreender as processualidades concernentes à lógica da circulação das mercadorias no bojo do circuito espacial da eletricidade.

Nesse modelo, a exploração da natureza para a produção (agrícola e/ou de energia) e a circulação/transmissão da energia resulta no exaurimento e na expropriação territorial. Isso ocorre com a instalação de subestações, linhas de transmissão e usinas que impactam

territórios de comunidades tradicionais e camponesas. O fluxo de matéria e energia elétrica, neste caso, é descrito como caminho do campo para a cidade, configurando a dinâmica do Eletronegócio, similar aos processos de expropriação primária e seguindo a trágica lógica do modo de produção capitalista no século XXI.

A energia elétrica compreendida nesse estudo como força produtiva, foi sumariamente apropriada e incorporada ao sistema destrutivo e sociometabólico do desenvolvimento capitalista, visando o processo de industrialização e urbanização, conformando assim, o modelo hegemônico de produção do espaço brasileiro, tendo como matriz central o circuito espacial da eletricidade. Tal apropriação promoveu e ampliou a expropriação territorial e a ocorrência de conflitos territoriais. A expansão da energia elétrica, impulsionada pelo progresso técnico, possibilitou assim, a contínua expulsão de comunidades para os grandes centros urbanos.

Essa dinâmica é caracterizada como uma ruptura metabólica na linguagem das mercadorias na relação sociedade-natureza, tendo centralidade na produção capitalista do espaço, protagonizada pela expansão dos megaprojetos energéticos. Em outros termos, tal processo representa a ruptura metabólica por meio do rompimento da unidade humanidade-natureza no quadro mais geral do caráter fetichista da sociedade capitalista.

A energia, em sua fração eletricidade, é analisada em termos de valor de uso e valor de troca, sendo que, sob o capitalismo, ela se torna uma mercadoria, adquirindo um caráter de fetiche, ou seja, a energia é analisada como uma "coisa", um ente em separado da sociedade e natureza, como natureza coisificada e fetichizada. Tal processo leva à separação do trabalhador e as mercadorias por meio da coisificação e fetiche da energia, movidos pelo valor de troca, resultando em alienação e estranhamento. Esse processo está intrinsecamente relacionado à expropriação da terra, da vida e das condições que antes eram guiadas pelo valor de uso, transformando-as em um mundo das coisas via valor de troca.

No entanto, pode-se inferir que as redes integradas (de transmissão de energia, por exemplo) são o meio físico pelo qual a energia flui (do campo para a cidade), intensificando a exploração da natureza e a expropriação territorial de comunidades, conforme podem ser observados nos processos referentes às LTs analisadas nos capítulos seguintes desta seção.

Assim, a fragmentação territorial se manifesta no espaço geográfico, por meio dos circuitos espaciais da eletricidade, relacionada aos processos de desenvolvimento desigual e combinado e diretamente como consequência espacial dessa expropriação e

dos conflitos, desarticulando os territórios camponeses e as comunidades tradicionais. Nesses termos, é possível compreender que "a instalação de capitais globalizados supõe que o território se adapte às suas necessidades de fluidez, investindo pesadamente para alterar a geografia das áreas escolhidas." (SANTOS, 2011, p. 66).

Portanto, a energia elétrica por meio de suas infraestruturas e o respectivo fetiche enquanto mercadoria, compõe fração das contradições na produção de modos de vida na dissimulação do capital e na mercantilização da natureza com a produção de mercadorias em suas múltiplas determinações. Numa leitura da energia enquanto fluxo e dinâmica de movimento e trabalho, a energia enquanto apropriação e subjugação da natureza promoveu um completo rompimento dos fluxos energéticos da/na natureza, tendo o capital atuando diretamente no aprisionamento do ciclo energético e diametralmente executando o rompimento das possibilidades de emancipação humana, sob a égide da liberdade e união com soberania popular.

Diante dessas considerações, nos capítulos posteriores desta seção, apresenta-se uma síntese das dinâmicas de pesquisa sob a égide do território em conflito, apreendido sob o prisma da luta de classes, buscando descortinar o processo do território comunitário, materializado nas comunidades estudadas, em contraposição ao território do capital, materializado na financeirização da eletricidade por meio das linhas de transmissão.

O propósito é compreender como o ideário da sociabilidade do capital, retroalimenta-se por meio do negócio da eletricidade como simulacro da reprodução do espaço da miséria e da acumulação de capital, associada à ideologia da segurança energética para o capital.

Nesse sentido, nos capítulos seguintes constam as discussões concernentes aos processos conflitivos de implantação de linhas de transmissão de energia nas LTs Porto Sergipe-Sapeaçu 500kv[15], Feira de Santana-Camaçari II 230kv e Camaçari-Sapeaçu 500kv, relacionando o território em conflito, as lutas e enfrentamentos populares e a lógica de atuação dos grupos/conglomerados financeiros, sob a batuta institucional do Estado brasileiro no processo de produção capitalista do espaço.

[15] A análise das questões referentes à essa LT, por tratar-se de uma linha de transmissão de energia que atravessa dois estados, qual sejam, a Bahia e Sergipe, serão produzidos dois capítulos (10 e 11), sendo um para analisar as conflitualidades na Bahia e outro para Sergipe.

CAPÍTULO 10 - MOBILIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS À IMPLANTAÇÃO DA LT PORTO DE SERGIPE – SAPEAÇU 500KV E DA LT FEIRA DE SANTANA – CAMAÇARI 230KV[16]: UMA LEITURA GEOGRÁFICA NO ESTADO DA BAHIA

A LT Porto Sergipe-Sapeaçu na Bahia e em Sergipe encontra-se judicializada através de Ações Civis Públicas junto ao Ministério Público Federal da Bahia, por meio da 6ª Câmara do MPF, responsável pelas ações com comunidades tradicionais. Nas palavras de Moreira (2007), tal processo se consolidada na produção do contra-espaço, o que se refere à manifestação daqueles que discordam da ordem burguesa na produção do espaço, sendo "o modo espacial de manifestação dos excluídos e dominados" (p.103). Tais ações foram protagonizadas a partir de demandas apresentadas pelas comunidades invisibilizadas no processo de licenciamento ambiental, o qual subtraiu diversas comunidades do traçado oficial dos projetos energéticos em estudo e de potenciais atingidos.

A concessão da LT Porto Sergipe-Sapeaçu foi arrematada em leilão da ANEEL pela empresa Sterlite Power Grid, sendo esta uma multinacional indiana controlada pelo fundo soberano de Cingapura. Cumpre destacar que a referida empresa possui relação direta com o Kohlberg Kravis Roberts (KKR)[17], uma importante corporação dos EUA especializada em Private Equity[18].

Já a LT Camaçari-Sapeaçu foi arremata via leilão pela empresa brasileira Lyon Energia. Nesse ínterim, a pesquisa se debruça no estudo da financeirização da natureza e as relações com a produção capitalista do espaço sob a lógica da expropriação, acerca do negócio da eletricidade e seus desdobramentos no território em conflito, referente à implantação contenciosa das linhas de transmissão de energia.

No contexto das linhas de transmissão em estudo nesta seção, convém uma análise mais apurada quanto à especificidade da Subestação Sapeaçu no recôncavo baiano, anteriormente denominada, até 2002, de Governador Mangabeira II. A referida subestação compõe um grande complexo de recepção de energia elétrica advinda de diversas localidades na Bahia, porém, até meados dos anos 2000, praticamente recebia LTs ou das usinas hidroelétricas do São Francisco, operadas pela CHESF, ou da usina de Pedra do Cavalo, ou de termelétricas da capital do estado.

---

[16] https://blogdafeira.com.br/home/2021/06/14/linha-eletrica-de-alta-tensao-na-zona-rural-motiva-audiencia-publica-em-feira/

[17] https://www.kkr.com/

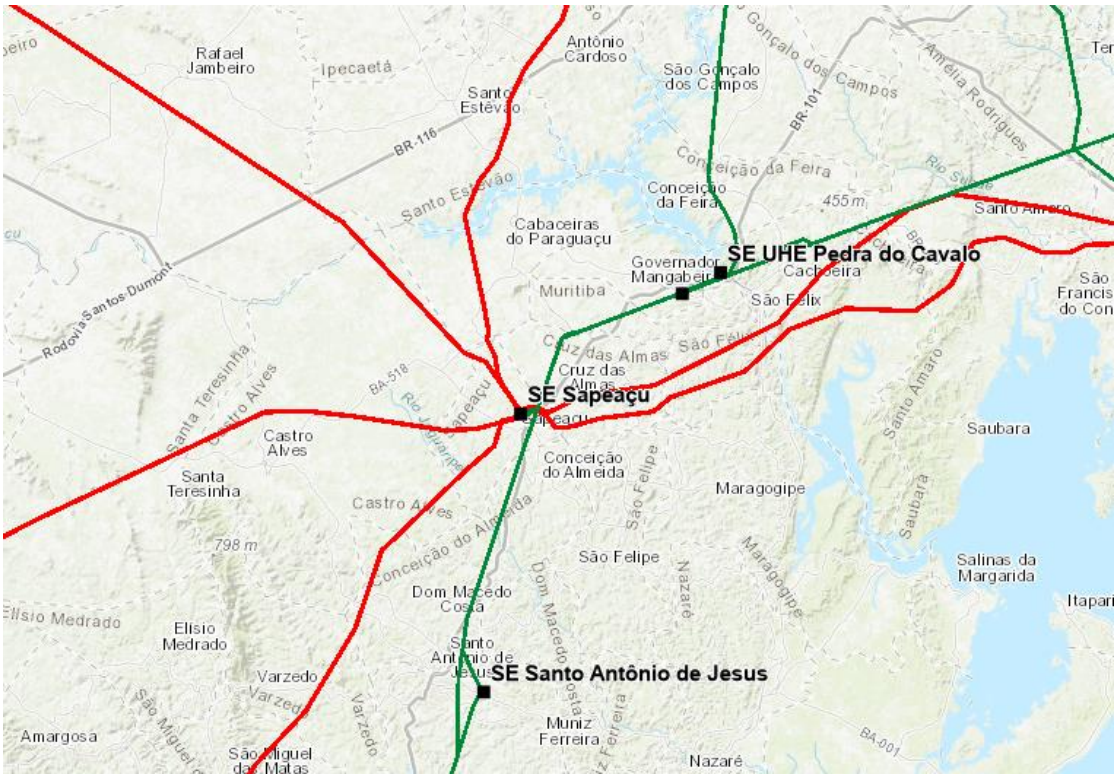
[18] SHEPARD, Daniel. Situating private equity capital in the land grab debate. *Journal of Peasant Studies*, v. 39, n. 3-4, p. 703-729, 2012.

Essa dimensão, alça novas configurações espaciais após o advento das energias renováveis a partir das eólicas e mais recentemente dos solares, cujo ponto de partida são os parques localizados no interior da Bahia, mais precisamente no semiárido baiano. Tal processo socioespacial, reconfigura a subestação e altera a modelagem do receptáculo da energia elétrica, configurando assim, um novo patamar do circuito espacial da eletricidade baiana. (Figuras 06 a e b)

Contudo, tal processo é marcadamente envolvido em processos complexos, haja vista os diversos impactos e alterações na paisagem que causaram tanto a implantação da subestação, como o aumento no quantitativo de linhas de transmissão que aceleraram o processo de circulação da eletricidade, tendo como ponto nodal a referida subestação. Não é incomum observar os impactos e repercussões negativas no território, como as áreas camponesas do município de Sapeaçu e Governador Mangabeira, no Recôncavo baiano, às margens da BR 101. Nesse espaço reside um conjunto significativo de comunidades camponesas que reproduzem a vida por meio da produção de alimentos, como pode ser observado na figura 06 a e b abaixo.

Figura 06: Circuito espacial das Linhas de Transmissão de Energia Elétrica na Subestação Sapeaçu – Bahia





Fonte Webmap EPE (2025)
Obs: Na figura 06b, em vermelho estão as LTs instaladas e em operação (verde), as LTs em construção.

Destaca-se que no processo de leilão das linhas de transmissão de energia, a dinâmica se caracterizou num emaranhado normativo e jurídico que legitimou os interesses internacionais em detrimento dos conflitos territoriais e violações aos direitos humanos e territoriais. Diante disso, não é raro questionar a dimensão fática e teórica do processo em tela quanto ao simulacro da segurança energética nacional, ante um projeto de desenvolvimento e de soberania energética para a sociedade que, fincado no território em conflito, conduz a leitura da falácia do desenvolvimento atrelada aos interesses do capital, que subordina a terra e os territórios das comunidades.

Diante desse quadro, a seguir serão abordadas as problemáticas das faixas de servidão e do licenciamento ambiental. Nesse contexto, serão elencados os subcapítulos que, articulados, darão conta da contextualização e as devidas análises e interpretações quanto aos impactos, violações aos direitos humanos e territoriais, bem como as lutas e resistências populares quanto às LTs em estudo nos capítulos 10, 11 e 12.

10.1 – A PROBLEMÁTICA DAS FAIXAS DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA NAS LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA

Um dos elementos centrais relacionados à problemática das linhas de transmissão de energia é a faixa de servidão, instrumento legal adotado como parte da definição das áreas de usos e de restrições. É regida por uma parafernália normativa prevista na ABNT NBR:5422/85[19], que disciplina e atribui às empresas concessionárias a efetiva análise documental e normatização dos cálculos para atribuição das faixas de servidão.

Cumpre destacar que no caso das LT's em estudo de acordo com as características da faixa de servidão, está prevista a implantação de 55 metros de faixa de servidão perpendiculares em toda a extensão, desde equipamento de infraestrutura, ou seja, desde o local de captação aos de entrega da eletricidade. Assim, as linhas de transmissão, como obra e objeto técnico, e as faixas de servidão, regem a regulação do espaço geográfico, seus usos e exclusões. No anexo 06, é possível atestar a faixa de servidão administrativa.

Para as famílias camponesas e quilombolas e que dispõem de exígua extensão de terras, a faixa de servidão representa a imposição de uma zona de exclusão, pois inutiliza áreas anteriormente voltadas às práticas agrícolas camponesas, tais como plantio de frutíferas, casas de farinha, e demais rol de usos afetados. Ressalta-se que a dimensão jurídica da faixa de servidão das LTs em estudo está prevista no Código Civil Brasileiro como um direito real sobre o imóvel alheio.

A servidão é, segundo o art. 1.225, III do Código Civil Brasileiro (Lei n. 10.406, de 10.01.2002), um tipo de direito real ("na coisa alheia", conforme classificação de uso corrente na doutrina jurídica). No caso das LT's, no entanto, ela tem origem não em um negócio jurídico privado, mas na legislação – trata-se, assim, de uma servidão administrativa. No caso da LT 500 kv Porto Sergipe-Sapeaçu, foi por meio da Resolução Autorizativa nº 7.828, de 14.05.2019, do Diretor-Geral da ANEEL, que se declarou de utilização pública, para instituição de servidão administrativa em favor da concessionária, a faixa de 55 metros perpendiculares (ou seja, 27,5 metros de cada lado), necessária à passagem da Linha.

Assim, a servidão expropria o dono do "prédio serviente" (na linguagem da Lei civil), ou seja, no caso em tela o território das comunidades a serem afetadas, de parte dos direitos da propriedade ou posse, no que diz respeito a atender prioritariamente utilidade para o "prédio dominante" (posição assumida aqui pela própria linha de transmissão).

[19] https://www.mprs.mp.br/media/areas/urbanistico/arquivos/lts/nbr_5422.pdf

Segundo o art. 1.383, da referida Lei (Código Civil Brasileiro), “o dono do prédio serviente não poderá embaraçar de modo algum o exercício legítimo da servidão”.

O referido dispositivo legal cumpre uma função contraditória, pois quando se trata de passagem de servidão para as comunidades, a propriedade encerra-se, muitas vezes por prevalecer sobre o uso comum. No caso das LTs, impõem-se formas de uso restritivas aos proprietários e comunidades para viabilizar um megaprojeto de infraestrutura, concedido a corporações privadas, sob o argumento de atender a coletividade.

Ao nosso ver, a faixa de servidão é a materialização da expropriação territorial por parte dos megaprojetos energéticos associados às linhas de transmissão, visto o impacto direto na reprodução da vida e na sociabilidade das comunidades tradicionais que serão impactadas direta e indiretamente por tais obras.

A faixa de servidão é compreendida aqui como território de exceção e está relacionada à transformação das comunidades em serviçais do projeto de segurança energética para o capital. Representa também o rompimento da soberania das comunidades com o território e se travestem em estruturas físicas com caráter simbólico de opressão e de aprisionamento das comunidades, sucumbindo-as ao poderio de reprodução ampliada do capital.

10.2 – O RITO CONTRADITÓRIO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O licenciamento ambiental de Linhas de Transmissão de energia é regrado em nível federal pela Portaria nº 421, de 26 de outubro de 2011, do MMA - Ministério do Meio Ambiente. Dispõe sobre o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica, a qual versa da possibilidade de elaboração por parte do empreendedor de Relatório Ambiental Simplificado (RAS) de acordo com a compreensão de pequeno ou médio impacto.

Nesse sentido, é importante frisar que o processo referente às LTs em questão quanto ao licenciamento ambiental está ancorado pelo órgão ambiental nacional que é o IBAMA (LT Porto Sergipe-Sapeaçu). Junto ao INEMA – órgão estadual - estão as LTs Camaçari-Feira e Santana e Camaçari-Sapeaçu, as quais necessitam seguir o trâmite da escuta das comunidades, bem como a realização de reuniões informativas, para a emissão das licenças ambientais, a construção do Estudo do Componente Quilombola (ECQ) e do Plano de Trabalho Quilombola (PTQ). O primeiro apresenta uma visão geral das comunidades atingidas, sendo um documento introdutório e o segundo apresenta uma análise dos impactos ambientais e derivados, bem como as medidas compensatórias.

Duarte (2023), em estudo sob o olhar antirracista e quilombola, aponta os processos contraditórios relativos à implantação da LT Porto Sergipe Sapeaçu 500kv, quanto ao licenciamento ambiental e as violações aos direitos humanos protagonizados pelo aparato de Estado no contexto da liberação das licenças ambientais. A autora aponta as violações no contexto também da ausência da consulta prévia livre e informada no âmbito dos processos relativos ao linhão de energia, que impactou diversas comunidades quilombolas, enfatizando que "o licenciamento ambiental foi irregular, porque não seguiu o rito tanto procedimental, quanto à concessão das licenças" (p. 20).

A despeito de todo esse trâmite, é necessária, adicionalmente, a anuência das prefeituras, que costumeiramente emitem as autorizações de uso do solo sem a devida consulta às comunidades quilombolas e camponesas em seus municípios, o que torna o processo ainda mais contraditório. Porém, é importante frisar que tais andamentos normativos são dissimulados a despeito das exigências legais, visto que a utilização do argumento da segurança energética é central para que o Estado agilize a realização dos estudos e emissão das licenças ambientais. Por isso, afirmamos que o discurso da segurança energética é ideologicamente potencializado para a segurança energética, vinculado aos anseios capitalistas, ou seja, uma segurança energética para o capital.

A partir da operacionalidade do licenciamento ambiental, foi possível compreender a lógica de atuação das LTs no conjunto dos Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPD), atuando como uma "guerra" expansiva de acumulação do capital. Ou seja, as linhas de transmissão de energia atuam como infraestruturas mobilizadoras de ações integradas do sistema do capital por meio da omissão do Estado, sendo esta uma ação ordenada de apropriação das comunidades, sob a égide do trabalho e natureza, tendo as comunidades quilombolas e camponesas como obstáculos ao desenvolvimento e progresso, travestindo assim o processo de violações e violências.

O estado de exceção se materializa na omissão do Estado como suporte para as violações dos direitos humanos e territoriais, protagonizadas pelas empresas concessionárias, e, concretizadas nas omissões do mesmo Estado que se comporta como mediador da lógica expansiva do capital, ao invés de contribuir com a defesa das comunidades subalternizadas.

Portanto, os procedimentos relativos ao licenciamento ambiental são centrais para compreender a lógica de subordinação com a qual as comunidades camponesas e quilombolas são tratadas no processo de implantação de linhas de transmissão de energia. Tal processo reafirma a ideologia do negócio da eletricidade, no bojo das linhas de

transmissão de energia elétrica, conformando assim, o circuito espacial da eletricidade vinculado à segurança energética para o capital.

10.3 A LINHA DE TRANSMISSÃO PORTO SERGIPE-SAPEAÇU NOS MUNICÍPIOS DE FEIRA DE SANTANA E ANTÔNIO CARDOSO

É importante frisar que o município de Feira de Santana, localizado a aproximadamente 100km da capital do estado, Salvador, na Bahia, possui peculiaridade quanto à sua inserção no processo capitalista ao longo do século XX com o incremento econômico e espacial por meio do Centro Industrial do Subaé (CIS), na década de 1970, autarquia responsável pela política industrial, que recentemente foi extinta pelo governo do estado. Destaca-se, nesse processo, a égide da reprodução do capital quanto aos ideários do desenvolvimento desigual e combinado no bojo do processo da implantação de parques industriais que alteram a dinâmica socioespacial e ambiental, associadas também com a ação do Estado quanto aos incentivos fiscais.

Nesse ínterim, Araujo (2015) analisa a problemática da questão agrária feirense[20] quando coloca luz a partir dos dados do censo agropecuário do IBGE, quantificando que a estrutura fundiária de Feira de Santana é altamente concentrada na forma de latifúndios e de outro lado, com a presença de 90% dos estabelecimentos agropecuários, na condição de minifúndios, constituídos por áreas de 0,5ha a 10ha. Ou seja, trata-se de uma estrutura fundiária altamente concentrada, com índice de Gini de 0,886, conforme IBGE 2017, e que carrega em sua história a escala dos processos da formação territorial brasileira.

Araujo (2015), à luz da dinâmica campo-cidade em Feira de Santana, apresenta de forma avolumada uma leitura crítica acerca dos processos espaciais de reprodução do campesinato e sua subordinação ao capital por meio do arcabouço teórico-metodológico marxiano da apropriação da renda da terra. Nesse sentido, apresenta as disparidades existentes entre as políticas públicas implementadas no espaço rural feirense, as quais são desatreladas das transformações socioespaciais concernentes ao período histórico da expansão capitalista no campo.

Tais processos espaciais reconfiguram o território de Feira de Santana, que após a década de 1970, ocasionou dinâmicas regionais díspares à anterior e potencializou a expansão urbana com a criação de bairros, integração à malha viária, sendo caracterizado como o maior entroncamento rodoviário do norte-nordeste e atração via mobilidade do

[20] https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/feira_de_santana_-_ba.pdf

trabalho de elevados contingentes de trabalhadores, que com foco na promessa de empregabilidade, elevou as taxas de urbanização do município. Atrelada à tais dimensões, a questão ambiental foi acirrada com o aterramento de diversas lagoas. Vale destacar que existem catalogadas aproximadamente uma centena de lagoas no território feirense, que foram incorporadas ao circuito espacial da expansão urbana de forma desordenada.

Articulada à questão urbana, no início do século XXI, a questão agrária também sofreu diversas alterações neste município, como a concentração fundiária, parcelamento de lotes rurais para expansão da cidade, acirramento dos problemas ambientais, poluição intensa dos corpos hídricos, com destaque para as bacias hidrográficas do rio Subaé, Pojuca e Jacuípe. Nesse sentido, observa-se uma conexão direta entre a questão urbana, agrária e ambiental na atual conjuntura da produção do espaço em Feira de Santana, quanto às problemáticas inerentes ao modo de produção capitalista.

Assim, é importante frisar que as políticas públicas, tanto no campo como na cidade, são executadas à revelia dos processos sociais e dos espaços de organização dos trabalhadores, com destaque para as associações, cooperativas e sindicatos dos trabalhadores rurais, o que coaduna com a constituição de diversos conflitos territoriais, sejam eles agrários através da ocupação de fazendas, ocupações urbanas e assassinatos registrados nas décadas de 1970 e 1980. Nesses termos, os processos das lutas sociais engendradas pelas comunidades quilombolas e camponesas, decorrentes da implantação das linhas de transmissão de energia tratada, são essenciais para atualização da questão agrária contemporânea.

É importante frisar que tal problemática interfere diretamente nas obras de infraestrutura executadas pelo estado, tal qual, rodovias, expansão urbana, industrialização e mais precisamente as linhas de transmissão de energia, que por conta das faixas de servidão, acirram sobretudo a pressão sobre as pequenas propriedades materializadas em comunidades rurais e quilombolas no referido município. Cumpre destacar que esse município possui 05 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, a saber: Matinha dos Pretos, Candeal II, Lagoa Grande, Moita da Onça em 2024 e, mais recentemente em 2026, Jenipapo .

Na esteira de tal abordagem, Freitas (2014), à luz da valorização e produção do espaço em Feira de Santana, enfatiza a dinâmica da territorialização do capital por meio do Estado. Analisa também como o processo de acumulação de capital engendrou, na dinâmica litoral-sertão, as reservas de valor para exploração.

Na escala do município de Feira de Santana, no contexto dos desdobramentos que estão em intenso processo de articulação com as linhas de transmissão de energia em tela, é importante frisar as conexões com a implementação de política urbana centrada na especulação imobiliária (criação de novos bairros, construção de novas vias dentre outras problemáticas) por meio do PDDU (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano), duplicação da BR 116, alteração no sistema de transporte público rural, fechamento de escolas do campo, problemas ambientais, tais como aterramento de lagoas, extração ilegal de areia, desmatamento de amplas áreas de caatinga e loteamentos em áreas rurais.

Tais assertivas estão relacionadas às reflexões de Araujo (2015) quanto à questão agrária e a extração de renda da terra no campesinato. Assim, é possível afirmar que o processo de territorialização do capital engendra, de forma multifacetada e multiescalar, estratégias de acumulação à revelia dos sujeitos sociais que produzem o espaço e promovem ações estruturais de transformação socioespacial.

Portanto, a devida compreensão das conflitualidades referentes à implantação contraditória das linhas de transmissão de energia e diretamente sua inserção na crítica da questão agrária, são essenciais para sua atualização no século XXI, como parte da sociabilidade do capital na sua territorialização, promovendo expropriação e apropriação, que são materializados na ideologia da segurança energética, tal qual outrora o processo de industrialização e urbanização.

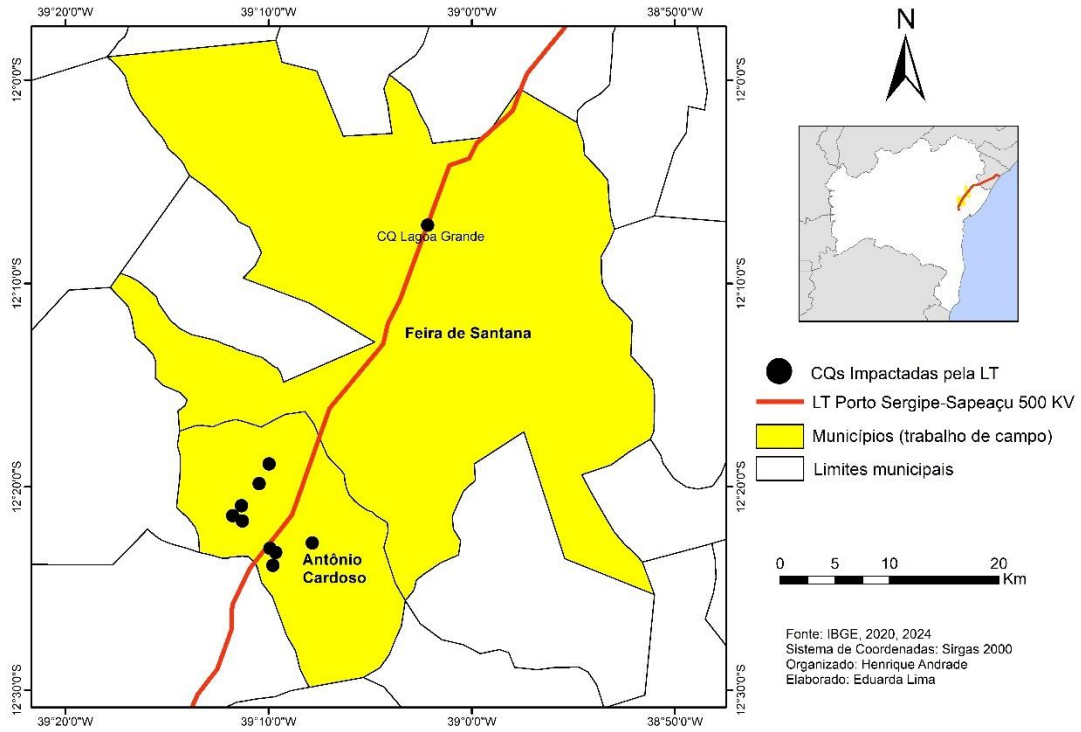
No contexto geográfico de outro município, Antônio Cardoso[21], também impactado diretamente pela LT Porto Sergipe-Sapeaçu, apresenta-se como outra faceta do processo de formação territorial brasileira e baiana, visto que com aproximadamente 11 mil habitantes (IBGE (2022) possui dinâmica agrária e urbana diferenciada quanto ao porte e pujança econômica, mesmo sendo município confrontante a Feira de Santana no setor sudoeste e que compõe a mesma dinâmica regional.

Nesse sentido, Santos (2017) apresenta a realidade territorial das comunidades quilombolas totalizando em 13 certificadas pela Fundação Cultural Palmares. São elas: Subaé, Gavião, Cavaco, Paus Altos, Santo Antônio, Poço, Tocos, Morro da Pindoba, Salgado, Orobó, Santa Cruz, Perí, Caroá. A partir das observações do autor supracitado, é possível compreender a estrutura agrária do município com aproximadamente 80% como residentes no campo, porém, 80% dos estabelecimentos rurais com áreas de até 5ha, possuindo Índice de Gini de 0,904, segundo o IBGE (2017), o que representa elevada

[21] https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/antonio_cardoso_-_ba.pdf

concentração fundiária. Na figura 07, é possível observar os referidos municípios e as comunidades quilombolas impactadas pela LT em questão.

Figura 07: LT Porto Sergipe-Sapeaçu nos municípios de Feira de Santana e Antônio Cardoso - Bahia



Fonte: IBGE (2022) e EPE (2023)

No bojo da implantação da LT em questão, é importante avaliar os impactos no acirramento da questão agrária, com a expropriação de terras via faixas de servidão administrativas, a mobilidade do trabalho associada à redução das condições de vida por conta da redução de áreas para a reprodução da vida pelo campesinato e comunidades quilombolas. Ou seja, trata-se de um amplo processo articulado de reorganização do capital no campo, por meio da linguagem da segurança energética, que executa o acirramento da questão agrária, por meio do objeto técnico das linhas de transmissão de energia, que se efetiva pelo negócio da eletricidade em seu circuito espacial, e também potencializa os conflitos agrários e territoriais.

Nesse sentido, Antônio Cardoso e Feira de Santana são faces do processo de valorização do espaço, conforme aponta Moraes (1987), que via projetos estatais empreendem estratégias de reprodução do capital com o ideário da fetichização da mercadoria, que, nessa lógica energética, engendra a energia e suas infraestruturas como aporte tecnológico discursivo para a imposição da modernidade em suas várias facetas espaciais e territoriais. Nesse sentido, geografizar os processos de enfrentamento das

comunidades camponesas e quilombolas é intento direto desta pesquisa quanto aos amplos processos de luta como conscientização coletiva dos povos do campo atingidas pelas LTs em questão.

10.3.1 – AS RESISTÊNCIAS À LINHA DE TRANSMISSÃO PORTO SERGIPE-SAPEAÇU 500 KV

A Geografia tem uma tarefa hercúlea nesse contexto, visto as ferramentas operacionais e teóricas para o descortinamento das dinâmicas espaciais, os agentes hegemônicos e os sujeitos sociais envolvidos desde baixo no questionamento ao processo da implantação de linhas de transmissão de energia. Diante de todo o arcabouço legal e institucional produzido pelo Estado brasileiro, travestido pela subordinação e apropriação capitalista da natureza (energia elétrica) e seus desdobramentos na constituição do território em conflito em diversos âmbitos.

Ferreira e Felício (2021), partindo da realidade dos povos tradicionais do Brasil, propõem uma abordagem baseada na soberania dos povos, para construir a defesa do território ante o processo capitalista de expropriação territorial engendrado pelo capital no contexto da superação do ideário do desenvolvimento. Os autores partem da autonomia, defesa e soberania (hídrica, energética, pedagógica, alimentar, de renda e de trabalho), como princípios da superação do capitalismo, do racismo e do patriarcado.

Ressalta-se que a Teia dos Povos tem atuado junto às comunidades tradicionais e as organizações em Feira de Santana e Antônio Cardoso no assessoramento e apoio na articulação entre as lutas populares na Bahia. Cumpre destacar que, inicialmente ao processo de enfrentamento e articulação das lutas populares, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana esteve presente diretamente, possibilitando o diálogo com as comunidades camponesas, para além das quilombolas.

Nesse processo de conflitualidades no território, destaca-se o papel central do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (SINTRAF) de Feira de Santana como eixo mobilizador e catalisador das lutas dos povos do campo, fato antípoda em relação à mesma estrutura sindical no município de Antônio Cardoso, fato esse que impacta diretamente na articulação popular.

Partindo das premissas elencadas acima, é necessário valorizar a centralidade das comunidades tradicionais no contexto da realidade capitalista, marcada pela propriedade privada e pela busca da disputa por meio de trilhas ontológicas e de práxis quanto ao processo das violações dos direitos humanos e territoriais como marca da expropriação e

do território ancestral-camponês materializado em quilombos, comunidades camponesas, assentamentos de reforma agrária, dentre outros tantos que sofrem com a expansão do capital cotidianamente.

Nesse contexto, o Grupo de Trabalho Conflitos Socioambientais[22], enquanto corpo de intelectuais engajados, teve ação estratégica, atuando na mediação dos conflitos e no diálogo direto com as comunidades no sentido de articulação e constituição de uma rede de sujeitos atingidos diretamente com a problemática da LT. Nas palavras de Luhmann e Scherer-Warren (1990), as redes de mediadores de conflitos se consolidam numa relação direta de envolvimento e articulação política entre movimentos e sujeitos inter-relacionados pelo pluralismo ideológico e dimensão ética.

O GT contempla também, conforme pontua a autora, a dimensão da natureza e a preservação do modo de vida rural desenvolvido pelas comunidades atingidas pelas LTs, ou seja, trata-se de dimensões do mundo real, uma vez que as redes de movimentos que o GT compõe dissemina o legado do envolvimento, da luta e mobilização de organizações dos trabalhadores numa leitura local-regional-global.

Portanto, o GT apoiou diretamente na construção de amplos processos de denúncia por meio de redes de comunicação popular, a exemplo da Teia dos Povos, e constituiu um flanco de enfrentamento institucional por meio de denúncias e acionamento de órgãos tais como Ministério Público Federal (MPF), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), dentre outros.

No bojo do combate às LTs, junto às comunidades, o GT atuou assessorando no processo de envolvimentos das lideranças, apresentação de dados oficiais que refletem o conflito territorial e o processo de articulação das lutas e enfrentamento, envolvendo o município de Feira de Santana com a comunidade quilombola de Lagoa Grande, também impactada e não constante nos estudos da empresa Dossel.

Nesse sentido, Lüchmann e Sherer-Warren (2011, p. 22) apontam para as redes de movimentos com pesquisadores engajados, os quais se assentam nas “práticas pautadas pelo respeito, pela visibilidade e pelo reconhecimento das diferenças culturais, regionais, étnicas, de gênero”.

Em meio às ações coletivas do GT, diversas imersões em órgãos foram realizadas e cumpre salientar que o INCRA, enquanto órgão interveniente da LT em tela, afirmou,

[22] https://teiadospovos.org/nao-a-linha-de-transmissao-de-energia-soberania-dos-povos-e-defesa-do-territorio-em-feira-de-santana-e-antonio-cardoso/

em documento e reunião oficial, o desconhecimento da existência da comunidade quilombola de Lagoa Grande no curso do traçado da LT. Por isso, foi necessário o georreferenciamento, por parte do GT e posterior envio ao INCRA, para que fosse tomada a decisão de inserção da comunidade citada nos estudos ambientais e de componente quilombola, nos quais se apresentam os impactos socioambientais para cada comunidade atingida direta e indiretamente pelo GPD.

De outro lado do processo, vale ressaltar o papel processual das Prefeituras municipais na anuência formal ao empreendedor no processo de licenciamento e posterior autorização das obras da LT 500kv, que mesmo impactando diretamente nos territórios camponeses e quilombolas, não criaram qualquer obstáculo à emissão de licenças ambientais por parte do órgão ambiental (IBAMA). Em contraponto, as comunidades e suas organizações promoveram audiências públicas, reuniões e manifestações com o objetivo de visibilizar as violações aos direitos humanos e territoriais e as problemáticas da produção capitalista do espaço, tendo como eixo mobilizador as linhas de transmissão de energia (**Figura 08a e b**).

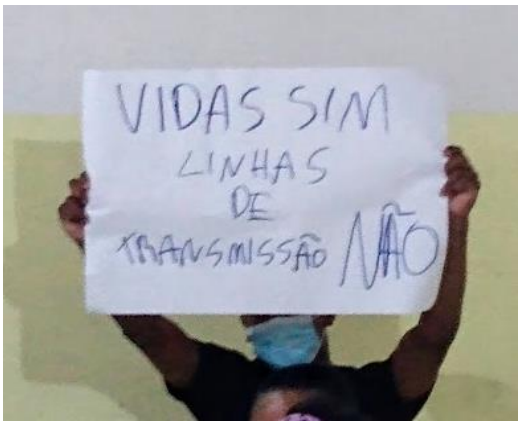
Figura 08a: Mobilização da Comunidade Quilombola de Lagoa Grande para autodemarcação do território quilombola frente ao avanço da problemática ambiental e da instalação da LT – Porto Sergipe-Sapeaçu - Feira de Santana-BA



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 08b: Manifestação pública das comunidades quilombolas quanto aos impactos da LT – Porto Sergipe-Sapeaçu - Antônio Cardoso – BA





Fonte: Arquivo pessoal.

Nesse sentido, derivam as violações dos direitos humanos e territoriais, protagonizadas, tanto pelos agentes de Estado, quanto pelos esforços do capital, por meio das empresas vencedoras das licitações para emissão de concessões públicas. Tais aspectos demonstram a invisibilidade das comunidades impactadas, mas também apresentam aspectos que estão relacionados à forma de operação dos grandes projetos de desenvolvimento com ações de apropriação e cooptação de lideranças; uma articulação em escalas nacional, estadual e municipal; o envolvimento de agentes de Estado do INCRA, IBAMA e Fundação Cultural Palmares; os silenciamentos de comunidades e suas lideranças e até mesmo ações diretas de violência, quer sejam pela invisibilização, quer seja pela ação direta da subordinação e sujeição dos processos.

Frente a esse processo de conflitualidades e desrespeito aos interesses comunitários, camponeses e quilombolas foram construídas e executadas uma série de ações coletivas de enfrentamento à referida obra, tais como manifestações públicas, caminhadas e processos judiciais, que se configuram numa importante trincheira de resistências ao megaprojeto energético.

Tais estratégias de luta conectam as experiências de enfrentamento às linhas de transmissão com diversos outros grandes projetos do capital, que seguem trilhas geoeconômicas similares e que produzem o território em conflito e diretamente o processo de conflitualidades nas comunidades rurais e tradicionais.

Foram realizadas duas audiências públicas, sendo a primeira no município de Antônio Cardoso, no dia 08 de outubro de 2019 e a segunda em Feira de Santana, no dia 17 de junho de 2020. A audiência pública de Antônio Cardoso foi de extrema relevância, tendo participação ativa e massiva de diversas representações das comunidades quilombolas atingidas, bem como de representantes do GT Conflitos Socioambientais. A

audiência foi protagonizada pela reflexão coletiva quanto aos impactos da LT e aos processos violentos de reuniões com as empresas Dossel e Sterlite/São Francisco, no mesmo município, bem como as violações diversas vivenciadas pelas comunidades

Já a audiência realizada em Feira de Santana correu de forma virtual, em virtude das necessidades de resguardo por conta da pandemia da covid-19. O elemento central da audiência pública estava em mobilizar as comunidades atingidas quanto à necessidade de envolvimento e disputa de narrativas frente ao poder público municipal e federal, visto a existência, nessa data, das autorizações municipais e as licenças ambientais emitidas pelo IBAMA.

A despeito da pandemia e da dimensão virtual da audiência, esta esteve centrada num processo mais formalizado de articulação e estudo frente as ações da empresa, haja vista a denúncia no MPF quanto aos descumprimentos legais da Sterlite/São Francisco como empresas concessionárias. Na referida audiência, constatou-se a presenças das comunidades quilombolas de Matinha dos Pretos, Candeal II, Lagoa Grande, São João do Cazumbá e Tanquinho e Moita da Onça. Também estiveram presentes diversas secretarias municipais do município de Feira de Santana, vereadores e representante do INCRA e as empresas Sterlite/São Francisco e Dossel. (Figuras 09 a e b).

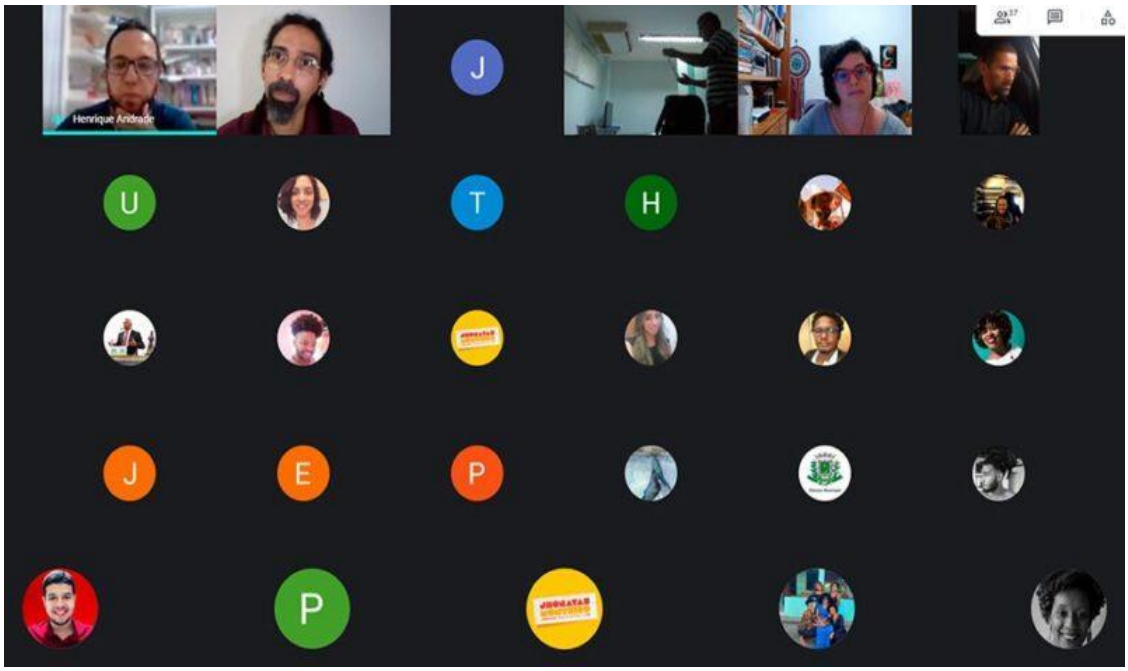
Ainda em meio à pandemia e com a virtualidade como central, a referida audiência foi protagonizada pela manifestação livre e ativa de lideranças de diversas comunidades de Feira de Santana, com críticas focadas no INCRA, na empresa concessionária (Sterlite), na empresa consultora (Dossel), ao IBAMA e às prefeituras municipais com suas respectivas secretarias de agricultura e Meio Ambiente, visto as diversas violações, emissão de licenças ambientais falaciosas e emissão da autorização municipal a revelia dos interesses das diversas comunidades atingidas. Nas palavras das empresas Dossel e Sterlite/São Francisco foi possível identificar o discurso do progresso e da experiência da empresa com grandes obras de instalação de projetos elétricos em diversos países.

Figura 09a: Audiência Pública – Antônio Cardoso – BA



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 09b: Audiência pública - Feira de Santana – BA



Fonte: Arquivo pessoal

No contexto das análises realizadas durante as audiências públicas, é importante destacar que os documentos oficiais referentes à LT em questão foram emitidos sem contato algum com as comunidades a serem atingidas e principalmente cheios de

desrespeito para com as legislações nacionais e internacionais, tais como a Convenção 169 da OIT e o Decreto Federal 6040. As comunidades de Feira de Santana e Antônio Cardoso, e as discussões ao longo da audiência pública (figuras 07 a e b), foram centradas nos danos negativos ao território quilombola, nos danos à agricultura por conta da passagem das LTs e torres nas comunidades, na destruição de escolas e locais comunitários e também pela tentativa de cooptação discursiva com a promessas de empregos para os moradores das comunidades.

No conjunto de ambas as audiências, a problemática era a regularização fundiária das comunidades, visto que em sua maioria são posseiros e ou proprietários sem documentação cartorial de domínio das terras, o que acarreta numa insegurança jurídica em que as empresas atuam diretamente para cooptação e ameaça, quanto a terras dotadas de pequenas faixas de minifúndios.

Outra dimensão analisada durante a audiência pública foi a direta submissão da prefeitura municipal, apontando o completo desconhecimento do projeto da referida LT, principalmente na produção dos conflitos territoriais nas comunidades atingidas no município, com destaque para 4 distritos (Tiquaruçu, Maria Quitéria, Jaguara e Ipuaçu) e uma dezena de comunidades camponesas, tais como: Formigas, Garapa, Ovo da Ema, Saco do Capitão, Lagoa da Nega, Fazenda Rumo, Lagoa Suja, Pé de Serra, Jaguara, São José, Carro Quebrado, Galhardo, Caroá e Ipuaçu. Vale ressaltar os impactos também na Serra de São José, importante conjunto de morros e serras com nascentes e remanescentes de caatinga arbórea que conta com a prática de esportes como o asa-delta, dentre outros. (Figura 09).

Por sua vez, o INCRA durante sua exposição apresentou as alterações na legislação no conjunto da esfera federal, quanto à gestão dos territórios quilombolas tanto certificados pela FCP, quanto os titulados pelo governo federal. Salienta o conjunto de portarias e instruções normativas que colocam a centralidade do mesmo no processo de licenciamento ambiental em comunidades quilombolas. Nesse ínterim, os representantes do INCRA afirmam o desconhecimento da existência da comunidade de Lagoa Grande na área de influência direta da LT, fato esse contra-argumentado pelo GT e pelas lideranças comunitárias presentes.

Outra faceta foi a abordagem das empresas concessionárias e consultoras quanto à diminuição dos impactos e o desconhecimento de questões locais - como nas comunidades de Lagoa Grande, da Serra de São José e da APA Pedra do Cavalo, também impactada pela LT no distrito de Ipuaçu, em Feira de Santana. Nesse contexto, as

respostas são evasivas e repletas de trocadilhos, associando as comunidades a obstáculos ao progresso e defendendo que a LT trará desenvolvimento para os municípios atravessados. Assim, a LT é vista como elemento discursivo e prático da segurança energética, sob a lógica do capital.

Em análise crítica dos processos concernentes à realização da audiência pública, por parte da empresa Sterlite, esteve bastante centrada a questão dos incômodos gerados pela atuação do GT Conflitos Socioambientais, quanto às ações de pesquisa e extensão de cunho emancipador e interdisciplinares realizados ao longo dos anos de 2019 e 2022, cabendo destacar as peças técnicas jurídicas, a cartografia participativa e a realização de diversas reuniões para explicação dos impactos e problemáticas da LT.

No contexto das dimensões legais das autorizações e licenças já emitidas, o município e a união atuaram na proteção jurídica dos latifundiários, visto que o contato com tais proprietários rurais foi realizado previamente e que a LT perpassa em poucas propriedades acima de 50ha. Destaca-se nesse processo que tanto a prefeitura quanto as empresas da LT executaram o papel de acusador contra as comunidades, sendo esse mais um aspecto que relaciona diretamente a LT como central para o desvelamento da questão agrária brasileira.

Cumpre destacar que dentre as ações de mobilização popular frente a LT em tela, o GT Conflitos Socioambientais prezou pelo protagonismo quilombola e a coexistência de pesquisas engajadas e militantes que buscavam potencializar a luta quilombola contra o linhão[23]. É nesses termos que os estudos de Jesus (2024) consolidam a construção de uma cartografia social da comunidade quilombola de Subaé com a utilização de ferramentas computacionais, mas principalmente com os processos consultivos e geográficos de participação direta das comunidades apontando os saberes, fazeres e conhecimentos do território ancestral de Subaé. Tal estudo foi essencial para a consolidação das atividades e ações que culminaram no Protocolo de Consulta do Quilombo de Subaé[24], localizado no município de Antônio Cardoso em 2023.

Importante destacar que o trabalho desenvolvido por Duarte (2023), que além de pesquisadora é também liderança quilombola no Quilombo de Subáe, foi sustentáculo para as denúncias junto ao MPF que deram origem à Ação Civil Pública (ACP), ainda no

[23] Cumpre destacar que neste texto a terminologia Linha de Transmissão pode se apresentar como LT, LTE ou linhão. Todas as formas representam o mesmo objeto técnico de infraestrutura de eletricidade.

[24] https://ne3.caritas.org.br/noticias/comunidade-quilombola-de-subae-lanca-para-a-sociedade-o-seu-protocolo-de-consulta

ano de 2019. Além disso, os estudos dessa autora foram importantes nas articulações junto ao GT Conflitos Socioambientais e a Cáritas Diocesana Nordeste 03, no sentido de mobilizar organizações e universidades para apoiarem a construção coletiva e comunitária do Protocolo de Consulta do Quilombo de Subaé em Antônio Cardoso, entre os anos de 2022 e 2023. Ou seja, trata-se de uma articulação direta entre universidades, movimentos sociais e organizações de apoio ao enfrentamento popular e defesa do território.

Como desdobramentos dos processos de luta e enfrentamento ao avanço da implantação do linhão de energia sobre as comunidades quilombolas de Antônio Cardoso, houve uma rearticulação das ações de mobilização que culminaram na construção de outro protocolo de consulta, agora não mais de uma comunidade (a saber, a anteriormente apontada, Subaé em Antônio Cardoso), mas de um território quilombola englobando outras 13 comunidades quilombolas certificadas, no mesmo município.

Cumpre destacar que, segundo o Observatório dos Protocolos de Consulta, os mesmos partem da reflexão que:

> "A Consulta é um processo no qual o Governo pergunta aos povos o que acham sobre um projeto, programa ou medida que os afeta. Deve ser feito de boa fé, iniciado pelo Governo de acordo com o procedimento indicado pelos povos e comunidades. Ao final deste processo os povos e comunidades podem emitir seu consentimento, propor um acordo ou ainda dizer NÃO ao objeto da consulta." (2022, p. 10)

No bojo do protocolo de consulta produzido, a denominação deste território anseia ao retorno às origens da formação territorial da região, que era denominada Umburanas. É nesse sentido que se constitui a construção coletiva mediada pela Cáritas e outros parceiros, uma vez que se pode ver o GT Conflitos Socioambientais do Protocolo de Consulta do Território das Umburanas[25], construído ao longo do ano de 2024, sendo protagonizado por diversas mobilizações, reuniões, assembleias comunitárias e o envolvimento de diversos setores, desde a juventude, mulheres, crianças numa determinação sólida da luta por direitos e ao enfrentamento à Linha de Transmissão.

No contexto dos processos de enfrentamento e de produção de espacialidades relacionadas ao Contra Espaço, à luz da defesa do território protagonizado pelas comunidades e suas organizações, é importante destacar que o processo de luta de classes

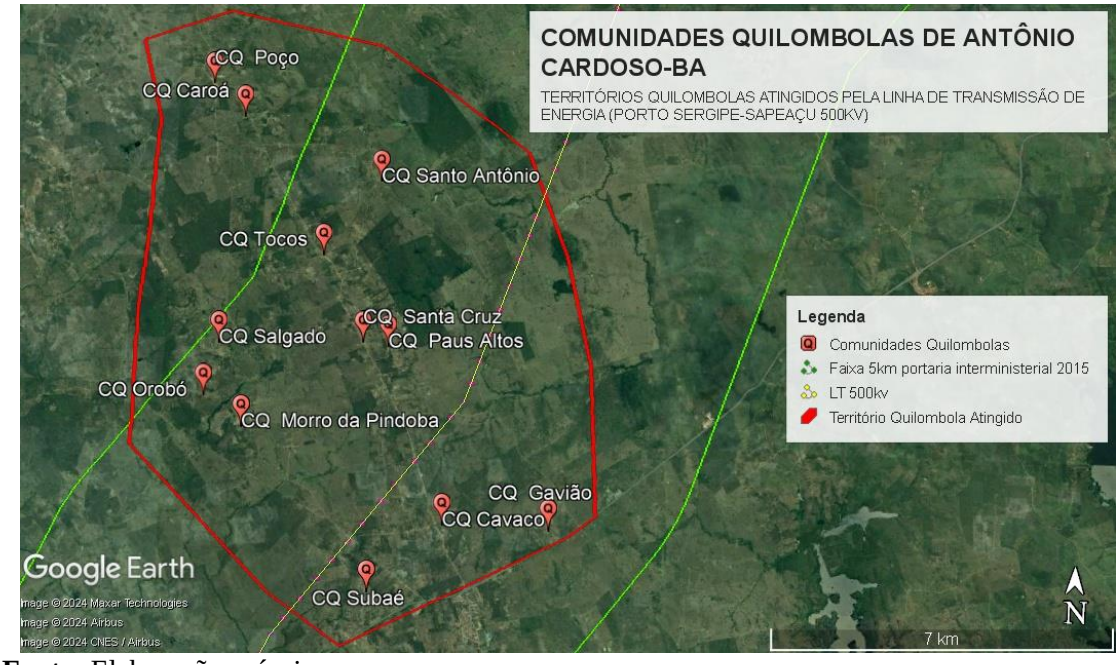
[25] https://ne3.caritas.org.br/noticias/documento-de-defesa-territorial-quilombola-sera-lancado-nesta-sexta-feira-29-em-antonio-cardoso

é intenso e contraditório, haja vista as estratégias dos agentes do Capital-Estado no acirramento dos conflitos assimétricos desencadeados no território, visando a extração de mais valia e os interesses vorazes do capital.

Nesse ínterim, é importante asseverar as dimensões apresentadas por Dell'Angelo et al. (2017) quanto aos processos de apropriação dos bens comuns. Os autores apontam as estratégias e ações mediadas pela omissão do Estado no contexto dos rompimentos dos laços comunitários relacionados às aquisições de terras de comunidades tradicionais, com o intuito de implementar megaprojetos agrícolas, minerários, energéticos e/ou industriais.

Tal questão se tornou central no processo de defesa frente ao avanço do capital e, dessa forma, a cartografia social se consolida como alternativa de soberania das comunidades, como importante ferramenta para materializar as dimensões culturais, territoriais, ambientais, dentre outros, no conjunto contraditório de enfrentamento aos mapeamentos institucionais, Esses, sob a ótica do estado burguês, dissimulam o território aos interesses do capital e demonstram que a cartografia mobiliza elementos contra-hegemônicos na disputa discursiva, e por vezes imaterial, para desvelar conflitos e constituir a lógica de defesa das comunidades. Nesses termos, foi realizado o mapeamento, ao longo dos anos de 2021 e 2022, das comunidades que compõem o vale quilombola do município de Antônio Cardoso, conforme a figura 10.

Figura 10: Mapeamento participativo das comunidades quilombolas impactadas pela LT Porto Sergipe-Sapeaçu - Antônio Cardoso BA



Fonte: Elaboração própria

Obs: O referido mapeamento participativo foi realizado ao longo de diversas atividades nas comunidades quilombolas impactadas pela LT em questão, entre os anos de 2019 e 2024.

Nesse contexto, o GT, no âmbito do processo de assessoramento às comunidades, produziu um documento elencando as diversas problemáticas decorrentes da implantação da LT Porto Sergipe-Sapeaçu, denunciando os impactos territoriais frente à supressão de aproximadamente 100ha (visto os 55 metros da faixa de servidão e os 50km no município) de propriedades rurais no município, para a passagem da faixa de servidão administrativa.

Vale ressaltar que o município de Antônio Cardoso é conhecido como o município mais negro do Brasil, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE (2010). Neste município, as 13 comunidades formam um território negro delimitado geomorfologicamente por dois conjuntos de morros, numa microbacia afluente do rio Paraguaçu, conformando um vale quilombola que está sendo impactado diretamente pela LT, conforme pode ser observado na Figura 08.

No contexto das entrevistas realizadas visando compreender tais problemáticas, entrevistamos Girassol, quilombola da comunidade de Lagoa Grande, sendo uma liderança jovem emergente, oriunda de uma família muito envolvida com a luta pela reforma agrária e que tem familiares atuantes, historicamente, na luta sindical e quilombola em Feira de Santana e outros municípios da região, como Biritinga.

A entrevistada aponta os problemas e **os** impactos relacionados à implantação da Linha de Transmissão Porto Sergipe-Sapeaçu 500kv em sua comunidade e arredores. Nas palavras de Girassol, “a comunidade desde 2019 estava muito descrente com a tal Linha, pois ainda não havia sido implantada e algumas pessoas diziam que era coisa da política”. Porém, a partir da discussão apresentada pela entrevistada e contrastada por meio das diversas reuniões ocorridas na comunidade desde 2019, foi possível observar uma mudança de postura “passando da descrença para o medo, muito por conta das reuniões remotas, em virtude da pandemia da Covid-19”.

Com base na análise dos documentos institucionais da referida LT, bem como dos relatos, colhidos em reuniões, proferidos por representantes das empresas, do INCRA, da FCP e também de representantes do GT Conflitos Socioambientais, foi possível observar que a comunidade quilombola de Lagoa Grande não estava incluída nos estudos prévios da empresa responsável pelo licenciamento ambiental, a qual afirmou que realizou estudos subsidiados pelos dados oficiais do INCRA. No entanto, em reunião virtual no ano de 2022, foi possível produzir um mapa e apontar a presença da comunidade na área de influência direta da LT. Nas palavras da entrevistada, “nesse momento a comunidade mudou a postura da passividade para a ação em defesa do território”.

Ao longo desse processo foi possível analisar os impactos registrados no documento base para o licenciamento ambiental, bem como foi possível analisar as observações da comunidade quanto às questões culturais, ambientais, sociais e territoriais, que nas palavras de Girassol, “assolam a comunidade o medo e questão psicológica, a contínua degradação da lagoa que dá nome à comunidade, o desmatamento e a redução das áreas agrícolas”. Nesse ponto é importante destacar que a comunidade não possui a titulação de seu território, apenas a certificação, o que coloca a comunidade numa vulnerabilidade aos agentes externos, como a LT, a expansão urbana e a apropriação privada da natureza.

A entrevistada, enquanto representante da juventude e também da associação quilombola, aponta outras dimensões que externam parte das problemáticas relacionadas à implantação dos megaprojetos, tais como “a falta de comunicação assertiva com a comunidade, descaso dos órgãos públicos como o INCRA e IBAMA, a tentativa de cooptação de lideranças, oferta de empregos, oferta de valores para a faixa de servidão administrativa, bem como a geração de conflitos internos entre as pessoas moradoras da comunidade. A empresa chegou a dizer um absurdo em reunião que não tinha dados da existência da minha comunidade”. Tais fatos externam o caráter destrutivo dos megaprojetos energéticos e sua ânsia por expansão atrelados aos interesses do Estado-Capital.

De outro demonstram o processo amplo de luta de classes e a potência da organização dos trabalhadores em suas comunidades constituindo agenciamentos relacionados à defesa do território. Outro ponto apresentado pela entrevistada Girassol se deve ao fato da empresa ter se negado a realizar os estudos da mudança do traçado, porém, “o traçado da linha foi alterado duas vezes, uma na altura de uma granja na comunidade da garapa e outro na comunidade de Pé de Serra por conta do pessoal do Voo Livre, ou seja, não muda por conta de um quilombo, mas muda por conta de uma empresa ou de atividade esportiva, isso lá é justo?”. Na figura 11, observa-se o mapeamento realizado junto às comunidades impactadas pela LT.

Figura 11: Mapeamento participativo das comunidades impactadas pela LT Porto Sergipe Sapeaçu - Feira de Santana-BA



Fonte: Elaboração própria
Obs: O referido mapeamento participativo foi realizado ao longo de diversas atividades nas comunidades impactadas pela LT em questão entre os anos de 2019 e 2024.

Ressalta-se nesse processo que a leitura crítica da LT está articulada ao município de Feira de Santana como mais uma vertente de acumulação expansiva de capital, também representada pela expansão urbana com as leis do PDDU e LOUS de 2018. Os problemas ambientais relacionados ao desmatamento, extração ilegal de areia, os condomínios rurais ilegais, a duplicação de rodovias impactando em diversas comunidades, a expulsão de trabalhadores rurais do comércio popular, dentre outros elementos que caracterizam o território em conflito, sob a égide da luta de classes.

Outra dimensão preocupante quanto à reprodução da vida nas comunidades atingidas pela construção da LT em tela é a questão das doenças potencialmente relacionadas aos campos eletromagnéticos (ver apêndices quanto aos impactos do campo eletromagnético), sejam elas motoras ou do sistema nervoso central. Sobre isso, existem pesquisas na área de saúde coletiva com interface com a engenharia de energia, as quais demonstram que essas doenças também estão relacionadas à ocorrência de queda de raios, eletrificação de cercas e eletrificação de leitos fluviais. Porém, um dos elementos mais conflitivos da implantação das LTs, sem sombra de dúvidas se concretiza na faixa de servidão administrativa, sendo esta a execução do estado de exceção subvertendo, a revelia das comunidades, o território comunal em território para o capital, compondo a ideologia da segurança energética.

No contexto da questão agrária brasileira, emergem as dimensões contraditórias das ações do estado, em sua associação burguesa, potencializando as problemáticas relacionadas à subordinação do espaço geográfico ao capital, a subjugação do território e a sujeição da natureza e trabalho. Nesse sentido, com o recorte na faceta da energia como contradição inerente ao modo de produção capitalista, esta se consolida como elemento central das estratégias de desenvolvimento capitalistas, ou seja, constitui-se como chave operacional para a superexploração da natureza.

Portanto, podemos atribuir as possibilidades de reprodução do espaço da miséria tendo como centralidade as comunidades quilombolas e camponesas como chaves epistemológicas para compreender a produção do território eletroenergético, sob a face dúbia entre o território aprisionado e o território da vida, os quais, em sua dimensão contraditória, externam inter-relações transescalares dos processos de impacto direto nos modos de vida da sociedade. As linhas de transmissão se inserem nessa lógica de potencialização dos espaços da miséria.

Com base na pesquisa exploratória, constatou-se o processo de contradição quanto às estratégias de desenvolvimento capitalistas que visam sua lógica expansiva e as ações de extrativismo engendradas pelas obras de implantação de linhas de transmissão de energias, as quais, refrigeradas pela questão do desenvolvimento desigual e combinado, programam as ingerências do capital na dinâmica da dependência e exploração exacerbadas nos países periféricos da América Latina, como o Brasil.

O México é elemento central nessa abordagem, visto a existência conflitiva de diversos megaprojetos de cunho energéticos e de infraestruturas capitalistas materializadas em diversas regiões do país, que impactam diretamente nos modos de reprodução da vida em comunidades indígenas e camponesas, a exemplo dos projetos do Corredor Interoceânico no Istmo de Tehuantepec, com projetos de energias renováveis, usinas termoelétricas, ambas como foco na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A LT Porto Sergipe-Sapeaçu inscreve-se na trilha da escala nacional, na qual observa-se, no bojo da intencionalidade direta do estado brasileiro, que a obra está articulada à dimensão energética nacional, preconizada pelo Plano Nacional de Energia, atuando, portanto, com a faceta da segurança energética, a qual se assemelha à questão energética mexicana, ou seja, consolida-se como fração da atuação do capital especulativo e financeirizado em países periféricos da América Latina.

Na esteira das inter-relações multiescalares da voracidade e incontrolabilidade do capital no século XXI, quanto às infraestruturas energéticas no que tange às linhas de transmissão, é possível constatar o avanço do processo de transição energética por meio das energias ditas renováveis, as quais, com base no discurso falacioso da sustentabilidade, introduzem a questão da natureza orgânica como central para as saídas do capital, para o tensionamento mundializado dos problemas climáticos relacionados ao aquecimento global.

Nesse sentido, vale ressaltar o importante papel desempenhado pelas assessorias populares no apoio e enfrentamento junto às comunidades no âmbito das obras de geração e transmissão de energia, que na roupagem fantasmagórica do capital verde se consolidam com a expansão generalizada da energia solar e eólica, estas compreendidas como uma saída sustentável para a dita "crise climática". Porém, com a reprodução de estratégias de ação que territorializam o capital com a sujeição das comunidades e a subordinação da produção do espaço geográfico aos interesses do capital financeiro globalizado.

Nesse contexto, a dissimulação do capital é representado nesse processo pela empresa concessionária Sterlite Power Grig Limited, com sua fração brasileira São Francisco SA[26], no bojo da LT Porto Sergipe, que desencadeou diversos processos de pressão extemporânea junto às comunidades quilombolas dos municípios de Feira de Santana e Antônio Cardoso, entre os anos 2019 e 2022, e que, por diversas estratégias capitalistas, promoveu um conjunto de ações para prover a rápida execução da obra com o objetivo de subjugação do território quilombola e também a sujeição das comunidades.

Ademais, houve a participação da consultoria Etnoparceiros, nos anos de 2020 e 2021, visando a intermediação com cooptação e dissimulação do conflito, devido principalmente à denúncia do MPF e a doravante Ação Civil Pública. Nesse ínterim, foi possível identificar em campo as estratégias dissimuladas da referida empresa quanto à seleção da consultoria, as quais estão associadas ao emprego de diálogos mais próximos das comunidades, se colocando como apoio em defesa dos territórios quilombolas.

A prática discursiva envolvida em tal expediente ocorre com a dimensão corporal de incursão do técnico, que é ex-funcionário da Fundação Cultural Palmares, um homem negro, de bom trato e com extrema capacidade técnica, operacional e cognitiva com as questões identitárias do povo negro e que apresenta a lógica discursiva, se colocando

[26] https://www.acordacidade.com.br/variedades/nova-linha-de-transmissao-de-energia-que-impacta-zona-rural-de-feira-deve-passar-por-consulta-publica/

como um elemento neutro do processo de conflito entre as comunidades quilombolas, o Estado Brasileiro e a empresa Sterlite/São Francisco. (Figura 12)

Assim, a Sterlite executa o processo de dissimulação do capital por intermédio de consultorias “politizadas”, com o canto da sereia apresentado sob as formatações da mitigação e compensação ambiental referentes ao licenciamento ambiental, o qual está posto com diversas irregularidades na Bahia.

A referida consultoria Etnoparceiros que, apenas pela sua nomenclatura, externa o papel de envolvimento com as questões étnico-raciais, confabula-se com a questão do capital em sua faceta de apropriação de discursos e temas contraditórios na lógica da produção do espaço, sob a égide capitalista.

Ou seja, as empresas que atuam nos processos de implantação de grandes projetos de desenvolvimento GPD envolvem uma gama de estratégias de resolução das problemáticas conflitivas para destravar a execução das obras, a despeito da existência concreta de comunidades tradicionais, sejam elas quilombolas, indígenas e camponesas. A construção da linguagem discursiva se apresenta como uma parafernália operacional em vários flancos de ação, tais como a cooptação, a judicial, a ameaça, e possivelmente a violência, podendo esta última se concretizar sob variadas matizes temporais e espaciais.

Figura 12: Reunião na comunidade quilombola de Subaé município de Antônio Cardoso - BA



Fonte: Arquivo pessoal

Desde o questionamento jurídico até as dimensões relacionadas à reprodução da vida no campo foram abordadas nas reuniões nas comunidades quilombolas de Antônio Cardoso. Elas tencionaram o processo voraz de implantação da LT Porto Sergipe-Sapeaçu que executa o processo contraditório de expulsão e expropriação de diversas comunidades e para além da questão real e concreta a partir das faixas de servidão administrativa, se apresenta também como operadora de expansão de doenças diversas.

Portanto, no processo de problematização da pesquisa em tela, é importante frisar que a implantação das linhas de transmissão de energia promove em sua face aparente o transporte de energia para garantir segurança energética, porém, em sua essência desencadeia uma gama de problemáticas relacionadas à questão agrária na reprodução do sistema sociometabólico do capital em sua faceta mais voraz e violenta. Contraditoriamente, problemática da energia elétrica se apresenta como ausência histórica nas comunidades e que, por meio da articulação estado-capital, capitaneia a questão da exclusão e da segurança como elementos para a integração do sistema elétrico nacional.

No que tange à participação em ambientes institucionais para desvelar os processos referentes ao território em conflito e as estratégias do capital e estado, fez-se necessário a interação com o Ministério Público Federal (MPF) que, nos dias 08 e 09 de junho de 2022, executou, com a presença de lideranças de comunidades quilombolas da Bahia, uma audiência pública de mediação de conflitos territoriais na cidade de Salvador, no auditório do Instituto Anísio Teixeira.

Nesse momento os órgãos públicos intervenientes de obras foram convidados para prestar esclarecimentos e contribuir na solução de pendências e questões envolvendo diversas problemáticas nas comunidades, tais como o Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEMA), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Superintendência de Patrimônio da União (SPU), os quais foram sabatinados pelas lideranças comunitárias e apresentaram, na medida do possível, um panorama das complexidades quanto aos processos abertos nas instâncias federal e estadual.

Destaca-se que houve quatro equívocos do MPF, sendo o primeiro com a execução da audiência em dois dias, fato que impacta na participação de diversas lideranças que possuem outros afazeres no processo de reprodução da vida; o segundo com a falta de custeio das despesas com deslocamento das comunidades, o que impacta na ausência de várias comunidades localizadas mais distantes de Salvador; o terceiro relacionado à localização da audiência, que deveria garantir uma maior proximidade de

deslocamento das comunidades do interior do estado, podendo ser realizada em Feira de Santana, visto sua posição mais estratégica; e, por último, a não participação do IBAMA, visto que diversas questões estão relacionadas às obras com licenciamento ambiental federal, a exemplo da linha de transmissão de energia.

No contexto de discussões na audiência (Figura 13), foi possível perceber a inoperância do estado quanto ao apoio às comunidades atingidas por grandes projetos de desenvolvimento, tais como o estaleiro de Iguape, as linhas de transmissão de energia, ferrovias, rodovias, mineração, carcinicultura, eucaliptização, complexos hoteleiros, parques eólicos, parques fotovoltaicos, pequenas centrais hidroelétricas, dentre outros. Porém, analisando sob a ótica do estado burguês, este serve exatamente para possibilitar tais projetos e a sua omissão não é a errância do processo, e sim a dinâmica central de sua participação no sistema sociometabólico do capital.

Quanto à participação dos representantes do Estado (INEMA, INCRA e SPU), houve uma diversidade de contribuições, porém, em todos os casos fica explícita a análise baseada na necessidade de destravar os processos para possibilitar o progresso e desenvolvimento, fato constatado com as diversas denúncias que são pormenorizadas e, ao invés da busca por resolução, o caminho é o silenciamento para garantir a expansão capitalista e sua reprodução metabólica ampliada.

Uma observação em escala, é que as problemáticas entre Bahia e Sergipe são muito aproximadas quanto ao processo de ação do estado e a dinâmica da territorialização das empresas transnacionais, o que gera a reflexão dos processos inter e transescalares, envolvendo as questões relacionadas à produção capitalista do espaço, baseada na expropriação territorial e valorização do valor de troca, por meio da mercantilização da natureza com sua apropriação privada.

Figura 13: Audiência Pública com as comunidades quilombolas da Bahia no MPF Salvador-Bahia



Fonte: Arquivo pessoal

Nesse sentido, a energia em sua fração elétrica, possibilitou uma das faces da separação campo-cidade, como estratégia de fetichização do capital como reprodução do espaço da miséria, condicionando o deslocamento forçado de massas de trabalhadores espoliados de suas condições de vida no território, como elemento desagregador do modo de vida camponês, construindo o ideário do fetiche da vida urbana como direito e o campo como faceta do atraso.

Tal processo transescalar está condicionado às estratégias de reprodução ampliada do capital a partir do final do século XIX, alcançado seu estágio avançado nos séculos XX e XXI. Nesse contexto, o papel do estado como mediador e como dimensão executora de políticas públicas protagoniza sua ação como propulsora da expulsão de populações do campo para a cidade como forma de retroalimentar a sujeição do trabalho como dimensão produtora de riquezas, sob o antagonismo da classe trabalhadora para si.

O avanço do capitalismo potencializa a expropriação territorial e vilipendia o direito ao bem viver, os quais são o cerne para os povos do campo e da cidade em suas múltiplas especificidades. Dessa forma, as linhas de transmissões de energia simbolizam a territorialização do capital, observado por Oliveira (1997), nos países periféricos por meio do imperialismo; sintetizam parte da expropriação de territórios executada na América Latina e também pelo Estado Brasileiro; e compõem parte estratégica da expansão do capital no nordeste, associando-se a diversos megaprojetos que produzem

direta e indiretamente graves conflitos territoriais de variadas ordens, por meio de diversas violações/violências ambientais, comunitárias, sociais, políticas, culturais e psicológicas ao longo do trajeto.

Tais constatações em âmbito teórico estão apresentadas concretamente no caso da LT Porto Sergipe-Sapeaçu, o que comprova nossa problematização de pesquisa. Em Andrade e Ramos Filho (2021), é possível compreender os processos de conflitos territoriais derivados da implantação de linhas de transmissão de energia e suas conexões com as esferas de acumulação de capital por meio de multinacionais do setor energético.

Em entrevista conjunta realizada com duas lideranças comunitárias das comunidades quilombolas de Subaé e Cavaco, localizadas no município baiano de Antônio Cardoso, com os entrevistados Apicultor e Flor, foi possível observar a diversidade de impactos protagonizados pela implantação da LT Porto Sergipe, sendo esse processo agravado pela postura das empresas que adentravam o território no sentido de encaminhar os trabalhos tanto do licenciamento como do andamento da obra como um todo. Os entrevistados apontaram "que a notícia da linha foi um grande susto para as comunidades, principalmente para os mais velhos, pois esses já viram outras tragédias, como por exemplo a construção da barragem de Pedra do Cavalo, que até hoje impacta as comunidades".

Nesse quadro e a partir do intenso processo de pesquisa participante iniciado em agosto de 2019, antes mesmo do início dos trabalhos do doutoramento, foi possível perceber a mobilização popular que, mesmo em estado de medo e ansiedade, desdobrou extensos esforços para a mobilização popular, promovendo uma agregação das comunidades, haja vista que no município em questão são 13 comunidades certificadas como quilombolas, porém, convivendo com o intenso acirramento da questão agrária, como diversos latifundiários com terras griladas das comunidades negras tradicionais.

Esse quadro demarca as descontinuidades do processo de luta e resistência protagonizada pelas comunidades pois a chegada da LT, de um lado, ocasionou problemas graves, porém, de outro, possibilitou uma reorganização dos processos de luta da comunidade frente às problemáticas externas e internas.

Os entrevistados apontam "que inicialmente até houve um contato mais direto das empresas com as comunidades, mas a gente sabe que o objetivo deles era o convencimento das lideranças com ofertas de trabalho, dinheiro e emprego". Com base na pesquisa de campo e na análise documental de outras ocorrências de implantação de linhas de transmissão e a partir da análise de outras entrevistas na Bahia e em Sergipe, é

possível afirmar a existência de uma gramática seguida e executada pelas empresas no processo de implantação, visando o processo rápido e invisível. Isso está atrelado ao fato de que as linhas de transmissão não carregam o peso negativo na linguagem pública, se comparado aos parques eólicos, solares, ou barragens e termoelétricas. A destrutibilidade da LT conecta realidades longínquas, porém, articuladas pela expansão transfronteiriça do capital e, por outro lado, pelo processo de enfrentamento de defesa da vida protagonizado pelas comunidades.

Dentre a diversidade de impactos gerados pela LT, três impactos são singulares nesse processo no território quilombola das Umburanas (nomenclatura adotada pelas comunidades como forma de defesa do território), sendo eles: a destruição do habitat das abelhas na comunidade de Subaé, ocasionado pelo barulho; a expropriação de famílias nas comunidades de Viração e Tocos; e também o aterrorizante processo de chegada da LT com a implantação dos marcos para torres em plena pandemia. Esses três exemplos externam o caráter destrutivo e violento dos megaprojetos desrespeitando comunidades, costumes, direitos territoriais e humanos, em prol da garantia da expansão do capital em detrimento da destruição da natureza com sua superexploração também do humano.

Cabe destacar que como parte dos desdobramentos da assessoria técnica e popular, emerge a possibilidade, no ano de 2024, de construção de um parecer psicológico a ser construído pelo Grupo de pesquisadores do Curso de Psicologia da UEFS, coordenado pelo professor José Fernando Costa e articulado pela liderança quilombola Tamile Ferreira, que também era, na ocasião, estudante do mesmo curso. Cumpre destacar que o objetivo do referido parecer era “averiguar os impactos psicossociais do processo de instalação da Linha de transmissão Porto Sergipe-Sapeaçu 500kv”. Nesse sentido, foram aplicados questionários, com diversas metodologias próprias desta área de conhecimento, no sentido de garimpar as possibilidades de confirmação das hipóteses e viabilizar um parecer atestando a realidade sob o prisma das comunidades quilombolas e camponesas.

Diante desse quadro, foi possível atestar uma “traumatização coletiva psicossocial, ressaltando os processos de não reconhecimento, desenraizamento e violência relacionados à Linha de Transmissão em questão”. É importante destacar os sentimentos de “medo e revolta” relacionado com as incertezas quanto à instalação da LT, visto que não houve diálogo justo, direto e conciliável entre as empresas e a comunidade e, da mesma forma, não foi proporcionada uma consulta prévia, conforme preconiza a legislação. Outra dimensão presente nas indagações das comunidades eram a

presença do barulho e incômodo com o deslocamento de pessoas e máquinas estranhas à comunidade, atentando quanto a soberania territorial.

Diante desse quadro, o trabalho desenvolvido pelo grupo da psicologia atestou a problemática apontada pelos estudos na área do Direito e Geografia já desenvolvidos pelo GT e desdobrou uma análise da saúde pública central para o questionamento às obras e à postura do IBAMA quanto da liberação unilateral das licenças ambientais, bem como do andamento do megaprojeto, a partir das normativas do INCRA. Mais especificamente, quanto aos impactos nas comunidades vizinhas à comunidade quilombola de Lagoa Grande em Feira de Santana, foi possível observar a grave violação à soberania territorial na comunidade da Garapa, onde a LT foi implantada a apenas 80 metros de diversas residências, nas quais foi possível atestar o barulho, o abandono de resíduos da obra, bem como, a partir do diálogo informal com moradores, a presença do medo e incômodo com o barulho da LT.

As figuras 14 demonstram tal violação do direito à vida e ao sossego, externando uma Geografia da violência e da barbárie protagonizada pelo Estado-Capital em sua ânsia de acumulação permanente. Importante apontar que, a despeito dos impactos na comunidade da Garapa, mas não somente dela, a implantação da LT garantiu a distância da faixa de servidão (55m), utilizando-se nitidamente do aparato normativo para evitar questionamentos legais.

Outra questão observada em campo na comunidade é a localização no “piemonte” da serra de São José, o que impacta diretamente na velocidade do vento, o qual ocasiona uma vibração das estruturas metálicas tanto das torres, como também dos canos, que energizados emitem forte barulho, conforme apontado pelos moradores da localidade. Ou seja, trata-se de uma violação direta à comunidade, externando uma dimensão barbarizada, engendrada pela violência sistêmica marcada pela raça-classe no campo.

Figura 14: Comunidade da Garapa em Feira de Santana - BA

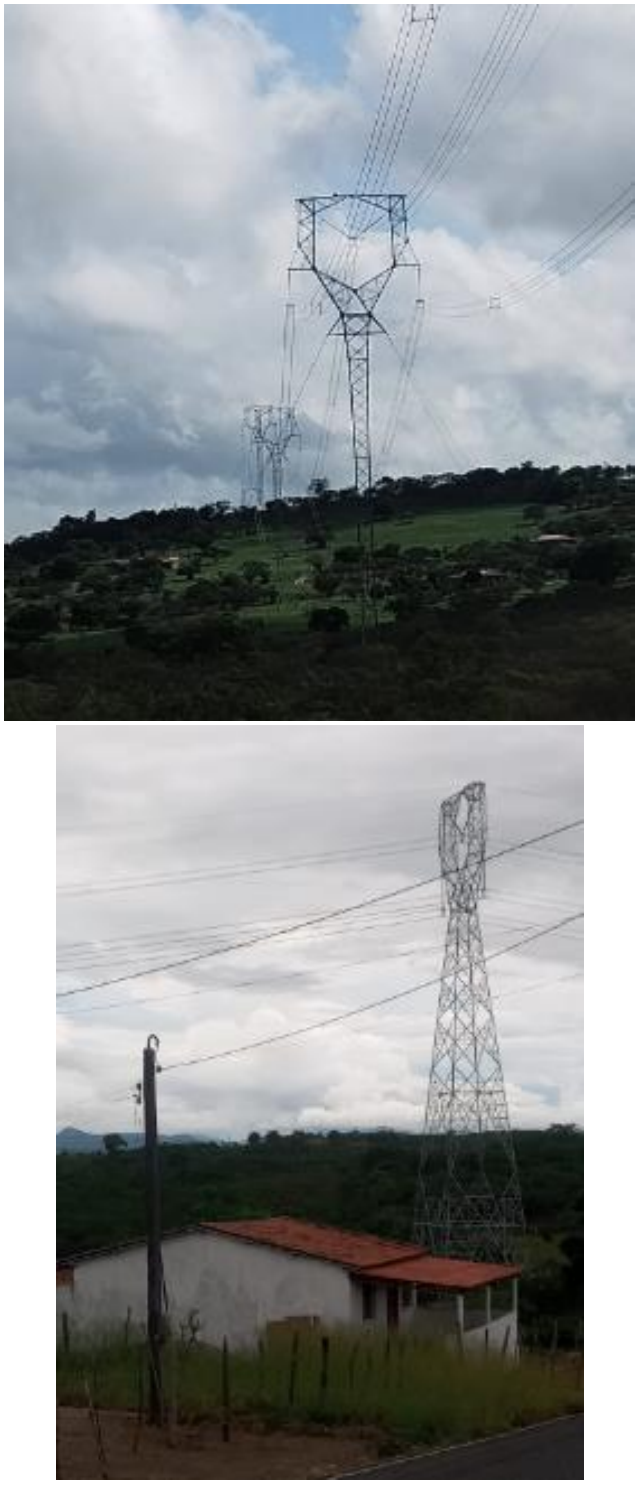


Fonte: Arquivo pessoal e Google Earth
Obs: Observa-se no traçado em vermelho a LT e nos círculos pretos as moradias impactadas diretamente pela LT

No processo espacial em tela referente à LT, foi possível atestar também entre as comunidades quilombolas de Cavaco e Tocos no município de Antônio Cardoso que a LT fora instalada ao lado de diversas casas e na proximidade de uma escola municipal. A despeito de todo o processo de articulação, denúncias e questionamentos ao MPF, o referido linhão fora instalado nessas condições e ferindo a soberania territorial das comunidades (**Figura 15**). A dimensão espacial é central na compreensão deste processo,

haja vista a realidade agrária do referido município com um marcante processo de racialização, referente à uma população negra majoritária, porém, minorizada pelos processos hegemônicos da sociedade, marcadamente centradas nas categorias de classe e raça.

Figura 15: Comunidade de Cavaco e Tocos – Antônio Cardoso - BA



Fonte: Arquivo pessoal

Aqui é central a reflexão teórica assentada na crítica socioespacial, protagonizada por Gilmore (2025), na qual afirma que “raça e espaço são mutuamente constituídos por meio da multiplicidade de escalas e diante de geografias distintas, embora interconectadas, moldadas pela crise e luta” (p. 21). A materialização desse processo é marcada pela pobreza energética, na qual diversas comunidades convivem com a ausência do Estado em diversos âmbitos da sociedade e com a presença da pobreza energética, compreendida aqui como uma dimensão contraditória da vida, como uma pobreza estrutural ligada à lógica de acumulação do capital. O direito à vida, tal qual o direito a energia, é a antítese da expropriação comum da estratégia de ação do capital, ou seja, tal dimensão contraditória resulta na expropriação das comunidades quilombolas e camponesas no processo de reprodução da miséria.

Uma das questões que devem ser destacadas no processo de articulação e enfrentamento à destruição executada pela implantação da LT em tela é o papel do Ministério Público Federal (MPF), que fora acionado por meio de uma petição protocolada por uma liderança quilombola de Subaé e que deu origem à uma Ação Civil Pública que tramita na justiça federal e que está atualmente na fase de construção de acordo com as empresas responsáveis pela LT e as organizações das comunidades atingidas de Antônio Cardoso e Feira de Santana. Sobre esse aspecto os entrevistados indicam que “o MPF teve papel de extrema importância, pois com eles pudemos ser vistos e nossas dores tiveram um destino de apoio”.

Em entrevista com uma representante do MPF que atuou diretamente nos processos da ACP e do acordo, ela afirma que no curso de quase 5 anos de trabalhos relacionados com essa LT, “não houve mudanças na postura da empresa, mesmo com a mudança de governo em 2023, sendo que a única alteração foi a abertura do diálogo para a compensação”. Questionada sobre como o MPF avalia o papel das empresas no conflito jurídico, o MPF afirma que “era perceptível uma advocacia agressiva, sem a busca de consenso”.

Ainda segundo a entrevistada, “observamos também uma omissão do IBAMA no processo, seguindo as definições do INCRA e os encaminhamentos processuais da empresa”. Asseverando a conflitualidade posta sob o prisma jurídico, a entrevistada do MPF aponta que “o MPF se adaptou para esse caso por ser uma novidade. É um caso emblemático e atuou com a busca do respeito, valorização, mediador e tradutor dos anseios das comunidades para a justiça. Enquanto MPF, notamos também certa cumplicidade entre empresa e estado, ao mesmo tempo que uma assimetria nas defesas”.

No bojo das informações obtidas com base nas entrevistas - tanto das comunidades, quanto do MPF - e as conexões relacionadas com a extensa análise documental, potencializada pela pesquisa participante, observa-se que as inter-relações apontadas pelo MPF estão de fato conectas com os interesses das corporações internacionais, de um lado, e com o ideário da segurança energética propalada pelo Estado, de outro.

Tais singularidades reafirmam as mediações postas quanto à expansão do capital, o negócio da energia elétrica e a conflitualidade inerente aos megaprojetos energéticos. É nesse bojo que o caldo formativo do Eletronegócio alça a forma conceitual, articulando a questão agrária, energética e a apropriação privada da natureza por meio da ruptura metabólica, protagonizada na antípoda pelas comunidades tradicionais, com a denúncia e construção de processos de enfrentamento à égide do capital no território.

Vale ressaltar, no que tange à estrutura fundiária na dimensão espacial das LTs, que no município de Antônio Cardoso na Bahia as comunidades quilombola constituem um território vasto entre serras e planícies constituindo um vale quilombola. O interessante é observar que, no processo de estudo e efetivação da LT Porto Sergipe-Sapeaçu, o impacto direto da infraestrutura energética conflita diretamente com tal território de vida e impacta, de forma diminuta, o território do latifúndio limítrofe das comunidades quilombolas.

As diversas violações e violências constam na memória coletiva de diversas comunidades e suas lideranças, que associam diretamente os impactos e conflitos territoriais do projeto atual da atual linha de transmissão ao processo de expropriação decorrente da construção da Barragem de Pedra do Cavalo na Bahia, iniciada na década de 1970. Nesse processo, diversas comunidades até hoje não foram contempladas com os recursos derivados de suas desapropriações.

Nesse sentido, o processo de articulação e luta das comunidades, principalmente quilombolas de Feira de Santana e Antônio Cardoso na Bahia, demonstrou as potencialidades de um debate popular dando conta das dimensões sociais, ambientais do território em conflito. Da contradição do processo capitalista houve a constituição de processos amplos de dimensionamento territoriais das lutas, enfrentamentos e resistência sob a égide da luta de classes.

São exemplos desse processo de enfrentamento as manifestações, caminhadas, constituição de grupos de estudo e dos coletivos quilombolas, as reuniões protagonizadas

pelas referidas comunidades, as pesquisas de cunho coletivo que se desenvolveram e os eventos acadêmicos e populares dentre outras dimensões.

Aqui, tais iniciativas são consideradas como disputas ideológicas e de processos hegemônicos no sentido de potencializar e constituir um processo amplo de enfretamento do modelo de sociedade vigente protagonizado pela entrância especulativa e expansiva do capital nos modos de vidas e nas estruturas de funcionamento da sociedade brasileira. Os processos em tela são parte do escopo do Contra-Espaço, como preconizado por Moreira (2011). (Figura 13).

10.4 – ACORDOS E COOPTAÇÃO NA IMPLANTAÇÃO DA LT 500KV PORTO SERGIPE - SAPEAÇU NOS MUNICÍPIOS DE BIRITINGA E ÁGUA FRIA, BAHIA

Nos trabalhos da assessoria técnica e popular, desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho Conflitos Socioambientais, desde julho de 2019, e da pesquisa referentes ao doutorado desde março de 2021, uma questão que esteve sempre latente em todo o processo de investigação e pesquisa foi o papel desempenhado pelas comunidades, suas organizações e lideranças no processo em recebimento das primeiras notícias referentes à LT Porto Sergipe Sapeaçu.

De um lado, e majoritário, estava a necessária crítica realizada pelas comunidades quilombolas de Antônio Cardoso, Subaé e Santo Antônio, sendo estas seguidas pelas outras comunidades do município. De outro, a crítica ferrenha desempenhada pelo GT, que ao longo da pesquisa participativa analisou a ação predatória das empresas envolvidas com a LT em questão. Cabe aqui destacar as pesquisas que, imbricadas, somam-se à luta, com destaque para as pesquisas de Henrique Andrade e Leia Patrícia na Geografia e Luciete Duarte no Direito.

No entanto, no escopo de todas as comunidades elencadas nos estudos preliminares realizados pela empresa de consultoria ambiental Dossel, contratada pelo conglomerado Sterlite-São Francisco, desde Sergipe até a Bahia, duas comunidades atingidas diretamente pelas estruturas da LT figuravam como acionadas pelas empresas e realizaram um acordo de mitigação e benfeitorias.

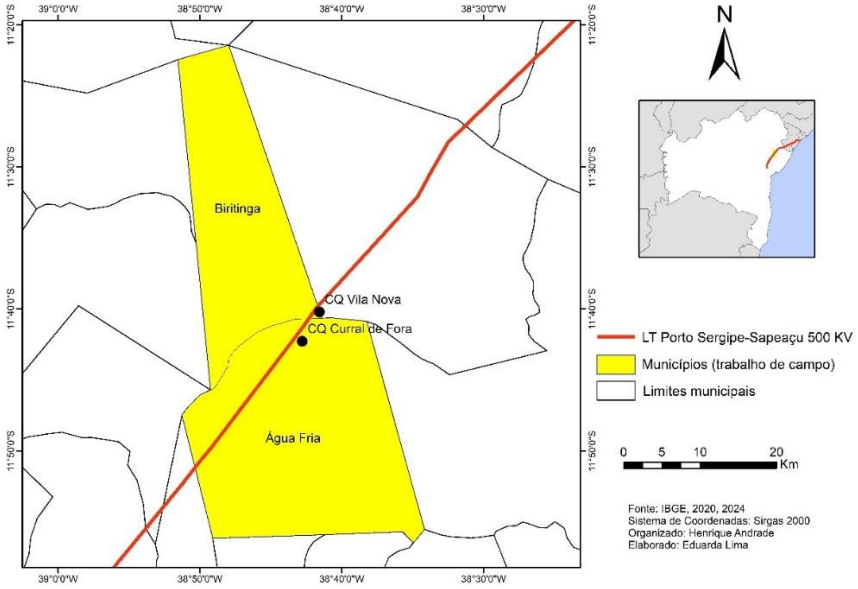
Essa informação sempre foi questionada pelo trabalho do GT, bem como confirmada pelas diversas lideranças quilombolas de Feira de Santana e Antônio Cardoso e também pela comunidade quilombola da Mussuca em Laranjeiras, estado de Sergipe.

No nosso caso, enquanto pesquisador, uma dimensão tornava-se central tanto no processo de assessoria, como da pesquisa engajada, materializada na questão: o que faz apenas duas comunidades aceitarem um acordo “sem manifestação de conflito”, enquanto todas as outras estão em etapa premente de disputa judicial, espacial, de narrativa e ideológica ante o megaprojeto energético da LT Porto Sergipe Sapeaçu?

No intuito de desvendar essa questão, no ano de 2024 me dediquei à pesquisa documental e cartográfica no INCRA, IBAMA, MAPBIOMAS, além do estabelecimento de diálogo com lideranças das comunidades de Curral de Fora e Vila Nova nos municípios supracitados, afim de conhecer a realidade, por meio de dados geográficos secundários, bem como as inter-relações socioespaciais das comunidades citadas, haja vista que as mesmas distam em média 100 km de Feira de Santana e são integrantes dos Territórios de Identidade do Portal do Sertão e Sisal, respectivamente. Tal interlocução desdobrou-se em contatos telefônicos no final de 2024 com uma liderança quilombola de Curral de Fora.

Cabe destacar que ambos quilombos, mesmo estando em municípios e territórios de identidade diferentes, distam entre si aproximadamente 10 quilômetros, sendo cortados pelos rios Paracatu e Inhambupe e possuem laços familiares próximos, a despeito de Curral de Fora contar com aproximadamente 3mil habitantes e Vila Nova com aproximadamente 50 famílias, sendo comum possuírem laços familiares entre ambas. (Figura 16).

Figura 16: LT Porto Sergipe- Sapeaçu – Água Fria e Biritinga - Bahia



Fonte: IBGE (2022) e EPE (2023)

O diálogo com a liderança comunitária, que à época estava como presidente da associação do Quilombo de Curral de Fora, alinhou-se ao ponto da troca de informações, dúvidas e documentos visando traduzir em conexões de pesquisa a dimensão contraditória da pesquisa participante ativa nas outras comunidades. Diante desse trato entre pesquisador e comunidade, foi agendada uma visita no mês de junho de 2025 com o objetivo de sanar as questões relativas à compreensão das lacunas existentes no fechamento do ciclo referente à conflitualidade existente nas outras comunidades e o acordo realizado entre as empresas da LT com as comunidades supracitadas.

Reitera-se que o objetivo da entrevista não esteve acentuado na compreensão dos impactos diversos da LT nas comunidades e sim como essas mediaram os processos conflitivos e executaram um acordo com a empresa sem a necessidade de adotar mecanismos de enfrentamento e/ou luta popular.

Quando do deslocamento até o Território Quilombola Curral de Fora, verifiquei que na paisagem do bioma já se faziam presente as estruturas de torres, cabos de alta tensão de energia e seus territórios de exclusão impostos pelas faixas de servidão. Era como se o território comum estivesse fraturado, conforme já assinalado nas demais comunidades estudadas.

Chamou-me à atenção a condição da comunidade camponesa do Jacaré, situada no norte do município de Água Fria, sendo que está também foi cortada pela LT 500kv e algumas das residências ficaram situadas com a faixa de servidão de 50 metros ao fundo dos terrenos.

Em diálogo com algumas pessoas da comunidade, fui informado que não houve contato com as famílias, apenas com aquelas que a LT estava “vizinha às casas” e que o barulho era algo presente no cotidiano das famílias. (**figura 17 a e b**). Outra questão importante, no mesmo município, é que a LT também está presente nas imediações do Assentamento Menino Jesus e que, segundo informações obtidas com moradores, também não houve contato direto justificado “porque a linha passa longe da comunidade”.

Ao chegar em Curral de Fora foi possível observar uma comunidade lindeira às torres de eletricidade (figura 21), às margens de uma precária estrada de terra, rodeada de pequenas unidades agrárias (fazendas na nomenclatura local), com presença de pequenos comércios, Igrejas e muitas pessoas em deslocamento. Ao chegar ao ponto de encontro com a entrevistada, foi possível avistar uma casa com o nome da Associação Comunitária Quilombola de Curral de Fora. Logo na chegada a liderança comunitária me diz: “- Professor, tudo isso aqui foi conseguido por conta da Linha de Transmissão”. Perguntei-

me de imediato sobre as condições para tal fala e principalmente como esse processo se efetivou. Tais questões foram sendo dissecadas pela entrevistada e indaguei-me - por que demorei tanto para ir à comunidade e ver de perto como se deu a instalação da Linha lá?

Logo em seguida, questionada sobre como foi a chegada da Linha, das empresas e se houve alguma resistência da comunidade, a entrevistada aponta que o contato da empresa foi por telefone e que, logo depois, as técnicas Tainá e Isabela, da empresa Dossel, se deslocaram até a comunidade e explicaram as etapas da obra, os benefícios para a comunidade e mostraram os mapas prévios apontando que a Linha passaria distante da comunidade e que não afetaria a vida deles.

Durante a reunião comunitária ainda no ano de 2019, as técnicas informaram que "se a comunidade aceitasse o acordo, a Linha passaria no local indicado, e que se eles (a comunidade) não aceitassem, a Linha iria passar do mesmo jeito e eles (a comunidade) não ganhariam nada". Nesse momento, questiono se houve diálogos com as comunidades de Feira de Santana e Antônio Cardoso sobre a LT e as resistências e a resposta foi que ela chegou a ser ameaçada e xingada em diversos momentos em grupos virtuais e que parou de interagir.

Figura 17a: Traçado da LT nas imediações da comunidade Jacaré, Quilombo Curral de Fora, Assentamento Menino Jesus e ao fundo Quilombo Vila Nova – Água Fria - BA

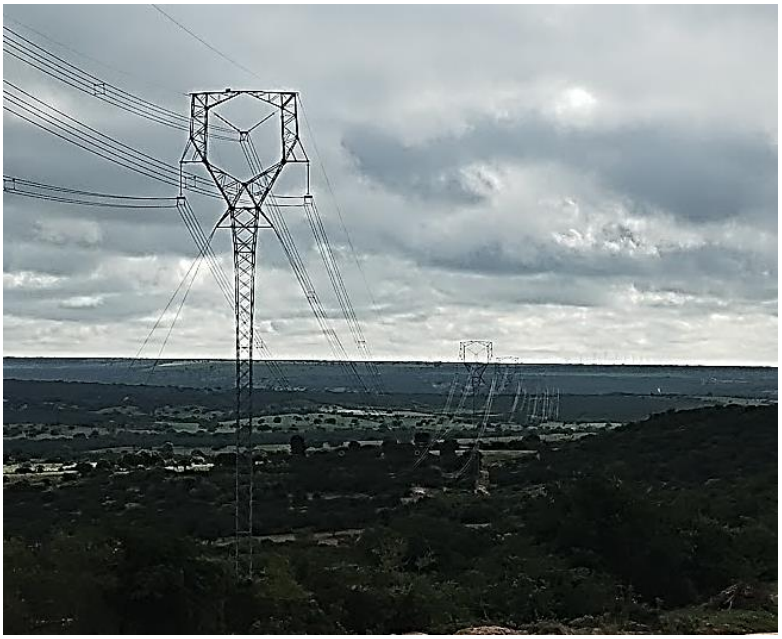


Figura 17b: Comunidade camponesa de Jacaré no município de Água Fria – BA



Fonte: Arquivo pessoal

Uma informação relevante foi o quantitativo de investimentos que as empresas depositaram na conta da associação para cumprir o acordo, sendo o mesmo materializado: na compra de uma casa e a reforma da mesma para ser a sede da associação, a realização de diversos cursos via projetos sociais desenvolvidos com as famílias da comunidade e a compra de equipamentos para mobília da sede da associação tais como mesas, cadeiras, data show, notebook, dentre outros, num total de aproximadamente R$250 mil reais. (Figura 18 a e b). Outro elemento importante e que caracteriza a dimensão contraditória da "não conflitualidade" da comunidade frente à LT é o fato das disputas com as comunidades de Feira e Antônio Cardoso serem constantes, sob a acusação, às vezes velada, de que as lideranças de Curral de Fora e Vila Nova teriam realizado o acordo e teriam auferido ganhos e vantagens enquanto as outras não teriam recebido nada.

Figura 18a: Sede da associação adquirida com recursos do acordo com as empresas da LT – Quilombo Curral de Fora – Água Fria - BA



Figura 18b: Torre da LT mais próxima do Quilombola Curral de Fora – Água Fria - BA



Fonte: Arquivo pessoal

Traduzindo a experiência da entrevista nas categorias básicas da pesquisa, é importante apontar a questão ideológica e a construção dos acordos com a empresa como materialidade da expansão do capital via cooptações. Como exemplificação, podemos adotar como referência o fato de que a entrevistada fora contratada pela Dossel para realizar diversos outros projetos de acordo com comunidades de outros municípios e ter sido ofertada a possibilidade de auxiliar as outras comunidades atingidas pela LT em

questão. A coexistência da conflitualidade, posta em grau de rivalidade entre as comunidades, aponta a possibilidade de atuação de agentes externos à comunidade, a exemplo da Dossel.

Foi possível compreender que a territorialização da LT, também enquanto a dimensão material dos acordos e cooptações, executa também o processo de expropriação em sua versão mais amigável de convívio mútuo, sem impactos e conflitos. Tal dimensão exacerba uma Geografia da barbárie, em detrimento das condições de vida de comunidades sem soberania territorial, atravessadas historicamente pelo latifúndio expropriador e que atualmente são vilipendiadas e violentadas com o apaziguamento do discurso moderador de conflitos e da ideologia dos acordos, como parte do silenciamento quanto a tais violências estruturais do Brasil.

Na entrevista foi-se indagado sobre como foi o processo da LT em Vila Nova e a resposta foi direta: “muito tranquilo lá, nós auxiliamos e apoiamos a comunidade em tudo”. Como base na pesquisa documental e cartográfica, foi possível observar que a despeito da distância da LT para a comunidade de Curral de Fora distar aproximadamente 2,5km, mesmo estando na área de influência direta (AID), na comunidade quilombola de Vila Nova (no outro lado do vale dos rios Paracatu e Inhambupe), a LT está literalmente dentro da comunidade e bordejando diversas casas.

Questionada sobre como funcionou o acordo em Vila Nova, a resposta “é que foi igual ao acordo de Curral de Fora (casa para associação, reforma, mobília e cursos para a comunidade”. A dimensão da violência da LT foi perceptível em Vila Nova, com a passagem da LT a menos de 20 metros de várias casas, apresentando diretamente a falta de respeito à faixa de servidão, bem como dos impactos como o barulho, apontado por alguns como constante. (**Figura 19 a e b**)

No contexto de uma entrevista rica de informações e de documentos físicos expostos e apresentados pela entrevistada, foi possível perceber o caráter predatório da ideologia dos megaprojetos que, em virtude dos acordos extrajudiciais prestados com a comunidade de Curral de Fora, exprimem a violência simbólica.

No que tange à implantação das linhas de transmissão nesses territórios quilombolas, a despeito da distância em Curral de Fora e Vila Nova, na segunda comunidade a implantação impacta diretamente a reprodução da vida na comunidade e causa o constrangimento do acordo tácito em detrimento de outras comunidades que, mediadas pela justiça, lutam sob o princípio da autonomia e defesa do território contra a destruição protagonizada pela LT Porto Sergipe Sapeaçu. (**Figura 19 a e b)**)

Figura 19a: Moradia impactada diretamente pela LT no Quilombo Vila Nova – Biritinga - BA.



Figura 19b: LT no Quilombo Vila Nova em Biritinga - BA



Fonte: Arquivo pessoal

Nos termos apresentados nesse subcapítulo, é possível compreender as contradições apresentadas nas reflexões de Jhon Perkins quanto à atuação da corporatocracia na execução travestida das ditas obras de bem público, que na verdade se configuram como estratégias do Capital-Estado de efetivação das façanhas grotescas de extração de mais valor e territorialização do capital nos países periféricos.

Cabe também o registro, como já afirmado nessa pesquisa, do papel central desempenhado pela assessoria técnica popular protagonizado pela equipe multidisciplinar do GT Conflitos Socioambientais e sob o princípio da pesquisa engajada e participante, materializada pela pesquisa de doutoramento em sua reta final. Busca-se traduzir os anseios das comunidades quanto à lógica da soberania territorial com defesa do território, e dissecar os arremedos corporativos mediados pelo Estado de uma segurança energética para o capital.

10.5 – A PROBLEMÁTICA DA LT CAMAÇARI-FEIRA DE SANTANA 230KV

A Linha de Transmissão Camaçari-Feira de Santana é parte do projeto de expansão do Setor Elétrico Brasileiro e tem por objetivo a circulação de eletricidade visando atender o município de Feira de Santana. Diferentemente da LT anteriormente analisada, na qual o território feirense é apenas uma passagem para a LT, essa tem centralidade tanto na transmissão quanto na distribuição das redes de eletricidade locais.

Cumpre destacar que nos municípios de Feira de Santana e Antônio Cardoso na Bahia há relação direta entre a LT 500kv e LT 230kv (LT 230kV Camaçari II C2 e a SE Feira de Santana III), obra executada pela empresa brasileira Lyon Energia, arrematada no leilão da Aneel no ano de 2018. A referida LT impacta nos municípios de Amélia Rodrigues, terra Nova, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria e Feira de Santana e teve início das obras no ano de 2020, em plena pandemia, conforme pode ser atestado na análise documental das licenças ambientais prévia e de instalação. Foi confirmado também, que os referidos municípios atestaram em cartas de anuências a obra, a despeito de não terem consultado as comunidades impactadas.

No que se refere à implantação da LT 230kv e a Subestação de energia (Feira de Santana), os pontos centrais estão associados diretamente à permanente conflitualidade nas comunidades relacionadas ao processo silencioso e permissivo do poder público (municipal, estadual e federal) quanto à construção da obra. Vale destacar que a LT e a Subestação foram construídas em pleno período da pandemia, no qual as comunidades estavam resguardadas por conta do amplo contágio social do vírus. Ao mesmo tempo, em que as empresas responsáveis atuavam na construção das infraestruturas, sem consulta às comunidades e alterando a paisagem e impactando no território de diversas comunidades. Ressalta-se que a licença de instalação foi emitida pelo INEMA em abril de 2020, em pleno resguardo pandêmico.

Nesse sentido, vale ressaltar a ausência de Consulta Prévia, conforme a Convenção 169 da OIT nas Comunidades Quilombolas de Candeal II, Matinha dos Pretos e Moita da Onça, somando-se à essa questão, a desconsideração nos estudos das comunidades rurais de Candeia Grossa, Alecrim Miúdo e Jacu, não havendo diálogo sobre compensações e mitigações socioambientais. Cumpre destacar que o trajeto da LT 230kv está impactando o leito fluvial do rio Pojuca, importante manancial hídrico entre os municípios de Feira de Santana e Coração de Maria. **(Figura 20 a, b e c).**

No que tange à LT Camaçari-Feira de Santana 230kv, entrevistamos um homem, autodenominado de Antônio, sendo uma importante liderança da comunidade quilombola de Candeal II no município de Feira de Santana, localizado no Território de Identidade do Portal do Sertão. Ele compõe uma importante família quilombola com raízes no campesinato, na luta sindical e na garantia da defesa do território, sendo testemunha de diversas violações e violências no contexto dos direitos humanos e territoriais.

O entrevistado aponta a recorrência histórica da luta do povo quilombola por seus direitos e também a violência do Estado e dos latifundiários que, nas suas palavras, "na década de 1970 assassinaram uma importante voz da comunidade no enfrentamento ao latifúndio na luta quilombola e que esse processo segue de forma violenta com a implantação da linha de transmissão e subestação".

A pesquisa participante foi essencial para compreender esse processo e suas histórias de luta e enfrentamento em prol do território quilombola, apontando, através do entrevistado e de diversos outros relatos colhidos em reuniões e espaços informais, a revolta com mais uma violência protagonizada desde 2021, em plena pandemia, com a implantação da LT Camaçari-Feira de Santana 230kv.

Com base nesses aspectos gerais e na pesquisa de campo é possível apontar os diversos impactos no território quilombola de Candeal II, Matinha dos Pretos e demais comunidades camponesas vizinhas, tais como: invasão do território; danos ambientais com o desmatamento e aterramento de leitos fluviais; restrição à produção agrícola, haja vista a faixa de servidão operando na expropriação, como já apontado; alterações no modo de vida quilombola; e redução do valor venal da terra, dentre outros elementos.

O entrevistado aponta também outros processos que estão acoplados com a implantação dos megaprojetos, como: a invisibilização das comunidades; criminalização das lideranças, o que gera insegurança; ocupação irregular de lagoas no território quilombola atrelado à expansão urbana e o crescimento vertiginoso dos loteamentos irregulares; e a condominização no campo. Nesse sentido, o entrevistado questiona: - Parece que o projeto é para destruir e fazer desaparecer as comunidades pelo interesse do dinheiro e do capital? Pois os ataques ao nosso povo e ao nosso território só aumentam, e isso não é de hoje". Ainda em 2026, há um Inquérito Civil Público sob responsabilidade do MPF para apurar as irregularidades da expansão urbana em Feira de Santana.

A LT Feira de Santana-Camaçari ocasiona a destruição da natureza com impactos na questão agrária, na porção leste da sub-bacia do Pojuca, afetando diretamente mais de 8 comunidades, incluindo as camponesas e quilombolas. O entrevistado aponta que a obra

da LT foi realizada em total silêncio em plena pandemia e seu contato ou diálogo com as comunidades teve a complacência do INEMA como órgão licenciador estadual. **(Figura 20 a, b e c).** Destaca-se que a construção da obra se deu em total silêncio por parte da empresa e vinculado a essa, uma omissão completa do órgão licenciador.

Figura 20a: Infraestruturas da Subestação e LT Camaçari-Feira de Santana - BA



Figura 20b: Manifestação contra a instalação da LT e Subestação Feira de Santana- BA



Figura 20c: Comunidades impactadas pela LT Camaçari-Feira de Santana 230kv - Bahia



Fonte: Arquivo pessoal

Destaca-se que segundo no documento de emissão das licenças prévia e de instalação da LT em questão, o INEMA aponta que a faixa de servidão será de 40 metros e que há existência das comunidades supracitadas, porém, as mesmas afirmaram não terem sido consultadas. No Relatório de Caracterização do Empreendimento (RCE), foi possível observar a dualidade entre a infraestrutura existente nas comunidades e a busca de justificativa para implantação da LT. Noutro documento, o Plano de Educação Ambiental de 2019, aponta a necessidade de diálogo com as comunidades integrantes da AID e ADA, porém, as comunidades afirmam nunca terem sido procuradas.

Ou seja, é possível observar a expansão do capital no território quilombola com a inserção de áreas camponesas tradicionais, de origem quilombola, ao circuito expansivo e destrutivo do capital, com apropriação privada da natureza. Essa questão está sedimentada no desrespeito ao arcabouço jurídico de proteção das comunidades, como a Convenção 169 da OIT, bem como outros alicerces construídos com base na luta de classe protagonizada pelo enfrentamento e luta da classe trabalhadora. Diante desse quadro, é possível afirmar que a ampliação da expropriação, como ferramenta de expansão do capital, possibilita o avanço da produção do espaço sob os interesses dos agentes hegemônicos, mediados pelo Estado e contrapostos pelas comunidades e suas organizações de luta e defesa dos interesses comunitários ancestrais.

CAPÍTULO 11 - IMPACTOS DA LT 500KV PORTO SERGIPE - SAPEAÇU NO MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS E LARANJEIRAS, SERGIPE

O trabalho de campo nas comunidades atingidas pela LT Porto Sergipe Sapeaçu, no Estado de Sergipe, foi realizado, num primeiro momento, entre os dias 11 a 14 de maio e, num segundo momento, nos dias 25 a 28 de julho, ambos no ano de 2022. Além disso, foi desdobrado em outros momentos de diálogo e interlocução nos anos de 2023, 2024 e 2025, sejam presenciais ou virtuais, com a presidente da associação, na realização de trabalho de campo no território quilombola, bem como na interlocução com sujeitos políticos da referida comunidade. O objetivo central se materializa na garimpagem de elementos no âmbito geográfico para a compreensão da realidade concreta quanto ao território em conflito e a segurança energética engendrada pela Linha de Transmissão de Energia Porto Sergipe-Sapeaçu 500kv.

Dessa forma, a metodologia fora construída em três etapas no sentido de desvelar as contradições do processo em tela, com base em participação em reuniões, visita em

comunidades quilombolas, análise prévia de dados, intercâmbio de informações com organizações dos trabalhadores dentre outros aspectos que priorizavam, entre as visitas de campo, momentos de reflexão e contato com as organizações para encaminhamento de dúvidas e pontes de conhecimento entre as realidades da Bahia e Sergipe que estão sendo impactadas pelo projeto da LT em questão.

Nesse sentido, nossa imersão central no mês de maio de 2022 se deu na participação ativa durante a constituição do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) de Sergipe. Essa organização, recém criada pelo coletivo de lideranças de Sergipe, tem seus territórios impactados por diversas ações do capital, tais como exploração de petróleo, carcinicultura, empreendimentos hoteleiros, especulação imobiliária, usina termoelétrica, parques eólicos, linhas de transmissão de energia, dentre outras atividades econômicas centradas no capital financeiro internacional.

Esses megaprojetos promovem processos violentos de expulsões e expropriações de comunidades tradicionais e camponesas que sobrevivem e produzem o território de vida com base na pesca, mariscagem e produção de alimentos em sua completude. Nesse sentido, o FCT se constitui no espaço de intercâmbio de experiências de lutas e principalmente num foco de envolvimento de mobilização comunitária e política de defesa do território frente ao avanço do capital articulado pela ação do Estado como intermediador.

O território em conflito e suas nuances analisadas sob o prisma da luta de classes se conforma como central para compreender tais processos de intencionalidades e voracidade dos agentes do capital, a tal ponto de verificarmos questões articuladas entre as ações dos Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPD), que no estado de Sergipe se materializam também sob a forma de ações de projetos energéticos. Ou seja, o território como produto da produção capitalista do espaço se conforma de eixo da dissimulação do capital em ciclos expansivos do modelo de desenvolvimento, marcado pela extração de mais valor via a superexploração da natureza.

Nesse sentido, o movimento do capital de subjugação das comunidades envolve a a dimensão do estranhamento e alienação que, no contexto da produção do espaço, possibilita a irradiação de problemáticas em rede que desnorteiam os movimentos sociais postos no processo de enfrentamento aos GPD, compreendidos aqui como parte do movimento expansivo do capital financeiro e sua derivada financeirização de frações da natureza.

A imersão no contexto sergipano das organizações supracitadas se deu por meio do PEAC (Programa de Educação Ambiental Crítica), desenvolvido pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Nesse processo, foi possível concatenar dimensões plurais do processo de articulação entre as comunidades e o processo da assessoria via GT, já apontadas em tópico anterior, tais como a centralidade do eixo raça-classe-gênero, haja vista a compreensão coletiva do processo de expropriação engendrado pelo capital, porém com as nuances dos impactos na dimensão feminina e do povo negro e indígena. (Figura 15).

Observou-se diretamente a questão geracional, visto que as lideranças clamam por renovação dos quadros de militâncias das comunidades, visando o enfrentamento a médio e longo prazo e que a compreensão do território em conflito parte da leitura da defesa do território da vida em contraponto ao território do capital. (Figura 21)

Figura 21: Encontro do Fórum de Comunidades Tradicionais - Aracaju – SE



Fonte: Arquivo pessoal

Na escala das problemáticas postas, num viés geográfico, faz-se necessário compreender que a LT em questão, a Porto Sergipe-Sapeaçu 500kv, está articulada ao processo expansivo do capital por meio da lógica da segurança energética e que materializa-se no território no contexto de sua produção espacial no território sergipano

nos municípios de Barra dos Coqueiros. De acordo com a visita de campo, pode-se afirmar que o nome mais apropriado seria “Barra dos Concretos, por conta da imensidão de processos contraditórios de expansão urbana, privatização de praias, construção de pontes, tráfego de grandes embarcações que dominam a etapa atual do dito desenvolvimento. Outro município chave para a devida compreensão dos processos referentes à LT em tela é o município de Laranjeiras.

Com base em tais premissas, foi possível observar a dimensão expropriadora do capital energético nessas comunidades visto o impacto direto nos meios de vida das comunidades, tais como direito à pesca, direito à mariscagem, direito à roça, materializados no direito ao trabalho digno e desprendido da lógica expansiva de extração de mais valor do capital.

Assim, no território comunal apresentam-se as facetas contraditórias da acumulação capitalista e da defesa do território da vida. Com foco na dimensão energética, nos propomos a analisa-lo sob a alcunha de território eletroenergético. Tais categorias emergiram do concreto real e que não se finda em simplórias nomenclaturas de classificação, mas sim na análise crítica da dinâmica da produção capitalista do espaço que, como fruto do processo de apropriação de frações da natureza, se conforma como elemento central para o desvelamento da realidade, não somente por sua aparência, mas sim em sua essência.

Nesse contexto, as questões centrais da pesquisa foram aclaradas na primeira imersão de campo. No transcurso de dois meses, fez-se necessária nova atividade de campo visando compreender com mais propriedade os processos do real concreto posto na pesquisa. Diante disso, entre os dias 25 a 28 de julho de 2022, objetivou-se compreender as infraestruturas de energia, tais como a Subestação Jardim, no município de Nossa Senhora do Socorro que, por meio de tratativas via e-mail, aceitou a recepção de nossa equipe de pesquisa. A UTE Porto Sergipe, por meio de contatos via telefone e e-mails, autorizou a nossa visita apenas para o mês de setembro ou outubro. E as visitações na Comunidade Quilombola de Mussuca, no município de Laranjeiras e o retorno às comunidades de Jatobá e Quilombo de Pontal da Barra, atividades de campo realizadas ao longo do ano de 2022, 2023 e 2024.

O sentido de objetivo central para essa segunda imersão em campo era garantir o processo participativo e crítico, ao mesmo tempo que compreender a dinâmica do percurso histórico da construção da LT Porto Sergipe, que contraditoriamente está totalmente construída e integrada ao Sistema Integrado Nacional de Energia (SIN),

porém, na Bahia ainda está em processo de litígio e resolução de pendência que serão exaradas posteriormente. **(Figuras 22 a, b e c)**

Figura 22a: Grandes Projetos de Desenvolvimento Energéticos implantados na localidade Praia de jatobá no município de Barra dos Coqueiros em Sergipe



Figura 22b: Linha de Transmissão Porto Sergipe-Sapeaçu nas imediações do povoado de Jatobá no município de Barra do Coqueiros em Sergipe



Figura 22c: Subestação Jardim no município de Nossa Senhora do Socorro em Sergipe-SE



Fonte: Arquivo pessoal

Assim, na Subestação Jardim, gerenciada pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), empresa pública ligado ao governo federal, observou-se tecnicamente o funcionamento da subestação e sua integração às demais infraestruturas de energia, tais como a Usina Termoelétrica e as linhas de transmissão articuladas do sistema nacional.

A partir do diálogo com responsáveis pela gestão e operação da subestação foi constatada a imensidão da infraestrutura energética necessária para a transmissão e deslocamento da energia elétrica, que na subestação utiliza-se como ponto de passagem para mudanças de capacidades de armazenamento.

A partir das conexões entre o trabalho de campo na subestação e as reflexões anteriores, foi possível compreender que, desde o processo das privatizações do SEB na década de 90, as subestações de energia passaram a ter papel central na manutenção do regime elétrico nacional, haja vista a integração do setor, porém com maior incidência a partir de então nos leilões de empresas internacionais.

Pode-se observar, nesse ponto, a ação estatal de garantidor do processo de acumulação do capital em favor da expansão de ativos leiloados via concessões públicas de energia gerenciadas pelo capital estrangeiro, ou seja, parte do processo de financenrização da energia. Nesses termos, serão analisadas, nos sub-capítulos seguintes, as situações concretas referentes aos municípios de Barra dos Coqueiros, aqui analisado

sob a nomenclatura de Barra dos Concretos, quanto à comunidade de Jatobá, e Laranjeiras e quanto à Comunidade Quilombola da Mussuca.

11.1 A LINHA DE TRANSMISSÃO E OS MEGAPROJETOS EM BARRA DOS COQUEIROS

No contexto da compreensão crítica do Eletronegócio e do território eletroenergético, retornamos ao município de Barra dos Coqueiros "Concretos", mais precisamente no Quilombo de Pontal da Barra, e na comunidade de Jatobá para aprofundamento das análises geográficas sobre o processo de avanço das estruturas capitalistas de energia.

Nesses termos, o referido município sergipano, segundo dados do IBGE (2022), sendo um município litorâneo, possui uma população de aproximadamente 45 mil pessoas e, por estar nas imediações da capital do estado - Aracaju, atualmente desempenha o papel de cidade em expansão, sendo assolada pelo aumento vertiginoso do quantitativo de moradias e o crescimento dos imóveis de segunda morada, e ao mesmo tempo pelo o aumento significativo de empreendimentos hoteleiros e turísticos. O município conta também com uma rede espacial de megaprojetos, concentrados no povoado de Jatobá, como apontaremos ao longo do capítulo.

Dito isso, o município de Barra dos "Concretos" torna-se emblemático no âmbito da expansão capitalista, materializando as etapas da acumulação, ou seja, da reprodução ampliada do capital que contempla também a construção do Porto de Sergipe no mesmo município e também da estação de produção de cimento e derivados da Votorantim, do parque eólico e do gasoduto que abastece a UTE.

Nesse sentido, a LT em tela inicia seu percurso predatório na Usina Termoelétrica (UTE), gerida via leilão pela empresa Centrais Elétricas de Sergipe (CELSE), adquirida em 2022 pela empresa brasileira ENEVA[27], e cumpre o papel de produção de energia elétrica a base de gás totalmente importado. Assim, pontua-se que a referida obra impacta diretamente nas comunidades de Jatobá e Quilombo de Pontal da Barra, dentre outras que foram sujeitadas ao processo expansivo do capital no litoral sergipano. **(Figura 23 a e b)**

[27] https://eneva.com.br/noticias/eneva-conclui-compra-da-celse-por-r-67-bilhoes-maior-aquisicao-da-historia-da-companhia/

Figura 23a: Usina Termoelétrica (UTE) na comunidade de Jatobá – Barra dos Coqueiros-SE



Figura 23b: Linha de Transmissão Porto Sergipe-Sapeaçu na comunidade de Jatobá – Barra dos Coqueiros – SE



Fonte: Arquivo pessoal

Tais equipamentos técnicos de dimensão socioespacial, componentes do circuito espacial da eletricidade, são frutos da produção capitalista do espaço que galga aspectos da igualização, diferenciação e hierarquização como partes do processo concreto do desenvolvimento desigual e combinado.

Vale ressaltar que todas essas problemáticas são materializadas no território na comunidade de Jatobá, localizada no referido município. Ou seja, a realidade concreta sergipana está travestida pelo processo de expansão capitalista, por meio da dissimulação do capital e dinamizada pela ação do Estado como mediador e garantidor de tal reprodução ampliada.

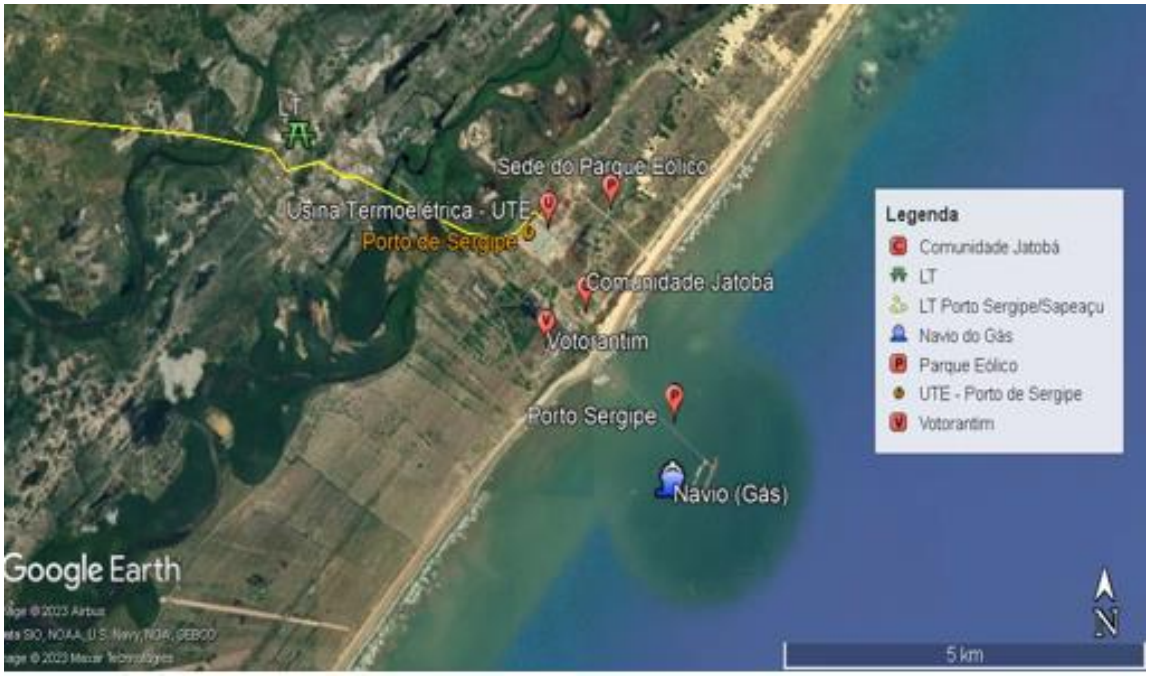
Nesse contexto, é importante frisar os diversos impactos ambientais produzidos por tais empreendimentos capitalistas que geraram o processo amplo de expulsões de frações de população mais subalternizadas e a expropriação do direito à reprodução da vida, impactando nos processos de pesca e mariscagem em diversas comunidades, alteração da morfologia costeira, causando impactos na poluição marinha e atmosférica visto o efeito direto do coque em suspensão na atmosfera potencializando contaminação das vias aéreas da população da comunidade de Jatobá.

Destaca-se por meio da linha do tempo a seguir, acerca da expansão capitalista no litoral sergipano, que as etapas de territorialização do capital monopolista, possuem a lógica da superexploração da natureza. Diante disso foi possível observar a materialidade do processo de expansão do capital por meio de suas infraestruturas (Figura 24) como segue abaixo:

- Porto Sergipe (Terminal Marítimo Inácio Barbosa): Construído nos anos 90 e operado pela Petrobrás e sua subsidiária VLI;
- Emissário: Construído em 1988 e atua no processo de emissão de resíduos das empresas;
- Votorantin: Construída em 1995 e opera a produção de cimentos e resíduos de petróleo na forma de coque;
- Parque Eólico: Atua desde 2016 e é operado pela Empresa Energen, totalizando 32 torres;
- Gasoduto: Construído pela CELSE em 2016 para operação da UTE;
- UTE: Construída pela CELSE para produção de energia elétrica à base de gás e gerida desde 2022 pela ENEVA;
- LT: Construída pela empresa Sterlite Power Grid em 2019 para transmissão da energia elétrica produzida na UTE;

- Navio Regaseificador: opera desde 2019 fornecendo gás liquefeito importado para a operação da UTE.

Figura 24: Conglomerados de megaprojetos na Comunidade de Jatobá – Barra dos Coqueiros - SE



Fonte: Elaboração própria e Google Earth.

Com tais obras, foi constituído uma espécie de território de negação da vida, vista a barreira de concreto e gás construída nas imediações das comunidades que se materializa como forma de expropriação e expulsão da juventude das comunidades, inviabilização dos meios de vida, extração de renda e alimentação e, principalmente, como território de exclusão de direitos. Tais obras energéticas são engendradas pelas etapas expansivas do capital como forma de produção capitalista do espaço e engendram-se no território por meio das políticas públicas do setor energético nacional.

O deslocamento da já informada comunidade de Cajueiro, da beira da praia, nas imediações do Terminal Potuário Inácio Barbosa (TMIB), para uma área distante a mais de 5 km do mar e desprovida de terra agricultável, comprometendo a reprodução socioeconômica, foi definidor para seu processo de expropriação e destruição. Quanto à comunidade de Jatobá, cabe ainda ressaltar que o território comunitário é cortado por uma malha subterrânea de dutos de gás natural, transmissão de eletricidade – produzida na usina eólica, com o emissário de águas residuárias da UTE, assim como do salmouroduto,

que provém do Complexo Taquari-Vassouras, localizado no município de Rosário do Catete.

Nesse contexto, foi possível observar as ruínas de comunidades que foram expulsas por conta da construção da Usina Termoelétrica, como a comunidade Cajueiro, que foi reassentada em péssimas condições. Além disso, foi possível observar o processo de expulsão dos pescadores das comunidades de Jatobá e Pontal da Barra com a proibição de pesca nas imediações do navio de armazenamento de gás, do gasoduto e do Porto Sergipe.

Assim, é importante destacar que a lógica da expansão capitalista no litoral de Sergipe, mais especificamente no município de Barra dos Coqueiros, atende à questão da apropriação do espaço por meio da privatização das faixas de praia, cuja posse era das comunidades e do domínio da União. Dessa maneira, por conta do avanço do capital, por meio do seu sistema sociometabólico, promove expropriações, como o caso da comunidade de Jatobá, ocasionando o aprisionamento territorial com o território de exceção e a dinamização rentista da renda da vida em sua totalidade, não apenas a renda da terra.

Diante de tais problemáticas, o processo de produção do espaço, no bojo do capital, propicia a especulação fundiária e imobiliária a partir da ação e omissão do Estado na gestão do espaço e promove a "invasão" do território por empresas internacionais e nacionais emaranhadas pelo sistema de valorização do espaço, transformando valor de uso em valor de troca. Vale ressaltar que nesse processo, foi informado, por meio de entrevista, que houve mortes e diversos acidentes de trabalhadores durante a obra do gasoduto na Praia de Jatobá, e também diversas mudanças ambientais no sistema costeiro, intervenções negativas no sistema fluviomarinho e impactos ambientais diretos no modo de vida das famílias das comunidades.

As assertivas apontadas ainda na escala sergipana dos impactos e conflitualidades da LT Porto Sergipe-Sapeaçu, são apontadas também pelo entrevistado identificado como Pescador da comunidade quilombola de Pontal da Barra, localizada às margens da faixa litorânea no município de Pirambu. O mesmo afirma que "a linha de transmissão que você está falando é ligada com a termoelétrica da Celse e essa fez um verdadeiro terror de destruição aqui no litoral de Sergipe, mudando até os locais de pesca e o local de guarda dos barcos das comunidades". Com base na pesquisa documental e no trabalho de campo, a Termoelétrica apontada pelo entrevistado é a responsável pela produção de

eletricidade à base de gás importado, sendo localizada na comunidade de Jatobá, no município sergipano de Barra dos Coqueiros.

É importante destacar que nessa mesma comunidade foi executado um processo grave de expropriação com o deslocamento de famílias da comunidade que viviam às margens da praia para a instalação do Porto Sergipe (daí o nome da LT). A comunidade foi deslocada para as margens da rodovia e o abandono foi real e destruidor para essas famílias. Ou seja, a ruptura sociometabólica de tais famílias com o berçário das águas foi destruída visceralmente com a sua expulsão para a implantação de outro megaprojeto para atender os interesses alheios à comunidade ancestral de pescadores e marisqueiras. O entrevistado Pescador aponta que "tanto a Termoelétrica da Celse (hoje Eneva), quanto as outras empresas e a Linha são motivadas somente pelo dinheiro e para isso desrespeitam as comunidades e suas famílias".

Acerca da Linha de Transmissão de energia, foi possível observar o processo de articulação entre o setor econômico da energia, visto que a faixa de servidão foi convertida diretamente em eixo de expulsão e deslocamento de famílias que viviam às margens da estrada e foram deslocadas para outra área. A LTE atua como ente direto de expansão do capital e seu fluxo, por ser mais silencioso, possibilita a ação direta sem muitas dimensões de cobranças, visto que sua direta interação com o espaço se dá por meio do arcabouço jurídico da segurança energética. Cumpre destacar o processo de cercamento dos mangues nas imediações da comunidade Jatobá, onde o mangue está cercado, impedindo o processo de vida da mariscagem na referida comunidade, para além das áreas de supressão de manguezal, seguida também de aterramento e concretagem.

Vale ressaltar que não há medida compensatória realizada pelo IBAMA e Sterlite para minimizar os impactos da obra. Nesse contexto, foi possível observar o processo concentrado e sem fronteiras do capital financeiro na comunidade de Jatobá, representado pelas obras listadas acima que estão associadas ao processo contraditório de produção do espaço sob o viés capitalista, o qual, de um lado, potencializa a expansão urbana com o setor da hotelaria e, de outro, possibilita o processo da criminalização e abandono, com ausência de projetos de inclusão social da comunidade. Cumpre destacar, que no bojo dos megaprojetos já implantados na Comunidade de Jatotá, há em curso diversos estudos para implantação de *datacenters* na mesma comunidade, com o intuito de aproveitar a infraestrutura energética já implantada. [28]

[28] https://manguejornalismo.org/vampiros-de-recursos-naturais-data-centers-previstos-para-sergipe-devem-consumir-mais-energia-do-que-todo-o-estado/

11.2 A LINHA DE TRANSMISSÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA MUSSUCA, LARANJEIRAS

Seguindo o fluxo para compreensão das contradições concernentes ao processo da construção da LT em tela, foi necessária a imersão em outros territórios com o objetivo de deslocar o ponto de vista e compreender a diversidade socioespacial que comparece na questão do circuito espacial da eletricidade na escala sergipana da LT Porto Sergipe. Isto é, foi necessária a imersão no município sergipano de Laranjeiras, localizado às margens dos Rios Sergipe e Cotinguiba, com população estimada pelo IBGE (2022) de aproximadamente 24 mil habitantes. Nesse município, uma comunidade quilombola chama a atenção, sendo ela a Mussuca, com uma vasta riqueza cultural e artística, porém, também contraditoriamente, assediada pelos interesses da mineração do cimento e com a implantação da LT Porto-Sergipe em seu território.

Nesse contexto, foi realizada uma entrevista cujo entrevistado é identificado como Professor. Ele aponta diversos problemas relacionados aos impactos diversos na comunidade da Mussuca, no município de Laranjeiras, relatando as questões ambientais, sociais, culturais e territoriais, alertando que "a empresa chegou sem avisar nada e iniciou as obras".

Em outro momento da entrevista, o Professor aponta que a sua comunidade tem um histórico de muitas ausências de direitos, mesmo sendo uma comunidade com relativo acesso aos serviços públicos, tais como calçamento, acesso a água, energia, internet, bem como equipamentos de saúde. Ele destaca que a "Muçuca[29] é muito cobiçada. Aqui já passa um gasoduto que causa impacto, tem a mineração que assedia a comunidade cotidianamente e agora a linha de transmissão que continua destruindo a natureza e a comunidade".

O professor relata os diversos impactos da LT nas áreas de manguezais, haja vista que a comunidade está localizada na foz do rio Sergipe e houve a instalação irregular das torres nas áreas de manguezal, sendo estes espaços de reprodução da vida de inúmeras marisqueiras. Nesses termos, o entrevistado aponta que há uma percepção geral na comunidade de uma redução na quantidade de pescado, que se acredita estar relacionado à linha, e que houve também a destruição de um porto antigo da comunidade para

[29] Aqui emerge uma questão de denominação do Quilombo da Mussuca, que possui duas formas de grafia: a Mussuca, nomenclatura oficial e a Muçuca, atrelada às origens indígenas. Adotaremos nesses termos, a nomenclatura Muçuca.

instalação de uma torre, o que alterou o caminho tradicional para os espaços da pesca e mariscagem. **(Figura 25)**

Figura 25: Linha de Transmissão Porto Sergipe-Sapeaçu no território quilombola de Mussuca no município de Laranjeiras em Sergipe



Fonte: Arquivo pessoal

Um elemento importante para destaque é que, como observado em campo na comunidade, os espaços de bem comum (Houtart, 2018) da comunidade, tais como o rio, as áreas de manguezal, de roça e de pasto são recortados pela passagem da LT e das torres, ou seja, há uma descontinuidade territorial, uma reconfiguração local em detrimento dos interesses do capital, materializados pelo circuito espacial da eletricidade.

No bojo dos impactos e da invisibilização da comunidade no contexto do licenciamento ambiental, bem como da construção da LT, o entrevistado aponta que a construção da linha acirra os problemas agrários da comunidade, pois além de estar em intenso conflito com as empresas de mineração, a empresa minerária está em amplo processo de assédio para com as lideranças da comunidade.

Além disso, a comunidade ainda está em processo jurídico junto ao INCRA para emissão da titulação do território quilombola. Tal dimensão expõe o fato do território quilombola da Muçuca estar ainda assediado pela presença histórica de latifúndios, o que ocasiona aumento da sensação de insegurança. O entrevistado aponta que “a história de luta da minha comunidade é desde a escravidão e é horrível perceber que isso ainda continua de outras formas”.

Ao longo da pesquisa documental, do trabalho de campo e dos ciclos de diálogo junto ao entrevistado e outras lideranças da comunidade, foi observado o descontentamento com a implantação da LT, sendo apontado pelo entrevistado “que até a saúde mental das famílias está sendo destruída por conta do medo e do barulho da linha e das torres. Nossa vida está sendo destruída e a natureza também, pois nossa vida e a natureza não estão separadas e sim juntas”. É possível observar a singularidade de tal processo relacionando com a ruptura metabólica, no bojo dos processos relacionados à implantação destrutiva das linhas de transmissão de energia.

Quanto ao processo engendrado no quilombo de Muçuca (aqui adotamos a grafia ancestral de denominação da comunidade), no município de Laranjeiras, o objetivo central é o reconhecimento espacial da comunidade e principalmente a visita nas áreas de construção da LT Porto Sergipe, visando compreender os processos técnicos junto ao INCRA e IBAMA e também as medidas mitigadoras da obra, pois, diferentemente da Bahia, a LT em Sergipe está pronta e integrada ao sistema nacional.

O processo de imersão na comunidade se deu por contato com as lideranças do Fórum de Comunidades Tradicionais para que, primando pelo princípio participativo, a presença da equipe de pesquisa não se configurasse como algo externo e sem vínculos com a comunidade. Dessa forma, em diálogo com lideranças e com base em pesquisa documental secundária, observou-se a que CELSE (antiga gestora da UTE) iniciou tratativas para a construção da LT antes do leilão de energia de 2018.

Vale ressaltar que, conforme dados oficiais do INCRA, a Comunidade Quilombola já possui laudo antropológico e delimitação territorial, restando apenas a publicação do título de propriedade e posterior desintrusão de posseiros. Foi possível observar que a comunidade possui vida econômica ativa com comércios, escolas, posto de saúde, ruas, calçadas e atividade econômica centrada também na pesca e mariscagem, visto que a comunidade está às margens de dois importantes rios, o Sergipe e Cotinguiba, os quais confluem no território da comunidade nos setores norte, sul e leste. Outro fator importante é que a comunidade margeia a importante BR 101 no seu setor oeste.

Nesse contexto, no processo de reconhecimento territorial por meio da metodologia da travessia ativa, foi objetivo central desse estudo, a análise de possíveis documentos de posse da associação da comunidade e também a observação em campo dos impactos gerados pela obra da LT. Vale ressaltar que, com base no mapeamento realizado pela empressa Sterlite, via a empresa Dossel, responsável pelo processo

ambiental junto ao IBAMA, está materializado que a LT impactava no setor norte da comunidade tendo sido traçada no sentido leste-oeste.

Porém, foi identificado que as referidas empresas não realizaram estudos na comunidade e que também não foi realizado o estudo do componente quilombola, fato que foi constatado no processo SEI do INCRA. Em campo, o deslocamento foi para constatar a infraestrutura da LT e seus impactos, porém, a LT não foi visualizada no local identificado no mapa oficial, de modo que a dúvida se instaurou.

Uma leitura essencial no processo de implantação dos GPD é a tríade da cooptação-ameaça-violência no contexto das comunidades e suas lideranças. Assim, posterior à dúvida, foi constatado que a LT tem traçado diferente daquele informado ao INCRA e ao IBAMA e por conta disso os impactos são diferenciados. Por conseguinte, a emissão das licenças prévia, instalação e operação foram emitidas irregularmente. Nesse sentido, é importante frisar que a LT ter outro traçado impacta diretamente na comunidade, pois o trajeto optado pela empresa, e não informado aos órgãos intervenientes (INCRA e IBAMA), passa a impactar diretamente nas áreas de pesca e manguezais nas imediações do rio Cotinguiba. (Figura 21).

Diretamente nesse ponto surge a informação de que a comunidade está sendo assediada pelo setor da mineração para a extração de calcário para produção de cimento na Empresa Cimento Nacional e que essa empresa está em tratativas com as duas associações da comunidade. Cabe uma avaliação do potencial expansivo do capital quanto ao território estratégico de Muçuca, sendo absorvido pelo capital financeiro como eixo de expansão e extração de mais valor com superexploração da natureza.

A energia e a mineração, nesse momento, se confluem como estratégias de acumulação de capital visando a reprodução ampliada do mesmo sob as comunidades e aqui a premissa do território do capital constata-se. A comunidade de Muçuca convive com a expansão fundiária de fazendas no escopo do território da vida em comunidade e a com a pressão real da energia elétrica e da mineração.

Destaca-se, nesse processo, que em 2022 a CELSE se reuniu na comunidade para mediar o processo de compensação ambiental e para a execução do estudo do componente quilombola, com o objetivo de destravar o restante da obra que está com ação civil pública na Bahia. Sintetizando, não houve consulta pública para a construção da LT, houve manifestação contra a LT em 2019, há um processo de racismo interno na comunidade, o que contraditoriamente pode estar relacionado com o processo de cooptação de lideranças.

Vale ressaltar que no processo da pesquisa documental tivemos acesso ao parecer da empresa Sterlite sobre as problemáticas na comunidade quilombola de Muçuca, no qual ficou atestada a mudança do traçado da LT sem comunicado oficial aos orgãos intervenientes (INCRA e IBAMA). Em diálogo virtual com outras lideranças foi identificado o processo de assédio real na comunidade no setor da mineração, sendo agendada uma reunião para o dia 27 de agosto de 2022 para destravar o processo e ter a aceitação da comunidade.

Assim, o território em conflito açambarcado pela lógica capitalista da luta de classes se configura como fértil para a expansão do capital e concreto para a reprodução da vida das famílias quilombolas, porém, como intermediário dessa dinâmica, está o Estado como eixo garantidor dos acordos de expropriação. Vale ressaltar a problemática da comunidade ser eixo de ação do capital e que, por conta disso, é necessário o diálogo coletivo com a comunidade para descortinar o processo pretérito de implantação da LT, sob a égide do licenciamento ambiental falacioso e repensar legalmente as compensações ambientais para a comunidade, visto o impacto direto. No trabalho de campo, foi identificado um traçado alternativo desenvolvido pela CELSE, que está em total desacordo com as licenças ambientais emitidas pelo IBAMA. Tais questões podem ser observadas na figura 26.

Figura 26: Mapeamento traçado da LT no Quilombo da Mussuca – Laranjeiras – SE



Fonte: Elaboração própria. INCRA (2023) e EPE (2023)
Obs: Destaque para o território quilombola de Mussuca em Laranjeiras e os dois traçados da LT Porto Sergipe. Em amarelo o informado ao órgão ambiental e o que efetivamente realizado pela empresa (vermelho).

Destaca-se que o eixo de passagem definido pela EPE foi alterado e isso impacta diretamente na concessão pública e nos acordos de pagamento da RAP (Receita Anual Permitida) pelo governo federal. Aqui, reafirmamos a proposta da tese centrada no Eletronegócio, produzindo o território em conflito, derivando o território eletroenergético por meio da dissimulação do capital em sua dinâmica expansiva, tendo como garantidor o Estado com a formulação de políticas públicas de segurança energética. Tais assertivas de tese reforçam a compreensão dos GPD e nesse contexto estão as linhas de transmissão de energia como elementos centrais para a produção, consumo e circulação da mercadoria eletricidade no circuito espacial da energia elétrica, constante do espaço da miséria.

Na esteira das disputas jurídicas e de defesa dos direitos das comunidades, tanto pelas omissões tratadas na entrevista do MPF, quanto das denúncias propaladas pelas comunidades em diversos momentos e materializadas também nas entrevistas aqui tratadas, emerge um documento de extrema riqueza para a compreensão macro deste processo. Trata-se da Nota Técnica No 1032/2023/UAE(PE)-SERTÃO/SR(PE)/INCRA, assinada pelo servidor do INCRA Rodrigo Beserra, responsável pelo acompanhamento dos trabalhos relativos às comunidades quilombolas no processo da LT Porto Sergipe. O referido servidor compunha a equipe responsável pelo acompanhamento dos estudos de licenciamento ambiental.

Na Nota Técnica listada, o servidor, com base no acompanhamento em diversas reuniões e trabalho de campo nas comunidades, afirma que “cabe salientar que todas as denúncias apresentadas, tanto pelas comunidades quanto pelo GT, merecem ser consideradas, pois os trabalhos de caracterização dos territórios, diagnóstico das áreas de uso e discussões acerca das dimensões dos impactos criarão subsídios para as tomadas de decisão, seja sobre o traçado da linha, seja sobre as alternativas viáveis”. Cabe destacar que os processos apontados pelo servidor do INCRA foram construídos também com base nos estudos técnicos e acadêmicos produzidos pelos membros do GT Conflitos Socioambientais.

Em outra passagem, o servidor aponta que “quanto ao traçado da LT nas áreas quilombolas, solicita-se o máximo de atenção e sensibilidade por parte do empreendedor, no sentido de considerar a possibilidade de desvios de torres que estejam projetadas a serem instaladas em áreas críticas e de uso das comunidades, tais quais escolas, residências, riachos, açudes, espaços de recreação etc”. Por essa razão, a exemplo da ACP que ampara as CRQs de Subaé e Santo Antônio, acreditamos que é imprescindível que as obras sejam executadas somente após a aprovação dos PBAQs também das demais

comunidades. Dessa forma, frisa-se que é justamente durante o ECQ, peça técnica que antecede ao PBAQ, que serão identificados esses pontos críticos.

Ou seja, a relevância do referido documento, incluído nas peças processuais da ACP e do processo judicial, escancaram as questões apontadas tanto pelas comunidades, quanto pelo GT desde o início dos trabalhos de investigação em 2019. Dessa forma, os pontos mais essenciais são: atenção aos protocolos, necessidade de ajustes no traçado da LT, suspensão e remoção das torres e linhas que atinjam as comunidades quilombolas, bem como ajustes nas diretrizes de licenciamento ambiental para obras no setor elétrico.

Destacamos que essa última é pauta tanto do Fórum de Associações do Setor Elétrico (FASE), como também do Comitê de Transmissão da ABDIB, tendo sido realizadas reuniões para a publicação da MP da Reforma do Setor Elétrico no ano de 2025, com a participação dessas entidades. Vale destacar que a abrangência da referida Nota Técnica pode ser estendida para as outras LTs em estudo, haja vista a presença da gramática da implantação dos megaprojetos, tendo o Estado, por meio do INCRA, IBAMA e FCT como figura central nesse processo de expansão do capital nos territórios de comunidades tradicionais. Tal problemática, atrelada às mediações relativas à questão agrária e à questão energética, potencializam as análises quanto ao Eletronegócio e sua face destrutiva no contexto do Setor Elétrico Brasileiro.

CAPÍTULO 12 - A ARTICULAÇÃO DA RESISTÊNCIA QUILOMBOLA FRENTE À LT 500 KV LT CAMAÇARI - SAPEAÇU

Nesse contexto contraditório, emerge na referida audiência pública (figura 27a) sobre as problemáticas da Linha de Transmissão Camaçari-Sapeaçu[30] que, estando em construção no ano de 2022 pela Empresa Mez Energia, sigla que significa Mauricio Ernesto Zarzur (experiente empresa do setor de infraestrutura com denominação EZTEC), e vitoriosa no leilão em 2019 da ANEEL, propõe-se à integração da energia elétrica produzida na Termoelétrica de Camaçari ao sistema nacional. No entanto, o conflito se instala com a passagem da LT em diversas comunidades quilombolas do recôncavo da Bahia, fato externado na audiência e que possibilitou a interação e busca de compreensão do conflito.

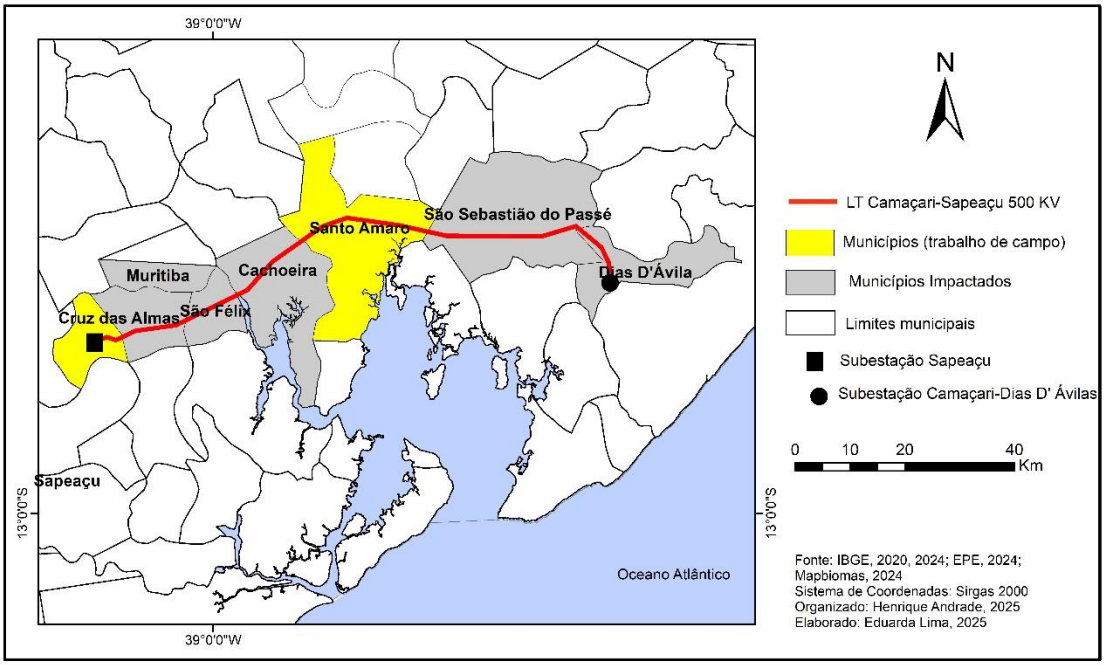
[30] https://www.gamba.org.br/noticias/apos-protesto-mez-energia-se-compromete-a-paralisar-desmatamento-no-quilombo-da-cambuta

Figura 27a: Reunião com comunidades quilombolas atingidas pela LT Camaçari-Sapeaçu – Santo Amaro - BA



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 27b: Localização da LT Camaçari-Sapeaçu – Bahia



Fonte: IBGE (2024) e MEZ (2022).

A partir da pesquisa documental nos sites da ANEEL, EPE e ONS, observa-se que o referido projeto da LT tem traçado nos municípios de Camaçari, Dias D'vila, São Sebastião do Passé, Candeias, São Francisco do Conde, Santo Amaro, Cachoeira, Cruz das Almas, São Félix e Sapeaçu, o que impacta diretamente nas comunidades quilombolas de Kaonge, Dende, Pitanga dos Palmares, Engenho da Ponte, Palmares, Dandá, Engenho da Praia, Acupe, São Brás e Cambuta. Destaca-se que tal radiografia geográfica das dimensões técnicas das LTs são essenciais para a compreensão espacial e diretamente influenciam seus impactos ambientais, territoriais, culturais, sociais, dentre outros. (Figura 27b).

Nesse sentido, a referida empresa MEZ foi recém fundada em 2019, em São Paulo, e imediatamente venceu o leilão, com o arremate de duas LTs, sendo a Sapeaçu-Camaçari 500kv e a Camaçari-Pirajá 230kv, que estão associadas à infraestrutura de subestações de energia. As referidas linhas de transmissão somam um total de 102km e diretamente articulam a integração de energia baseada na lógica capitalista da segurança energética que, inerentes à dinâmica do Estado, garantem a reprodução ampliada do capital em frações de apropriação da natureza.

Diante disso, é possível observar que, a partir das denúncias das comunidades na audiência pública, a construção da LT em tela está em desacordo com os normativos da convenção 169 da OIT e com decreto 60/40 do governo federal. No entanto, a empresa já possui licenças prévia e de instalação, emitidas pelo órgão ambiental estadual - o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), mesmo sem as comunidades terem sido procuradas pela empresa para a realização do processo livre de consulta.

Para além dessa problemática, as comunidades afetadas estão no raio de 5 km, conforme decreto interministerial, ou seja, faz-se necessária uma ação do estado em defesa das comunidades, porém, o que se visualizou na audiência foi a completa omissão do órgão ambiental, que travestido pela lógica técnica, contribui diretamente para a coexistência da acumulação por espoliação nas comunidades quilombolas.

Tal dinâmica socioespacial se expressa na relação com as comunidades quilombolas atingidas pela LT em Sergipe, onde diversas comunidades sofrem com as mesmas problemáticas e onde também cabe a reflexão da territorialização do capital monopolista pela lógica do capital financeiro.

Uma questão central apontada pelo MPF foi a necessidade do estado brasileiro regularizar imediatamente os territórios quilombolas, além da realização de uma auditoria dos processos de licenciamentos ambientais no estado da Bahia.

A partir da articulação com as entidades quilombolas e da contextualização da pesquisa de doutorado, a comunidade quilombola da Cambuta, em Santo Amaro, fez o convite para nossa participação no dia 15 de junho de 2023 em reunião de mediação de problema com o licenciamento ambiental, com a presença do INCRA, empresa DEGEMA, empresa MEZ e as comunidades atingidas pela instalação da LT.

Observou-se com a participação de lideranças quilombolas de Feira de Santana, das comunidades de Matinha dos Pretos e Candeal II, que a lógica de ação do INCRA materializava e verbalizava a necessidade de acordos com a empresa concessionária, atuando diretamente com o discurso da segurança energética que foi coadunada pela empresa DEGEMA, responsável pelos estudos ambientais. O ponto central do posicionamento das comunidades foi a execução das obras em total desconhecimento com a existência da comunidade de Cambuta, na qual 10ha foram desmatados ilegalmente, às margens do rio Subaé e do manguezal que dá sustento à comunidade com a prática ancestral da pesca e mariscagem (Figura 28a e b).

Figura 28: LT no Território Quilombola da Cambuta no município de Santana Amaro - Bahia





Fonte: Arquivo pessoal

Uma questão observada na reunião foi o jogo normativo e discursivo, tanto do INCRA como das empresas MEZ e Degema, acerca do desconhecimento territorial da comunidade da Cambuta e que esse problema deveria ter sido sanado pelo INCRA. Porém, atesta-se que isso se refere apenas à jogatina gramatical para deslegitimar a luta das comunidades que estavam organizadas para o enfrentamento da instalação da linha de transmissão.

Ressalta-se que nessa reunião estavam presentes, no centro da cidade de Santo Amaro, as comunidades de Cambuta, Acupe e São Braz e que as outras não puderam participar por falta de locomoção. Foi identificado em campo também, e na pesquisa documental, a alteração do traçado da LT diversas vezes e que a obra já está em andamento com indenização de terrenos nos quilombos, sem consulta prévia e diálogo com as comunidades. No total serão implantadas 197 torres, com 102km de traçado e com faixa de servidão de 60 metros, cortando aproximadamente 221 propriedades particulares e comunidades.

Cumpre destacar que a empresa não entregou o projeto básico, os estudos quilombolas, os estudos ambientais e ainda não apresentou em multimídia os mapas e documentos oficiais da obra, o que dificultou ainda mais o diálogo com as lideranças quilombolas. Destaca-se também que, no processo de luta e resistência frente à instalação

da LT em tela, as comunidades contam com a assessoria da CPP (Comissão de Pescadores e Pescadoras), tendo suporte jurídico e de articulação com outros estados.

Ou seja, trata-se de uma obra de grande impacto e que por conta de sua extensão e faixa de servidão impactará diretamente na reprodução da vida das comunidades, podendo gerar expulsões, expropriações e deslocamento forçado de famílias do campo para a cidade. Vale ressaltar diversas contribuições das comunidades no sentido de defesa do território como meio de valor através do uso de palavras de ordem, materializadas em "Antes do progresso vem a vida" e "Não queremos indenização, queremos direito à vida".

Importante apontar que ao longo da mediação jurídica capitaneada pelo MPF, ao longo dos anos de 2023 e 2024, foi executado um acordo judicial com a empresa MEZ que se compromete a apoiar financeiramente a comunidade com a reforma de um porto em área de manguezal e com a aquisição uma casa para ser alocada como sede da associação.

Por meio da pesquisa participante, na qual fomos ouvidos pela comunidade e pelo MPF, apontamos que o acordo foi aquém dos interesses futuros da comunidade, bem como frágil no sentido dos impactos e conflitos causados pela empresa MEZ na construção da LT.

Ou seja, é possível observar a crítica ao modelo de desenvolvimento adotado pelo estado e a formatação dos agentes de estado com a inerente forma de defesa dos interesses das empresas, executando o papel central do estado na formalização e abertura de caminhos para a reprodução ampliada do capital por meio da acumulação por espoliação. Nesse sentido, para nós é cristalino que a instalação de linhas de transmissão de energia configura-se como um projeto de extermínio de comunidades e modos de vida, sujeitando a produção do espaço em forma de valor de uso para valor de troca, possibilitando o Eletronegócio e a formação do território eletroenergético.

Durante entrevista realizada no dia 06 de junho de 2025, na casa de uma das lideranças comunitárias do Quilombo da Cambuta, localizada no município de Santo Amaro, foi possível observar os processos socioespaciais referentes à implantação da Linha de Transmissão de Energia Camaçari-Sapeaçu 500 kV, executados pela empresa MEZ Energia. A entrevistada analisa com profundidade os diversos impactos e violações aos direitos humanos e territoriais na comunidade de Cambuta**.**

Ela descreve o processo desde a chegada inesperada da notícia, as mobilizações e a discórdia gerada tanto pela empresa quanto internamente na comunidade, detalhando os impactos socioambientais**,** incluindo a destruição de áreas verdes, a perda de espaços

de lazer e o receio (medo) dos moradores e também o histórico de lutas e desrespeito efetuados na comunidade relacionados a outros megaprojetos, tais como a Companhia Brasileira de Chumbo (COBRAC), A Penha Papéis, a Embasa e a agora a MEZ.

No contexto da análise e inferências sobre a dimensão espacial da LT em questão, é importante apontar uma fala da liderança denominada Teia, uma vez que, na visão dela, o leilão que justifica a obra "não foi um leilão da linha de transmissão e sim do nosso território". Aqui percebemos a vinculação direta e não apenas aparente das dimensões do Capital e Estado imbrincados que, sob o olhar crítico da entrevistada, internaliza a interferência direta e abrupta na autodeterminação do território da comunidade.

Nas palavras da entrevistada, a chegada da linha [31]"foi abrupta e sem comunicação prévia" e nesse contexto é importante apontar as conexões com outras linhas analisadas, que seguem a mesma gramática de implantação, de violação dos direitos, de ruptura sociometabólica e principalmente na soberania territorial das comunidades.

Um outro momento importante da entrevista foi a colocação da comunidade relatando que a empresa disse, em momentos de diálogos tensos com outras lideranças, que a empresa não sabia da existência da comunidade e que o INCRA não os tinha informado. Aqui cabe uma análise quanto à efetividade dos processos conduzidos pelo INCRA, pois também essa questão foi apresentada por outras diversas comunidades nos municípios de Feira de Santana e Antônio Cardoso.

A comunidade, imbuída do processo autônomo de defesa do território, engendrou diversas estratégias de enfrentamento e questionamento público à obra, desde marchas, manifestações públicas, tentativas frustradas de diálogo com a empresa e também cartas abertas denunciando as violações sofridas pela comunidade.

É nesse momento de intermediação por articulação das entidades de apoio, mais precisamente o Movimentos dos Pescadores e Pescadoras (MPP), que o Ministério Público Federal, na figura do procurador federal Ramiro Rochenbach, iniciou uma discussão que culmina num acordo judicial entre os anos de 2023 e 2024, no qual a empresa se comprometeu a garantir uma retribuição financeira à comunidade na forma de: aquisição de uma casa para instalação da sede da associação, implantação de 3 quintais em área coletiva, a construção de 3 rampas de acesso às áreas de pesca e mariscagem e o pagamento dos serviços para produção do Relatório Antropológico (**figura 29 a e b**),

[31] https://www.gamba.org.br/noticias/demissoes-da-mez-energia-geram-ameacas-a-associacao-quilombola-da-cambuta

realizado por consultoria mediada pelo MPF na figura da professora Mariana Balem da UFRB.

Figura 29a: Sede da Associação do Quilombo Cambuta – Santo Amaro-BA



Figura 29b: Infraestrutura na Caeira/Conde, Quilombo Cambuta – Santo Amaro-BA



Fonte: Arquivo pessoal

Obs: As infraestruturas apontadas nas imegans foram adquiridas por meio do acordo judicial com a empresa MEZ.

Importante destacar que todo esse processo é recheado de conflitos e desavenças internas nas comunidades, haja vista que a leitura geral é que "o acordo em nada resolve os problemas causados pela empresa e pela linha de transmissão". Importante apontar, conforme os relatos da comunidade, bem como observado em campo, tanto junto à empresa Degema como a MEZ, as intensas tentativas de cooptações e a construção de gatilhos de ameaças ao longo de todo o processo, alçando a constituição de disputas internas, brigas familiares e desavenças coletivas quanto ao rumo da associação e das ações da comunidade frente a implantação da LT. Ou seja, o conflito territorial em tela possui diversas similaridades tanto com as comunidades de Antônio Cardoso e Feira de Santana na Bahia, como em Jatobá, Mussuca e Pontal da Barra em Sergipe.

Destaca-se que um dos itens, as hortas comunitárias, não puderam ser executadas por conta do espaço para sua implantação, que exatamente seria na faixa de servidão da LT e que a empresa alegou insegurança. No entanto, é importante destacar que a LT foi licenciada pelo órgão ambiental, o INEMA, e que uma das torres está literalmente dentro de área de manguezal utilizada pela comunidade para pesca e mariscagem, estando essa a uma distância de menos de 20 metros de diversas casas na região da Cambuta conhecida como Conde, como pode ser observado na **figura 30**.

Um outro elemento marcante nessa região, tanto na Caeira como no Conde, foi a informação de "as casas foram abandonadas logo no início da obra e as famílias foram embora e não se sabe se houve indenização ou expulsão".

Importante apontar, conforme entrevista realizada, que nas imediações da rodovia Santo Amaro-Cachoeira, na altura do Km25, com localidade de mesmo nome, houve expropriação de 6 famílias que abandonaram suas casas para a instalação das torres e que não se sabe se houve acordo judicial, indenização ou expulsão das famílias.

A comunidade da Cambuta sofre irremediavelmente com o cercamento de seu território, tanto pelo efetivo impacto das torres, como também do cerco energético, haja vista os relatos de barulho e o medo, além das questões ambientais. A referida comunidade, no contexto do cercamento energético protagonizado pela MEZ energia, de um lado é assolada pelas instalações do denominado "pinicão" da Embasa que assola a comunidade com despejo de espuma proveniente do tratamento do esgoto nas áreas de manguezal nas imediações do rio Subaé, sendo este também, cercado pela instalação da torre da LT.

Ou seja, o cercamento não é somente em terra, mas também das águas, impactando diretamente no sustento e na reprodução da vida de diversas famílias negras. O racismo,

como parte central dessa tragédia humana, nos revela a face destruidora da força humana, que locupletada pelas estratégias destrutivas do capital, conformam uma sociedade de vazios educacionais, de saúde e de direitos humanos e territoriais, e de outro protagoniza a entrada de estruturas metálicas que em aparência meramente seriam a segurança energética, porém, em essência é mais uma etapa da acumulação primitiva numa versão racializada no Brasil.

Nesse contexto, e a despeito das licenças emitidas pelo INEMA, a comunidade aponta diversos impactos gerados desde a implantação da linha conforme consta abaixo:

- **Impactos emocionais e psicológicos**: “Senti tristeza ao ver as linhas passando. Havia "angústia" ao ver os trabalhadores pendurados nas torres”;
- **Impactos à saúde e medo**: “A comunidade distribuiu panfletos sobre os potenciais impactos à saúde causados pela linha, o que gerou medo. Há pessoas que evitam passar por baixo da linha, temendo seus efeitos ou a possibilidade de ela cair e também barulho, principalmente a noite e em tempos de chuva”;
- **Impactos no lazer e uso do espaço**: “A linha passa em cima do rio e do manguezal, áreas tradicionalmente usadas para mariscar e lazer. Crianças brincam e tomam banho na "Maré Grande" perto da base de uma torre, que chega a ser alagada pela maré, em um local de lazer antigo”;
- **Impactos na subsistência**: “O medo de passar por baixo da linha afeta as mulheres que mariscam e levou alguns meninos a pararem de pegar gaiamum na área impactada”
- **Impactos ambientais**: “Houve desmatamento e devastação, inclusive em áreas privadas usadas para cultivo. Observamos também a diminuição de espécies de pássaros (araquã, galinha do mato) e a alteração dos seus sons na área. Há um barulho ("puxando, repuxando") ao passar por baixo da linha”;

Cumpre destacar que no processo de lutas e enfrentamentos frente aos desmandos da empresa MEZ Energia no Quilombo da Cambuta, a comunidade denunciou as atrocidades relacionadas ao racismo com a coexistência real e contraditória de uma Geografia da barbárie, que visa a destruição da natureza e do humano almejando a constituição de mais valor e lucro em detrimento do rompimento das relações humanas mediadas pela natureza de reprodução da vida no território comunal.

Figura 30: Local de instalação de uma das torres da LT na Caeira/Conde no Quilombo da Cambuta – Santo Amaro - BA



Fonte: Arquivo pessoal

Atualmente a comunidade enfrenta os processos internos de muita desconfiança, desavenças familiares e a tentativa de construir de forma autônoma seu protocolo de consulta, em tempo que contribui com a produção do relatório antropológico. Além disso, como parte da investigação participante, buscamos construir as inter-relações entre outras comunidades estudadas nessa pesquisa no intuito de selar laços comunitários interterritoriais, tais como uma comunicação entre as comunidades quilombolas de Antônio Cardoso e Santo Amaro, bem como uma articulação mais efetiva destas com a Teia dos Povos, visando um amadurecimento mais efetivo das conexões para o enfrentamento não somente de ordem pública, mas também jurídico e técnico.

Nesse contexto, as conflitualidades engendradas no território por meio da instalação dos objetos técnicos das linhas de transmissão de energia, por meio do circuito espacial da eletricidade, perfazem uma gramática da destruição e principalmente da ocorrência em diversas escalas do Eletronégocio materializados no território, via a territorialização do capital em sua forma mais voraz da acumulação primitiva em pleno século XXI.

A subjugação dos territórios é ferramenta direta da apropriação da natureza e propaga, nos territórios dos comuns, a estratégia do capital de expropriação - mediada pelo Estado, seja por omissão, por complacência ou ainda pela ação direta enquanto protagonista e agente do capital. Tal processo é propagandeado pelo Estado-Capital como mais uma etapa de garantia da segurança energética. De outro lado, as comunidades em pleno processo de luta de classes gritam aos quatro cantos por meio do Contra-Espaço, a necessidade de construir uma agenda pública sob o prisma comunal e territorial, uma Geografia da esperança em detrimento de uma Geografia da barbárie.

DESENLACE

No contexto da explanação crítica acerca da problemática central da implantação das linhas de transmissão de energia, aponta-se para a questão contraditória dos conflitos territoriais em escala nacional descortinando a segurança energética nacional, como uma ideologia desta para o capital, galgando a singularidade de uma energia para o capital.

A proposição em questão foi realizar uma análise integrada quanto às LTs em processo conflitivo, em escala de Brasil, partindo da LT Porto Sergipe-Sapeaçu, Camaçari-Feira de Santana e Camaçari-Sapeaçu, na Bahia. Esse estudo busca, em lógica de descortinamento em escala e redes de financeirização da natureza na produção capitalista do espaço, constituir um estudo que verse sobre as intencionalidades da relação

estado-capital-trabalho no contexto da produção de enfrentamentos e lutas no conjunto das resiliências no território eletroenergético em escala nacional.

A partir das análises e imersões de campo e diálogo direto com os movimentos sociais, organizações dos trabalhadores e diretamente com as comunidades impactadas pela implantação de Linhas de Transmissão de Energia, construímos o **quadro 04**, como uma matriz de violações aos direitos humanos e territoriais. Assim, esse produto configura-se numa sistematização (matriz integrada) das violações aos direitos humanos e territoriais frente à implantação contenciosa da LT em questão.

Quadro 04: Matriz integrada das violações aos direitos humanos e territoriais da LT 500kv e 230 kv - Bahia e Sergipe

VIOLAÇÕES E PROBLEMÁTICAS	MUNICÍPIO/ESTADO	ANÁLISE
Não inclusão da Comunidade Quilombola de Lagoa Grande nos estudos ambientais da LT 500kv Porto Sergipe-Sapeaçu	Feira de Santana - Bahia	A referida comunidade após diversas reuniões com o GT e ações junto ao INCRA e empresa Sterlite houve acordo para inserção no estudo ambiental e de componente quilombola[32]. Foi identificado que a comunidades está no raio de 5km do traçado "oficial" da LT e dessa forma justifica a inserção nos estudos da obra
Invisibilização por parte da empresa Sterlite nas comunidades de Caroá, Galhardo e Pé de Serra	Feira de Santana - Bahia	As referidas comunidades não fizeram parte dos estudos ambientais de implantação da LT 500kv.
Construção da LT230kv e a Subsestação sem escuta das comunidades de Jacu, Tupi, Candeia Grossa Alecrim Miudo e comunidades quilombolas de Candeal II e Matinha dos Pretos	Feira de Santana - Bahia	Não houve escuta das referidas comunidades para o início dos obras da LT 230kv e da Subestação de energia. Desde 2020 as comunidades buscam informações oficiais e sem resposta iniciaram um processo de mobilização social frente a obra. Ausência de diálogo sobre compensações e mitigações nas referidas comunidades
Impacto direto da LT 500kv em escolas, áreas de lazer e espaços	Antônio Cardoso - Bahia	A LT 500kv impacta diretamente nas comunidades

[32] https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/nova-normativa-orienta-sobre-licenciamento-ambiental-em-areas-quilombolas

públicos nas comunidades quilombolas de Subaé, Gavião e Cavaco		indicadas com a necessidade de retirada de escolas, campos de futebol, praças dentre outros espaços públicos
Falta de inclusão nos estudos ambientais das Comunidades Quilombolas de Orobó, Salgado, Morro da Pindoba, Tocos e Subaé.	Antônio Cardoso - Bahia	O projeto da LT 500kv desconsiderou a existência de 6 comunidades quilombolas ao longo do trajeto no referido município
Falta de escuta social das Comunidades Quilombolas de Curral de Fora e Vila Nova nos municípios de Água Fria e Biritinga	Água Fria e Biritinga - Bahia	Não houve escuta das referidas comunidades para o início dos obras da LT 500kv
Desconsideração quanto a passagem da LT500kv na APA/Lago de Pedra do Cavalo e Rio Jacuípe e Parque Nacional da Serra de Itabaiana	Feira de Santana, Antônio Cardoso, Santo Estevão e Sapeaçu, Itabaiana-Bahia/Sergipe	O projeto da LT 500kv impactará diretamente nas dinâmicas ambientais e nas comunidades vizinhas.
Invisibilidade das comunidades quilombolas de Mussuca e Pontal da Barra. A empresa Sterlite burlou o mapeamento da comunidade junto ao INCRA e IBAMA apresentando um mapa no qual a LT passa no setor norte (fora da comunidade), porém atestou-se em campo que a LT percorre boa parte do território quilombola de Mussuca.	Laranjeiras e Barra dos Coqueiros - Sergipe	O projeto da LT 500kv impactará diretamente nos processos socioeconômicos das referidas comunidades, visto a proximidade com a LT e também da UTE (Usina Termoelétrica Porto Sergipe I).
Não cumprimento da Convenção 169 da OIT	Todas as comunidades quilombolas	A implantação das linhas de transmissão de energia rompem com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT e ferem os direitos, a igualdade e oportunidade das comunidades
Fonte: Elaboração própria		

Vale ressaltar que reflexões concernentes à problemática em tela, relacionando o setor elétrico brasileiro, o componente do Estado, é central para desvelar o processo de sucateamento dos órgãos públicos, bem como o papel desempenhado pela iniciativa privada por meio dos leilões de energia, o que demarcamos com base em Lefebvre (2006). No contexto da questão ideológica da segurança energética, consolida-se o ideário dos mercadores do espaço. Nesses termos, construímos um quadro síntese orientador com os desenlaces possíveis a serem executados pelas comunidades que estão em processo de conflito com megaprojetos.

Nesse ínterim, é possível observar conexões entre a problemática conflitiva, a LT Porto Sergipe-Sapeaçu e as questões no território do Sertão Produtivo na Bahia, no qual diversos conflitos também estão relacionados às infraestruturas energéticas das empresas de geração de energia eólica e linhas de transmissão, marcadamente nos municípios de Palmas de Monte Alto, Pindaí, Bom Jesus da Lapa e Riacho de Santana.

Nas comunidades quilombolas de Boi, Leão, Aroeira e Empoeira a voracidade do capital desencadeou dimensões conflitivas simétricas às tensões elencadas no estado de Sergipe e outros municípios da Bahia, Maranhão[33], Rio Grande do Sul[34] e Tocantins, quanto ao processo de subalternização das comunidades camponesas, quilombolas e indígenas no processo de implantação de grandes projetos de desenvolvimento energéticos, mais especificamente as LT.

Nesse contexto, a sentido geral é contrapor o discurso dissimulado do capital da segurança energética e constituir um esforço teórico de contraposição quanto à soberania popular e energética, enquanto uma Geografia do popular conflito, no conjunto contraditório da questão agrária brasileira. Assim, foi construído o **quadro 05,** no diálogo com o conjunto das comunidades, como resultado das imersões de campo no sentido de produzir um documento de sustentáculo da soberania popular e defesa do território.

Nesse bojo, na seção 04, a eletricidade, em seus processos articulados de produção, circulação e consumo, são alçadas à compreensão no patamar da fetichização, por meio do ideário neoliberal da privatização e concentração dos recursos no poderio de conglomerados empresariais em escala internacional.

Dito isso, trataremos de analisar os pormenores desse processo em escala global, avaliando a dinâmica da energia elétrica, em sua faceta de fetichização, a financeirização e os desdobramentos em diversos países, tais como na região árabe africana (Egito, Jordânia, Marrocos, Tunísia e Sudão), no México, Alemanha, Índia e Austrália. Tal análise está conectada aos processos do desenvolvimento desigual e combinado e à produção capitalista do espaço, protagonizada pelas estratégias da "transição energética", em suas interconexões contraditórias com as formas de acumulação do capital, mediadas pela apropriação privada da natureza.

---

[33] https://racismoambiental.net.br/2024/06/03/mpf-consegue-na-justica-revisao-da-licenca-ambiental-de-linha-de-transmissao-em-territorios-quilombolas-no-ma/

[34] https://www.brasildefato.com.br/2021/04/20/artigo-a-passagem-das-licencas-de-linha-de-transmissao-pela-apa-morro-de-osorio/

Quadro 05: Sistematização de experiências e tomadas de consciências coletivas frente a grandes projetos de desenvolvimento das Linhas de Transmissão de Energia Elétrica	
O QUE FAZER (ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS)	**O QUE NÃO FAZER (ATIVIDADES A NÃO SEREM REALIZADAS)**
- MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA - ARTICULAÇÃO ENTRE COMUNIDADES - BUSCA DE PARCEIROS - ARTICULAÇÃO COM OS SINDICATOS - PUBLICIZAÇÃO DA OBRA E IMPACTOS NAS MÍDIAS - DENÚNCIA NO MP, MPF, DPE, DPU - FORTALECIMENTO DAS IDENTIDADES - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E REUNIÕES TÉCNICAS - PRESSÃO NAS PREFEITURAS, ESTADO E UNIÃO - BUSCA DE INFORMAÇÕES NOS ORGÃOS AMBIENTAIS - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS - MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS - ARTICULAÇÃO COM LEGISLATIVO - ARTICULAÇÃO COM OUTROS MOVIMENTOS E ENTIDADES - CICLO DE REUNIÕES CONSTANTES DE ARTICULAÇÃO, ENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO EM CADA COMUNIDADES ATINGIDA - PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS ACERCA DAS INFORMAÇÕES E LEGISLAÇÃO - CONSTRUÇÃO DA CARTOGRAFIA SOCIAL EM CADA COMUNIDADE COMO FORMA DE CONHECIMENTO DO TERRITÓRIO - FOMENTO DE TRABALHOS DE BASE COM A JUVENTUDE	- PASSIVIDADE COMUNITÁRIA - COOPTAÇÃO DE LIDERANÇAS - RUSGAS COM PARCEIROS - RELACIONAMENTO PASSIVO COM EMPRESAS - ACEITAÇÃO DE ACORDOS - FALAS PÚBLICAS DE DESCREDIBILIZAÇÃO DA LUTA POPULAR - DEFESA DE QUESTÕES PESSOAIS EM DETRIMENTO DAS COLETIVAS - EVITAR O DISCURSO CONFORMISTA - POSSIBILITAR A DESMOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA - AUSÊNCIAS DE MOBILIZAÇÕES - NÃO ENVOLVER COMUNIDADES VIZINHAS - EVITAR CONTATOS INDIVIDUAIS COM AS EMPRESAS - EVITAR APOIAR NA CONSTRUÇÃO DE PEÇAS TÉCNICAS DA EMPRESA - EVITAR EXERCÍCIOS DE FUTUROLOGIA - EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS OU PLENÁRIAS EVITAR FALAS DÚBIAS QUE GEREM CONFLITOS INTERNOS
Fonte: Elaboração própria	

SEÇÃO 04: O NEGÓCIO DA ENERGIA ELÉTRICA: FINANCEIRIZAÇÃO E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL OU "OS VENTOS DOS NORTE - AINDA - MOVEM MOINHOS?"

Utopias reais *
Essa noite tive um sonho feroz
Um grande sujeito ora homem também mulher
Me acordou em plena madrugada atroz
Com palavra forte e fugaz
De letra firme em sublime voz

"Caminhe pelo mundo com os iguais"
"Comuniquem a tragédia e a guerra"
"Construam pontes e o roteiro da paz"
Perguntei o que estava ocorrendo
O aviso foi simples "olhem pra trás"

"Observem a destruição em lastro voraz"
Questionei como atravessar as mentes
E a resposta em rasgo reto tornou capaz
"Persigam o comum trajeto rude enraizado
"E verás que deixaram pra trás o rico substrato"

Senti o calor da carne em matéria desvairada
Na equação complexa esquecida deveras
Perguntei-me acerca da vida concreta cabal
"Na travessia reflitam o sentido real"
A indagação rebelde obteve resposta final
"Acordem, a verdade é como semente
Trabalho, festa e pão num destino comunal"
*Henrique Oliveira de Andrade

Nesta seção apontaremos os caminhos contraditórios relacionados ao ideário neoliberal como elemento marcante na última etapa de acumulação a partir dos anos 1990 em escala global. Diversos fatores estão associados a essa dinâmica, desde a queda do muro de Berlim, o fim da URSS e o apogeu dos EUA como potência imperialista associada ao poderio ideológico da Europa, com destaque para a França e Alemanha.

Nesse quadro, diversas estratégias foram articuladas visando o avanço do capital imperialismo (Fontes, 2010), bem como a constituição de ferramentas financeirizadas no intuito de constituir inovadoras formas de extração de renda e endividamento dos países periféricos, tais como potencialização da atuação do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, OCDE, e de outros instrumentos do capital internacional, tal como agências e bancos de fomento regionais, como Banco Interamericano de Desenvolvimento e, mais precisamente no setor energético, a Agência Internacional de Energia e a Agência Internacional de Energias Renováveis. Dessa forma, serão analisados os desdobramentos

desse processo quanto ao negócio da energia em escala global e suas conexões, singularidades e problemáticas atreladas à escala brasileira.

No limiar do século XX, as guerras escamotearam as estruturas geopolíticas globais com a emergência de conflitos regionais e, associadas à opulência da China no cenário global, potencializaram iniciativas de expansão do capitalismo em outras esferas da economia e da sociedade, como as energias renováveis. Essas, passaram a compor não só os planejamentos governamentais, mas principalmente os corporativos de multinacionais que, capitaneadas pela ideologia do Banco Mundial e suas instituições parceiras, engendraram o discurso da Energia Renovável como marca do processo de enfrentamento à dita Crise Climática, o que no limiar do século XXI, possibilitou leituras hegemônicas do que ora era desenhado como aquecimento global e mudanças climáticas.

Nesse contexto, a energia com roupagem "verde" das renováveis garantiram acesso aos recursos midiáticos e principalmente a recursos de financiamento privado e público para o seu desenvolvimento, como elemento central de uma forma inovadora e perversa da contínua sanha por acumulação do capital, nesse momento denominado de acumulação das renováveis ou acumulação verde nas palavras de Alonso (2024).

No quadro global açodado pela crise de 2008, se constituem as estratégias para a contínua acumulação, visando dentre outras estratégias e constituição da energia elétrica como um elemento de centralidade na lógica global de expansão capitalista, haja vista que a eletricidade une desde a escala local do consumo à escala global das multinacionais que comandam o processo produtivo dos equipamentos tecnológicos e da expertise financeira.

A crise climática, enquanto ideologia dominante e parte do processo hegemônico do capitalismo "verde", visando acumulação sem precedentes, possui uma componente central nesse processo que é a energia. Essa energia aparece em suas várias dimensões, desde os hidrocarbonetos e a energia elétrica, materializando-se como a crise energética, haja vista o desenvolvimento industrial global, o poderio das *bigtechs* e a elevação do consumo residencial global, atrelado à elevação das taxas de urbanização e de eletrificação das áreas rurais.

A dimensão adotada pelos mecanismos internacionais e propagandeada pelos governos se concentrou, de um lado, no processo de descarbonização, e de outro, na emergência das energias renováveis. Esse processo, nas palavras de Bringel e Svampa (2023), se caracteriza pelo consenso da descarbonização. Contudo, ainda há uma centralidade exercida pelos combustíveis fósseis no conjunto da matriz energética global.

Ou seja, o apetite capitalista pela acumulação alcança, na primeira e segunda década do século XXI, o terreno fértil para o desdobramento das ações hegemônicas de financeirização por meio do discurso das energias renováveis. Como parte desse processo, é importante frisar o alcance protagonizado pelo fetiche da mercadoria, materializado na fetichização da energia em sua faceta de eletricidade, que se apresenta como elemento central nas justificativas institucionais para a dita descarbonização e, também, como forma de territorialização de empresas multinacionais garantindo mercado consumidor e contratos a longo prazo (20 a 30 anos) junto aos governos de diversos países.

Perkins (2004), em escrito consagrado com a exposição visceral das entranhas dos mecanismos do capitalismo, assevera que "um sistema de eletrificação integrado é um elemento-chave. Esse, mais do que nenhum outro fator isolado (com a possível exceção do petróleo), irá assegurar que o capitalismo e a democracia imperem." (p.22). Nesse sentido, o autor analisa os processos e agentes hegemônicos engendrados pelo capital na constituição dos megaprojetos, com destaque para a energia elétrica, como foco central dos interesses do capital para dar sustentação às outras atividades reinantes da sociabilidade do capital.

Assim, a eletricidade é colocada como central para a compreensão do processo de expansão do capital na forma da atuação integrada da corporatocracia hegemônica capitalista. Trata-se de uma meta, a médio e longo prazo, de garantia de circulação de capitais, possibilitada por meio do desenvolvimento desigual e combinado, com centralização e concentração de capitais. Nesse ínterim, o protagonismo dos diversos fundos de investimentos, associados às transnacionais, demarcam uma nova forma de dinamização do sistema sociometabólico do capitalismo atrelado à financeirização destrutiva da natureza.

No contexto do denominado Imperialismo elétrico, como apresenta Serna (2024), há uma profusão da entrada de empresas espanholas no setor elétrico latino-americano com presença em diversos países. A autora, em estudo minucioso, enfatiza os processos hegemônicos e normativos como sustentáculos, tanto as privatizações do setor elétrico na América Latina - com destaque para o México apontando para uma economia política territorial da eletricidade, com destaque para a neoliberalização, bem como a potencialização da circulação de capitais tendo o protagonismo de um lado pelo Estado, com as desregulamentações e privatizações, e de outro o Capital por meio de transnacionais.

Isto posto, constitui-se a terminologia, carregada de extrema ideologia capitalista, a denominada Transição Energética, como a forma de superar os problemas ocasionados pela poluição, desmatamento, contaminação da natureza, dentre outras dimensões destrutivas, porém, sem a necessária crítica à lógica do capital.

Nesse contexto, a dita transição energética produz o discurso da superação dos combustíveis fósseis, e sua substituição gradual por energias limpas, tais como a eólica e solar. Esse quadro internacional, produzido pela articulação entre empresas transnacionais, governos, instituições do Banco Mundial e Organização das Nações Unidas, passa a conduzir os debates públicos e a produção de diversos documentos orientadores, tanto para a Agência Internacional de Energia, fundada em 1949, como para a recém criada Agência Internacional de Energia Renovável, datada de 2009.

Tal como nos apresenta Barreto (2022), o potencial de destruição do capitalismo em escala de espiral crescente é exponencial, produzindo violências estruturais no campo dos desastres ecológicos. Dessa forma, compreender o quadro global é urgente para construir saídas efetivas levando em conta os aspectos estruturais da problemática socioambiental, e não apenas elementos financeiros, que na ordem do capital subjugam toda e qualquer iniciativa real de construção da sua superação.

Dito isso, é importante frisar o caráter imperialista das energias renováveis e de sua linguagem hegemônica materializada na transição energética. Esta trata-se do ferramental ideológico e discursivo para a contínua expansão da ordem do capital, utilizando-se do colapso ambiental e destruição do humano protagonizado por suas estratégias de destruição, visando extração de mais valia com superexploração do trabalho e da natureza.

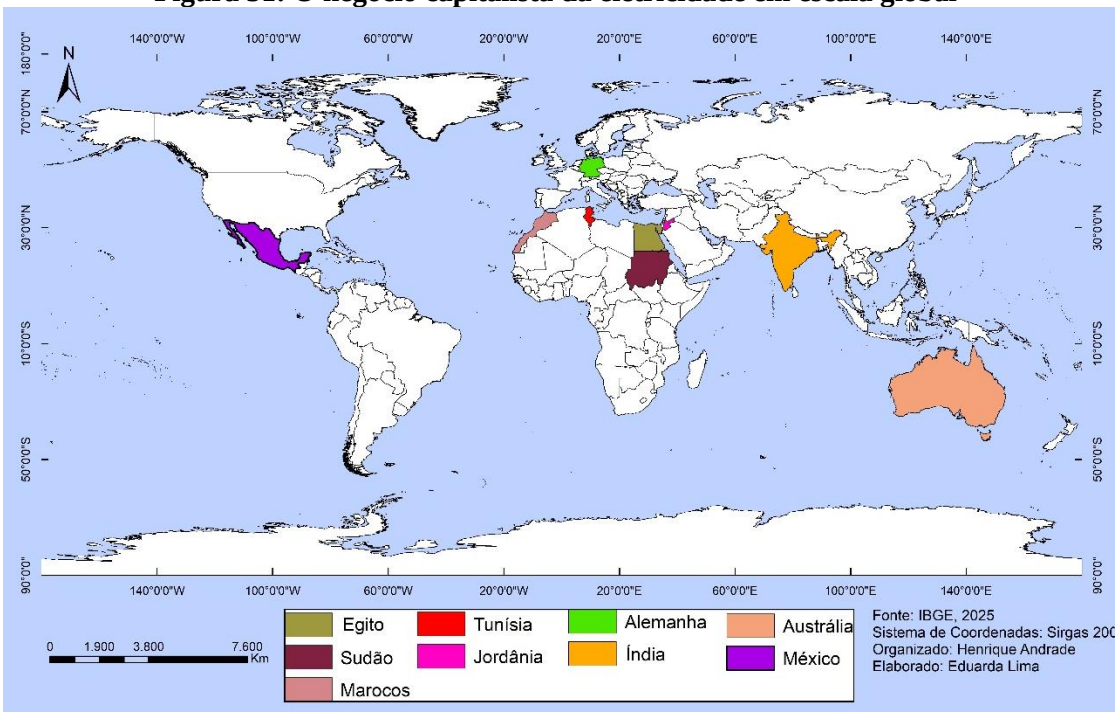
Nas palavras de Fontes (2010, p. 152), “o capital imperialismo, trata-se de uma totalidade que somente pode existir em processo permanente de expansão”. Ou seja, a autora aponta, no limiar da segunda década do nosso século, que as estratégias do capital garantem a lógica de expandir e, posteriormente, incorporar a via de extração de mais valor. Nesse quadro, a transição energética e as energias renováveis, garantiram a ação política multiescalar de manipulação da ordem pública e dos países, visando uma inovadora potencialização de expansão do capital, que nas crises busca garantir a sua continuidade em outro patamar.

Nesses termos, a energia elétrica, ou simplesmente a eletricidade, em seus processos articulados de produção, circulação e consumo, é alçada ao patamar da fetichização, por meio do ideário neoliberal da privatização e concentração dos recursos

no poderio de conglomerados empresariais em escala internacional. Tal análise está conectada pelos processos do desenvolvimento desigual e combinado (Smith, 1988) e à produção capitalista do espaço (Harvey, 2005), protagonizada pelas estratégias da transição energética (Alonso, 2023) em suas interconexões contraditórias com as formas de acumulação do capital mediadas pela apropriação privada da natureza (Foster, 2022).

Dito isso, trataremos de analisar os pormenores desse processo em escala global, avaliando a dinâmica do negócio capitalista da energia elétrica, em sua faceta de fetichização e financeirização nos contornos contraditórios da produção do espaço, atrelados à territorialização do capital, e, os desdobramentos em diversos países, tais como no Egito, Jordânia, Marrocos, Tunísia e Sudão (região Árabe Africana), Alemanha (Europa), Índia (Ásia) e Austrália (Oceania), cotejando análises sobre o México (América Latina), quanto aos megaprojetos energéticos e suas conexões com os circuitos espaciais da eletricidade (**Figura 31**).

Figura 31: O negócio capitalista da eletricidade em escala global



Fonte: IBGE (2025)
Obs: A sequência dos países na legenda está atrelada à sequência dos capítulos da seção 04.

CAPÍTULO 13 - O NEGÓCIO DA "TRANSAÇÃO ENERGÉTICA": COTEJAMENTOS SOBRE OS CASOS DO EGITO, JORDÂNIA, MARROCOS, SUDÃO E TUNÍSIA

O processo capitalista em expansão possibilita diversas mediações associadas à dinâmica dos agentes hegemônicos, sejam eles o Estado, as empresas multinacionais e os organismos internacionais materializados no Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Agência Internacional de Energia e Agência Internacional de Energia Renovável, bem como outras estruturas, sejam na forma de bancos regionais, ou fundos de investimentos. Essa assertiva apresenta as possibilidades engendradas pelo capital em sua fase financeirizada, com produção e circulação de capitais fictícios, asseverando a produção do espaço e suas conexões geopolíticas e geoeconômicas, cuja ênfase neste estudo é a realização a partir da contínua apropriação da natureza e dos circuitos energéticos em escala global.

Diante disso, é importante frisar os diversos movimentos hegemônicos frente à crise capital, tanto nos anos 70 do século passado, como da crise de 2008, quanto da emergência dos “tarifaços” do governo dos EUA em 2025, visando garantir a hegemonia dos EUA na dinâmica geopolítica e geoeconômica de rompimento dos acordos multilaterais. Esses acordos que dão sustentação aos blocos de poder global, e, ao mesmo tempo, possibilitam a disputa com o poderio chinês e russo, frente ao avanço das forças produtivas internacionais, no qual a Ásia garante centralidade, juntamente com países do sul global na figura do Brasil, Índia e África do Sul.

É nesse quadro que emerge a questão energética, a dita transição e os processos concernentes à segurança energética protagonizados pelos países localizados no capital imperialismo (Fontes, 2010) e que, desdobram-se em mediações contraditórias quanto à sua efetividade, à garantia de retorno na forma de lucro e à sua eficácia ante o avanço da mudança climática e do colapso ambiental, ambos protagonizados no século XX e XXI, com a opulência dos combustíveis fósseis e sua faceta de industrialização concentrada, atrelada ao avanço da destruição ambiental e do humano.

A dimensão crítica desse processo global é esquadrinhada por Foster (2005). Ele analisa, de forma assertiva, as contribuições de Marx na leitura dos processos relacionados ao metabolismo sociedade-natureza e aprofunda a análise apresentando a dinâmica do sociometabolismo da sociedade com a natureza, de forma interconectada com a ordem destrutiva do capital. Ou seja, ao tratar de transição ou adequações no

sistema capitalista, essas devem ser colocadas no plano de sua superação, conforme aponta Sá Barreto (2018), em obra célebre acerca do capital na estufa e seus desdobramentos na linguagem marxista para a crítica da economia das mudanças climáticas. Tais processos são abordados também em Saito (2023), quando analisa o antropoceno como crítica da economia política relacionada ao poderio expansivo e destrutivo do capital.

Haja vista o caráter global das mudanças climáticas, conforme apontam os estudos do IPCC (2024), asseverados por Sá Barreto (2022), as emissões de gases de efeito estufa são centrais para a análise apurada do processo socioambiental global e é necessário manter a compreensão dos fatores e agentes hegemônicos atuantes desde a escala local à global numa visão multiescalar.

A questão central está na dimensão destrutiva do capital, que após a transição energética protagonizada no século XX com o advento dos hidrocarbonetos (petróleo e gás) na escala industrial e dos modos de vida industrial e citadino, mobiliza forças para garantir uma nova transição energética, que aqui denominaremos de "transação" energética, ao mesmo tempo em que se aprofunda a matriz energética dos combustíveis fósseis, o que, ao nosso olhar, se trata de mais uma etapa do processo destrutivo de acomodação das taxas de lucro, visando extração de mais valor a médio e longo prazo.

Em pleno século XXI vive-se a contradição em reduzir as emissões de gases do efeito estufa, frear a destruição ambiental nas mais variadas escalas, desde o ecocídio, o genocídio de populações inteiras, bem como enfrentar a necessidade de restaurar mananciais hídricos superficiais e subterrâneos, restituir o potencial agrícola de amplas áreas de terras destruídas pelo agronegócio e restituir a qualidade do ar nas cidades assoladas pela poluição atmosférica. Noutra faceta analítica, o processo visa garantir a reprodução das espécies de animais marinhos, fluviais e lacustres, ao tempo em que a ampliação do processo de industrialização é marca da retomada do crescimento por meio da ideologia do progresso e desenvolvimento.

Ou seja, trata-se de um tempo-espaço de ampliação das disputas hegemônicas que se materializam, de um lado, na busca de exploração do trabalho e da natureza por parte do capital e, de outro, na garantia de melhoria das condições de vida na Terra, visando consolidar uma etapa discursiva da acumulação de capital, protagonizada pela destruição ambiental protagonizada ao longo dos séculos XX e XXI.

Diante desse quadro, é mister apontar a construção da ideologia capitalista como mola propulsora que alicerça a transição energética, aqui entendida como ideologia e não

meramente como discurso estratégico de empresas e estados nacionais. Compreendemos a transição ou transação energética como uma etapa inovadora do capitalismo, que, na busca por expansão, solapa discursos estruturais de crescimento econômico, via ideário neoliberal com aspectos de financeirização, e engendra elementos geoeconômicos e geopolíticos, atrelados à lógica da preservação ambiental, da redução da emissão de gases, bem como da garantia de sobrevivência da espécie humana da Terra.

Nesse ínterim, Hamouchene e Sandwel asseveram que

> "a visão de futuro dos agentes poderosos do sistema, é garantir que as economias continuem a serviço do lucro privado, mediante uma maior privatização da água, da terra, dos recursos, da energia e da atmosfera. Sendo que a última etapa deste desenvolvimento inclui as alianças público-privadas que estão ligadas ao setor energético da região árabe, incluindo as energias renováveis. O impulso produz a privatização da energia e o controle empresarial da transição energética na escala mundial e não exclusivo para a região árabe, porém, com uma dinâmica bastante avançada nessa região e até o momento com resistência popular limitada." (2024, p. 24).

Ou seja, trata-se de mais uma etapa da espiral expansiva do capitalismo global na busca por exploração em uma nova linguagem das mercadorias, no caso, tanto a produção de eletricidade, quanto a forma de apropriação da natureza e revigoramento dos processos sociometabólicos com a natureza fetichizada. Os autores, numa leitura crítica acerca dos processos concernentes à região árabe, a qual engloba partes do continente africano e asiático, enfatizam a dinâmica de crítica à fossilização dos processos energéticos, ao tempo que analisam que a crise climática tem sido utilizada pelos agentes hegemônicos do capital na construção de saídas geoeconômicas maquiadas com o discurso verde e sustentável.

Nesse quadro, os autores apresentam uma radiografia da dinâmica petrolífera, sua apropriação geoeconômica e o papel geopolítico desempenhado pelo petróleo e os demais combustíveis fósseis ao longo dos últimos 80 anos, tendo a região supracitada como central, tanto para compreender os processos de expropriação, quanto da concentração e centralização de capitais, constituindo uma classe dominante regional em escala de articulações globais, caracterizada por monopólios financeirizados baseados na exploração dos hidrocarbonetos.

A transição energética apresentada pelos autores propõe uma crítica certeira às estratégias do capital, que utilizando-se da destruição produzida pela expansão do capitalismo, propicia a constituição de uma moldura verde para outra etapa destrutiva,

propagandeada pela energia limpa e sustentável. Tal processo, em leitura multiescalar, possibilita conectar tais experiências à implantação dos Grandes Projetos de Desenvolvimento no Brasil e México[35], haja vista a leitura institucional e governamental baseada na transição energética, protagonizada pela instalação de complexos eólicos e solares e sua constituinte central, que são as linhas de transmissão.

Tais iniciativas de reprodução ampliada do capital, garantiram vultuosos investimentos de organismos internacionais como o Banco Mundial, dentre outros, como já apontado anteriormente. O objetivo foi a constituição de estratégias midiáticas, de políticas públicas nacionalizadas e principalmente da garantia de expansão do setor produtivo energético vinculado ao setor das energias renováveis e especulativo, vinculado aos diversos fundos de investimentos que, atrelados, passaram a controlar o processo via concentração e centralização de capitais.

Nas palavras de Hamouchene e Sandwel (2024), as faces contraditórias da transição energética estão assentadas na privatização, no controle centralizado de grupos hegemônicos e na abertura de mercados por meio da lógica discursiva da sustentabilidade. Tais questões assentam-se na contradição entre a transição energética, como um desdobramento para acentuação das desigualdades socioespaciais, e o processo de garantia de novos mercados consumidores da energia elétrica como negócio. Essa dimensão contraditória da realidade se materializa nas tensões territoriais, na acentuação da conflitualidade e na complexa rede de expropriação primária em comunidades tradicionais na região árabe.

Diante disso, a ocupação territorial pelos megaprojetos energéticos camufla o elemento da desumanização de populações locais e possui estreita correlação com o racismo estrutural e colonizador na região em tela. Nesse processo contém também a expropriação, a violência e a retirada de direitos humanos e territoriais das comunidades atingidas direta e indiretamente. Conforme aponta Buxton (2021), o contexto geoeconômico global à luz da segurança climática é a chave central para a transição energética, sendo caracterizada como uma faceta da ampliação da militarização e da governança por guerras. Tal problemática é encontrada também tanto no México, com a implantação dos megaprojetos do Corredor Interoceânico[36], quanto do Trem Maya[37].

[35] https://geopuc.geo.puc-rio.br/media/v14n27a8.pdf
[36] https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/840
[37] https://www.ihu.unisinos.br/categorias/631725-mexico-trem-maia-ecocidio-e-etnocidio

Tendo em vista o histórico da região árabe com sua subordinação no bojo do capitalismo global, o discurso ideológico da segurança energética é obscurecido em detrimento do debate da soberania. Ou seja, os autores apresentam, com profundidade de análises de campo e documental, as disparidades geoeconômicas existentes entre o discurso, a ideologia e as dimensões contraditórias, com as devidas mediações referentes à transição energética como parte da reprodução ampliada do capital no século XXI. Isto posto, analisaremos, neste momento, cinco países como estudos de caso - sendo eles Egito, Jordânia, Marrocos, Sudão e Tunísia, enfatizando as conflitualidades e os processos hegemônicos engendrados pelo Estado-Capital, tendo como centralidade a compreensão da apropriação do setor elétrico e sua subjugação ao capital imperialismo do século XXI.

Nesse contexto emergem as análises e estudos com foco na financeirização da energia elétrica, a ideologia da transição energética, e os ajustes neoliberais na economia de países periféricos, acerca dos impactos e desregulamentações no setor elétrico. Diante disso, é importante destacar o extenso processo de conflitualidades na escala da região árabe africana, desde a questão energética até a dimensão geopolítica com conflitos territoriais, étnicos e geoeconômicos, como por exemplo a "primavera árabe", mais recentemente. Tal movimentação dos agentes hegemônicos globais causaram diversas transformações locais e territoriais na região alcançando também o setor elétrico e energético desses países.

Diante disso, surgem os estudos de: 1. Gad (2024), com análises sobre a mercantilização da eletricidade no Egito; 2. Amim (2024), com a injustiças no setor elétrico na Jordânia, relacionando as questões geopolíticas e as tomadas de decisões do estado jordaniano no contexto dos agentes internacionais; 3. Moustakbal (2024), com análises críticas acerca da dependência econômica e os reflexos no setor elétrico no Marrocos; 4. Rouine e Rouche (2024), com os impactos relacionados à introdução exógena da ideologia das energias verdes, dita sustentáveis, e seus rebatimentos no setor elétrico da Tunísia; e, por fim; 5. os estudos de Bashier e Abdelrahman (2024), avaliando com profundidade os impactos e repercussões do desenvolvimento desigual no Sudão e seus rebatimentos no setor elétrico nacional.

13.1 – A PRIVATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO NO EGITO

Gad (2024) analisa as problemáticas relacionadas com a "crise" no setor elétrico egípcio relacionando-o com a irregular distribuição da rede elétrica nacional, bem como

com as altas taxas de cobrança pelo consumo de energia elétrica. No período pós-crise da primavera árabe no país, com as repercussões endógenas, foi colocado em marcha um plano de privatização do setor elétrico nacional, rompendo o monopólio público, tanto na geração, quanto na transmissão e distribuição de eletricidade. Esse procedimento no Égito alterou a dinâmica das fontes de produção de eletricidade, abrindo caminho para as energias renováveis (eólica e solar), por meio de contratos com empresas privadas transnacionais, ao mesmo tempo que garantiu a ampliação de termoelétricas à base de hidrocarbonetos, a exemplo do gás.

O autor destaca também a intensa articulação de agentes hegemônicos de transnacionais para a desregulamentações do setor, bem como as alterações legislativas visando o caminho da financeirização da eletricidade por meio das privatizações. Importante destacar que nesse movimento sociometabólico do capital no Égito, a participação de agentes financeiros globais, tais como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, foram centrais na entrada do ideário neoliberal no setor elétrico egípcio.

É importante ressaltar que essas articulações obtiveram apoio popular inicial, porém, o resultado foi o aumento da desigualdade nas tarifas de eletricidade, haja vista a redução dos subsídios para as populações mais carentes. Ou seja, o discurso modulador da melhoria e modernização do setor elétrico do Égito, calcado na transição energética, quebrou o monopólio estatal no setor elétrico em detrimento do fortalecimento via privatização da energia elétrica e toda a cadeia produtiva da energia, gerando impactos sociais, econômicos e humanitários ao Egito.

13.2 – AS ELEVADAS TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA NO MARROCOS

Moustakbal (2024) avalia os processos relativos ao setor energético e elétrico do Marrocos no bojo dos ajustes geoeconômicos e da ascensão do ideário neoliberal. Dessa maneira, o autor analisa os vínculos coloniais que se perpetuam na realidade marroquina, e que foram acirradas com a entrada do ideário neoliberal, afetando todo o quadro socioespacial do Marrocos com repercussões no setor elétrico e energético, no qual há vinculação direta com os agentes hegemônicos que controlam o setor elétrico nacional. Um exemplo dessa dinâmica foi a criação de uma agência para tratar da energia renovável com vinculações diretas aos interesses privados das multinacionais gestoras dos ativos renováveis.

O autor marroquino analisa que tal processo está atrelado diretamente à entrada da ideologia das energias renováveis, vinculadas ao “neocolonialismo verde”, o qual protagoniza o setor privado internacional, em detrimento da soberania nacional no setor elétrico. É importante destacar que o modelo das privatizações do setor elétrico nacional é datado do pós-crise do petróleo, na década de 1970, sendo parte dos acordos bilaterais com o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

Em decorrência disso, a elevada carga tributária e o modelo desigual das tarifas de eletricidade oneram para as populações mais carentes e privilegiam o setor produtivo com diversas desonerações e incentivos fiscais. Aqui cabe outra avaliação ao quadro brasileiro, haja vista que o modelo de integração elétrica está conectado diretamente ao sistema tarifário, que garante altos valores nas tarifas residenciais, em detrimento de tarifas reduzidas no setor produtivo, sendo que este contraditoriamente é o maior consumidor de eletricidade.

13.3 - A PRIVATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO NA JORDÂNIA

Na esteira das análises da região árabe africana, emergem os estudos de Amim (2024) acerca da Jordânia, analisando que, assolado por conflitos regionais derivados também da primavera árabe[38] nos anos de 2011, o setor elétrico e energético jordaniano sofreu intervenções estatais no sentido de diversificar a matriz energética. Nesse quadro, o modelo adotado foi a privatização do setor elétrico, aplicando recursos de organismos internacionais, motivados pelo ideário neoliberal, com rebatimentos diretos na soberania nacional, bem como desencadeando diversos protestos contra a privatização do setor elétrico e energético nacional.

O autor destaca o emaranhado normativo, construído visando a privatização da eletricidade desde a criação de entidades nacionais geridas por interesses do setor privado destinados a operacionalizar o setor nacional da energia elétrica, em detrimento de órgãos públicos. Tal processo desencadeou a interação direta com os interesses das transnacionais, subdividindo empresas nacionais por meio da setorização, até o amplo processo de privatização por etapas do patrimônio nacional.

Vale destacar que a matriz energética jordaniana é baseada em usinas termoelétrica e que a entrada das energias renováveis, através dos contratos por privatização, garantiu uma maior diversidade, porém, gerou distorções tarifárias que

[38] https://www.fflch.usp.br/50927

beneficiam o setor produtivo e as empresas transnacionais que controlam os parques de energia fotovoltaica. Aqui cabe um parêntese atrelando a lógica empregada no contexto jordaniano ao brasileiro, com a criação da Aneel, ONS e CCEE, bem como os leilões de eletricidade mediados pelo estado brasileiro, em comum acordo com o setor privado, em sua maior parte gerenciados pelo capital financeiro por meio de corporações diversas.

13.4 – A MATRIZ ELÉTRICA DA TUNÍSIA

Rouine e Rouche (2024) analisam os processos relativos ao setor energético e elétrico da Tunísia acerca da entrada das energias renováveis, os acordos multilaterais com organismos internacionais também a diversificação da matriz energética nacional, baseada em termoelétricas movidas a gás natural.

Porém, os autores apontam que a centralidade adotada pela assinatura dos acordos de Paris garantiu a exígua meta da diversificação da matriz energética, no entanto acarretou na extração de mais valor por parte das empresas transnacionais, através de contratos estatais, as quais passaram a operar o sistema de geração a partir das renováveis em regime de exclusividade.

Nesse contexto, os autores apontam que ao invés de uma transição energética justa, o modelo tunisiano garantiu uma expansão energética que, numa análise transescalar, se assemelha ao modelo mexicano, o qual, nas palavras de Alonso (2023), é marcado por uma acumulação energética e não uma transição energética.

Um outro elemento central que conecta a dimensão tunisiana com experiências latino-americanas, tais como Brasil e México, são as intensas mobilizações populares denunciando os efeitos deletérios tanto ao meio ambiente, quanto às comunidades locais - saúde, cultura e produção agrícola, na qual engendraram-se os projetos de transição energética, principalmente por meio dos impactos da energia eólica. Tais projetos ferem a soberania popular e protagonizam processos de agravamento de questões sociais, bem como de direitos humanos e territoriais. Em detrimento disso, as comunidades locais reivindicam o direito à vida por meio da defesa do território.

O modelo tunisiano é marcado pela abertura dos mercados de eletricidade desde 2009 com alterações legislativas visando a entrada de capitais externos. Tal manobra garante investimentos tanto de organismos financeiros globais, quanto de multinacionais e também assegura intervenções de interesses privados na elaboração das políticas públicas de energia e eletricidade. Aqui abrimos um flanco analítico para compreender situações similares ao caso brasileiro com a atuação tanto do FASE, quanto de agentes

hegemônicos na CCEE, EPE, ANEEL e ONS, conforme fora apontado na seção 02 e seção 05.

13.5 – ORGANISMOS MULTILATERAIS E O SETOR ELÉTRICO DO SUDÃO

Bashier e Abdelrahman (2024), a partir de uma reflexão acerca do papel do setor elétrico e suas contradições no contexto do Sudão no norte da África, analisam com profundidade os impactos e reflexos da colonização e suas repercussões no desenvolvimento desigual que refletem diretamente na oferta de eletricidade e que garantem um processo de acirramento dos conflitos, uma vez que as regiões com extrema tensão geopolítica são as que menos têm acesso à eletricidade, como ocorre na região de Darfur. Um elemento central na inserção do Sudão no circuito geoeconômico é o intenso aspecto conflitivo ao longo do século XX e materializado nas disputas ao longo do início do século XX.

Os autores supracitados, numa leitura crítica, apontam o papel desempenhado pelo Banco Mundial e seu envolvimento no processo de investimentos financeiros via empréstimos e também pela dimensão ideológica acoplada, que conforme os autores são divididas em três elementos centrais:

> "aumento dos subsídios para aumento das tarifas de eletricidade, a combinação energética com energias térmicas para aumento da capacidade de produção e a participação do setor privado no setor energético e principalmente a eletricidade". (Bashier e Abdelrahman, 2024, p.218)

Nesse contexto, é importante frisar a atuação do Banco Mundial na tomada de decisões e inserções no governo sudanês como parte da missão ideológica internacional de apropriação privada da natureza, bem como a valorização do valor por meio do setor elétrico nacional do Sudão.

A produção do espaço sudanês no bojo da questão energética é marcado pelo conflito social e étnico e, principalmente essa dimensão, desdobra-se no setor elétrico, haja vista a ocorrência do avanço na construção de hidroelétricas, que, conforme o estudo apontado, acirrou conflitos territoriais, expropriações de comunidades, bem como a violência estrutural para com as comunidades camponesas e tradicionais. Tal processo é

acompanhado de diversos problemas ambientais e sociais, como o avanço da pobreza e a militarização do território. Ou seja, a dimensão da eletricidade possui relação direta com a reprodução do capital, e suas conexões com a apropriação privada da natureza na forma de avanço dos setores privados com a privatização do setor atendendo ao ideário neoliberal no século XXI.

CAPÍTULO 14 - APONTAMENTOS SOBRE O NEGÓCIO DA ELETRICIDADE NOS CASOS DA ALEMANHA, AUSTRÁLIA E ÍNDIA

Esse quadro global, relacionado ao avanço do capital imperialismo (Fontes, 2010), foi descrito em minúcias por Goldman et al. (2025), em estudo formulado por autores de três países, sendo eles Alemanha, Austrália e Índia, no qual analisaram os processos relacionados à expansão do mercado das energias renováveis, os investimentos internacionais, bem como as estratégias financeiras adotadas pelos conglomerados empresariais relacionados à eletricidade e suas conexões com a opulência internacional materializadas na linguagem hegemônica das energias renováveis.

Cumpre destacar que este estudo aponta, nos ditos países, as estratégias e condicionantes a despeito das disparidades geoeconômicas, culturais, linguísticas e geopolíticas que separam continentalmente a Europa, a Oceania e Ásia. Além disso, conecta cada um desses países umbilicalmente à ordem do capital financeirizado no setor elétrico.

Este estudo apresenta a análise de documentos institucionais e estudos de caso, envolvendo algumas características que conectam a situação dos países quanto a emergência da implantação das energias renováveis, apontando o controle privado, via modelagem empresarial internacional materializada em grandes corporações. Nesse contexto, aponta que a instalação das infraestruturas de eletricidade, sob o modelo hegemônico dos megaprojetos energéticos de produção de energia elétrica, garante a contínua ampliação das áreas para os complexos eólicos e solares.

De outro lado, os autores expõem a questão das contradições da soberania nacional, com o controle de amplos espaços por empresas internacionais, com ameaça à democracia, acirramento de desigualdades, apropriação dos recursos públicos por grandes grupos de latifundiários e impactos não somente na subsistência e reprodução da vida, como também nas expropriações em massa de comunidades tradicionais e camponesas.

O neoliberalismo verde é marca central dos processos de fetichização da energia elétrica, haja vista os recursos envolvidos tanto financeiros como midiáticos na insuflação, tanto da opinião pública, como principalmente nas tomadas de decisões dos governos perante a opulência imperialista manifesta pelos discursos das energias renováveis, bem como da ideologia da transição energética.

A dimensão espacial desse processo se manifesta na produção de espacialidades que territorializam grupos empresariais atrelados a fundos de investimentos, em detrimento dos conjuntos das comunidades atingidas diretamente pelas infraestruturas de eletricidade, sejam dos complexos eólicos-solares e também dos eixos de transmissão de energia elétrica na forma das linhas de transmissão, as quais conectam territórios à escala de destruição tanto pelas desapropriações e grilagens, quanto pelas indenizações pelas faixas de servidão administrativa.

Os geógrafos britânicos Fairhead et al. (2012), em pesquisa profunda, analisam os processos relacionados às grilagens verdes no contexto do século XXI, com tentáculos na África, América Latina e Ásia, apresentando as contradições numa linguagem marxista acerca das questões relacionadas com os mecanismos financeiros atrelados às agências internacionais, *lobbies* capitalistas e um emaranhado sistema de novas tecnologias visando o mapeamento de áreas singulares para a "captura" de terras, seja por meio de agenciamentos via alterações legislativas e normativas, ou por meio da apropriação indevida.

No Brasil, no contexto do circuito espacial da eletricidade, materializado na circulação da energia elétrica a partir das linhas de transmissão, conforme apontam Andrade e Ramos Filho (2021), é importante ressaltar as propostas feitas pelo Estado e os impactos derivados nas comunidades tradicionais, camponesas, quilombolas e indígenas, que são atingidas frontalmente por tais megaprojetos energéticos.

Esses autores apontam as relações entre a expansão do capitalismo em países periféricos, por meio da ideologia da sustentabilidade ambiental, camufladas de articulações do capital visando a circulação de capitais, que em crise, protagonizam geografias desiguais em detrimento de geografias locais. Esse processo transescalar, apresenta a financeirização da natureza escamoteada pelo discurso hegemônico dos agentes financeiros, envolvendo tanto multinacionais, quanto estados nacionais, bem como agentes do terceiro setor, garantindo que a linguagem da destruição capitalista possibilite novas e inovadoras formas de valorização do valor.

Tais reflexões estão alinhadas com as discussões de Borras et al (2012), os quais analisam as questões relacionadas aos discursos engendrados pelos agentes hegemônicos quanto às operações capitalistas associadas às estratégias de acumulação de capital por meio da linguagem verde. Essas iniciativas possuem rebatimento direto na América Latina por conta da ampliação do mercado de carbono, agronegócio e setor energético global, atrelados também ao avanço da mineração. Essa última possui íntima conexão com o avanço da ideologia das renováveis, conforme aponta Alonso (2023). O ideário neoliberal do fetiche da mercadoria se manifesta na energia elétrica de forma constante e ultrapassa as barreiras geoeconômicas locais à dimensão transescalar de tal problemática.

Goldman (2025) aponta as problemáticas relacionadas à expansão das energias renováveis na Alemanha, Austrália e Índia, indicando que nos três casos houve uma atuação massiva do poder estatal de cada país para a implantação dos megaprojetos energéticos das energias solares e eólicas, bem como aponta, com base em entrevistas, que não houve benefícios para as comunidades. Nesses termos, afirma-se que o principal instrumento de coação eram as promessas de empregos e geração de renda, também a cooptação de lideranças comunitárias, apontando também os benefícios aos latifundiários e que as resistências populares foram sobrepujadas pelo aparato estatal, ocasionando expropriações diretas de comunidades.

As comunidades de Karnataka, no sul da Índia, de Bradenburgo, no leste da Alemanha e Port August, no sul da Austrália, passaram a conviver com a destruição da natureza e do humano causada pela energia renovável baseada no ideário neoliberal, ao tempo que as comunidades dessas regiões protagonizaram diversas ações políticas de enfrentamento e defesa do território.

Uma das dimensões de maior conflitualidade é a questão agrária, haja vista que tais megaprojetos intentam a ocupação por meio de acordos com os estados nacionais, com ajustes de regulamentos com vistas a desburocratizar a implantação, bem como garantir a desregulamentação de legislações ambientais e de trabalho. As estratégias territoriais apontam também para a estrangeirização de terras, conforme Izá Pereira (2023), com a destinação e/ou aquisição de amplos quantitativos de terras e também o instrumento da grilagem como forma de ocupação hegemônica do território.

É mister destacar as inter-relações dos processos energéticos relacionados à produção de energia elétrica na Índia, especificamente em Karnataka com o Brasil, haja vista a atuação conjunta em ambos os países do FMI e Banco Mundial, na inserção dos ideários neoliberais no setor elétrico, bem como no agenciamento da criação de

organismos nacionais visando os ajustes normativos e gerenciamento dos interesses públicos e a inserção dos interesses privados no setor.

Tal dimensão atua não somente no processo de produção, mas também na transmissão da energia por meio do gerenciamento dos contratos de longo prazo com empresas multinacionais. Destaca-se, nesse processo, que a empresa Sterlite Power Grid Ltda, que arrematou em leilão diversas linhas de transmissão no Brasil ao longo da segunda década do século XX, é indiana e fruto desse processo de promoção do capital internacional na Índia.

Em linhas gerais, com base nas reflexões de Goldman et al., os processos relacionados à eletricidade, referente à experiência alemã, indiana e australiana, possuem conexão com o Brasil, haja vista a promoção de acordos de longo prazo, garantindo circulação de capitais e sua especulação tanto na produção, quanto na transmissão elétrica, possibilitando a concentração de capitais, e sua centralização no bojo do capital estrangeiro. O desenvolvimento desigual e combinado alça a lógica expansiva do capital transfronteiriço e expropriador de riquezas nacionais por meio da superexploração da natureza e trabalho.

Assim, a promoção dos agenciamentos políticos e econômicos, referentes à emergência das energias renováveis no setor elétrico, compõe parte da expansão da sociabilidade do capital frente o avanço do colapso ambiental em escala global, ao mesmo tempo que protagoniza a expansão em escala destruidora da ordem do capitalismo com o crescimento exponencial do poderio de grupos de corporações transnacionais com seus tentáculos operando nos estados nacionais, principalmente nos países periféricos.

A circulação da mercadoria fetichizada - eletricidade, no bojo dos megaprojetos energéticos, possibilita a constituição do circuito espacial da energia elétrica, sendo contraditoriamente, facetas desse processo global, que se materializa principalmente nas comunidades tradicionais, camponesas e quilombolas, visto a dimensão fundiária conflitiva marcada por diversos conflitos territoriais.

Assevera-se assim, a dimensão contraditória do capital com as expropriações em massa que ainda são realidade tanto no Brasil como em outros países, a exemplo da Índia, na região de Karnataka, como expõem Goldman (2025) et al., analisando a perda da soberania territorial e alimentar desde a chegada dos megaprojetos energéticos.

É possível apontar esse processo ideológico no Brasil em diversas situações, tanto na Bahia, como no Rio Grande do Sul e Maranhão, referente à implantação das linhas de transmissão, como também no México, no que concerne aos megaprojetos relacionados

à infraestrutura ferroviária, turística e de energias renováveis. Na Índia, Austrália e Alemanha, a lógica de territorialização do capital, por meio dos megaprojetos, garante um padrão de aplicabilidade dos procedimentos formais e não formais visando reduzir os efeitos contrários à implantação dos megaprojetos energéticos, por meio da dissimulação das políticas públicas do setor elétrico.

Nas regiões analisadas pelo estudo capitaneado por Goldman (2025) ibdem, é importante frisar a diversidade do processo histórico de cada país e principalmente as relações geopolíticas protagonizadas por eles. No entanto, é imprescindível observar, numa leitura crítica da produção do espaço, a estreita conexão entre tais experiências e a implantação de megaprojetos, com as estratégias engendradas tanto pelo poder público, quanto pelos agentes empresariais, além de analisar o processo de enfrentamento protagonizado pelas comunidades afetadas. Como avalia o autor, as renováveis potencializaram a articulação entre as comunidades e a produção de uma linguagem da defesa do território e da vida, em detrimento da acumulação de capital e a linguagem da prosperidade, com a usurpação das terras e direitos dessas comunidades.

CAPÍTULO 15 - MEGAPROJETOS, TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E O NEGÓCIO DA ELETRICIDADE NO MÉXICO

No contexto do México, é fundamental investigar os processos contraditórios relacionados à questão energética latino-americana, centrados nas dinâmicas de territorialização do capital em relação aos megaprojetos energéticos que se desdobram em múltiplas reconfigurações territoriais em função dos interesses do capital. Nesse sentido, a acumulação de capital se expande e garante novas fronteiras no século XXI, a partir do discurso da transição energética sob a égide da territorialização das empresas multinacionais nos territórios nacionais.

À luz disso, é importante assinalar as contradições inerentes à forma como se constrói a narrativa sobre a análise do discurso da tríade desenvolvimento-progresso-emprego como chave analítica da territorialização do capital. Nesses termos, a dimensão central dessa dinâmica socioespacial reside no processo de dominação de frações do espaço geográfico que são funcionais e instrumentais à reprodução ampliada das relações de produção de dominação do espaço.

Assim, a transição energética, tratada como uma materialidade e relacionada à contínua dependência dos combustíveis fósseis, reposiciona essa materialidade no plano

do discurso hegemônico. Diante desses problemas, no século XXI, o setor energético mexicano assume-se da aura da sustentabilidade, do ecologismo e da inclusão socioambiental materializada na transição energética. Essas questões são destacadas por Alonso (2024), que analisa as contradições das energias renováveis e a construção do conceito das políticas públicas da transição energética.

Diante desse quadro, a Transição Energética é mais uma etapa do processo de expansão do capital na apropriação dos recursos naturais nos países periféricos e, por outro lado, a apropriação da natureza, possibilitando a territorialização do capital com a expropriação de territórios para a reprodução ampliada do capital. Assim, a questão agrária se exacerba em escala mexicana, dada a história de conflitos agrários, reforma agrária, pobreza extrema e marginalização de comunidades indígenas e camponesas, como assinala Bartra (2016).

Por outro lado, o discurso de progresso do Estado por meio de políticas públicas desenvolvimentistas, vinculando o território à lógica do capital no século XXI, tem efetuado um amplo investimento estrangeiro por meio da territorialização de empresas transnacionais nas áreas de energias renováveis, petróleo e gás e mineração. Tal processo é marcadamente central para a compreensão dos investimentos executados no Istmo de Tehuantepec, mais precisamente nos estados de Oaxaca e Vera Cruz.

Nas palavras de Wallenius (2023) e Ceceña (2005), o processo de acumulação de capital com a expropriação dos territórios dos povos e comunidades tradicionais indígenas e camponesas se intensifica com os megaprojetos no sul-sudeste do México, com a construção do Trem Maya e o Corredor Interoceânico. Como assinala Díaz (2019), o processo histórico da fronteira sul do México está marcadamente centrado na violência e na leniência e omissão do Estado em matéria de reordenamento territorial para a implementação de projetos de infraestrutura, sob a perspectiva da acumulação de capital, fato que se fortaleceu ao longo da segunda metade do século XXI.

Tendo em vista o processo em escala global sobre a implementação de megaprojetos no México, é importante destacar um amplo processo de reconfiguração do capital internacional desde os anos 70 e os desenvolvimentos ao longo dos anos 90 e princípios do século XXI, bem como as diretrizes do Banco Mundial e outros organismos multilaterais sobre a reorganização do capital. Em outras palavras, existe uma intensa articulação para promover megaprojetos como forma de intensificar o discurso do desenvolvimento e do progresso, como parte da ideologia capitalista de atração de investimentos.

Diante disso, é importante destacar que os megaprojetos energéticos estão historicamente vinculados a outros planos regionais para a América Latina baseados na lógica do imperialismo, como o Programa Integral de Desenvolvimento Econômico do Istmo de Tehuantepec (1996), o Plano Puebla-Panamá (2001), a Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) e as Zonas Econômicas Especiais (2016). Mais recentemente, destacam-se os projetos políticos da 4T (plataforma de governo do presidente Andrés Manuel López Obrador) e o Programa Regional Corredor Interoceânico do Istmo de Tehuantepec, do Programa Regional Derivado do Plano Nacional de Desenvolvimento (2019-2024).

Nas palavras de Ceceña (2019), é possível afirmar as conexões continentais do Trem Maya e do Corredor Interoceânico com a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-Americana), que no Brasil se reveste sob a égide do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), liderado pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Ou seja, trata-se de uma articulação em escala regional e global para estabelecer um modelo de desenvolvimento e progresso marcado pelo discurso da modernização das infraestruturas locais, com o domínio financeiro dos grandes conglomerados internacionais.

Vázquez (2023) emitiu uma crítica mordaz ao processo de reforma energética no México diante das propostas emergentes de transição energética, permeadas pela introdução direta do capital internacional, detonando a privatização dos ativos naturais, perante o processo de implementação de diretrizes governamentais derivadas de políticas públicas que impulsionam a desregulação legislativa e propõem um modelo associado à intervenção de empresas transnacionais na tomada de decisões do Estado.

Nesse sentido, destaca-se a atual fase de concertação em escala global que aglutina os interesses corporativos no setor energético para construir uma ampla rede de articulação que envolve governos nacionais, empresas multinacionais e agentes hegemônicos que mobilizam interesses legislativos, bancários, de fundos de investimento e corporativos. Neste contexto, uma dinâmica central para analisar criticamente esses processos complexos e dinâmicos é a questão agrária e suas repercussões na questão energética. Ou seja, trata-se de uma articulação local-global e envolve diretamente o negócio da eletricidade por meio das dimensões da questão energética.

É fato que a implementação de megaprojetos energéticos, sob a égide do capital no território, é a materialização da territorialização de grandes corporações vinculadas a diversos fundos de investimento que, na medida dos acordos nacionais e internacionais,

levam à desterritorialização de grandes contingentes populacionais de seus territórios sob o discurso hegemônico da transição energética. Como assinala Bartra (2016), as intenções do modo de produção capitalista no campo impõem novas tramas socioterritoriais que exigem um conjunto de ferramentas dinâmicas e complexas para a compreensão dessa economia política.

Em outras palavras, como afirma Alonso (2023), a transição energética é um processo de imposição global em que os limites para a produção de energia baseada em combustíveis fósseis atingiram um nível alarmante de destruição ambiental, e nesse contexto o discurso e as práticas internacionais de produção de energia estão enfatizando as energias renováveis como base para uma transformação da relação meio ambiente-capital. Contudo, o autor assinala que, apesar da necessidade global de redução das emissões de gases de efeito estufa, é urgente compreender os interesses corporativos envolvidos na transição energética.

Acerca do negócio da eletricidade no contexto mexicano, Terán (2023) analisa o processo de corporativização da Comissão Federal de Eletricidade (CFE) do México por meio de uma análise histórica das transformações legislativas e regulatórias, assinalando que a CFE, antes nacionalizada, tem sido transnacionalizada, provocando mudanças na tomada de decisões e impactos na implementação das políticas públicas elétricas, tanto na geração quanto na transmissão e distribuição. Em outras palavras, o Setor Elétrico Mexicano (SEM), sob a batuta do discurso neoliberal, está implementando ideologias privatizadoras dos serviços públicos de eletricidade. Isso tem um impacto direto na autonomia do Estado ao implementar políticas públicas e, por outro lado, incrementa a expansão do capital nas licitações públicas, entre outras coisas.

Estas afirmações sobre a realidade mexicana nos apresentam um quadro complexo de inserção de interesses corporativos na implementação de políticas públicas e se inscrevem no processo brasileiro dos últimos 30 anos de desregulação e inserção do capital internacional no setor energético e elétrico. Essas questões nos mostram a dinâmica da mobilidade do capital em seu processo de territorialização, com a produção-circulação-consumo de eletricidade como base das transformações territoriais relacionadas à implantação de megaprojetos energéticos em escala latino-americana, diretamente relacionados à escala global das grandes corporações.

Com relação aos processos contraditórios do desenvolvimento capitalista no campo, é importante assinalar as reflexões ancoradas em Bartra (2006) sobre a renda da vida, que se refere à privatização de todo o espectro da reprodução da vida, como parte

da expansão capitalista nos meandros dos modos e formas de vida elevados à lógica das redes de expropriação dirigidas à acumulação de capital. Em uma profunda releitura da discussão sobre a renda da terra na teoria marxista, o autor oferece uma profunda reflexão sobre os tentáculos modernos da reprodução ampliada do capital.

No contexto das referidas reconfigurações territoriais promovidas pela introdução do capital internacional por meio das ações de políticas públicas capitaneadas pelo Estado mexicano, é importante ressaltar os reordenamentos internacionais e as dinâmicas financeiras concernentes às questões geopolíticas e geoeconômicas protagonizadas pelos EUA em sua atuação regional no México. Nesses termos, dois megaprojetos que integrados conectam tanto a dinâmica da transição energéticas, os modais de transporte e diretamente o negócio da energia elétrica, sendo eles: O Corredor Interoceânico de Tehuantepec e o Trem Maya, ambos executados nos estados de Oaxaca e Veracruz.

Nas palavras de Gutiérrez e Veiga (2019), sob a perspectiva do capital, o Trem Maya representa um projeto neoliberal de transformação territorial e expropriação extrema de comunidades indígenas e camponesas. Na prática, conforma o Plano de Desenvolvimento do México (2018-2024) e representa um aporte considerável de recursos públicos e alianças público-privadas que articula tanto ao setor ferroviário quanto, principalmente, o setor turístico e hoteleiro. O discurso do progresso é central na estratégia de governo diante do "abandono histórico" por parte do Estado do desenvolvimento social na região sudeste do México.

O Corredor Interoceânico também faz parte das iniciativas de integração de infraestrutura do governo mexicano, assim como os planos que integram o Trem Maya. Contudo, enquanto o segundo tem um perfil de mobilidade e turismo, o primeiro tem uma característica focada no reordenamento territorial de uma região de extrema importância logística para o México, dado que é um estreito ponto de contato entre os oceanos Atlântico e Pacífico, no tão chamado Istmo de Tehuantepec. Essa região tem sido foco de tentativas de projetos de infraestrutura desde o período colonial e foi durante o governo do presidente Porfirio Dias, no início do século XX, que as obras foram iniciadas, contudo, sem conclusão.

Conforme afirmam Durán e Moreno (2021), o Corredor Interoceânico abrange 79 municípios nos estados de Oaxaca, Veracruz, Chiapas e Tabasco, envolve uma articulação intermodal (rodovia-ferrovia) entre os portos de Coatzacoalcos no Atlântico (golfo do México) e de Salinas Cruz, no Pacífico, articulando tanto a dinâmica industrial quanto a petrolífera e de gasodutos. Agregado a esse processo, está a instalação de

numerosos parques eólicos, principalmente no município de Juchitán, em Oaxaca, no qual se encontram importantes comunidades indígenas zapotecas de Puente Madera e Unión Hidalgo, as quais sofrem com a expropriação territorial e a superexploração da natureza.

Neste contexto, as perguntas de Pérez-Negrete (2017) sobre os megaprojetos são essenciais, dada a compreensão do autor sobre a necessidade de um entendimento transescalar e com centralidade no território, afirmando, com base em Strassman e Wells, que os megaprojetos "consistem em grandes projetos capazes de transformar a paisagem de maneira rápida, intencional e profunda, com a participação direta do capital e do poder" (p. 23).

Assim, os megaprojetos supracitados são parte da expansão capitalista na lógica da acumulação, permeada pelas ações do Estado, cuja omissão conduz à expropriação territorial. Contraditoriamente, tal expansão do capital em crise aguça a luta de classes com o protagonismo de comunidades, organizações e coletivos que resistem e tentam construir novas narrativas, outras geografias profundas e processos de confrontação para defender a vida e o território.

No contexto atual do Sul-Sudeste mexicano, Espinosa e Wallenius (2023) analisam o processo de reconfigurações territoriais relacionado à implementação de megaprojetos energéticos, sob o amparo do capital, e como as comunidades tradicionais, mais precisamente camponesas e indígenas, propõem agendas de luta e enfrentamentos coletivos na defesa do território. Enquanto isso, o enfoque proposto por Diego (2023) analisa a lógica capitalista das expropriações realizadas no Istmo de Tehuantepec, a respeito das obras do Corredor Transístmico.

É importante ressaltar que os megaprojetos atuais são parte de um processo de violência sistêmica que soma 525 anos de exploração violenta, degradação dos seres humanos e da natureza e um intenso processo de extermínio de povos e comunidades. Hoje enfatiza-se que essa história de megaprojetos se soma aos intensos conflitos agrários e territoriais, à vasta tragédia humana da migração latino-americana e à militarização generalizada no território mexicano.

Duran e Moreno (2021), analisando os processos de implementação de megaprojetos energéticos, à luz das dinâmicas de confronto e defesa do território engendradas por diversos coletivos autonomistas, tanto camponeses quanto indígenas, assinalam que a implementação dos projetos Trem Maya e Corredor Interoceânico provocaram diversas transformações territoriais, violações aos direitos humanos e

também diversos impactos socioambientais, e entretanto assinalam que a defesa da vida é central em qualquer projeto de desenvolvimento.

Bravo (2022), em uma leitura histórica, apresenta um raciocínio sobre os megaprojetos realizados no México, afirmando que há "uma convergência de diferentes megaprojetos que se estão instalando" (p. 15). Enquanto isso, ressalta que a articulação popular se deu a partir de mobilizações coletivas, desde o Congresso Nacional Indígena, o que é um elemento importante de articulação entre os povos indígenas para enfrentar o modelo imperialista dos megaprojetos mexicanos.

Nas palavras do autor, "os megaprojetos estão permeados de irregularidades, consultas forjadas, omissões nos licenciamentos ambientais e diversas violações e violências contra as pessoas e seus territórios" (p. 15). Assinalamos aqui uma conexão direta com os megaprojetos brasileiros, que carregam em seu "DNA" similaridades programáticas com intenções ideológicas no contexto de violações dos direitos das comunidades afetadas.

Seguindo o enfoque crítico, Bravo (2022) analisa o processo de avanço do capitalismo transnacional, as dinâmicas crescentes de violência múltipla e a expropriação territorial. Apresenta uma vasta contribuição a partir da economia política, focando em como a lógica do Estado transnacional e o crescente desejo de acumulação de capital permeia os processos de tomada de decisões do Estado dentro das políticas públicas. Nesse sentido, a violência por parte do Estado Capital é central para compreender os processos de expropriação associados à implementação de megaprojetos energéticos. E, por outro lado, é central analisar a ação dos movimentos populares frente à violência, ou seja, capital, Estado e megaprojetos configuram uma variável direta para analisar os processos de violência no contexto latino-americano.

Isto posto, Núñez (2011) destaca uma investigação profunda sobre a realidade agrária mexicana, afirmando que a expropriação é uma característica permanente do capital. A partir de uma matriz marxista, analisa os processos de expropriação indígena sob uma perspectiva histórica baseada na intensificação das expulsões e a desterritorialização de comunidades indígenas e camponesas. Tais processos nas comunidades indígenas devem ser entendidos, na lógica do autor, desde a perspectiva da expansão do capital no campo, a partir do processo de colonização espanhola, as leis de reforma agrária e, posteriormente, o avanço da criminalização, os grupos armados e, mais recentemente, com a implementação dos mais variados megaprojetos energéticos, a partir dos anos 2000 no âmbito mexicano.

DESENLACE

É mister destacar que o ideário neoliberal atuou diretamente na conjugação de políticas públicas, ação do Estado e com o envolvimento direto das corporações transnacionais relacionadas tanto aos megaprojetos, da transição energética, quanto ao negócio da eletricidade nos países analisados nesta seção. Cumpre salientar que, a despeito das disparidades históricas, socioespaciais, geoeconômicas e geopolíticas, há uma conexão que articula, por meio da sociabilidade do capital-imperialismo, as articulações dos setores hegemônicos de dominação na conformação das estratégias adotadas de desenvolvimento nos países analisados.

A expansão da ordem sociometabólica do capital é acompanhada pela intensa e assertiva luta de classes, na produção capitalista do espaço, sendo que tal processo socioespacial é observado tanto nas experiências alemã, australiana, indiana, região árabe e mexicana, com diversos grupos de comunidades tradicionais, camponesas e quilombolas agindo no enfrentamento ao modelo hegemonizado dos megaprojetos energéticos, sejam de instalação de complexos eólicos, solares e/ou de linhas de transmissão. Nessas situações é possível observar a questão agrária como central, ao lado das dimensões sociais e de impactos na reprodução da vida com a expropriação de comunidades. Tal processo externa a proposição do Eletronegócio como central para a compreensão crítica dos megaprojetos energéticos.

Isto posto, é importante frisar que o Eletronegócio se torna, em sua concretude, a dimensão real da sociabilidade do capital na integração e fragmentação desigual e combinada do campo-cidade e com isso propicia o acirramento da questão agrária na elétrica, ou seja, o amplo processo de produção, circulação e consumo de energia metamorfoseia a dimensão espacial gerando o campo como produtor e transmissor de energia, e a cidade como o espaço opulento do consumo. Nesse sentido, o Eletronegócio ascende à dimensão real do valor de troca na ruptura metabólica com a integração e fragmentação do campo e cidade.

A energia elétrica apropriada pelo capital transmuta-se de força produtiva da/para a classe trabalhadora, para sustentáculo da reprodução ampliada do capital por meio da máscara do avanço tecnológico, ou seja, promove e amplia contraditoriamente a expropriação territorial e a ocorrência de conflitos e cercos aos territórios de reprodução da vida, para justificar a ânsia pela acumulação desigual de capital. A energia elétrica, em sua expansão voraz no capitalismo do século XX, possibilitou a ideologia do progresso técnico de um lado e, de outro, a extração de valor da classe trabalhadora.

No século XXI, enquanto mercadoria fetichizada, apresenta-se como elemento central para a contínua apropriação, para a justificativa de estratégias da reprodução ampliada do capital em crise, desdobrando-se em ações espaciais hegemônicas sob a égide do desenvolvimento desigual e combinado. Já no quadro das contradições espaciais, a expansão das redes técnicas de produção e circulação da eletricidade, possibilitou a expulsão de comunidades para os grandes centros, através da expropriação e diretamente o condicionamento para a superexploração do trabalho e da natureza.

A gramática dos megaprojetos é materializada por meio de campanhas midiáticas com as promessas de melhoria das condições de vida, geração de renda e trabalho, bem como com a implantação de infraestruturas locais, com serviços e benfeitorias determinadas pelas contrapartidas dos licenciamentos ambientais. Convertem-se em instrumentos de persuasão e ampliação da refração da esfera da conflitualidade, visando a redução dos efeitos aparentes das obras, ocasionando diretamente a cooptação de lideranças comunitárias e políticas em diversas escalas.

Numa análise transescalar, a partir do conceito do Eletronegócio, é possível inferir que tanto as linhas de transmissão, como as usinas eólicas e solares, constituem-se como materialidades da dinâmica expansiva do capital no século XXI, por meio da mercantilização da natureza, no bojo da transição/transação energética. Diante disso, os cercos e conflitos concernentes ao processo de implantação dos megaprojetos energéticos, materializam-se no escopo da ideologia da segurança energética, protagonizando amplos processos de expropriação territorial. Tais questões, assentam-se na tríade mezariana estado-capital-trabalho, protagonizando, de um lado, o acirramento das lutas de classe, e de outro, a hegemonia materializada na corporatocracia na escala energética dos circuitos espaciais da eletricidade.

Na dinâmica alemã, por conta do histórico do estado de bem-estar social e processos democráticos mais adensados, as comunidades e regiões garantiram, por conta do processo de enfrentamento, um maior impacto nos níveis de escuta e isso possibilitou garantias institucionais, via discurso da governança local, referentes ao repasse de valores para as associações regionais. Esse processo está descrito nas reflexões de diversos autores que exemplificam, em escala internacional, as reflexões acerca das conexões com a região árabe, e os exemplos apresentados dos continentes europeu, da Oceania e Ásia, quanto ao ferramental do capital no processo de expansão por meio dos megaprojetos energéticos, garantindo assim as estratégias da financeirização e da territorialização do capital em larga escala.

Diante desse quadro, frisamos que Brasil e México possuem diversas disparidades históricas e culturais, porém, existe também um lastro territorial no espaço-tempo de avanço do capital, com a reprodução do espaço da pobreza travestida pelo discurso estatal do desenvolvimento e progresso. Nas reflexões de Bartra (2016), no diálogo com Goethe, o autor discute como o processo de expropriação e desigualdades compõe parte das destruições e expansão do capitalismo no Sul Global, afirmando que o discurso do progresso e desenvolvimento é o motor para a ideologia capitalista na ideia de exploração da natureza na racionalidade ocidental da acumulação de capital, como germe da civilização moderna. De outro lado, em 2026, é perceptível tentativas de rupturas geopolíticas promovidas pelos EUA, desde o genocídio em Gaza e outras guerras.

Intenta-se aqui uma análise acerca da contribuição relacionada à imersão de pesquisa no território mexicano, a partir da vivência por meio da pesquisa de campo exploratória com organizações comunitárias, coletivos de resistência, movimentos populares. E dessa forma, pretende-se demonstrar os laços dos processos de expansão do capital sob a égide dos megaprojetos energéticos na esteira dos agentes hegemônicos do capitalismo global. Podemos inferir também a relação direta com as indagações de Smith (1988), acerca do desenvolvimento desigual e combinado como base para compreensão de tais processos de expansão capitalista.

Nesse ínterim, é importante frisar a escala latino-americana como uma riqueza para a compreensão dos processos devastadores da expansão do capital, visto que Brasil e México, como duas potências regionais, reproduzem práticas no bojo das tomadas de decisão e na concertação de políticas públicas que os coloca no centro da lógica expropriadora do capital, visando ampliação da extração de mais valor. Compreender as bases do processo de exploração da natureza sob o prisma crítico é base para construir laços teóricos, conceituais e articulação com os movimentos sociais visando a produção do território da vida com outras geografias possíveis, materializadas na luta dos povos ancestrais, sejam eles quilombolas, indígenas e camponeses em nossa América Latina.

Na próxima seção, aprofundaremos as análises acerca do Eletronegócio, suas conexões com o capital imperialismo, as expropriações e a atuação dos aparelhos privados de hegemonia tanto na escala dos organismos financeiros internacionais, quanto os locais por meio das conexões do Fórum de Associações do Setor Elétrico. Essas articulações justificam a abordagem crítica no intuito de desvelar a produção do espaço sob a ótica capitalista, ocasionando, de um lado, cercos e conflitos territoriais e, de outro, a apropriação privada da energia elétrica como mercadoria fetichizada.

SEÇÃO 05: O ELETRONEGÓCIO E A QUESTÃO ENERGÉTICA: DESCAMINHOS DE UMA PRETENSA GEOGRAFIA DA ENERGIA?

Brasil de todo canto *
Era uma vez
Um lugar especial
Que vivia da escassez
Tudo parecia igual

Olhando a pobreza
Certa feita um senhor
Viu na certeza
Ausência de amor

Perguntou com altivez
Pra quem desamor
A resposta na aridez
Se abriu em dor

Esse lugar é Brasil
Terra de encanto
Projeto falso e vil
Que vale pra todo canto

* Henrique Oliveira de Andrade

No contexto dos processos contraditórios da esfera expansiva do capital em sua ordem sociometabólica, esta seção dedica-se a analisar as mediações relacionadas à categorização do Eletronegócio como conceito fundante deste estudo, abarcando as avaliações críticas no bojo do avanço do capital imperialismo e as conexões com os organismos financeiros internacionais, com destaque para o Grupo Banco Mundial, as expropriações no contexto da questão energética brasileira, associado com os desdobramentos no negócio da eletricidade atrelado à atuação do Fórum de Associações do Setor Elétrico, no contexto dos aparelhos privados de hegemonia.

Dito isso, analisam-se os processos referentes à fetichização da energia elétrica e os rebatimentos na produção capitalista do espaço, reforçado pelo desenvolvimento desigual e combinado, bem como com a apropriação privada da natureza por meio da energia elétrica.

No contexto da operacionalidade da eletricidade no Brasil, os leilões de energia elétrica são executados no Brasil desde a reformulação do setor no ano de 2004, referente aos episódios do apagão elétrico datados de 2001. Tais processos são marcadamente um marco nas transformações da essência do SEB, tendo participação direta do Estado como formulador e agenciador atuando como indutor de uma nova doutrina da eletricidade

brasileira que antes caracterizava-se pela coordenação do Estado tanto na gestão, concepção e operação. Com o advento dos leilões de energia, o Estado assume a função de legislador e indutor, porém, não mais como operador do sistema, cedendo parte das funções para as novas estruturas estatais numa mescla de setor público e setor privado imbricados umbilicalmente.

As funções abarcadas pelo ONS, EPE e Aneel foram, assim, sendo reformuladas. Uma outra alteração nesse processo foi a criação da Câmara de Comercialização de Energia – CCEE, que tem como obrigação a comercialização e o balanço da energia elétrica no SIN. Numa outra mirada, é importante ressaltar o marco do processo amplo da financeirização do setor elétrico e da gestão da eletricidade, centradas agora no pilar da segurança energética aos moldes do capital. Os leilões de energia são parte central dessa operação, não apenas de gestão, mas principalmente da capitalização com a entrada de incentivos fiscais às empresas transnacionais, as quais, por meio dos leilões, subordinam tanto a tomada de decisões, quanto a operação do sistema integrado nacional.

Diante desse processo e compreendendo que a passagem para o século XXI, no Brasil é protagonizada, no âmbito político, pelo advento dos governos do Partido dos Trabalhadores em 2003, estes herdam os processos fantasmagóricos do apagão de 2001 e passam a operar as funcionalidades do capital, com o discurso da modernização do Setor Elétrico Brasileiro.

Isto posto, a articulação executada tem o fim de garantir a imersão direta da sociabilidade do capital engendrada com o ideário neoliberal, iniciada nos anos 1990 com a privatização do setor elétrico, agora, assumindo o protagonismo de garantir a reprodução ampliada do capital com a recepção de amplas quantidades de recursos públicos para garantir a introdução do pensamento capitalista e de sua sociabilidade na concepção, gestão e operação da eletricidade brasileira.

Tal desenvolvimento do capitalismo no Brasil tem centralidade com a exploração da eletricidade tanto para a garantia dos circuitos econômicos industriais, mas principalmente residenciais, haja vista o ideário desenvolvimentista de segurança energética, metamorfoseada em campanhas midiáticas apresentando os avanços ao longo dos anos de 2005 a 2016.

A segurança energética propagandeada pelos aparelhos midiáticos suprime o avanço das relações capitalistas de produção e sociabilidade empresarial corporativista dos setores financeiros imersos no SEB. Dito isso, é importante frisar o papel central dos leilões de energia no sentido de garantir a entrada do capital internacional no setor e dessa

forma a garantia midiática da estabilidade de uma questão nacional, que é a energia elétrica.

No bojo dos estudos geográficos, é necessário refletir sobre as intencionalidades, os impactos e repercussões, na produção do/no espaço brasileiro, de tais intervenções do Estado-Capital. Nesse sentido, frisamos a inseparabilidade entre os agentes hegemônicos do capital como integrantes dessa operação, que na medida em que garantem as estratégias de reprodução do capital, operam na estrutura de estado para viabilizar a expansão do SEB. Essa expansão é, na verdade, a expansão das relações capitalistas de apropriação da natureza, haja vista a energia tanto produzida, transmitida e consumida, e a necessidade de construir ações institucionais de facilitação do processo de operação e gestão do SIN.

Do ponto de vista espacial, a integração das redes de produção e transmissão com as de consumo é um marco do processo de constituição da ideologia do capital no SEB, que, sob o discurso da integração do sistema, produz espacialidades e territorialidades, concebidos diretamente a partir do ideário neoliberal da segurança energética.

Tal dimensão, a despeito do arcabouço jurídico, garante a construção dos discursos da estabilidade do Brasil perante a opinião pública, mas principalmente possibilita o engendramento de concepções como integração em rede, articulação entre atores do setor e a dinamização do SEB com a diversificação de entidades de classe das mais variadas, desde o eixo da transmissão, distribuição, importação de equipamentos, investidores dentre outros.

A espacialidade do setor elétrico e as operações concernentes à segurança energética atreladas aos ideários do capital, possibilitam a organização das entidades de classe com o objetivo de fundamentar as negociações com os governos, tanto estaduais quanto principalmente o federal. Mas, também protagonizam a excelência na garantia dos debates das pautas que são dinamizadas pelos setores do capital elétrico brasileiro.

Nesse sentido, as entidades da classe dominante estruturam-se e, em 2011, fundam o Fórum de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Setor Elétrico (FMASE) e, em 2013, o Fórum de Entidades do Setor Elétrico (FASE). Em nossas análises, focaremos na atuação da segunda entidade, tendo em vista que a primeira compõe um sistema de organizações do setor.

A produção do espaço brasileiro ao longo do primeiro quartel do século XXI, protagonizado pelos interesses do capital no setor elétrico, externa a garantia da oferta de eletricidade aos setores centrais do capitalismo - o industrial e comercial, e

operacionalizam também a entrada da financeirização econômica a partir de conglomerados financeiros.

Por outro lado, esses interesses protagonizam o avanço de megaprojetos energéticos que aceleram a integração da infraestrutura nacional dinamizados pela esfera financeira global que repercutem na escala local com o acirramento da questão agrária, haja vista os impactos da passagem de linhas de transmissão, distribuição e o avanço na instalação de termoelétricas diversas, parques eólicos e solares mais recentemente.

Ou seja, o espaço, como receptáculo dos megaprojetos energéticos, subordina-se aos interesses capitalistas atrelados à financeirização de fundos de investimentos dos mais diversos, materializados, fantasmagoricamente, em sociedades de propósitos específicos (SPE), produzindo externalidades espaciais principalmente no que tange à questão agrária brasileira. A atuação dos fundos de investimentos é parte da operacionalidade dos leilões, que visam as concessões das linhas de transmissão de energia, ou seja, articulam a atuação destes via a captação de recursos públicos com investimentos de longo prazo, por meio das concessões das LTs.

Dito isso, a partir da pesquisa documental e bibliográfica, podemos sistematizar os últimos 30 anos do avanço da sociabilidade do capital na produção do espaço no setor elétrico da seguinte forma:

- Década de 90 – era das privatizações sob o ideário neoliberal;
- Pós apagão de 2001 – era do estado gerenciador da crise;
- Pós 2004 – era da abertura do setor ao capital;
- Pós 2013 - era das entidades de classe na concepção e gestão do setor;
- Pós 2020 – era da financeirização com a privatização da Eletrobrás;
- Pós 2023 - era da transição/transação energética;

As etapas sistematizadas acima apresentam uma evolução da apropriação da natureza e da submissão do espaço ao capital e também da conversão de uma força produtiva protagonizada pelo trabalho, aos interesses da reprodução ampliada do capital. Em última instância, tal processo garante a extração de mais valor da classe trabalhadora para ser sustentáculo para a implantação de megaprojetos energéticos, impactando a reprodução da vida de diversas comunidades camponesas e tradicionais no território brasileiro.

Ou seja, há íntima relação entre as ações protagonizadas pelo Estado por meio de normas, legislações e a política pública de energia, com o avanço da financeirização e os

conflitos territoriais evidenciados pelas ações de contra-espaço organizadas por coletivos, organizações dos trabalhadores e movimentos socioespaciais e territoriais.

A materialidade ideológica desse processo é centralizada no ideário da segurança energética que, em aparência, garante fluxo elétrico amplo (de capitais financeirizados) nos diversos setores da sociedade, mesmo privilegiando o industrial e o comercial. Contudo, em essência, amplia os processos de acirramento da questão agrária nacional por meio das expropriações territoriais e geração de conflitos

As normas e políticas formuladas pelo estado brasileiro no setor elétrico se condensam no Plano Nacional de Energia – PNE 2030 e no Plano Decenal de Energia[39] - PDE 2034, nos quais os interesses e o planejamento do setor externalizam os interesses de expansão do setor elétrico, bem como articulam os investimentos, gargalos e o negócio da eletricidade.

Ou seja, a espacialidade da eletricidade brasileira é condicionada à produção capitalista do espaço, numa fetichização da energia elétrica, por meio da linguagem das mercadorias (nesse caso a eletricidade), protagonizada pelo Estado-Capital e as contradições com a reprodução da vida, possibilitando, contraditoriamente, uma Geografia da Riqueza em detrimento de uma Geografia da Miséria.

A ideologia da segurança energética é, em síntese, contraditória, a matiz da subordinação da produção do espaço ao capital, assim sendo, uma segurança energética (elétrica) do capital e de sua sociabilidade destruidora, acirrando a questão agrária e ocasionando conflitos territoriais diversos, tendo a eletricidade como apropriação de fração da natureza aos interesses do capital.

O Eletronegócio é isso, parte do processo de desenvolvimento desigual e combinado gerando a subordinação da produção do espaço, sob a égide do capital financeiro atrelada à ideologia da segurança energética/elétrica do capital. Nesses termos, os capítulos seguintes dialogarão com a análise acerca da atuação dos organismos financeiros internacionais, com foco na atuação do Grupo Banco Mundial e seguido de uma análise acerca das expropriações no contexto da questão energética. Em seguida, comparece uma análise da atuação do Fórum de Associações do Setor Elétrico (FASE), finalizando com a consumação da proposta do conceito do Eletronegócio.

[39] Mais informações podem ser acessadas na Portaria MME Nº 831, DE 8 DE ABRIL DE 2025, a qual aprova o Plano Decenal de Expansão de Energia 2034 - PDE 2034.

CAPÍTULO 16 - O CAPITAL IMPERIALISMO E A ATUAÇÃO DOS ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS NA QUESTÃO ENERGÉTICA

No cenário do processo de financeirização e da atuação direta de organismos internacionais, emergem os acordos do governo brasileiro junto ao Grupo Banco Mundial. Nos atentaremos aqui a analisar alguns desses acordos de empréstimos relacionados com o setor energético, mais precisamente no setor elétrico brasileiro, articulando o debate do capital imperialismo e a intervenção de tais organismos, que articulados promovem a interação com o estado brasileiro na inserção da ideologia neoliberal.

O Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), surgido em 1944 na ocasião da Conferência de Bretton Woods, possui centralidade na atuação sorrateira e intimista com os governos na irradiação da ideologia capitalista, bem como na constituição de blocos de emergência dos interesses do poder central materializado na figura dos EUA, haja vista o período de pós-segunda guerra mundial, no qual o mesmo ganha centralidade internacional como agente direto do capitalismo nos países.

Pereira (2010) e (2020) reconstitui as raízes do Grupo Banco Mundial e suas componentes, a saber: 1. O Instituto de Desenvolvimento Econômico, 1955; 2. A cooperação Financeira Internacional, 1956; 3. Associação Internacional de Desenvolvimento, 1960; 4. Centro Internacional de Conciliação de Divergência de Investimentos, 1966; e 5. Agência Multilateral de Garantia de Investimentos, 1988. O autor afirma que, referente à atuação do Banco Mundial, destacam-se o BIRD e a AID.

Nesse contexto, o Governo Brasileiro pactuou junto ao Banco Mundial no ano de 2011, durante a primeira fase do Projeto Meta (PROJETO DE FORTALECIMENTO DOS SETORES ENERGÉTICO E MINERAL). Esse projeto foi dividido em duas fases, a primeira com prazo de execução entre os anos de 2012 a 2018, e a segunda edição entre os anos de 2020 a 2026. Os projetos são denominados Projetos Meta I e II, totalizando um montante de empréstimo de mais de 200 milhões de reais. Os objetivos do projeto são a modernização dos setores elétricos e minerais, a garantia da governança, a adequação de infraestruturas e a garantia da eficiência dos setores que, nas palavras do Banco Mundial, são essenciais para a visão estratégica do Banco.

No entanto, é importante frisar que nas entrelinhas dos documentos orientadores para os empréstimos realizados pelo governo brasileiro está a intencionalidades do agente financeiro global no processo de agenciamento das estruturas do estado brasileiro. Ele

visava o processo de aprimoramento das instâncias governamentais à linguagem do capital financeiro e à ordem “Verde”, o que já se avizinhava no horizonte estratégico do banco, almejando a inserção das potencialidades do Brasil. Quanto à potencialização da segurança energética, pretendia aglutinar o setor elétrico e mineral às diretrizes de desenvolvimento dos focos financeiros propagandeados pelo Banco Mundial.

O montante total dos investimentos do Banco Mundial abrange aproximadamente 14 anos, garantindo assim a interferência direta na tomada de decisões que, via pactuações contratuais, obrigam a por exemplo constituir acordos internos de governança, bem como criação de órgãos consultivos dentro do Ministério de Minas e Energia, como a Unidade de Gestora do Projeto[40] (UGP), com o objetivo fiscalizar o cumprimento dos contratos e acordos de gestão.

Segundo informações do MME, o projeto Meta possuía as seguintes áreas gerais de atuação: Planejamento do Setor Energético e Matriz Energética Brasileira; Geologia, Mineração e Transformação Mineral; Monitoramento e Controle do Setor Elétrico; Aprimoramento de Ações de Sustentabilidade Ambiental e de Inserção Social; Universalização da Energia Elétrica e Programa Luz para Todos (LpT); Fontes Alternativas e Eficiência Energética; Petróleo e Gás, e Segurança do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Ou seja, trata-se de ingerência direta de órgãos de financiamento global na escala das tomadas de decisões e capacidade de gestão do estado brasileiro. As agendas pautadas pelo projeto em tela, foram centrais na dinamização dos setores elétrico e mineral, bem como também garantiram o seu pleno desenvolvimento, alicerçado pelo controle de agentes internacionais e também pelo alinhamento às diretrizes estratégicas protagonizadas pelo Banco Mundial.

Em sua primeira fase, o projeto possuía 4 linhas gerais de atuação, sendo elas: Fortalecimento da Capacidade do Governo Visando o Desenvolvimento Sustentável dos Setores de Energia e Mineral; Fortalecimento dos Mecanismos de Regulação; Desenvolvimento Tecnológico; e Suporte para a Cooperação Sul/Sul. Com base nos documentos do Banco Mundial, é possível observar que as ações desta fase do projeto buscavam a gerência dos setores, sua organização, bem como a estruturação das cadeias

[40] Mais informações podem ser acessadas na Portaria Normativa MME nº 89, de 8 de novembro de 2024.Conforme consta no Art. 1º Constituir, no âmbito da Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia, a Unidade de Gestão de Projeto - UGP/SE, com a finalidade de gerir as ações do Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral - META, Segunda Fase, financiadas com recursos advindos do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.

produtivas na linguagem do desenvolvimento sustentável, com sua inserção no mercado global de parcerias e articulações.

Já em sua segunda fase, o Meta II, as diretrizes centrais eram: Assistência técnica para aumentar a eficiência, a adequação à infraestrutura de longo prazo e a resiliência climática nos setores de energia e mineração; Fortalecimento institucional de instituições de energia e mineração para estabelecer e implementar estratégias, políticas e regulamento; e Apoio à Implementação, monitoramento e avaliação, compartilhamento e disseminação de conhecimento. Já na segunda fase, o objetivo estava centrado na linguagem das mudanças climáticas, a inserção de conceitos de crise climática, da resiliência climática e a gestão dos ativos dos setores.

O aprimoramento da gestão dos setores foi central para a implementação com monitoramento dos resultados, bem como para o avanço das capacidades de regulação dos setores. O Plano Nacional de Energia 2030 e o Plano Decenal de Energia 2034 enquadram-se como parte da aplicabilidade do empréstimo do Banco articulando a linguagem do planejamento a longo prazo, bem como as estratégias de adaptação e mitigação das mudanças climáticas

Com base na análise documental, tanto na base de dados do Banco Mundial, como nos arquivos digitais do Ministério de Minas e Energia, é possível inferir a inteira conexão dos setores elétrico e mineral, haja vista as indicações teóricas de Alonso (2024) quanto às interrelações setoriais que baseiam a transição energética, propagandeada pelos veículos de comunicação institucional e midiática, porém, protagonizadas pelos acordos com os agentes financeiros de fomento. Aqui cabe também uma inferência acerca dos Aparelhos Privados de Hegemonia, numa escala global, que na linguagem gramsciana, protagonizam a disseminação dos interesses ideológicos da classe dominante, a qual, numa escala financeirizada, propicia acordos e incentivo à tomada de decisões que buscam o desenvolvimento da ordem capitalista.

É importante destacar que no curso do processo de implementação do Projeto Meta entre as fases I e II, o Brasil é assolado por um amplo processo de crise institucional com rebatimentos em questões governamentais, que protagonizadas tanto por agentes endógenos, quanto exógenos, efetuam o golpe de estado com a derrubada da presidenta Dilma Roussef. Tal questão central no bojo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil desdobrou na necessidade de ajustes para efetivação dos acordos do META, gerando um lapso de repasse do segundo montante do empréstimo apenas no ano de 2020, sendo a primeira em 2012.

Cumpre destacar, com base na análise documental das informações dos projetos do Meta II, que houve nesse ínterim, entre 2016 e 2018, duas prorrogações de finalização, tendo relação direta com as instabilidades políticas que assolavam o Brasil nesse período com o impeachment da presidenta Dilma Roussef e os desdobramentos nos acordos políticos na gestão dos ministérios, o que levou o projeto Meta II a ser finalizado em 31 de 2018.

Diante das interações fantasmagóricas entre agentes do capitalismo global e Estados Nacionais, nesse caso o Brasil, é importante pontuar as indagações asseveradas por Fontes (2010), quanto à teia capital imperialista, na qual a autora aponta a centralidade do Banco Mundial na propagação e financiamento de iniciativas alinhadas aos interesses do banco. A autora ainda aponta uma infinidade de dispositivos financeiros, com viés ideológico constituído a fim de disseminar o ideário enquanto sociedade civil, aqui analisado sob o prisma gramsciano. Ou seja, nas palavras da autora, o Banco Mundial, assumiu importante papel como modelo intelectual coletivo de um grupo de países do capital-imperialismo" (p. 171).

De acordo com o item 47 do documento de avaliação de projeto sobre um empréstimo proposto no valor de us$ 38 milhões à República Federativa do Brasil para um projeto de fortalecimento dos setores energético e mineral, "O Banco Mundial tem prestado apoio contínuo ao setor energético no Brasil nos últimos 25 anos. O Projeto de Energia Renovável - SER (1996-1998), estabeleceu a base para a reestruturação, liberalização e privatização dos setores de energia e gás. O Banco também prestou assistência para ajudar o setor a retomar o seu rumo após a crise de energia de 2001-2002, especificamente, através do Projeto de Assistência Técnica para o Setor Energético (ESTAL) (P076977)." (ESTAL, p. 30, 2020)

Nesses contexto, Fontes (2010, p. 171), analisando o papel desempenhado pelo banco e suas conexões com o capital imperialismo, afirma que "o Banco Mundial favoreceu um salto na escala de acumulação e concentração de capitais, forjando estratégias organizativas e penetrando no interior dos estados periféricos"

Pereira (2010), a partir da teoria marxiana, analisa o papel desempenhado historicamente pelo Banco Mundial na disseminação do ideário capitalista, principalmente nos países periféricos. Enfatiza que no percurso da história do Banco, desde sua fundação, houve rearranjos internos relacionados aos rumos do capital internacional, porém, com a marca sempre presente da apologia das ideias econômicas e incentivos políticos, baseados no seu interesse corporativo ideológico. Diante disso, na

escala brasileira, é importante observar que o próprio banco informa, em suas justificativas de empréstimos, que o Banco Mundial apoiou o Brasil no que concerne às políticas relacionadas à energia elétrica, desde os anos 90 e que, desde o ano de 2008, fomenta a política nacional de energia por meio do Programa Meta I e II, somando um investimento de mais de 100 milhões de dólares.

É importante destacar que uma das linhas centrais de atuação ideológica do banco, por meio dos seus empréstimos, foi calcada a partir do combate à pobreza, opulência discursiva e ideológica, entronizada a partir da gestão Robert Mcnamara, entre os anos de 1968 e 1981. Além disso, é no contexto do Setor Elétrico Brasileiro (SEB) e suas conexões com o BM, que o Projeto Meta I (2008 a 2018) possuía, como um dos seus pilares, o Programa Luz para Todos, sendo esse a base dos primeiros governos petistas a partir de 2003.

Nesse contexto, o Meta I garantiu os investimentos para a implantação de redes elétricas focalizadas principalmente nos estados com maior desigualdade socioespacial, a exemplo os da região Nordeste, com destaque para a Bahia. Ou seja, o ideário do combate à pobreza está imerso também nos programas de eletricidade e, dessa forma, a condução dos investimentos do BM protagonizou o discurso da redução da pobreza, que em escala mundial era propiciada pelos investimentos via empréstimos do banco. Nas palavras de Pereira (2010), o banco atuou diretamente na lógica dos "ajustamentos estruturais" de acordo com as contingências nacionais, bem como atrelado principalmente à lógica global.

Pereira (2020) descortina as estratégias do Banco Mundial especificamente em sua atuação no Brasil entre os anos de 1990 a 2020, analisando os empréstimos realizados, os acordos com o governo federal e a atuação também junto aos governos estaduais. Diretamente e sem devaneios, o autor apresenta de forma crítica, na linguagem típica do marxismo e fundamentado na História, como o Banco Mundial atuou e financiou as reformas neoliberais no Brasil ao longo dos anos 90 do século passado, bem como ele interagiu diretamente com agentes públicos e membros da sociedade civil, no intuito de propagandear os ideários constituídos pela burguesia global, materializadas no Banco com capilaridade internacional, porém, com foco em países periféricos.

Nesse ínterim, é importante frisar as reformas do setor elétrico brasileiro, tanto na década de 90, como na "crise do apagão" em 2001. O autor aponta as artimanhas financeiras e ideológicas visando a inteira conexão entre os agentes hegemônicos financeiros globais, protagonizados pelo Banco, como a interferência nas tomadas de

decisão tanto organizativas, quanto institucionais, visando garantir os interesses nos rumos futuros do SEB.

Outro agente hegemônico internacional é o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, fundado em 1959 com o objetivo de financiar projetos para a América Latina e Caribe. O BID, em Nota Técnica de 2022, em parceria com diversos estudiosos do setor vinculados a universidades e institutos de pesquisa acerca do Setor Elétrico Brasileiro (SEB), afirma que "o BID vem desenvolvendo estudos analisando os avanços dos países da América Latina e Caribe como marcos regulatórios e políticas públicas, com o objetivo de colaborar para a transição para um sistema elétrico mais eficiente, acessível, sustentável e integrado."

No mesmo documento, o BID analisa os desdobramentos das políticas neoliberais no Brasil afirmando que o sistema de bandeiras tarifárias foi parte dos acordos para empréstimos com o setor financeiro internacional, transferindo o custo do aumento da energia elétrica para os consumidores e, nesse caso, parte do processo de extração de renda prioritariamente da classe trabalhadora.

Segundo o banco mundial, "os investimentos em infraestrutura energética e eletrificação impactam no desenvolvimento econômico e não o inverso". A ampliação da infraestrutura energética, tais como hidroelétricas e eólicas, precisa vir acompanhada de investimentos de eletrificação para além da escala local, pois esses são passageiros e os outros são de longo prazo". Tanto o Banco Mundial quanto a Agência Internacional de Energia, ligada à OCDE, são enquadrados nesse estudo, como aparelhos privados de hegemonia.

Eles atuam na esfera internacional operando, sugerindo, incentivando os processos de segurança energética por meio do financiamento e assessoramento a projetos governamentais. A Agência foi fundada em 1974 numa tentativa de enfrentamento à crise do petróleo e atua diretamente em política energética na escala mundial. O Banco mundial foi criado em 1944 para apoiar a reconstrução dos países e economias no pós guerra. E a OCDE foi criada em 1961 para assessorar os países em estratégias de desenvolvimento econômico. O FASE, nesse contexto, é um desdobramento natural na acomodação do sistema capitalista, visando a construção de estruturas ideológicas que disseminem as informações, conhecimentos e estratégias apontadas e financiadas pelo Banco Mundial e operadas pelas agências de fomento, tais como OCDE e IEA.

Essa imbricada rede de "cooperação" visa o fomento às dinâmicas financeirizadas e o aprisionamento das esferas nacionais por meio da torneira escravizante dos

financiamentos para projetos de infraestrutura. A moeda de pagamento dos financiamentos são o PIB nacional e as dívidas públicas, que são regadas pela extração de mais valor por meio dos salários e impostos, os quais são direcionados principalmente e estrategicamente para a classe trabalhadora.

A outra faceta desse processo é a introdução dos agentes internacionais por meio das corporações facilitadas pelo ingresso via leilões públicos de entes nacionais. Ou seja, a territorialização do capital é engendrada por estruturas ideológicas associadas à financeirização do capital em escala internacional, e operada pelas estratégias de monopolização do território por meio dos megaprojetos energéticos em escala regional e local. Ou seja, trata-se de uma articulação muito bem orquestrada numa visão transescalar dos processos e agentes hegemônicos envolvidos e, dessa forma, para sua antenada compreensão é de suma importância uma leitura à altura das problemáticas postas, sob pena de analisar apenas fatores locacionais e perder de vista as desventuras da pesquisa desde baixo à dinâmica da financeirização energética na escala internacional.

Assim, a infraestrutura das cercas elétricas materializadas nas linhas de transmissão de energia são facetas fragmentadas da realidade concreta, na qual a materialização no território das LTs constitui estruturas financeirizadas à lógica da expansão do capital, a qual envolve a orquestração de acordos internacionais mediados pelo Banco Mundial, OCDE e IEA e que, na escala nacional, são operados pelo Estado, através do MME, EPE, CCEE e ANEEL. Tais articulações não seriam benéficas aos anseios da sociabilidade do capital sem a operação direta ideológica, propiciada pelo FASE, que na escala nacional, articula ideologicamente os compromissos e estratégias apregoadas pelos entes internacionais, por meio dos interesses dos agentes hegemônicos do setor elétrico.

Nesse ínterim, o espaço assume a função de receptor das estratégias relacionadas à financeirização energética, na qual o interesse é o aprisionamento dos Estados e diretamente a captura dos orçamentos públicos, visando o endividamento a longo prazo e o robustecimento das corporações energéticas internacionais, dos bancos de financiamento, visando assim a reprodução ampliada do capital atrelando as escalas local, regional, nacional e global numa lógica destrutiva e fictícia. Ou seja, uma produção do espaço aprisionada aos interesses do capital e de sua lógica de sociabilidade destrutiva e escravizadora da sociedade em suas múltiplas escalas.

16.1 – AS EXPROPRIAÇÕES E A QUESTÃO ENERGÉTICA BRASILEIRA

Para Fontes (2010, p. 29), “a propriedade hiperconcentrada do capital produz a concentração de capitais (em grandes conglomerados) e sua difusão e dispersão em miríades de empreendimentos”. Decorrente desse processo, a escravização contemporânea pelo dinheiro e pelos bens de consumo são a mola propulsora para a contínua expansão capitalista, que, na forma de mercadoria da eletricidade, acentua a dimensão da energia elétrica como matéria base para a exploração da sociedade. Tal questão é central para a compreensão da produção capitalista do espaço, no bojo das constantes e objetivas expropriações protagonizadas pelos megaprojetos energéticos e mais precisamente também, pelas linhas de transmissão de eletricidade.

Nas palavras de Fontes (2010, p.21), é possível observar a equação trágica que atrela a expansão do capital à lógica da concentração de capitais e o processo ascendente de expropriações. Nesse ínterim, os megaprojetos energéticos emergem como materialização histórica do capital monetário com seu atrelamento umbilical ao capital fictício, na dinâmica da expropriação crescente. Tal processo impõe a subordinação da sociedade e diretamente do espaço, visando produzi-lo sob a égide da extração de mais valor, possibilitando a selvageria da mercantilização da vida, ou seja, sua destruição transescalar e constante.

As expropriações seguem ativas e constantes no capitalismo contemporâneo, porém, as primárias são parte fundamental da expansão do capital sob a forma da saída, por vezes brutal e forçada, desde os primórdios dito primitivos do capital. Tal processo, na atualidade, acentua-se com a proliferação de megaprojetos de infraestrutura nos países periféricos, via a territorialização do capital e sua agenda de monopolização do território. Essa dimensão é objetiva no contexto da ampliação da malha da rede de linhas de transmissão de energia que, vorazmente, materializa a expansão do capital sob a lógica da apropriação privada da natureza, transmitindo eletricidade aos grandes centros aglutinadores de consumo, sejam eles industriais, comerciais e residenciais.

Ao longo dos séculos XIX e XX o mundo passou por uma corrida para consolidar frentes energéticas controláveis e com alto poder de intensidade. Tais processos foram protagonizados tanto pela água, como pelo carvão, o petróleo, nuclear e mais recentemente as ditas fontes renováveis de energia, mais precisamente o sol e o vento. Porém, tais avanços tecnológicos e as tentativas graduais de “domesticação” da natureza, a partir da variável energia, tornaram-se gradativamente em elementos de estudos,

especulação, valorização e incorporação à lógica de reprodução ampliada do capital. Destacamos que tais dimensões são não lineares, relacionais e principalmente carregadas de conflitos, tanto entre nações, como principalmente entre grandes corporações financeiras mundializadas sob a batuta do capital.

A implantação das linhas de transmissão de energia elétrica, desde a sua projeção à sua materialização no território, embute a lógica selvagem da expropriação. De um lado, a dimensão é observada na ausência constante de diversas comunidades tradicionais e camponesas nos estudos, mapeamentos e documentos oficiais tanto das corporações como do Estado, demonstrando tanto a tentativa de invisibilização territorial, como a demanda por apresentar um território livre de barreiras.

De outro lado, essa dimensão expõe a voracidade da expansão capitalista na forma dos investimentos do capital portador de juros, na dimensão real da vida com a implantação eloquente, sob a ideologia do progresso e desenvolvimento, na oferta de melhores condições de vida, renda e emprego, haja vista que tais populações sobrevivem às mais variadas condições de expurgo socioeconômico.

Esse processo expõe, objetivamente, as dimensões reais e as condições da dinâmica espacial do processo contraditório da expropriação sob o capitalismo. Apontamos aqui a materialidade contraditória da problemática das expropriações que, em pleno século XXI, ocasionada pela implantação de linhas de transmissão de eletricidade, gerou expropriação na comunidade de Viração, no município de Antônio Cardoso e Garapa, em Feira de Santana na Bahia, bem como na comunidade de Jatobá, em Barra dos Coqueiros - Sergipe.

Tendo em vista o projeto estritamente protagonizado pelo capital, no qual as expropriações compõem parte intrínseca de seu objetivo expansivo e devastador da vida, os megaprojetos energéticos, aqui compreendidos como parte intensiva do Eletronegócio, dimensionam a expropriação territorial com a abertura de frentes de terras a serem apropriadas sob o discurso da produção e transmissão de eletricidade.

Tais porções de terras, que em sua maioria compõem o escopo territorial de comunidades camponesas e tradicionais, a despeito da omissão do estado quanto à sua regularização e titulação, são entroncadas ao Sistema Integrado Nacional do setor elétrico brasileiro, sob a batuta da omissão reguladora do Estado por meio dos leilões de energia que exacerbam as indenizações para viabilização das faixas de servidão administrativas.

Quando somadas estrategicamente à mobilidade forçada do trabalho, o abandono das comunidades indígenas e camponesas e os processos histórico-espaciais de ausência

das condições materiais de existências, tais como alimentação, escolarização, saúde, assistência social, dentre outras, expõem, a incorporação de massas de indivíduos aos mundo do trabalho precarizado e explorado e também as terras tradicionais que, para além das grandes extensões latifundiárias, são expropriadas diretamente para o andamento do ciclo da expansão do capital.

Como argumenta Fontes (2010), a acumulação dita primitiva é atual e contemporânea, sendo motor da intensividade da reprodução do capital em tempos de barbárie socioespacial. Assim, compreender as expropriações materializadas pela ampliação do setor elétrico brasileiro, é chave para o desvelamento do protagonismo desempenhado por este setor econômico na produção capitalista do espaço no bojo do Eletronegócio. Tal processo tem se acirrado no Brasil com o avanços dos Datacenters, ora engendrado como estratégia de desenvolvimento tecnológico com inclusão social, ora articulada à desregulamentação, haja vista que o Brasil não possui normas ambientais com regramentos legais para esse fim.

Diante disso, as expropriações secundárias, ou seja, protagonizadas não somente pela inclusão de mão de obra no mercado, mas também e diretamente como motor de um novo ciclo de perdas de direitos tradicionais, terras das comunidades, saberes e conhecimentos tradicionais, dentre outros processos, é marca central da expansão do capital no século XXI e que comparece diretamente nas questões relativas às linhas de transmissão de energia elétrica.

Nesse sentido, Fontes (2010, p.45) analisa que “as expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista”. Ancorado no embasamento de Marx no capital, referenda-se o caráter incontornável que as expropriações impõem ao ritmo e projeto de reprodução da sociabilidade do capital, fundando suas marcas históricas na destruição das condições de vida e refundação de outras, sob a fantasia da liberdade do trabalho. O desafio premente é conectar tais processos, numa linguagem transescalar, e, assim, compreender a dinâmica da totalidade social.

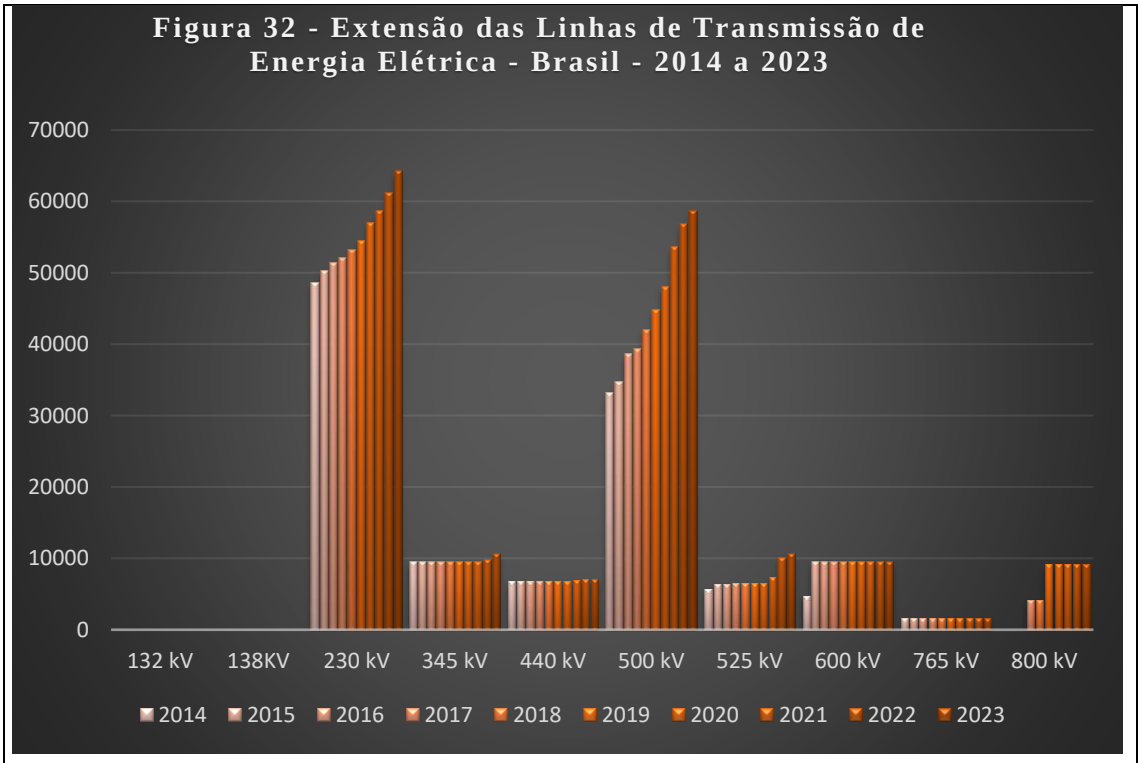
A partir da análise das informações e documentos institucionais, tais como normas do MME, EPE, ONS e ANEEL, referentes aos processos relativos à transmissão de energia no Brasil, foi possível compreender a dinâmica e o funcionamento do setor elétrico brasileiro (SEB), no contexto do circuito de produção, transmissão e consumo de energia no Brasil.

Um documento basilar para esse entendimento foi o Plano Nacional de Energia (PNE-2023) e o Plano Decenal de Energia (PDE-2034), nos quais constam as diretrizes, ações estatais e o planejamento geral do setor, apontando cenários e a dinâmica que envolve os membros componentes, bem como as políticas setoriais concernentes ao desenvolvimento do setor elétrico Brasileiro.

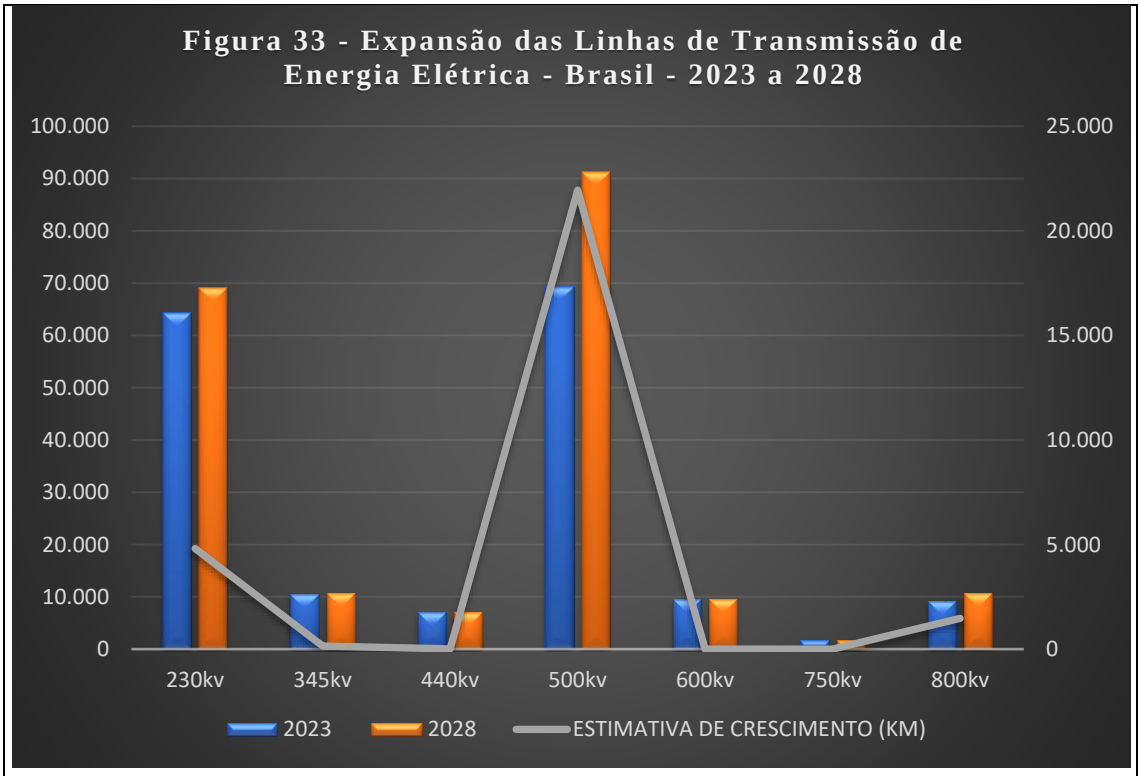
Outra dimensão, apontada pelos documentos relativos aos termos e compromissos do Banco Mundial, demonstra que a política e orientações para a os órgãos públicos, bem como as diretrizes para os leilões da transmissão de energia, também foram pactuados com o Banco Mundial, conforme consta no item 48 do mesmo documento, a partir do Projeto Meta I. Ou seja, as tomadas de decisão e as diretrizes das políticas públicas, tais como a PNE 2023, estão engendradas pelos interesses e ideologias burguesas protagonizadas pelo Banco Mundial que, sob o prisma da crise, infiltra seus princípios no contexto das ações de políticas públicas.

Nesse contexto, é possível observar o processo de ampliação do Sistema Integrado Nacional – SIN que, ao longo dos últimos anos, houve aumento expressivo no conjunto das linhas de transmissão de eletricidade, como pode ser observado nas **figuras 32 e 33**. Mais precisamente aponta-se para os avanços das estruturas de 230kv e 500kv, sendo essas as mais ofensivas quanto ao tamanho e impactos territoriais.

Figura 32 - Extensão das Linhas de Transmissão de Energia Elétrica - Brasil - 2014 a 2023



Fonte: Anuário Estatístico de Energia Elétrica (da Empresa de Pesquisa Energética EPE) – 2024. Elaboração própria



Fonte: Banco de dados do Operador Nacional do Sistema (ONS) - 2024
Elaboração própria

Tais elementos são centrais para compreender, como aponta Fontes (2010), as novas formas de expropriação contemporânea e as resistências decorrentes. A energia elétrica e as linhas de transmissão de energia, enquanto componente do circuito espacial da eletricidade, são facetas dessas novas externalidades nos moldes da acumulação de capital no século XXI, por meio da apropriação privada da natureza.

A privatização do setor elétrico nos anos 90 do século XX, a privatização da Eletrobrás e a organização das associações congregando estrategicamente o setor empresarial elétrico, são facetas que explicam o desenvolvimento do capitalismo no SEB com vistas à ampliação da extração de mais valor e a direta reprodução ampliada do capital, tendo as expropriações como vertedor central.

Vale destacar a necessária leitura crítica do escopo teórico quanto à produção do espaço, territorialização do capital, financeirização da natureza, bem como o capital imperialismo e os desdobramentos teórico conceituais, referentes à matriz gramsciana quanto à sociedade civil, estado ampliado e os aparelhos privados de hegemonia, com vistas a compreender a totalidade do objeto de estudo em questão. Nesses termos, a aparelhos privados de hegemonia, são assentam-se nas reflexões quanto à dominância das tomadas de decisões, no bojo das políticas públicas e principalmente na temporalidade e

intencionalidades imperativas, haja vista a ordem do capital em inteira relação umbilical Estado-Capital.

Assim, a pesquisa alçou rumos para desvendar os conflitos territoriais e as estratégias territoriais de resistência praticados pelas comunidades afetadas frentes às movimentações dos conglomerados financeiros envolvidos, que se materializam em práticas político-espaciais de judicialização dos processos expropriatórios, enfrentamentos públicos em reuniões, comissões temáticas e audiências públicas populares e manifestações. Outros expedientes também compareceram, no intuito de exprimir a luta do conjunto das comunidades atingidas por diversas linhas de transmissão na Bahia e Sergipe.

No SEB, a lógica é possibilitar a ampliação da extração de renda, seja a partir do consumo direto, seja por meio do maquinário tecnológico. O Estado é parte central desse processo, o mesmo que é indutor da privatização, continua atuando, diretamente e de forma difusa, a partir dos leilões de energia e na descentralização da gestão do SEB, articulando EPE, MME, CCEE, ONS, ANEEL e os conselhos consultores do setor.

A faixa de servidão administrativa nas linhas de transmissão de energia significa a conversão de território comunitário das populações do campo, base para a reprodução social de famílias camponesas, quilombolas etc., para o controle territorial de corporações, sob o jugo do Estado atrelado à uma concessão de serviço público, que nesse caso é a transmissão de eletricidade num período médio de 30 anos.

Ou seja, trata-se de expropriação direta e massiva de terras visando extração de mais valor, que, na forma de mercadoria de energia elétrica, transmite eletricidade por longas distâncias, convertendo natureza e trabalho em capital. Nesse quadro, Fontes (2009, p. 217) afirma que “a expropriação massiva é, portanto, condição social inicial, meio e resultado da exploração capitalista”.

Seguindo a lógica crítica de Fontes (2010), é possível inferir que a expropriação primária atuando como disponibilização de trabalhadores ao mercado e as expropriações secundárias na medida em que impõem limites ou até retirada de direitos, estão ligadas também às mudanças normativas e legislativas para acesso à regularização fundiária, alteração em limites para os empreendimentos terem acesso às licenças ambientais.

Um exemplo contundente dessa situação é a mudança da normativa 03 de 2014 do IBAMA, que retira o direito à consulta prévia para as comunidades quilombolas certificadas, restringindo o direito àquelas tituladas. Essa medida fragiliza as populações quilombolas já reconhecidas, mas que não dispõem de seu território regularizado por

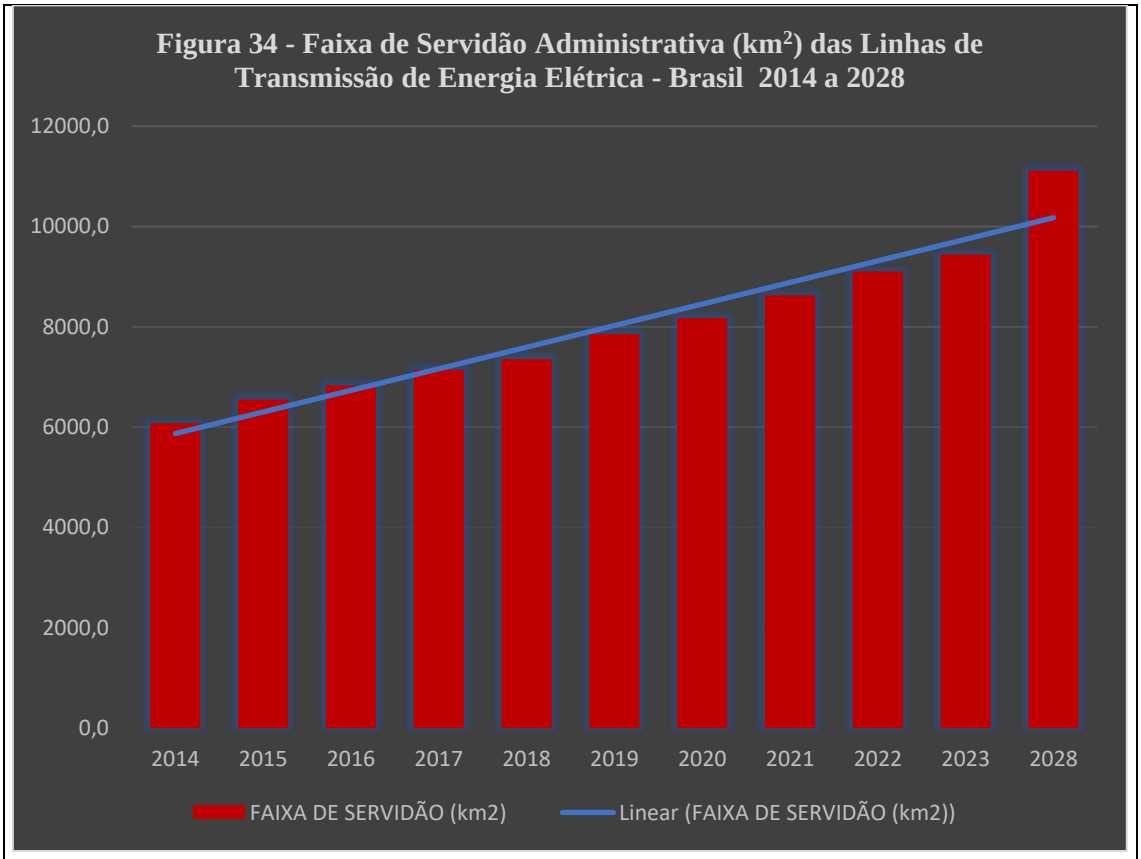
conta da morosidade do Estado brasileiro em cumprir a Constituição Federativa do Brasil, no que tange à garantia dos direitos territoriais. Essa lacuna contribui para o avanço destrutivo dos megaprojetos energéticos. Outra medida a ser exemplificada é a subordinação territorial das comunidades tradicionais, com a substituição da exigência do EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente) para simplesmente o RAS (Relatório Ambiental Simplificado).

Além disso, outra dimensão diretamente ligada ao setor energético foi a garantia do direito à eletricidade que abriu frentes como o programa governamental Luz para todos[41], ao mesmo tempo que ampliou a necessidade do consumo de energia elétrica com o apogeu do consumo e dos gastos com as contas de energia elétrica. Assim, a eletricidade foi convertida em forma de extração de renda camponesa, cuja fração passou a ser destinada ao pagamento de impostos ao Estado na forma das tarifas às distribuidoras de eletricidade, o que se converte diretamente em lucro para o sistema elétrico.

Nesses termos, a faixa de servidão administrativa, para a implantação de linhas de transmissão de energia transmuta a nacionalização das terras. Ao invés de frear a extração de renda da terra, ela aguça sob a forma da retirada da posse da terra de pequenos proprietários rurais, tanto em comunidades tradicionais ou camponesas. Ou seja, trata-se de uma perversão do mecanismo comunal de nacionalizar as terras, garantindo assim a reprodução do capital sob a forma das faixas de servidão para implementação de LTs. (**Figura 34**)

Tal mecanismo possibilita a circulação da produção de energia e assim garante o mecanismo sistêmico de reprodução ampliada do capital. Com a nacionalização das terras através da incorporação de frações do território ao domínio das empresas concessionárias do setor energético, via as faixas de servidão administrativa, as terras passam ao domínio do Estado, porém, sob o controle efetivo das corporações do capital, haja vista os contratos de concessão serem de 30 anos.

[41] https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos



Fonte: Anuário Estatístico de Energia Elétrica – 2024.
Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e integrados à base de dados do ONS (2025)
Obs1: Os dados referentes aos anos de 2028 são uma estimativa do ONS.
Obs2: Para efeitos de estimativa, foi utilizado o valor de 55 metros como faixa de servidão padrão para todas as LTs.

O impacto de tais instrumentos normativos, tais como as faixas de servidão, são brutais aos territórios camponeses e quilombolas, haja vista que no Brasil há programada uma ampliação galopante das áreas a serem incorporadas ao domínio do Estado para a implantação das linhas de transmissão de eletricidade, conforme podem ser observados na **figura 34**. Observa-se que entre os anos de 2014 a 2023 o incremento foi em torno de 4 mil km^2 e entre os anos de 2023 e 2028 está planejado pela EPE um incremento de 1mil km^2.

Nesses termos, a faixa de servidão rompe com a lógica da compra ou arrendamento das terras, pois o estado-capital constitui o instrumento jurídico da servidão administrativa, a qual apenas paga um valor irrisório referente indenização aos proprietários. Ou seja, na implantação das linhas de transmissão de energia o processo se agudiza e referenda a apropriação privada da terra. Tais indicações são observadas nos

trechos de passagem das LTs, onde as mesmas percorrem grandes áreas em comunidades tradicionais, que em sua maioria não possuem regularização fundiária e titulação da terra.

As melhores áreas para a implantação do traçado da LT são também os de mais fácil acesso, com proximidade a eixos de transportes mais acessíveis. Ou seja, o objetivo é potencializar os investimentos de capital para a implantação das estruturas de transmissão de eletricidade para, dessa forma, possibilitar maior extração de renda da terra. Tal mecanismo mediado pelo Estado é parasitado pelas corporações transnacionais que, sob a forma dos leilões públicos, arrematam territórios para porções de traçados de LT e ao mesmo tempo porções de terras para a passagem da eletricidade via as LTs. Há assim, a subordinação do território, via a territorialização do capital, sob a batuta institucional do Estado.

CAPÍTULO 17 - O NEGÓCIO DA ELETRICIDADE: A ATUAÇÃO DO FÓRUM DE ASSOCIAÇÕES DO SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

Dedicaremos esse tópico ao aprofundamento da leitura do Eletronegócio sob o prisma da atuação do Fórum de Associações do Setor Elétrico Brasileiro - FASE, ancorados na teoria gramsciana dos aparelhos privados de hegemonia.

Diante de tal problemática, a questão que assume centralidade na pesquisa concretiza-se na análise de entidades ou organizações que estão alinhadas aos interesses da classe dominante, ou de suas frações burguesas que estão em constante disputa. Analisar-se-á como se dá o direcionamento das tomadas de decisão ou incisão de intencionalidades nas ações do Estado no caminho das articulações da burguesia, que organizada em frações assimétricas, busca a apropriação das ações do Estado visando a hegemonia de sua ideologia capitalista.

É nesse contexto, que os aparelhos privados de hegemonia se apresentam como possibilidade analítica para a compreensão da produção do espaço dos megaprojetos energéticos no contexto da territorialização do capital das empresas de linhas de transmissão de energia. A análise dos documentos institucionais, apontou o caminho, tanto por meio dos sites e veiculação de notícias dos agentes do setor elétrico, bem como através de documentos privativos a algumas organizações, que se caracterizavam como associações vinculadas a setores, tais como a ABDIB e o FASE.

Essas associações ganham notoriedade para compreender esse processo, sob o olhar não apenas das comunidades e suas organizações, que produzem a luta pela vida

em detrimento dos megaprojetos que promovem morte e destruição, mas principalmente pelas articulações e ação política engendradas por grupos organizados em frações da classe dominante, mais precisamente do setor elétrico.

A ABDIB, com foco na infraestrutura geral e com mais de 70 anos de história, e o FASE, criado em 2013 e com foco direto no SEB, apontaram em 2023, no contexto da leitura de notícias oficiais, documentos institucionais e atas de reuniões, nos quais os executivos dessas associações participavam de diferentes reuniões com níveis hierárquicos elevados, sejam com ministérios do governo federal ou até com agentes financeiros. Esse caminho teórico-metodológico, desvelou uma inovadora faceta da pesquisa, questionando se os megaprojetos, a fetichização da eletricidade e a financeirização da energia elétrica tinham correlação com a operação de tais associações.

Isso posto, a pesquisa buscou analisar os documentos associativos que buscam dar direcionamento à tomada de decisão do Estado, bem como a participação de seus representantes em mesas de diálogo, debates públicos, audiências públicas, assim como pronunciamentos nos meios de comunicação, apresentando-se como uma travessia fértil, porém tortuosa, haja vista a análise e busca de desvendamento da linguagem da classe dominante por meio de seus aparelhos privados de hegemonia.

A teoria gramsciana se abre como o percurso para destravar as íntimas possibilidades de desvelamento da realidade, até então focada na compreensão das movimentações e disputas engendradas pelos movimentos sociais, suas organizações e comunidades.

A partir da análise dos documentos do FASE, suas diretrizes e a constituição de um documento formatado para debate junto aos presidenciáveis no ano de 2022, o Fórum, que, nas palavras de seu presidente, desde a fundação em 2013, se consolidou como “uma associação de busca por consensos” e com participação ativa, congregando 35 associações e entidades ligadas ao setor elétrico.

Esse documento se abre como uma cortina de possibilidades, uma vez que busca por interação direta com o futuro presidente e traz consigo, em suas propostas, uma centralidade da linguagem do capital marcadamente com os conceitos de governança, competitividade, agentes financeiros e uma leitura da energia elétrica como negócio e também como uma faceta capitalista para extração de renda e valor.

A grande questão está posta na contradição em conectar mundos aparentemente distantes: a luta das comunidades pelo território da vida e contra os megaprojetos e as

frações da burguesia em suas conexões com a financeirização de agentes econômicos no bojo do Estado-Capital, por meio da linguagem destrutiva do capital.

Nas palavras de Harvey (2005, p. 43), as crises podem se manifestar de diversos modos, dependendo das condições de circulação e produção do momento". É nesse contexto que as entidades e associações buscam maior protagonismo. Organizando inicialmente um grupo de presidentes das principais associações do setor elétrico, originalmente em 2011 e posteriormente em 2013, convencionam a denominação de Fórum de Associações do Setor Elétrico, capitaneadas por Mario Menel, experiente agente do setor, com passagem por diversas empresas, grupos empresariais e altos cargos do governo federal.

O ano de 2013 é emblemático no Brasil, haja vista as disputas no seio da sociedade. Ocorre o esvaziamento dos poderes do governo federal na figura da presidenta Dilma Rousseff, o posterior golpe de estado e principalmente a necessidade de incisão nas políticas públicas mediante os empréstimos em execução junto ao Banco Mundial e diretamente investidos no setor mineral e elétrico, denominados de Projeto Meta I e II, conforme já apontados no capítulo anterior.

Ao nosso olhar, a emergência do FASE e a contínua atuação do Banco Mundial, no contexto dos empréstimos e agenciamentos diretos junto ao governo federal desde 2010, por meio das tratativas para construção do META, apontam o caminho adotado pelo governo brasileiro, que ao longo dos últimos 25 anos possui uma agenda neoliberal com roupagem de neodesenvolvimentismo. Tais processos apontam tanto para a integração latino-americana, quanto para a mudança de rota rumo ao neofascismo entre 2019 e 2022, conduzindo assim, à reflexão acerca do setor elétrico que, tão estratégico para o país, é central para a construção de hegemonias protagonizadas pelos agentes financeiros internacionais, na figura do Banco Mundial.

Em escala nacional, mas não somente, o FASE protagoniza a entrada de frações da burguesia brasileira associadas a grandes empresas e fundos de investimento. Nesse momento, no ano de 2013, com o direcionamento estratégico de incidência coletiva no bojo das tomadas de decisões das políticas pública do setor elétrico brasileiro.

A partir da análise do documento Agenda 2.0, o Fórum aponta as estratégias centrais de atuação do grupo, visando a inserção na tomada de decisões e no planejamento do governo federal, seja por meio de alterações legislativas, ou também pela incisão principalmente no Ministério de Minas e Energia. Tal dimensão aponta o caminho da hegemonia no estado ampliado, o que condiz com os pressupostos de Mendonça (2014).

Diante de tal problemática, analisamos o espaço geográfico como foco nas ações estatais e da incidência dos interesses privados, nesse caso, hegemônicos do capital financeiro, assumindo o papel de sustentáculo da territorialização do capital materializados pelas corporações internacionais, ora pela estrangeirização de terras, ora pela participação em leilões públicos do setor energético, mais precisamente das linhas de transmissão de energia, que em sua materialidade, conduzem à cicatrizes territoriais ao longo de seu curso.

Os megaprojetos energéticos, derivados dessa estratégia global de hegemonia do capital financeiro e materializados na territorialização do capital, são aqui compreendidos como componentes do Eletronegócio, sendo este, a faceta destrutiva da territorialização do capital no contexto dos desdobramentos da ordem sociometabólica e destrutiva do capital na produção do espaço.

Este, de um lado, é produto da ordem do capital e, de outro, é produtor de diversas espacialidades de lutas de classe, seja pelas comunidades e suas organizações, seja pela contingência do avanço capitalista na construção destrutiva de territórios da morte em detrimento dos territórios da vida, protagonizados pelas comunidades e sujeitos sociais em luta permanente por autonomia, direitos sociais e reprodução da vida.

É importante destacar que a operacionalidade dos megaprojetos possui estreita interrelação com a atuação do FASE, haja vista que o mesmo dinamiza a execução de obras públicas em escala nacional, bem como articula entidades, fundos de investimentos e corporações internacionais no intuito de dinamizar o setor elétrico por meio das diversas associações setoriais que o compõem, tais como os setores da geração, comercialização investidores, renováveis, dentre outros. Aqui se consolidam as associações Abraceel, Abdan, Abeolica, Absolar, Abiape[42], dentre outras associações estratégicas para o setor elétrico.

O enraizamento da lógica financeira na produção do espaço conduz à hegemonia do bloco do poder, constituído com base nas premissas gramscianas no estado ampliado. Ou seja, trata-se de uma conjuntura concreta nas intencionalidades, na concepção e implementação das políticas públicas neoliberais nos países periféricos. A exemplo, é possível apontar as dimensões engendradas pelo Fórum de Entidades do Setor Elétrico

[42] Abraceel (Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia), Abdan (Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Atividades Nucleares), Abeólica (Associação Brasileira de Energia Eólica), Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica) e Abiape (Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia).

(FASE) que, desde 2013, protagoniza a tomada de decisões e articulações junto ao Estado. Outro exemplo é a ABDIB que, desde 1955, articula e opera as negociações no setor da indústria, sob a aura do desenvolvimentismo.

Mais diretamente, o FASE operacionaliza a completude das dimensões normativas e institucionais do setor elétrico brasileiro, congregando uma gama de entidades, organizações e empresas produtoras, operadoras e especuladoras do SEB. Os processos decisórios e de discussões institucionais perpassam a atuação de diversos agentes dos mais diversos setores componentes do fórum, tais como a produção, transmissão e empresas articuladas com o setor econômico das peças e importadoras de insumos elétricos. É possível observar em seus comunicados as diversas discussões institucionais em ministérios e agências governamentais, nas quais os membros oficiais do FASE protagonizam debates e os outros membros - ocupantes de cargos no Estado, encaminham as discussões para a efetiva atuação do FASE no SEB.

O estado ampliado se materializa também na produção de documentos oficiais, uma vez que realizam prognósticos e pressionam os governos para a tomada de decisões nos âmbitos operacional e estratégico. Destaca-se também, a atuação do FASE nos poderes legislativos e judiciário, a exemplo do Deputado Federal Arnaldo Jardim[43], como em debates acerca da judicialização de processos junto às instâncias judiciárias. Importante apontar que o FASE estrategicamente congrega diversos setores energéticos ligados à eletricidade e, dessa forma, constitui, ao nosso ver, um exemplo concreto da hegemonia capitalista da classe burguesa no aparato de estado, ou seja, um aparelho privado de hegemonia.

Assim, tratamos nessa reflexão crítica, assentada na análise apurada dos processos capitalistas no setor energético brasileiro, mais precisamente o setor da eletricidade numa visão multiescalar, acerca da atuação e efetividade da corporatocracia energética do capital atuando diretamente com as estratégias de reprodução ampliada, por meio do envolvimento com o aparato governamental, transmutando energia em mercadoria negociada e especulada na financeirização do capital.

Os aparelhos privados de hegemonia, apontados aqui como centrais para a reprodução ampliada do capital, engendram processos e intencionalidades diretamente relacionadas com a territorialização do capital e a monopolização do território. Ou seja, trata-se da operacionalidade que ora se apresenta a partir dos megaprojetos energéticos,

[43] https://www.camara.leg.br/deputados/141391

ora por meio da expropriação de comunidades que de forma direta ou indireta são impactados pela expansão capitalista.

O Eletronegócio intenta desvendar os mecanismos de atuação tanto do setor financeiro, quanto do Estado através da implementação de políticas públicas imbuídas no ideário neoliberal, bem como busca desvendar os mecanismos de atuação dos APH, no contexto de suas inter-relações protagonizadas pelo FASE e suas associações conectadas ao setor elétrico.

As interfaces apresentadas pela estrutura conceitual do Eletronegócio expõem a parafernalha, tanto estatal quanto capitalista, que imbrincadas possibilitam a constituição de estados de exceção, que na lógica territorial, potencializam a destruição dos espaços de reprodução da vida através dos territórios de exceção. Nesse contexto, a soberania dos povos é escamoteada e principalmente atrelada às diretrizes do capital que são alicerçadas em alterações normativas e legais, com o intuito de instrumentalizar a implantação dos megaprojetos que, numa leitura transescalar, são os dogmas do capital materializados na forma de ocupação territorial. Isso ocasiona a reprodução do espaço da miséria e pobreza em detrimento da reprodução da vida. Tal ruptura metabólica da sociedade e natureza, mediadas pelo capital, representam sumo fértil para a compreensão crítica do Eletronegócio.

A compreensão dos aparelhos privados de hegemonia, são essenciais para a pesquisa em Geografia, haja vista as possibilidades de desvelamentos dos processos internos, articulações e operacionalidades da atuação do estado, bem como na execução de políticas públicas. Nesse ínterim, tornam-se centrais os desdobramentos dessa trama na produção do espaço, sob aura da expansão do capital em plena égide dos ideários neoliberalizantes, que, por meio dos agentes hegemônicos, constroem a concretude contraditória dos espaços da riqueza e pobreza.

Os megaprojetos energéticos e sua intencionalidade constituem base para a compreensão do Eletronegócio. Por meio dos APH, o estado ampliado e o capital financeiro promovem os ideários do capital visando a constante acumulação desigual e combinada. Os PINERG são essenciais nessa análise, pois se revelam como estruturas físicas aparentes, porém, subsumidas à lógica da fetichização da mercadoria enquanto elemento concreto. Diante desse quadro, a análise geográfica, sob o prisma crítica da produção capitalista do espaço acerca do Eletronegócio, torna-se objetivo analítico desta reflexão a partir da atuação do FASE.

Ademais, é importante frisar que o mundo capitalista contemporâneo é desenhado a partir da lógica da produção-circulação-consumo de mercadoria, mediados pela financeirização. Nesse contexto, a energia compreendida como apropriação privada da natureza constitui-se como a mola propulsora da expansão capitalista e sua análise não deve ser reduzida apenas à lógica da eletricidade, mais principalmente como motor catalizante para a expansão transfronteiriça do capital. Ou seja, trata-se de uma dimensão relacional que, vista apenas como elemento natural, deixa seu conteúdo empobrecido da questão energética, essa sim como demarcadora da apropriação capitalista da natureza, mas principalmente da produção capitalista do espaço.

De outro lado, a luta de classe, condição constante de enfrentamento e organização dos processos dos trabalhadores e também das comunidades tradicionais, vislumbra dinâmicas contrárias à lógica desumanizante e de expropriação constante por parte dos monopólios do poder vigente, desde a opulência do capital enquanto relação social através de sua sociabilidade destrutiva. A disputa ideológica, não meramente associada aos discursos, é base para a representativa e singularidade de envolvimentos diversos ao modelo de expansão do capital. Ou seja, para a compreensão crítica dos processos inerentes à reprodução ampliada do capital e também à produção do espaço, é urgente analisar sob os aspectos, tanto da luta de classes quanto da expansão do capital, isto é, Capital-Trabalho atrelados à dimensão relacional do espaço geográfico.

Diante desse quadro, analisar criticamente a produção capitalista do espaço, atrelado à lógica de expansão dos aparelhos privados de hegemonia, é tarefa de extrema potência conceitual e metodológica, haja vista a diversidade de interpretações, matrizes teóricas e possibilidades de compreensão da realidade. Porém, à luz da teoria gramsciana, é possível inferir, no que tange à dinâmica do Eletronegócio e à territorialização do capital, que o setor elétrico brasileiro é terreno fecundo para inferências diretas acerca da atuação dos grupos empresariais, metamorfoseados de associações privadas de poder. Tais questões materializam contraditoriamente as dimensões da hegemonia, luta de classes e frações da burguesia no monopólio do poder capitalista, com a atuação constante do/no/pelo estado brasileiro.

Nesse quadro, o Fórum de Associações do Setor Elétrico (FASE) constitui-se como, ao nosso olhar, e a partir da pesquisa documental, um APH ligado diretamente à classe dominante. Nesses termos, o Fórum é dirigido por frações da classe dominante brasileira, imersa nos interesses da financeirização da economia diretamente dos ligados à eletricidade, seus componentes, corporações internacionais e grupos/facetas nacionais

da burguesia. Assim, o FASE conduz a dinâmica da sociedade civil no escopo do estado ampliado, com também incute sua égide de ideários neoliberais para a implementação de políticas públicas marcadas pela ideologia do progresso e desenvolvimento, travestidas de geração de emprego, renda e melhoria das condições de vida por meio do consumo.

Diante disso, problematizamos os desdobramentos da atuação do FASE desde 2013, ano de sua fundação, questionando as premissas de trabalho, os interesses corporativos, as dimensões de diálogo com o Estado, bem como as artimanhas e intencionalidades protagonizadas por executivos de grandes corporações transnacionais que, com a vestimenta de frações da burguesia nacional, produzem discursos, intentam ideologicamente a direção de políticas públicas do setor elétrico e principalmente, desdobram seus interesses e ações coletivas no sentido de protagonizar o pensamento da sociedade civil do capital nas diretrizes das tomadas de decisão nas políticas públicas.

Tais questões são centrais para a Geografia, no intuito de desvelar as dimensões de tal hegemonia e os desdobramentos na produção do espaço, que sob o capitalismo engendra ideários, ideologias e um pensamento central burguês na constituição do Eletronegócio. As características do FASE que estão diretamente associadas ao Eletronegócio são: facilitações para a tomada ideológica da política nacional de energia; execução do plano neoliberal para a mercantilização da natureza quanto ao setor elétrico nacional; potencialização de corporações internacionais atreladas ao capital nacional sob a égide fantasmagórica das sociedades de propósitos específicos para, dessa forma, construir o lastro territorial da territorialização do capital no bojo da política nacional de energia.

Assim, a intencionalidade da dominação de classes no setor elétrico nacional e principalmente na política nacional de energia é central para a compreensão dos agentes hegemônicos na sociabilidade estatal e diretamente na tomada de decisões estratégicas. O desdobramento espacial desse processo está assentado na financeirização da economia, na apropriação privada da natureza e na produção do espaço atrelado à territorialização do capital, por meio das expropriações constantes no bojo estado-capital-trabalho.

A expropriação ascende à escala transnacional na medida que é compreendida não somente com a expulsão ou extração de mais valor, mais também associada à tomada de terras de comunidades tradicionais e camponesas, sob a batuta dos leilões de energia, que demarcam a atuação orquestrada dos setores internacionais da energia elétrica. Tal questão é potencializada por meio da remuneração de tais leilões, mascarados pelo RAP,

medida de pagamento das empresas (sociedades de propósitos específicos), visando a extração de mais valor.

Outra dimensão central nessa questão é a compreensão da renda da terra, demarcada pela expropriação territorial e demandada pelas faixas de servidão administrativas, que se consolidam como a forma de extração de terras de comunidades tradicionais ou proprietários particulares. Tal ferramenta institucionalizada abre margens para a extração de renda da terra e para a monopolização do território ao capital, impactando diretamente na reprodução da vida nas comunidades e representando a tomada de terra e território para uma zona cinza, morta, no qual os megaprojetos dinamizam por meio de territórios de exceção.

Aqui nos encontramos numa encruzilhada teórica de interconexões entre territorialização do capital, monopolização do território, apropriação privada da natureza, ruptura metabólica, crise estrutural, expropriações e aparelhos privados de hegemonia, como sustentáculos para a compreensão crítica da produção capitalista do espaço. Esses processos de sociabilidade destrutiva do capital, atrelados à ideologia das políticas públicas, as articulações da sociedade civil, a dominação burguesa, à luta de classes, aos contra espaços, resistências populares e à defesa do território, são o substrato fértil para a formulação do Eletronegócio como conceito estruturante dessa tese, no cerne da compreensão dos conflitos e cercos numa energia para o capital, que contraditoriamente emergem como fundantes da reprodução ampliada do capital na escala da energia elétrica.

A evolução da concepção de gestão e operacionalização do setor elétrico e os processos de consolidação da malha de linhas de transmissão de energia no Brasil, demarcam primeiro a extensividade da energia como direito social, porém, contraditoriamente demarcam espaços luminosos e outros de opacidade deliberada. segundo a dimensão da expropriação de comunidades camponesas e indígenas frente à expulsão e incorporação à classe trabalhadora, ou também de contingentes de migrantes e, em terceiro, a constante financeirização do setor elétrico por parte das corporações internacionais visando garantir interesses e investimentos com prazo curto de retorno. Ou seja, produção, circulação e consumo estão intimamente conectados a partir da fetichização da energia enquanto mercadoria permanente para a reprodução ampliada do capital e diretamente à produção capitalista do espaço.

Tais questões trazem à tona o debate de que, contraditoriamente, ao longo do século XX, a energia elétrica se consolida como um direito social, direito à energia, que, tragicamente representa o aprisionamento da classe trabalhadora à modelagem do

consumo e, de outro lado, massifica os expropriados da energia, que são os espoliados do capital em expansão massiva. No século XXI, tais espoliações, constantes à lógica da acumulação permanente, se substanciam com a ideologia da expansão da produção, haja vista como irrestrita e centrada nos centros consumidores de energia, com os custos sendo fracionados para toda a população. Aqui nos perguntamos, energia elétrica para quem?

Na lógica da financeirização, a produção de energia atrelada aos interesses corporativos escamoteia-se aos interesses da população em geral, e subvertendo-se à lógica da produção em caráter emergencial, ora por questões climáticas, ora por questões operacionais. O resultado de tal operacionalidade, é a produção de energia elétrica em valores maiores que o consumo nacional. Diante desse quadro, a valorização do valor em termos de capital fictício massifica a explicação para a remuneração de fundos privados que são controladores das usinas e operadores internacionais, em sua maioria, do aparato de transmissão de energia por meio das linhas de transmissão.

Dessa forma, o interesse público é escamoteado à ideologia da classe dominante financeirizada de valorização do valor com extração de mais valor, que territorialmente expressa-se na produção capitalista do espaço com ampliação na produção de eletricidade, aumento da malha de linhas de transmissão e aumento no consumo de eletricidade, principalmente no setor industrial. Importante destacar a atuação direta do FASE nesse processo, haja vista as conexões entre as associações internas com multinacionais, fundos de investimentos e agentes hegemônicos nos mais altos cargos do governo federal.

A partir da pesquisa documental, no Livro azul ABDIB e nas diretrizes operacionais e políticas do FASE, foi possível compreender a dinâmica de interação dos interesses corporativos e a entrada nas tomadas de decisão no setor elétrico nacional. Sejam por questões que externam os interesses financeiros, ou por elementos textuais e discursivos que apresentam a ideologia de frações burguesas da classe dominante brasileira inteiradas da lógica internacional, os documentos do FASE e ABDIB contêm as diretrizes centrais da opulência da política nacional de energia, bem como das formatações tanto dos leilões públicos, como mais hodiernamente para as privatizações.

Em Conceição (2005, p.01), é possível analisar as premissas fundantes para a compreender “o espaço a partir do entendimento da concepção crítica – do espaço produzido no processo de determinação histórica das relações capital e trabalho”. Nesses termos é importante frisar o papel central, que materializado em infraestruturas energéticas, concretamente representa o processo de expansão da acumulação de capital

ante a execução das políticas públicas neoliberais no setor da eletricidade. As linhas de transmissão e sua ampliação territorial, ao longo da segunda metade do século XX e sua consolidação voraz no século XXI, efetivamente consolida o poderio da corporatocracia mundial financeirizada.

A produção desigual e combinada do espaço, efetivada assim pela extração de lucro potencializada por políticas públicas setoriais e com vieses neoliberais, nos países periféricos como o Brasil, conduzem a produção de miséria e pobreza especializadas no território. No caso da energia elétrica, a esfera do consumo pode traduzir erroneamente a dinâmica do acesso aos meios tecnológicos e técnicos, porém, articulada à dinâmica da produção e circulação de capitais fictícios acirrados ao longo do século XXI, constituem uma trama financeirizada marcadamente desigual e perversa.

Ao longo do século XX, com os avanços técnicos e tecnológicos, o setor da energia elétrica alcança índices de ampla expansão tanto nos maquinários quanto no ferramental científico a disposição do setor. Este, ora dominado pelo Estado por meio de empresas públicas num sistema complexo de pesquisa, prospecção, produção, transmissão, distribuição e regulação, após a segunda metade do século posto, torna-se centrado nos interesses do capital, marcadamente com a desregulamentação do setor pós crise. Nesse bojo, o setor desregulamentado, alça o final do século em amplo processo de privatização e entregue nas artimanhas dos modeladores de mercado, à financeirização e à globalização das políticas públicas neoliberais.

Um dos elementos centrais da operacionalidade do setor elétrico torna-se a integração das infraestruturas, que propagandeada como base do sistema integrado nacional para garantir a redução dos custos, a diminuição dos riscos de apagões (este sempre foi um fantasma do setor elétrico) e a modernização do setor, incute uma dimensão fantasmagórica que é a centralização dos capitais e da utilização de energia elétrica para sustentação dos grandes aglomerados urbanos, centrados principalmente no sul/sudeste e especialmente para dar vazão à eletricidade produzida para os centros industriais que mesmo, espalhados pelo país, ainda concentra-se no sudeste.

Ou seja, esse quadro demonstra o processo de produção capitalista do espaço e suas transformações funcionais e estruturais ao longo do século XX e início do XXI, dando substância para a análise crítica dos processos espaciais relacionados à apropriação privada dos recursos públicos nacionais, por meio da financeirização econômica e da égide do capital fictício. A quadrante histórica do final do século XX e o início do século XXI é marcada pelo avanço da financeirização, da desregulamentação da economia e do

avanço da privatização no setor, capítulo esse potencializado pelo capital imperialismo atuando por dentro do Estado, agora catalisador, dos processos de extração de mais valor, massificando políticas públicas que maximizam lucros financeiros aos grupos monopolizadores do capital no setor elétrico nacional.

Tais dimensões promovem a ligação direta entre frações da burguesia nacional, os capitais financeirizados, a corporatocracia imperialista e os interesses das nações estrangeiras que vislumbram, nos países periféricos como o Brasil, estratégias em expansão do capital financeiro como forma de extração de mais valor acirrando assim a relação capital-trabalho. Esse processo encontra, no Brasil, terreno fértil para sua ampliação por meio dos acordos dessas frações financeiras, ocasionando a constituição de aglomerados de entidades empresariais na busca de interferir na tomada de decisões do Estado catalizador das políticas públicas neoliberais, essas entidades materializam-se em aparelhos privados de hegemonia na forma de associações empresariais, a exemplo do FASE.

No entanto, é importante frisar que nesse processo de ampliação do papel dos APH e do desdobramento na produção capitalista do espaço reorganizando territórios à lógica da reestruturação produtiva, a questão agrária ascende à condição central para análise de tais desdobramentos. Diante desse quadro, construção de usinas hidroelétricas, linhas de transmissão, termoelétricas e mais recentemente usinas fotovoltaicas e eólicas causam impacto direto na estrutura fundiária, na mobilidade do trabalho, na produção de alimentos e na organização social de comunidades tradicionais e camponesas. Ou seja, a ampliação dos processos produtivos relacionados ao setor elétrico em escala nacional ocasiona um acirramento da questão agrária nacional.

A análise da questão agrária nacional é central para a compreensão das políticas nacionais de desenvolvimento que, travestidas de progresso, melhoria das condições de vida e geração de renda e emprego, travestem as intencionalidades dos grupos empresariais atrelados à estrutura financeira global. Ou seja, a implantação dos megaprojetos energéticos aguça as problemáticas locais e regionais que, atrelando-se à mercantilização da natureza e à restruturação produtiva, promovem a expropriação territorial e uma mobilidade forçada do trabalho em direção aos espaços de pobreza protagonizados pela metropolização urbana no final do século XX e potencializadas ao longo do primeiro quartel do século XXI.

Nesse processo, amplas quantidades de comunidades camponesas, indígenas, quilombolas, dentre outras tantas, são deslocadas forçadamente de seus territórios para

dar lugar aos megaprojetos energéticos, propagandeados sob a batuta da ideologia capitalista. A produção do espaço agrário, atrelado aos ideários do progresso, protagoniza uma concentração fundiária sem precedentes e ao mesmo tempo potencializa a expulsão de comunidades para serem inseridas forçadamente no mundo do trabalho precarizado das grandes e médias cidades. A marginalização, tanto no campo como na cidade, torna-se ferramenta da expansão da violência generalizada e marcadamente racializada, não somente com comunidades tradicionais no campo, mas principalmente com as massas expropriadas que territorializam-se nos espaços de miséria das cidades.

O processo de envolvimento e articulação junto ao FASE se deu por inúmeras leituras de documentos institucionais, visitas nos sítios digitais das associações e análise de notícias tanto nos sites das associações singulares, quanto diretamente no site do FASE, gerido por uma de suas associadas - a empresa Volt Robotics. Esta, tem o papel de oferecer serviços digitais, bem como avaliação de cenários e produção de documentos técnicos ancorada na análise de dados, aplicação de questionários com os agentes do setor e do FASE e, atualmente, por meio da Inteligência Artificial, produz cenários para o setor elétrico brasileiro.

Em um segundo momento, se deu a análise dos documentos produzidos pelo FASE desde o ano de sua fundação. Aqui cabe uma ressalva, no sentido que boa parte dos documentos produzidos pelo FASE eram assinados fracionados por suas associadas, até que, em 2022, o Fórum produz um documento base[44] com as demandas do setor para serem discutidas com os presidenciáveis. A avaliação desse documento foi imprescindível para a avaliação tanto teórica, quanto metodológica para a pesquisa, haja vista que lá são expostos os principais paradigmas e agendas propositivas do FASE, tanto que o nome é exatamente esse.

Neste documento com agendes propositivas[45], datado de setembro de 2022, o FASE apresenta suas demandas e protagoniza um debate público acerca da metodologia adotada, visando caracterizar suas associadas, que já totalizavam 35 entidades, e aponta os caminhos para o setor elétrico, sob a ótica de tais associações, com destaque para os seguintes pontos (**figura 35**): aprimoramento da governança setorial, redução de encargos e subsídios, aceleração da transição energética, conclusão de iniciativas de abertura do mercado e atração de investimentos.

---

[44] Mais informações podem ser acessadas no site: www.agendafase.com.br.
[45] https://www.agendafase.com.br/eleicoes

Figura 35: Agenda propositiva elaborada pelo FASE aos presidenciáveis - 2022





Fonte: https://www.agendafase.com.br/

Tais diretrizes são acompanhadas de diversas linhas de ação, atrelando tais diretrizes a ações práticas a serem encaminhadas pelo governo federal na figura do presidente eleito. Cabe ressaltar que dessas 5 diretrizes, duas são essenciais para a compreensão da realidade do setor elétrico sob o esquema conceitual dos aparelhos privados de hegemonia protagonizados pelo FASE, bem como da estruturação do estado ampliado imergido na configuração fática do Fórum junto ao Estado. Nota-se, no item sobre a transição energética, a linguagem da operacionalidade do mercado e dos agentes hegemônicos materializados no Fórum, tais como: “a utilizar as sobras estruturais de energia para acelerar a transição energética, flexibilizar a geração termoelétrica inflexível, acelerar o marco regulatório do hidrogênio de baixo carbono e priorizar a redução de emissões de forma institucional.”.

Nesse contexto, destacamos a emergência da conexão dos acordos e demandas para a transição energética com as exigências contratuais dos empréstimos do Banco Mundial ao Brasil, suas interconexões com as indicações da Agência Internacional de Energia e Agência Internacional de Energia Renovável. Aporta-se aqui que o Estado Brasileiro adota tal linguagem e protagoniza a Resolução nº 5, de 26 de agosto de 2024,

por meio do Plano Nacional de Transição Energética - PNTE[46] e da criação do Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten), por meio da Lei nº 15.103, de 22 de janeiro de 2025[47].

Ou seja, é possível observar que tal "sugestão" do FASE foi adotada pelo Estado brasileiro, confirmando nossa hipótese acerca das contradições relacionadas com as relações do/no estado ampliado, no contexto da atuação dos aparelhos privados de hegemonia. Outro elemento essencial da vinculação das entidades de classes, no caso o FASE com as ações do governo brasileiro, é a recém anunciada reforma do setor elétrico[48], que foi pauta da reunião de abril/2025 do grupo.

Outro elemento central nesse processo de intermediação protagonizado pelo FASE diz respeito à atração de investimentos e medidas para abertura do SEB. Tais medidas indicativas estão inseridas na integração latino-americana para que o Brasil possa comercializar sobras de eletricidade com países vizinhos. Nesse caso, a potencialização do Sistema Integrado Nacional atrelado às linhas de transmissão seria essencial, bem como existiria a possibilidade de cada consumidor decidir a empresa de distribuição de energia a ser contratada individualmente. Nesse sentido, uma lei já aprovada e um projeto de lei são essenciais para sua compreensão no bojo dos aparelhos de hegemonia, sendo elas: a Portaria 50/2022 do MME[49], que versa sobre a abertura para consumidores de alta tensão, ou seja, grandes empresas e indústrias; e o projeto de lei 414/2021[50], que avaliza a abertura gradual do setor dos consumidores de baixa tensão.

Aqui cabe a ressalva que ambas as iniciativas legislativas foram executadas no governo brasileiro (2019-2022). Diante desse quadro, é importante ressaltar que a atuação dos aparelhos de hegemonia consolidando o estado ampliado, advém da inexistência de bandeiras partidárias e sim de práticas políticas que adentrem e protagonizem a tomada de decisões de acordo com os interesses empresariais e financeiros. Cumpre acrescentar que tal iniciativa legislativa referente à abertura dos mercados de baixa tensão, ou seja,

---

[46] Mais informações podem ser acessadas no site: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/despacho-do-presidente-da-republica-580836599.

[47] Mais informações podem ser acessadas no site: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/L15103.htm

[48] Para mais informações: https://www.poder360.com.br/poder-energia/saiba-os-principais-pontos-da-reforma-do-setor-eletrico/

[49] Mais informações podem ser acessadas no site: https://www.gov.br/mme/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/portarias/2022/portaria-normativa-n-50-gm-mme-2022.pdf

[50] Mais informações podem ser acessadas pelo site: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2270036

consumidores residenciais em sua maioria, data inicialmente de 2016 por meio do Projeto de Lei do Senado n° 232, de 2016 de autoria do ex-senador Cassio Cunha Lima.

Diante desse quadro, intenta-se apresentar, de forma crítica, as interconexões do Setor Elétrico com o Fórum de Associações (FASE), no contexto das iniciativas de incisão de sua agenda propositiva junto ao Estado. Tais dinâmicas caracterizam-se baseadas na lógica da hegemonia e tendo seus agentes incrustrados no corpo do Estado e dessa forma atuando tanto no legislativo, quanto no executivo.

Essas dimensões foram apontadas em entrevista aplicada com o presidente do FASE, o qual afirma que "como o Fórum não tem personalidade jurídica, não temos interação com o Judiciário. Com o Legislativo e o Executivo, nossa estratégia é a do diálogo, sempre com o intuito de apontar aprimoramentos em atos existentes ou sugerir algum ato, legal ou infralegal, que contribua para um melhor funcionamento do setor". Ou seja, é patente a estratégia do fórum no contexto da sua atuação junto às tomadas de decisões do Estado.

Outro elemento central apontado pelo presidente do FASE é que "Depois de 12 anos de existência, eu diria que o FASE vem cumprindo seu objetivo primordial. Temos sido reconhecidos como interlocutores das associações, sem impedir que elas tenham voz própria. Só para dar um exemplo: o FASE interagiu ativamente com a CCEE na elaboração de seu novo estatuto social, atualmente em fase de análise na ANEEL. Foram 52 horas de reuniões com a assistência de um renomado escritório de advocacia. Sem me estender demais, trabalhamos em diversos projetos de lei no Congresso, como o da reforma do setor elétrico, a Reforma Tributária e o da CFURH (Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos), só para citar alguns".

Nesse ponto, avaliamos que a possibilidade de interação com o agente hegemônico principal do setor elétrico na figura do presidente do Fórum de Associações do setor foi essencial para compreender os meandros da dinâmica de inserção no SEB, bem como a garantia de informações diretas e com fonte primária. Nesse contexto, tal entrevista, semiestruturada na modalidade virtual e por escrito, caracterizou-se por um estreitamento de relações que desencadeou no convite para nossa participação, enquanto pesquisador da temática, numa reunião geral com a presença de todas as associações que compõem o FASE, sendo esta realizada no dia 16 de abril de 2025.

Ressalto que a possibilidade da realização da entrevista foi planejada desde o ano de 2023 e, somente em janeiro de 2025, ela pode ter sido encaminhada e organizado o momento, bem como o meio de sua execução. O modelo da entrevista foi sendo construído ao longo de todo o ano de 2024, sendo parte do processo de leitura e imersão na entidade, bem como o reconhecimento de suas associadas e as conexões dessa fração da burguesia brasileira aliada aos interesses internacionais.

Este estudo ascende a notoriedade teórica-conceitual com as comprovações apontadas pelas entidades ao longo da reunião supracitada, na qual torna-se patente as intencionalidades e agenciamentos de seus presidentes junto à CCEE (entidade responsável pela comercialização da eletricidade), à Aneel (responsável pela regulação do setor), ao ONS (que opera o sistema elétrico), à EPE (responsável pelos estudos e planejamento do setor), bem como do MME (responsável principal e gestor público do SEB).

Nesse contexto, foi possível observar que o FASE não é um bloco no poder monolítico, haja vista a coexistência de íntimas disputas internas e assimetrias de classe, marcadamente pela origem de cada associação, e principalmente pela origem de seus presidentes. Cabe aqui um destaque observado na reunião que, há disputas entre as associações ligadas ao discurso da energia renovável e de outras relacionadas com combustíveis fósseis, sendo essas últimas abarcadas pela construção ideológica, por exemplo do “carvão verde e gás sustentável, com o intuito de estarem embutidas na estratégia nacional da transição/transação/acumulação energética.

Destaca-se nesse contexto da hegemonia, um elemento de cunho racial e de gênero, haja vista que apenas uma mulher participou da reunião e que todos os outros são homens brancos com idade acida dos 60 anos, aparentemente do sudeste, com nível intelectual avançado, visto que a maior parte tem formação em nível de mestrado e doutorado, com domínio de língua estrangeira - inglês. Esse dado demonstra muito o perfil de raça-classe-gênero de nossa burguesia apaniguada nos setores públicos e empresariais do Brasil, e é possível afirmar que tal característica pode refletir diretamente nos ideários e tomadas de decisões. (**figura 36**).

Figura 36: Reunião do FASE e associações do setor elétrico brasileiro



ABAQUE Associação Brasileira de Armazenamento e Qualidade de Energia
ABDAN
ABEEólica
ABGD Associação Brasileira de Geração Distribuída
abiape
abinee
ABiogás Associação Brasileira do Biogás
ABRACE
ABRACEEL Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia
ABRADEE Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica
ABRAGE
ABRAGEL Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa PCH
ABRAPCH Associação Brasileira de PCHs e CGHs
ABRATE Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica
ABREN WtERT – Brasil
ABSOLAR
ANACE
APINE Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica
COGEN Associação da Indústria de Cogeração de Energia
fMASE

Fonte: Elaboração própria

Obs: Como forma de garantir o sigilo dos membros que participaram da reunião, optamos porá cobrir os rostos dos mesmos.

É importante ressaltar o processo do mecanismo conhecido como “porta giratória”, no qual agentes públicos adentram o setor privado ou vice-versa logo após o fim de um ciclo. Nesse contexto, a presença de alguns presidentes de associações é singular, tendo suas origens no setor privado, porém tendo atuado também nos órgãos do setor, bem como o inverso, a exemplo de atuações no ONS, CCEE e Aneel, sendo estes centrais para o funcionamento do sistema elétrico nacional.

Nesse quadro, é importante apontar no bojo de uma pesquisa geográfica que a atuação de tais entidades do setor elétrico possui relação direta com a produção do espaço, que, na lógica apresentada dos agentes hegemônicos do setor em questão, protagonizam tomadas de decisão que reverberam diretamente na forma, conteúdo e processos relativos ao espaço geográfico, haja vista o processo de fetichização da eletricidade, a abertura dos mercados, a alocação de megaprojetos energéticos ou a capitaneada transição energética, já apontada no capítulo anterior com exemplos em outras geografias, avalizam a centralidade da coexistência de um Eletronegócio como faceta destrutiva do capital, ante a sua expansão metabólica.

Tais iniciativas de agenciamentos público-privadas[51] caracterizam, de um lado, a hegemonia no estado ampliado, por meio dos aparelhos privados de hegemonia e, de outro, a captura do Estado pela articulação centrada nos agentes financeiros, na circulação de capitais, do ideário neoliberal e do íntimo relacionamento dos organismos internacionais nas tomadas de decisão do estado brasileiro, mas não somente, como já apontado em outras escalas. Ou seja, é necessário um ferramental de extrema complexidade para a sua inteira compreensão em suas contradições e mediações e, por meio da pesquisa em tela, foi possível apontar criticamente a atuação do FASE como um instrumento das relações hegemônicas no espaço geográfico, com desdobramentos em diversas escalas de atuação.

CAPÍTULO 18 - O ELETRONEGÓCIO COMO CONCEITO CHAVE PARA A GEOGRAFIA NO SÉCULO XXI: UMA SEGURANÇA ENERGÉTICA PARA O CAPITAL?

O Eletronegócio constitui parte do processo de acirramento da questão agrária brasileira, por meio da territorialização do capital relacionado à construção ideológica da energia elétrica como mercadoria e possibilitando a transmutação do valor de uso em valor de troca, no contexto da implantação de linhas de transmissão, mas não somente, atrelando também produção, circulação e consumo de energia elétrica no bojo do Sistema Integrado Nacional (SIN), desde a produção, até o consumo.

Diante disso, converte-se diretamente uma energia como força produtiva, na mercantilização da natureza por meio de sua apropriação privada atrelada à lógica do capital, ou seja, traduz-se numa energia para o capital, a saber, a conversão de territórios

[51] Importante observar as movimentações do Comitê de Transmissão da ABDIB. Para mais informações acessar: https://www.abdib.org.br/comite-de-transmissao-se-reune-com-autoridades-em-brasilia/

de comunidades camponesas e quilombolas em território para a reprodução ampliada do capital.

O Eletronegócio fundamenta-se também na acumulação de capital em sua forma mais voraz, com o agravamento da crise estrutural do capital, possibilitando a construção de estratégias engendradas pela corporatocracia global e materializadas na escala nacional, sob a égide da atuação do Estado por meio da constituição de políticas públicas, alavancando conglomerados de articulações empresariais.

Nesse cenário, o território das relações sociais camponesas e tradicionais é incorporado à dinâmica de especulação capitalista, atrelando o mesmo à reprodução ampliada do capital através de dispositivos da financeirização e também pela estruturação de arcabouço legislativo e normativo, que incorpora mecanismos estatais para a incorporação de terras para o mercado capitalista no intuito de possibilitar a extração de mais valor.

A superexploração da natureza é base para a compreensão de tais processos, haja vista a destruição sistêmica engendrada pela implantação dos megaprojetos energéticos, tratados aqui como Projetos de Infraestruturas Energéticas (Pinerg), como dimensão concreta para o Eletronegócio. Nesse sentido, a emergência do território apropriado pelo capital se converte na tríade produção-circulação-consumo de eletricidade, em território eletroenergético, ou seja, multifacetando da apropriação capitalista via a territorialização do capital. Dito isso, a conversão de território de reprodução da vida das comunidades camponesas e tradicionais traduz-se em apropriação privada da natureza no bojo do rompimento do metabolismo sociedade-natureza.

Numa análise transescalar acerca das dimensões latino-americanas de Brasil e México e os demais países Alemanha, Austrália, Índia, Égito, Jordânia, Marrocos, Sudão e Tunísia, no contexto do Eletronégocio, é possível inferir que tanto as linhas de transmissão, quanto as usinas eólicas e solares, constituem-se como materialidades da dinâmica expansiva do capital no século XXI, por meio da mercantilização da natureza. Diante disso, os cercos e conflitos concernentes ao processo de implantação dos megaprojetos energéticos e os Pinerg materializam-se no escopo da ideologia da segurança energética, protagonizando amplos processos de expropriação territorial. Tais questões, assentam-se na tríade estado-capital-trabalho, protagonizando, de um lado, o acirramento das lutas de classe, e, de outro, a hegemonia materializada na corporatocracia, na escala energética dos circuitos espaciais da eletricidade.

No contexto da luta de classes, é importante analisar os processos de enfrentamento e resistência protagonizados pelas comunidades e suas organizações, visando a defesa do território ante a expansão do capital em pleno processo de ruptura metabólica sociedade-natureza. Tais formas de cercos nas comunidades, que em outros tempos-espaços históricos estiveram atrelados ao latifúndio-coronelismo, hodiernamente, associam-se à estrangeirização de terras relacionadas à interação da corporatocracia da financeirização do capital, como face voraz da extração de mais valor.

A corporatocracia, protagonizada pelos complexos financeiros internacionais e nacionais, atua em território nacional, travestida sob a ótica de sociedade civil por meio de Organizações Não Governamentais (ONGs) e também através de associações que organizam empresas transnacionais com o intuito de representar interesses e agendas junto a governos. Tal estratégia materializa-se como Aparelhos Privados de Hegemonia (APH), que, na crise do capital, agenciam objetivos particulares dos grupos financeiros globais ao discurso da implementação de políticas públicas nos diversos setores da economia nacional. No bojo do setor energético brasileiro, diversas associações, fóruns e entidades promovem a profusão da ideologia capitalista, que, travestidos sob a trama discursiva hegemônica da governança, impactam diretamente no território e diretamente na produção capitalista do espaço.

Nesse contexto, o espaço como totalidade e a estratégia da corporatocracia da hegemonia imperialista do capital, possibilitam a subordinação do território aos interesses da financeirização, constituindo mais uma faceta da transmutação de uma energia como força produtiva, para uma energia para o capital. A questão agrária, conforme já apontado por Martins (1982), é uma dimensão territorial central para as análises da Geografia, no intuito de possibilitar avanços analíticos rumo à compreensão da soberania territorial popular como base para avaliações centradas na totalidade espacial.

No âmbito dos processos relacionados à produção de eletricidade, é importante frisar a financeirização atrelada à especulação na geração, ou seja, o Brasil conforme dados oficiais do ONS, produz um quantitativo maior do que o consumo. Assim, trata-se de um elemento central na estratégia de apropriação privada dos recursos nacionais por meio da remuneração de conglomerados empresariais, que se manifestam na superprodução de eletricidade[52] e também na exceção da remuneração às concessionárias. Diante disso, observa-se a questão acerca do direito à energia e à pobreza energética,

[52] https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/09/22/excesso-de-energia-coloca-brasil-sob-risco-de-apagao.ghtml

relacionada diretamente aos espaços opacos atrelados à ausência de energia elétrica, e outros com a dinâmica da expropriação territorial, seja para a geração ou transmissão por meio dos linhões.

Isto posto, é importante frisar que o Eletronegócio torna-se, em sua concretude, a dimensão real da sociabilidade do capital na articulação campo-cidade e com isso ocorre o acirramento da questão agrária pela energia, ou seja, o amplo processo de produção, transmissão e consumo de energia metamorfoseia a dimensão espacial, gerando o campo como produtor e transmissor de energia e a cidade como o espaço opulento do consumo. Nesse sentido, o Eletronegócio ascende à dimensão real do valor de troca na rutura metabólica com a integração e fragmentação do campo e cidade.

A emergência da financeirização, no último quartel do século XXI e seu desdobramento neoliberal no século atual, demonstra o papel central da extração de mais valor desencadeado pelas políticas públicas neoliberalizantes, que, por meio da intensificação da circulação de capital fictício, potencializa a superexploração da natureza.

Dessa maneira, a produção do espaço se torna diretamente impactada por esse processo, ocasionando conflitos e cercos materializados na luta de classes, na qual a centralidade é a disputa não só da narrativa, mas principalmente da construção de enfrentamento ao modelo voraz e desumanizante do capital.

O espaço como totalidade se apresenta como palco de conflitos e incide diretamente na emergência de lutas assimétricas, tendo a expropriação como mote geral para a acumulação de capital. Ou seja, a contradição capital-trabalho se acirra e demonstra o caráter autodestrutivo do capital, haja vista o modelo concentrador e centralizador. Nesse ínterim, a energia na sua espiral ascendente na tríade produção-circulação-consumo, salta da mera utilização como modo e modelo de reprodução da vida, para a simbiose capitalista de elemento central para a produção do espaço aos moldes da reprodução ampliada do capital.

Diante desse quadro, é possível afirmar que a transformação de natureza em energia, a partir da revolução dos hidrocarbonetos, foi marco central das transformações nos séculos XIX e XX. Concretiza-se como parte central do modelo capitalista de produção, que num processo histórico e contraditório, aprisionou frações da natureza para a sua incorporação como mercadoria nos circuitos do capital. Tal dimensão, possibilitou diretamente a incorporação do ideário neoliberal na produção do espaço, e marcadamente sua subordinação à lógica das mercadorias. A energia elétrica, nesse contexto, consolida-

se como o marco das transformações tecnológicas e operacionais dos modelos industriais, sedimentados na sua utilização como meio de apropriação privada da natureza e objetivamente à sua incorporação dos ciclos do capital. O recente avanço no Brasil da implantação desregulamentada e voraz dos Datacenters, diz muito sobre essa apropriação privada da natureza que destrói e expropria comunidades tradicionais[53].

As palavras de Gilmore (2020) são essenciais para a compreensão dos processos transescalares de articulação entre os agentes hegemônicos de reprodução do capital no bojo do século XXI. A autora centraliza a raça como categoria socioespacial essencial para o desvelamento da realidade concreta, tendo interrelação direta com a diferença e poder, esses sendo agenciadores das aglutinações para os processos de hierarquização social, efetividade relacional da violência e também a naturalização desta última como estratégia de efetivação da força social em suas diversas escalas.

Os megaprojetos são, no sentido analítico de Gilmore (2021), políticas de violência racial, por conta do trajeto escolhido para passagem das LTs gerando hierarquização, silenciamentos e até criminalização. O território alçado à lógica da hierarquia possibilita extração da vida com impossibilidade da reprodução dos modos de viver das comunidades camponesas, quilombolas, dentre outras. A diferenciação de áreas potencializa a racialização com a alteração de normas e a judicialização dos processos contra as comunidades e a favor dos megaprojetos.

No México, o corredor interoceânico militarizado garante a estrutura do poder, da hierarquia e potencializa a racialização, haja vista os territórios indígenas no istmo mexicano. Ou seja, a estruturação das políticas de infraestrutura que, em escala global estão atreladas às reconfigurações do modo de produção capitalista, opera diretamente na escala regional e local como estratégias de diferenciação de áreas, readaptando as estruturas de poder nacionais por meio dos megaprojetos e da atuação direta das corporações transnacionais.

A atuação desses agentes hegemônicos no território operacionaliza a intensificação de processos raciais, na medida em que desestruturam os territórios de comunidades diversas, sejam elas camponesas ou quilombolas, desde a entrada, mesmo que fictícia, dos megaprojetos energéticos. A escala estatal opera nas adaptações das normas e na possibilidade legislativa e jurídica do poder visando o “abre alas” para o capital transnacional. Este por sua vez atua diretamente na alocação de recursos advindos

[53] https://www.intercept.com.br/2025/07/03/data-center-tiktok-energia-estudo-interno/ https://www.intercept.com.br/2026/08/13/empresa-energia-renovavel-bahia-quintal-data-centers/

das políticas públicas e outras benesses públicas, viabilizando assim o arcabouço estado-capital que, imbricados, atropelam as escalas regional e local, materializadas pela territorialização dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, os quais, articulados ou não em rede, reproduzem a vida desde baixo, ante a exploração capitalista posta.

Assim, a hierarquização é parte central na operacionalidade ideológica e discursiva dos megaprojetos energéticos, da mesma forma que a diferenciação é central para a arregimentação dos interesses financeiros e corporativos. Ou seja, a escala regional/local é a dimensão efetiva dos impactos, cercos e conflitos no território, enquanto a escala nacional/global materializa-se na conformidade dos processos fictícios, tendo sua centralidade patente na era da financeirização. Diante disso, a categoria da raça é elemento estruturante do Eletronegócio, haja vista sua interação territorial e principalmente como possibilitador da territorialização do capital, diferenciando e hierarquizando territórios aos interesses da reprodução ampliada do capital.

A racialização do processo territorial da produção do espaço das linhas de transmissão de energia materializa-se quando a passagem de trechos da LT em latifúndios ocasiona acordos e a manutenção do *status quo* do latifúndio. E materializa-se também quando da passagem em territórios camponeses e tradicionais, estes sendo negros-indígena, ocasionam processos de violência e acirramento das estruturas locais e regionais de poder, acionando estruturas empresariais em outras escalas, tais como empresas parceiras, a exemplo da Etnoparceiros (empresa "mediadora" de conflitos que atuou em Antônio Cardoso, referente à LT Porto Sergipe-Sapeaçu). Mobilizam-se também agentes públicos por meio dos *lobbies* e setores advocatícios. Ressalta-se, nesse processo, que a racialização é patente, haja vista a ocorrência de diversos casos de passagem de LT em comunidades negras e camponesas, nas quais a operacionalidade institucional e empresarial executa-se em conformidade, seja em comunidades do eixo norte-nordeste ou do sul-sudeste.

As estruturas de violência e exacerbação do poder são centrais para a execução dos projetos de infraestruturas energética (Pinerg) que, no século XXI, alçam a outras estruturas organizativas no intuito de operar e incidir na execução das políticas públicas. Tais ações organizativas envolvem tanto a ocupação dos espaços institucionais dos governos, até a arquitetura já pretérita no Brasil por meio das associações de classe, engendrando assim o poderio da sociedade civil atuando no setor energético, mais precisamente da eletricidade, com as associações diversas relacionadas à energia elétrica. Tais estruturas de poder ocasionam o acirramento da execução das obras de

infraestruturas, bem como indicam a tomada de decisões diretas junto às instâncias judicial, legislativa e executiva, todas essas nas várias escalas, desde o local ao nacional.

O FASE, o FMASE e outras tantas associações atuantes no SEB, são parte integrante dessa operacionalidade, no intuito de potencializar a realização das grandes obras de infraestruturas, e no setor elétrico, dinamizar a operacionalidade da sociabilidade do capital por meio da extração de mais valor, garantindo assim a reprodução ampliada do capital.

Do ponto de vista do trabalho, a superexploração, o aumento das taxas de energia e contraditoriamente da RAP (pagamento realizado pelo Estado pela operação de LTs) aos setores empresariais internacionais, componentes dos leilões públicos de energia, executam a consolidação do setor no sentido de garantir a potencialização da energia elétrica enquanto mercadoria fetichizada no seio do capital, imersas na lógica de organização da sociedade capitalista brasileira.

O consumo é alçado à lógica da mola propulsora da extração de renda a partir das tarifas de energia elétrica e a remuneração do setor é garantida a partir da extração de renda da classe trabalhadora e da carga de impostos. As associações de classe são o nó górdio da aglutinação Estado-Capital e parte central na operação de hegemonia e estruturação do setor de dentro para fora, ou seja, para fortalecer os interesses privados em detrimento dos interesses públicos.

A superexploração da natureza é elemento central nesse processo, haja vista a apropriação capitalista da conversão de natureza em trabalho, materializada na energia elétrica, que sob o capital torna-se fetichizada e mercadoria portadora de mais valor, e ente de extrema relevância para possibilitar a expansão da sociabilidade do capital.

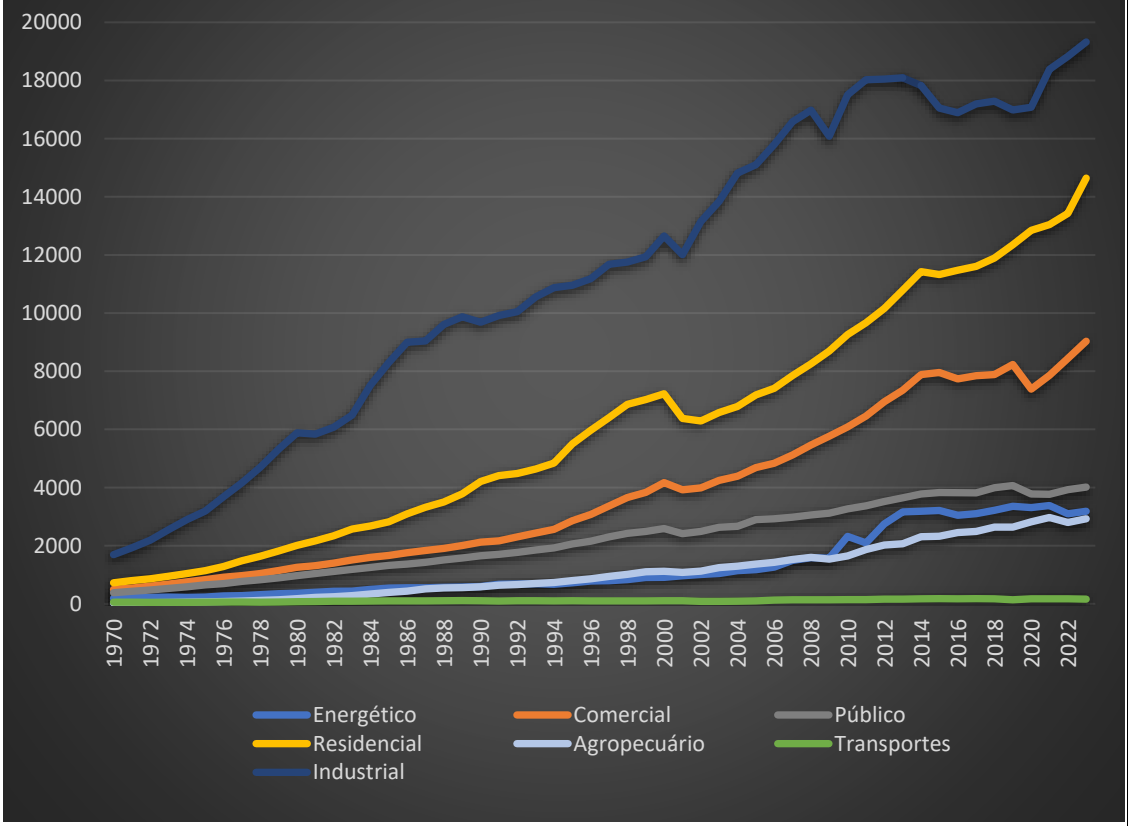
Ressaltamos que a eletricidade, enquanto força física a partir da apropriação de fração da natureza, é incorporada aos sistemas produtivos como alavanca para o desenvolvimento dos espaços da riqueza materializada pela industrialização e urbanização. Além disso, o espaço da pobreza, com a exclusão energética de amplos espaços brasileiros, caracteriza a expansão da miséria e exploração de parte considerável da classe trabalhadora.

Diante desse quadro, o processo produtivo do capital galgou a apropriação da fração de eletricidade garantindo a expansão dos parques industriais no sul-sudeste, enquanto nos espaços da miséria, a exemplo das regiões norte-nordeste, dinamizam-se como espaços para a geração/produção de energia elétrica por meio da apropriação da

natureza relacionados aos leitos fluviais caudalosos das bacias hidrográficas amazônicas e nordestinas sertanejas.

Nesse contexto, o negócio capitalista da energia imbrica-se com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, uma vez que que uma das molas propulsoras da expansão do capital foi sendo desenrolada por meio do desenvolvimento tecnológico, da pujança industrial e principalmente pelo consumo industrial, comercial e residencial, como pode ser observado na figura 37.

Figura 37 - Consumo de energia elétrica nos setores da economia - Brasil 1970 a 2023



Fonte: Balanço Energético Nacional (EPE) – 2024
Elaboração própria

No entanto, os espaços da miséria não estão apenas no lugar da produção da eletricidade, mas também nos espaços de seu consumo. Como toda forma de produção é também de consumo, a atividade industrial, consumidora de eletricidade, constitui, também espaços de produção de mercadorias, de extração de mais valor e produção de desigualdade.

Ou seja, trata-se de compreender aqui as formas de incorporação de frações do espaço brasileiro no processo produtivo do capital por meio de tecnologia emergente da

eletricidade, a qual, ao invés de prover o desenvolvimento de amplos espaços do Brasil em sua totalidade, focou deliberadamente na exclusão energética ao longo do século XX.

A produção do espaço em sua modalidade desigual e combinada externa as assimetrias globais, por meio da implementação de políticas públicas neoliberais no setor energético, no qual a centralidade está na construção do discurso do progresso e desenvolvimento e na sujeição do espaço aos interesses e artimanhas da acumulação, na esfera do capital financeiro.

Diante desse quadro, as transformações tecnológicas, protagonizadas pelo setor industrial, carregam em si a contradição de representar também a apropriação da natureza em sua fração energética na articulação capital-estado para vislumbrar a acumulação do capital espoliando e destruindo a natureza e a humanidade. Isto posto, conforma-se um circuito hegemônico da eletricidade fundado no processo desigual do sistema sociometabólico do capital.

A energia na faceta contraditória (produção-circulação-consumo) em sua dimensão fracionada da totalidade enquanto eletricidade, condiciona o conteúdo de representação do modo de vida urbano e industrial, propalado pelos meios de reprodução do capital, como elemento marcante da promoção do progresso e desenvolvimento. No entanto, tal dimensão reducionista da realidade concreta escamoteia a questão central que se localiza na dinâmica expansiva do capital, no intuito de construir ideários de aprisionamento do trabalho por meio da expropriação da vida.

Nesse quadro, o fetiche da mercadoria metamorfoseia-se na constituição da energia elétrica com sua face fetichizante materializando-se no espaço como elemento central para a sua produção aos moldes do capital. Assim, é importante frisar que as diversas obras de infraestrutura (indústrias, estradas, ferrovias, portos, usinas, etc) caracterizam-se como parte do processo autoexpansivo do capital, atrelado diretamente ao modelo emergido pós-crise do modelo fordista, marcado pelo ideário neoliberal. A fetichização da energia, aqui compreendida como energia elétrica, demarca a centralidade modelo de vida capitalista, tanto nos países centrais como periféricos e também revela a subordinação da vida através da extração de mais valor, acirrando assim a dualidade capital-trabalho.

As estruturas capitalistas emergentes ao longo do século XX protagonizaram tanto a construção do modo de vida urbano em detrimento do abandono do campo, como a "criação" de instrumentos espaciais numa lógica transescalar, atrelando a lógica do consumo à produção, escamoteando a circulação como elemento fantasmagórico. Ou

seja, uma miopia espacial quanto aos desdobramentos das inter-relações dos circuitos da economia que ora financeirizada, atribuem valor de troca às relações de apropriação privada da natureza na forma de eletricidade. Assim, a emergência do consumo constitui parte central do mecanismo de expropriação da vida da classe trabalhadora, ou seja, a dinâmica citadina é alicerçada à modalidade central para a reprodução ampliada do capital sendo sustentáculo também para o consumo da produção industrial.

Dessa maneira, a energia elétrica, enquanto força produtiva, é alçada no modelo capitalista de produção do espaço, à modalidade de fetiche, e desdobra-se em elemento central dos processos de expropriação da classe trabalhadora. Nossa leitura, assentada na crítica aos processos de extração de mais valor e acumulação do capital, concentra esforços na compreensão do Eletronegócio como faceta obscura no bojo dos processos desiguais e combinados, articulados aos circuitos do capital. Assim, alçamos o conceito de Eletronegócio como uma ferramenta essencial para a compreensão crítica da realidade espacial em tempos de financeirização da economia, produção do espaço transescalar e marcadamente envoltas à lógica da reprodução ampliada do capital, principalmente nos países periféricos.

A energia elétrica apropriada pelo capital se transmuta de força produtiva da/para a classe trabalhadora, para sustentáculo da reprodução ampliada do capital por meio da máscara do avanço tecnológico, ou seja, promove e amplia contraditoriamente a expropriação territorial e a ocorrência de conflitos e cercos aos territórios de reprodução da vida para justificar a ânsia pela acumulação desigual de capital.

A expansão voraz da energia elétrica pelo capitalismo do século XX possibilitou a ideologia do progresso técnico e a extração de renda da classe trabalhadora. Já no quadro das contradições espaciais, a expansão das redes técnicas de produção e circulação da eletricidade no século XXI, possibilitou a expulsão de comunidades para os grandes centros, através da expropriação e do condicionamento para a superexploração do trabalho e da natureza

Como elemento central para a égide da ideologia capitalista e as parafernálias normativas e conceituais do capital, o arcabouço legal metamorfoseia o ideário da segurança nacional para a inclusão de nova variante. Emerge assim a segurança energética como elemento central para a estratégia capitalista para a produção do espaço, com a qual as normas jurídicas apontam para a necessidade de expansão das estruturas das redes tecnológicas da eletricidade, para garantir a melhoria das condições de vida por meio da tecnologia para o consumo para as famílias urbanizadas ao longo da segunda metade do

século XX. O fetiche da energia encontra contraditoriamente o espaço para a reprodução da miséria na produção do espaço capitalista, por meio da eletricidade.

Tal processo espacial consolida a dimensão da ruptura metabólica da sociedade com a natureza na medida que aprisiona frações desse processo na forma de eletricidade em produção voraz para viabilizar o desenvolvimento tecnológico e o modo de vida global. Ou seja, o modelo neoliberal nos países periféricos concentra e centraliza capitais na medida que amplia os processos de expropriação da classe trabalhadora. Isto posto, é possível inferir que a força produtiva, agora aprisionada aos interesses do capital, é motor e mola propulsora para a reprodução ampliada do capital e a produção desigual e combinada do espaço, protagonizando espaços luminosos e opacos contraditoriamente à reprodução da riqueza e pobreza umbilicalmente interconectados nos laços espaciais em tempos de financeirização.

O Eletronegócio, enquanto aponta os caminhos dos processos de acumulação do capital e as estratégias de extração de mais valor, juntamente com as análises das políticas públicas implementadas nos países periféricos sob a égide neoliberal, também descortina as tensões capital-estado-trabalho quanto aos processos de enfrentamento na luta de classes frente ao modelo autodestrutivo do capital. Tal processo, ante a ruptura metabólica engendrada pelo capital na relação sociedade natureza e também nos processos de resistências populares frente às expropriações territoriais, historicamente marcadas pela violência.

Destaca-se também a dimensão da eletricidade, transmutada de força produtiva para motor da apropriação privada da natureza, para a utilização obscura do capital na financeirização da economia e assim realizando a produção capitalista transescalar do espaço e a territorialização do capital monopolista.

O Eletronegócio sintetiza contraditoriamente interesses, estruturas e articulações do complexo financeiro-energético-agrário-industrial, transformando eletricidade em mercadoria, por meio da mediação do estado via políticas públicas, degradando trabalho e natureza, aprisionando a classe trabalhadora ao fetiche da energia elétrica, apropriando-se de territórios, ocasionando assim cercos e conflitos.

De outro lado, a humanização do processo se manifesta contraditoriamente na defesa do território e da vida, na mobilização da luta popular e nas resistências por meio dos contra-espaços, no enfrentamento à expansão da sociabilidade destrutiva do capital em sua face de violência sistêmica financeira no século XXI.

A produção do espaço, em tempos de capital imperialismo, objetifica os territórios e dinamiza a superexploração da natureza por meio da implantação de megaprojetos energéticos, destruindo a natureza e catalizando uma crise ecológica sem precedentes, via ruptura metabólica. De outro lado, a lógica financeira aprisiona os discursos à ideologia do progresso-desenvolvimento, que em dualidade propiciam disputas hegemônicas desiguais ante o caráter da hegemonia do bloco no poder imperialista atrelado ao Estado ampliado. Isso potencializa a coexistência dos aparelhos privados de hegemonia, que aprisionam tanto a concepção quanto a implementação das políticas públicas. Tais questões são centrais para a compreensão transescalar do Eletronegócio, não apenas como realidade aparente, mas como concretude de uma face da reprodução capitalista no espaço.

DESENLACE

Advogamos, enquanto tese, desde baixo com a ocorrência de diversos conflitos territoriais relacionados à implantação de linhas de transmissão de energia em comunidades camponesas, quilombolas, indígenas e demais comunidades tradicionais, a coexistência de fatores e processos que estão relacionados com a territorialização do capital em plena crise estrutural do capital no século XXI.

Diante disso, a produção do espaço, calcada nos princípios da ordem destrutiva do capital, proporciona a violência e violação dos direitos humanos e territoriais em territórios tradicionais, que, por meio da articulação e resistência territorial, defendem a dinâmica da vida comunal e em harmonia com os processos metabólicos da sociedade-natureza. Nesse quadro, a ordem monopolista do capital, baseada no desenvolvimento desigual e combinado estreita as relações socioespaciais e, nesse ínterim, protagoniza, no escopo da energia, enquanto fração da natureza capturada pelo sistema capitalista, a apropriação privada da natureza, mediada pelo Estado nos países periféricos como o Brasil.

Enquanto ente mediador das relações capitalistas de produção, o Estado, por meio da composição das políticas públicas, sistematiza estratégias para garantir a otimização dos recursos da eletricidade e, assim, engendra a energia elétrica como central para os processos antagônicos de desenvolvimento e progresso. O Eletronegócio apresenta-se como mediação central para o questionamento acerca da segurança energética para o capital, a qual é protagonizada tanto pelas políticas públicas do setor elétrico, quanto pela atuação dos agentes hegemônicos do Estado-capital.

No contexto dos estudos que apontam a apropriação privada do setor elétrico, bem como as conexões entre a financeirização e as multinacionais visando a apropriação do setor elétrico dos estados nacionais para as empresas transnacionais, emergem as reflexões de Beder (2003), a qual analisa as formatações da busca pelo controle capitalista da eletricidade. A autora analisa, de forma crítica, a lógica de expansão do capital no setor elétrico e a constituição de uma rede internacional de empresas especializadas no setor elétrico e as formas de atuação na conjugação entre alterações legislativas e constituição de associações privadas para atuar nas estruturas dos estados na privatização da eletricidade, sob o imperativo dos agentes hegemônicos internacionais ligados à financeirização ideológica por meio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Fundo Banco Mundial (FBM).

Além disso, a autora aponta as lutas populares em diversos países frente ao avanço do capital no setor elétrico, atuando nas reflexões tanto ambientais quanto de aumento das tarifas de energia elétrica. Na leitura crítica da autora, é possível observar as contradições à realidade brasileira no setor elétrico, bem como as disputas entre uma energia elétrica pública e outra apropriada pela lógica privada. Importante destacar a dimensão financeira com a privatização do SEB, mais recentemente com o avanço da privatização da Eletrobrás e historicamente o financiamento, travestido de apoio ideológico, do Banco Mundial para potencializar o caráter privado da energia elétrica.

Isto posto, é patente descortinar as formas reinantes de protagonismo desempenhado pelos agentes privados, na forma de sociedade civil organizada, na mescla de associações específicas e entidades genéricas enquanto disseminadores dos ideários neoliberais, visando garantir os interesses da ordem do capital por meio dos denominados aparelhos privados de hegemonia.

Estes, porém, estão engendrados de forma multiescalar, desde o Fórum de Associações do Setor Elétrico às engrenagens fantasmagóricas do Banco Mundial, com sua máquina de idealização do capital imperialismo em escala global. Ou seja, trata-se de compreender multiescalarmente o processo de constituição da energia elétrica como processo contraditório e de assimilação enquanto força produtiva, que encontra no território brasileiro frações espaciais passíveis de absorção e incorporação à lógica sociometabólica do capital.

Assim, a questão agrária torna-se central para a sua compreensão, haja vista o grau de concentração fundiária brasileira e o angustiante dado de conflitos agrários derivados da violência estrutural no campo, que assolam diversas comunidades que historicamente

galgam a disputa da regularização territorial. A implantação das linhas de transmissão de energia, solapam as dinâmicas socioespaciais em tais comunidades e disseminam a estruturação do capital por meio da expropriação em escala ascendente e potencializadora da ordem capitalista na produção do espaço. É nesse quadro que o Eletronegócio busca lançar luzes para a compreensão de um problema estrutural e funcional do sistema capitalista, que multiescalarmente, dinamiza a expansão do capital via acumulação, destruição e violência por meio do circuito espacial da eletricidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DOS ENCALÇOS TRÔPEGOS AOS DESENLACES POSSÍVEIS NO TEMPO-ESPAÇO CONTRADITÓRIO

Revolutamor
Aparece como estrela cadente
Momento de extremo calor
Orbita n'alma com ofurô
Rodeando a vida de valor

Amor que valha
No cantinho caloroso
Amor dá carinho
No afago valoroso

Pela vida no amor visionário
Mas que não tenha norte
Por um amor revolucionário
Atento, calmo e forte

Por uma vida repleta
Frágil, simples e candente
Em tempo de crise do amor
A essência é o seu frescor

*Henrique Oliveira de Andrade

Esta tese de doutoramento desdobra-se a partir das intencionalidades dos movimentos sociais e grupos organizados de comunidades quilombolas e camponesas, que em julho de 2019 buscaram apoio para compreensão e enfrentamento de uma Linha de Transmissão de Energia, que se avizinhava nos horizontes daquelas comunidades em Feira de Santana e Antônio Cardoso na Bahia. A notícia avassaladora de algo até então incompreensível, abriu o caminho para uma articulação orgânica de intelectuais militantes que, juntamente com diversas lideranças comunitárias, iniciaram a construção de um corpo coletivo de estudo e produção de conhecimento com valorização dos saberes populares acerca dos impactos daquela infraestrutura energética.

Em setembro de 2020, assolado pela pandemia que massacrava nossas famílias brasileiras, numa noite cálida de Feira de Santana, surgiu a ideia de produzir um estudo mais aprofundado sobre as dimensões contraditórias da linha de transmissão que afligia, mesmo antes de sua chegada, dezenas de comunidades nos municípios de Feira de Santana e Antônio Cardoso na Bahia. As incertezas da vida pandêmica se traduziam na voracidade do tempo-espaço confuso, nas problemáticas dos cuidados com as pessoas e a necessidade de continuar a vida produzindo conhecimento socialmente referenciado.

Os cálculos das possibilidades me levavam a mundos estranhos e longínquos, tais como Rio de Janeiro e São Paulo como possibilidades de prosseguir nos estudos, pois já faria 8 anos desde a finalização conflituosa do mestrado acadêmico. A saída caseira tomou a mente por conta das limitações familiares de pai de duas crianças pequenas e a distância geográfica de desbravar o Sudeste foram substancialmente reprimidas. Após alguns dias de escrita e pensamentos sobre como transformar uma ação de extensão popular e militante numa pesquisa engajada de doutoramento, ganhou novos rumos, ao lembrar de um notável professor que, em 2014, tinha conhecido nas andanças do fazer extensão e pesquisa junto às comunidades e grupos organizados dos territórios da Bahia e Sergipe. Esse colega professor, se tornaria meu orientador, o professor Eraldo Ramos.

Prontamente, o início se deu num contato virtual para iniciar o diálogo e buscar informações sobre o Doutorado em Geografia em Sergipe que, para nós da escola de Geografia de Feira de Santana, tornava-se algo mais palpável por conta de outros colegas professores que desbravaram o território sergipano da pesquisa com resultados frutuosos. A resposta depois de alguns dias chegou em meio a problemas de saúde agravadas pela pandemia, porém, com as portas abertas para a possibilidade da seleção. A problematização inicial para a pesquisa que, ora aprovada pelo programa, e iniciada oficialmente em março de 2021, buscava compreender os desdobramentos das resistências populares frente à linha de transmissão Porto Sergipe-Sapeaçu.

Porém, com o caminhar da pesquisa, ainda em meio à pandemia no ano de 2021 e início de 2022, tal problematização e diretamente os objetivos da pesquisa foram tomando novos rumos, na medida que as leituras avançavam e o acompanhamento das comunidades se aprofundava. Perguntei-me sobre como compreender essa problemática numa escala de Brasil, ou, como esse fenômeno se manifestava geograficamente em outros espaços e territórios. O resultado foi que ao longo dos anos de 2022 e 2023, já com as possibilidades de deslocamentos rodoviários e aéreos, foi possível compreender em outras escalas a problematização para além do objeto técnico (linha de transmissão), para refletir sob os princípios geográficos da questão energética brasileira, o desdobramento do negócio da energia elétrica, o circuito espacial da eletricidade e da forma como o Estado brasileiro opera o denominado Setor Elétrico.

Dessas indagações, entre os anos de 2023 e 2024 abrem-se outras conotações de pesquisa com a intensão de compreender as entidades do setor, sua operacionalidade, ações hegemônicas e rebatimentos nas políticas públicas. Ou seja, o mundo se abriu em outras dimensões, que foram lapidadas por meio da experiência de realização do

Doutorado Sanduíche na Universidade Autônoma Metropolitana, Unidade Xochimilco no México, entre os meses de abril a julho de 2024, quando foi possível realizar leituras, articulações acadêmicas e laborais, participar de ambientes acadêmicos e científicos, bem como realizar trabalho de campo junto a organizações e entidades que atuam diretamente no enfrentamento dos megaprojetos nos estados mexicanos de Oaxaca e Chiapas.

Sobre esse capítulo da minha vida acadêmica, declinarei de muitas contextualizações para afirmar que foram 4 meses que se tornaram contraditoriamente uma síntese de emoções colossais e de dores e amores imensuráveis. Os capítulos dessa história de imersão no mundo da pesquisa estão atreladas ao movimento complexo de muito tempo de trabalho de campo nas comunidades, muitas horas de interlocução com os sujeitos expropriados, em muitos eventos locais, regionais, nacionais e internacionais, cursos presenciais, disciplinas virtuais, debates na AGB e principalmente a interlocução com o professor Eraldo, colegas, amigos e outros professores que colaboraram com a conformação de uma leitura crítica da pesquisa no contexto de sua internalização mental e material.

É importante destacar que esta pesquisa está inserida criticamente na reflexão sobre as formas violentas e destrutivas do avanço do capital no setor elétrico brasileiro, especificamente através da implantação de linhas de transmissão de energia, e como esta afeta o território e as comunidades tradicionais e camponesas. A sua expansão, muitas vezes justificada pelo discurso e seu ideário ideológico da segurança energética e sua faceta no século XXI da transição energética, é, na verdade, parte da estratégia de acumulação de capital que resulta na expropriação territorial, violações de direitos humanos e territoriais e na produção do "espaço da miséria".

O neófito conceito de Eletronégocio, produzido ao longo da pesquisa, torna-se central para compreender a relação entre o setor elétrico e a financeirização, por meio do papel do Estado e dos aparelhos privados de hegemonia para viabilizar tal processo. Com base nas premissas metodológicas assentadas na teoria crítica, no materialismo histórico dialético e na pesquisa participante e militante, analisou-se casos no Brasil e em outros países, no contexto dos estudos geográficos quanto à questão dos megaprojetos energéticos e o negócio da eletricidade.

O estudo em tela posiciona-se com o objetivo de desvelar as condicionantes do Capital, Estado e Espaço, apresentando a realidade concreta embasada nas contradições para apreendê-la de forma multifacetada e em múltiplas determinações, buscando dialogar um amplo arcabouço teórico, conceitual, empírico, metodológico e de práxis que

possibilite alcançar dimensões do espaço geográfico e sua produção, desvelando questões centrais que são obscurecidas. É em síntese, uma defesa de uma ciência geográfica de cunho social e político que contribua na produção da vida digna.

Uma meta central do estudo é ir além da aparência dissimulada do capital e desvelar a essência dos processos espaciais e territoriais, tendo a fetichização da energia elétrica como objeto de estudo visando descortinar o que na aparência representa o uso e desenvolvimento, mas, em sua essência, é um elemento direto de apropriação da natureza e central para a expansão e exploração das forças produtivas sob a lógica capitalista.

Este estudo debruçou-se fundamentalmente na análise do território dominado pelo capital e as formas de reprodução deste no contexto geográfico, por meio do recorte temático das linhas de transmissão de energia, compreendendo-as como entes da produção capitalista do espaço. Isso posto, esta produção é analisada em sua ligação direta com a luta de classes, apropriação privada da natureza, tendo suas materialidades contraditórias no contexto da territorialização do capital.

O estudo enfatiza a reflexão crítica sobre a dimensão relacional entre Estado-Capital-Trabalho na produção capitalista do espaço geográfico, tendo na análise dos aparelhos privados de hegemonia como o FASE, a essência para esta pesquisa, pois desvela processos internos, articulações e operacionalidades da atuação do Estado na execução das estratégias de acumulação do capital demonstrando como tais entidades protagonizam tomadas de decisão que reverberam diretamente na produção do espaço.

A pesquisa está situada no contexto da Geografia do Conflito, analisando os conflitos territoriais relacionados à implantação de linhas de transmissão de energia no contexto da expansão do setor elétrico, mediada pelo capital, acirrando assim a questão agrária brasileira, por meio da expropriação territorial e a reprodução do espaço da miséria, materializando o território no bojo das lutas de classes.

O estudo contrapõe o discurso da segurança energética para o capital com a busca por uma soberania popular e energética que, protagonizada pelas comunidades em suas conflitualidades externas materializadas pelos megaprojetos energéticos, exprimem as problemáticas concernentes à expansão do capital no setor elétrico brasileiro. Aqui, implica-se um foco na essência dos problemas geográficos como a questão agrária brasileira contemporânea.

A pesquisa fundamenta-se no materialismo histórico dialético como método central para apreender a realidade concreta em suas contradições e totalidade. Adota a pesquisa participante e a pesquisa implicada/militante dialogando com as lutas desde

baixo e buscando construir conhecimento com e para a classe trabalhadora e as comunidades. A cartografia geográfica/participativa/social é destacada como ferramenta essencial para desvelar problemáticas, visibilizar o território em conflito e atuar como instrumento de defesa do território.

O estudo emprega uma abordagem multiescalar e transescalar, buscando a totalidade das estruturas e processos capitalistas, desde a escala local dos conflitos até a escala global da financeirização da energia e do imperialismo. Dialoga também com os debates geográficos sobre a relação sociedade-natureza (e sua apropriação privada), a crise estrutural do capital, a financeirização, o desenvolvimento desigual e combinado, os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs) e a relação entre espaço e poder e luta de classes.

Ao nosso ver, o conceito do Eletronegócio, produzido ao longo desta tese de doutoramento, articulando as escalas apontadas e as mediações aqui também já analisadas, é um instrumento analítico de extrema validade para a Geografia e para as ciências humanas e sociais para a devida compreensão, em sua totalidade, da questão energética brasileira, bem como dos processos relativos à segurança energética para o capital e dos desdobramentos de tais dimensões, na territorialização do capital em países periféricos como o Brasil.

A ocorrência das conflitualidades prementes e intensivas efetivam os conflitos territoriais e a apropriação privada da natureza como processos centrais na expansão da ordem metabólica do capital que, em crise, abre novas margens para extração de mais valor que, na era da financeirização, protagoniza a circulação de capital fictício, tendo no mercado da energia elétrica um importante espaço de ocupação para extração de mais valor, centralização e concentração de capital no bojo do ideário neoliberal em voga.

Cumpre destacar os apontamentos dos aparelhos privados de hegemonia, tanto de associações como também de organismos internacionais, tais como Banco Mundial, Agência Internacional de Energia e a Agência Internacional de Energia Renovável, articulando assim a escala local-regional-global. Cumpre destacar que a Agência para energias renováveis, em recente artigo publicado[54] por seu presidente Francesco La Camera, defende o processo de ampliação do conceito de segurança energética para a inserção das energias renováveis como forma de ampliação dos processos de financeirização por parte das corporações internacionais.

[54] Para mais informações: https://www.irena.org/News/pressreleases/2025/Mar/Record-Breaking-Annual-Growth-in-Renewable-Power-Capacity

Analisamos nesta tese, como as políticas públicas são engendradas pelo estado brasileiro para potencializar a acumulação de capital por conglomerados internacionais/nacionais ligados às infraestruturas de eletricidade, contribuindo para a fetichização da energia elétrica como mercadoria, senda esta aprisionada pela lógica da superexploração da natureza, sendo um sustentáculo para a acumulação de capital.

Assim, apontamos a falácia desse processo, haja vista a dissimulação permeada pelo capital, visando a garantia da segurança energética para o capital e não para a sociedade ou soberania popular. A segurança energética é vista aqui como uma faceta do discurso do Estado com seu papel gerenciador/facilitador do capital sobre as forças produtivas. Haveria, assim, uma segurança energética para o capital? Ao nosso ver e a partir dos resultados de pesquisa postos, a resposta é sim!

O metabolismo sociedade-natureza, especialmente no contexto dos megaprojetos energéticos, é abordado criticamente como um processo intrinsecamente ligado à lógica de expansão e acumulação do capital. Esse processo é enquadrado no contexto do sistema sociometabólico do capital, caracterizado por uma dinâmica autoexpansiva e destrutiva. Nele, a natureza não é vista de forma integrada à humanidade, mas sim como um elemento a ser apropriado e transformado em produto abstrato, embora com relação concreta na constituição das artimanhas do capital. A energia elétrica, nesses termos, é compreendida como fração da natureza apropriada pelo capital, dissociando-se da natureza e atuando como mercadoria no processo de reprodução do capital, o que contribui para a mercantilização da natureza e a sujeição de amplos aspectos da vida social.

Nesse contexto, os Grandes Projetos de Desenvolvimento Energéticos (GPDE) e as infraestruturas associadas, como as linhas de transmissão (LTs), são manifestações concretas dessa dinâmica, operando como estruturas da segurança energética para o capital, utilizando-se da superexploração do trabalho e da natureza como base para a reprodução do capital. Essa apropriação capitalista da natureza, através da energia elétrica, leva a uma ruptura do metabolismo sociedade-natureza. A eletricidade, que em sua essência é uma força produtiva, é transmutada em um motor para a apropriação privada da natureza e utilizada para a financeirização da economia.

As políticas públicas de energia, mediadas pela atuação de corporações e associações setoriais, com o Estado atuando como garantidor e intermediador da expansão capitalista, promovem a financeirização da natureza. Nesse bojo, o Eletronegócio evidencia como a produção e circulação de energia elétrica, de forma

relacional, configura uma rede geográfica hegemônica de reprodução do capital no setor elétrico, ou seja, um circuito espacial da eletricidade.

É nesse contexto que se constitui o discurso ideologizado da transição energética, como uma linguagem que visa apresentar-se como solução para problemas ambientais, potencializando a produção de mais valor e a expansão capitalista, muitas vezes dissimulando a apropriação da natureza e gerando mais conflitualidades e expropriações.

Em suma, no contexto dos megaprojetos energéticos, o metabolismo sociedade-natureza é distorcido e subjugado à lógica do capital, resultando na ruptura metabólica, na mercantilização e financeirização da natureza na produção do território em conflito, na geração de espaços da miséria impulsionados pela superexploração da natureza sob a égide da acumulação e reprodução ampliada do capital.

Em suma, este estudo inédito, e com relevância acadêmica, científica e social, foi materializado numa produção vinculada às questões sociais da Geografia e contribui para a construção de um conhecimento que critique a dissimulação do capital e se comprometa com a superação das mazelas sociais e a construção de outras geografias possíveis em horizontes emancipatórios aparentemente impossíveis. É importante destacar a extrema imbricação deste estudo com as comunidades, entidades e organização dos trabalhadores e trabalhadoras que apresentaram o embrião da problemática da pesquisa, ainda no ano de 2019 e que, no curso de aproximadamente 7 anos, potencializaram esse estudo com reflexões, críticas e afagos cotidianos.

O estudo em tela apresenta os aspectos críticos sobre o uso do método, procedimentos e técnicas de pesquisa, atestando sua aplicabilidade e interconexões teórico-metodológicos. Além disso, possui o rigor teórico consubstanciado e tem como pilar a pesquisa militante, bem como de aplicabilidades no sentido da crítica assentada às dimensões das categorias e conceitos básicos como Estado, Espaço e Capital. Nesse contexto, quanto aos resultados da pesquisa apontados ao longo das seções, o estudo destaca:

- A coexistência de violações aos direitos humanos e territoriais atrelada a licenciamentos ambientais falaciosos nas linhas de transmissão de energia analisadas;

- A operacionalização do Eletronegócio como conceito chave emergente para a Geografia;

- O papel desempenhado pelas estruturas de Estado na conformação das políticas públicas de energia, mediadas pela atuação das corporações internacionais e associações setoriais na área de energia;

- A relação entre impactos em diversas ordens (ambientais, sociais, econômicos, psicológicos, territoriais, saúde, dentre outros) decorrentes das faixas de servidão administrativa e as problemáticas fundiárias nas comunidades analisadas, acirrando a questão agrária;

- Essas constatações, em âmbito teórico, são apresentadas concretamente nos casos das Linhas de transmissão analisadas, o que comprova a problematização da pesquisa, atrelando-a a outras LTs, bem como outros megaprojetos, em outras escalas;

- A pesquisa exploratória constatou a contradição entre as estratégias de desenvolvimento capitalista, que visam a lógica expansiva, e as ações de extrativismo engendradas pelas obras de implantação de linhas de transmissão de energia, as quais programam as ingerências do capital na dinâmica da dependência;

- O sentido geral do estudo é contrapor a ideologia dissimulada do capital da segurança energética e constituir um esforço teórico de contraposição quanto à soberania popular e energética, concebendo-o como uma Geografia do conflito popular no contexto da questão agrária brasileira;

- Aprofunda-se a análise crítica quanto às contradições da dominação do Espaço Geográfico no contexto de sua produção sob o ideário neoliberal no capitalismo;

- Enfatiza-se a territorialização do capital como componente central da sua expansão no século XXI, principalmente nos países periféricos;

- Constata-se a produção do espaço sob os princípios do desenvolvimento desigual e combinado;

- Atesta-se a inter-relação predatória coexistente entre a implantação dos megaprojetos energéticos e as estratégias de expansão do capital no contexto de sua crise estrutural;

- Correlaciona-se a questão agrária com os processos relativos à luta de classe, tendo em vista a contradição da implantação das LTs e o acirramento dos conflitos territoriais;

- Constatam-se os processos relativos à defesa do território protagonizado pelas comunidades estudadas, bem como as contradições da ideologia da segurança energética;

- Enfatizam-se as correlações existentes entre a crise do capital, a atuação dos organismos financeiros internacionais e as conexões com a atuação dos blocos no poder desemprenhados por frações da classe dominante brasileira por meio do FASE;

- Analisam-se as relações entre o discurso da transição energética, a apologia às energias renováveis e as estratégias de desdobramento da crise do capital nos países periféricos;

- Foram identificadas e analisadas as estratégias territoriais de resistência e luta de classes, desenvolvidas pelas comunidades tradicionais e camponesas e nesse contexto os processos engendrados de defesa do território;

- As linhas de transmissão de energia são vistas como facetas das novas formas de expropriação contemporânea nos moldes da acumulação de capital no século XXI, por meio da apropriação privada da natureza;

- O Fórum de Associações do Setor Elétrico (FASE) é identificado como um Aparelho Privado de Hegemonia (APH) ligado à classe dominante, dirigido por frações da burguesia brasileira imersa nos interesses da financeirização da economia, com atuação constante no/do/pelo estado brasileiro;

- Atesta-se a relevância da teoria gramsciana dos aparelhos privados de hegemonia no contexto do Estado Ampliado. Nesse ínterim, confirma-se a aplicabilidade da pesquisa no contexto dos estudos geográficos críticos;

- Constatou-se que as agendas propositivas do FASE foram adotadas pelo Estado brasileiro, o que confirma a hipótese sobre as contradições associadas às relações no Estado ampliado, no contexto da atuação dos APHs;

- O FASE vem cumprindo seu objetivo primordial de ser um interlocutor reconhecido das associações do setor e demonstra patentemente as intencionalidades e agenciamentos junto a entidades-chave como CCEE, Aneel, ONS, EPE e MME;

- A atuação dessas entidades (FASE/ABDIB) possui relação direta com a produção do espaço, protagonizando tomadas de decisão que reverberam diretamente na forma, conteúdo e processos relativos ao espaço geográfico, seja pela fetichização da eletricidade, abertura de mercados, alocação de megaprojetos energéticos ou a capitaneada transição energética;

O emergente conceito de Eletronegócio é defendido e apresentado como uma ferramenta analítica central e essencial para a compreensão crítica da realidade espacial brasileira e da dinâmica do capital no século XXI. Nesse ínterim, a sua compreensão se fundamenta em sua capacidade de descortinar e iluminar as complexas inter-relações entre o capital, o setor elétrico (especialmente as linhas de transmissão), o Estado, a apropriação da natureza, a questão agrária e os conflitos sociais. O Eletronegócio, dessa

forma, não é apenas uma descrição, mas um conceito estruturante e uma leitura crítica para os estudos geográficos que revelam a essência por trás da aparência.

Nesse ínterim, é importante frisar a escala latino-americana como uma riqueza para a compreensão dos processos devastadores da expansão do capital, visto que Brasil e México, como duas potências regionais, reproduzem práticas no bojo das tomadas de decisão e na concertação de políticas públicas que os coloca no centro da lógica expropriadora do capital visando ampliação da extração de mais valor.

Compreender as bases do processo de exploração da natureza, à luz do conceito de Eletronegócio, é base para construir laços teóricos, conceituais e articulação com os movimentos sociais visando a produção do território da vida com outras geografias possíveis, materializadas na luta dos povos ancestrais, sejam eles quilombolas, indígenas e camponeses em nossa América Latina.

O Eletronegócio sintetiza as estruturas e articulações do complexo financeiro-energético-agrário-industrial evidenciando como a energia elétrica, tratada como mercadoria fetichizada, é apropriada como um vetor para a acumulação e reprodução ampliada do capital, ou seja, tem a mediação central no questionamento do discurso hegemônico da segurança energética para o capital expondo as contradições e a dissimulação do capital.

O conceito do Eletronegócio enfatiza o papel das infraestruturas energéticas, como as linhas de transmissão, como materialidades da dinâmica expansiva do capital, sendo que tais infraestruturas acirram a questão agrária por meio da expropriação territorial, da subordinação do território e da eminente promoção de conflitos territoriais com violações de direitos humanos e territoriais.

O Eletronegócio é construído como um instrumento analítico de extrema validade para a compreensão da questão energética brasileira em sua totalidade, da segurança energética para o capital, da territorialização do capital em países periféricos e da questão agrária contemporânea. O conceito articula a lógica do capital, o setor elétrico, a apropriação da natureza, a questão agrária e os conflitos territoriais.

A dinâmica energética, para o capital, envolve aspectos como corporatocracia, apontada por Perkins e as expropriações apontadas por Fontes, permeadas pela atuação dos aparelhos privados de hegemonia, materializados no FASE, sendo esse processo contraditório relacionado à influência de grandes corporações. Dessa forma, os estudos de demanda de eletricidade e as projeções econômicas relacionadas ao Eletronegócio são identificadas como impulsionadoras da expansão do capital, conforme podem ser

observadas nas políticas públicas de energia elétrica, tais como o Plano Nacional de Energia e o Plano Decenal de Energia.

Essa expansão ocorre sob o objetivo principal da acumulação e extração de mais valia, sendo que um dos mecanismos apontados é através de acordos e demanda que visam o endividamento dos países, haja vista as interações umbilicais nesse processo com a atuação dos organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial.

A energia elétrica é patentemente definida como uma mercadoria coisificada e interconectada com as estratégias de expansão do capital, sendo que, para tal circulação da mercadoria energética, é mister a necessidade de avanço da infraestrutura das Linhas de Transmissão, na adoção de energias renováveis e na gestão do excedente de energia elétrica no Brasil.

No entanto, esse processo não ocorre de forma incólume no bojo das dinâmicas territoriais e da questão agrária. Tal interação ocasiona os conjuntos dos rejeitos no território, materializados pelos conflitos territoriais, pela expropriação, pelas perseguições a lideranças de comunidades e suas organizações, pela destruição dos meios de vida e diretamente pela continuidade do rompimento do metabolismo sociedade-natureza.

Ou seja, a ampliação e o avanço das infraestruturas dos megaprojetos energéticos relacionados à eletricidade, de um lado protagonizam o fetiche e a coisificação da energia e, de outro, materializam a produção dos espaços da miséria, das desigualdades e da desumanização. Esse processo contraditório e dialético é abarcado no conceito de Eletronegócio.

O conceito de Eletronegócio também permite analisar o papel do Estado e dos aparelhos privados de hegemonia (APHs), como o FASE e suas associações imbricadas, na construção de um arcabouço jurídico-normativo e na implementação de políticas públicas que facilitam a expansão do capital no setor elétrico, mesmo que isso signifique a subjugação de comunidades e a degradação da natureza.

Por fim, o conceito tem sua origem e validação nas lutas e resistências concretas das comunidades camponesas e quilombolas, buscando ser um diálogo desde baixo e um instrumento para a construção de conhecimento vinculado às questões sociais da Geografia, configurando-se como uma ferramenta essencial para a compreensão crítica da realidade espacial em tempos de financeirização da economia e reprodução ampliada do capital nos países periféricos.

Este estudo conforma-se também como uma tomada de posição para e com o compromisso assumido junto às comunidades tradicionais, quilombolas e camponesas que são parceiras e atuantes diretamente deste estudo. A denúncia assume esse caráter de manifestação política, visando externar os interesses e ações capitalistas na proliferação da conflitualidade da produção do espaço no setor energético brasileiro.

Destaca-se nesse bojo, a funcionalidade do Estado e dos discursos de "segurança energética" e "desenvolvimento" para a acumulação do capital em detrimento dos direitos e territórios das comunidades tradicionais e trabalhadoras. Critica-se também o papel das entidades capitalistas de governança do estado ampliado na conformação da hegemonia capitalista no aparato estatal e na operacionalização da acumulação por meio do setor elétrico.

O aprofundamento teórico-metodológico deste estudo buscou analisar as estruturas e processos capitalistas que levam à produção desigual do espaço, aos conflitos territoriais e às violações de direitos, reiterando a importância da perspectiva crítica e do materialismo histórico dialético para a compreensão da realidade. Dito isso, o Eletronegócio torna-se essencial no intuito de descortinar a complexa articulação entre a produção do espaço, energia elétrica, questão agrária e acumulação capitalista em países periféricos como o Brasil.

Portanto, conclui-se, a partir dos resultados desta pesquisa, que a expansão do setor elétrico no Brasil, mediada por interesses do capital e influenciada por aparelhos privados de hegemonia, resulta em violações de direitos, agrava a questão agrária, e configura-se como uma forma de apropriação privada da natureza e expropriação de comunidades, evidenciando a contradição entre a segurança energética para o capital e a soberania popular e energética, no contexto da luta de classes e da produção capitalista do espaço.

Este trabalho visa a compreensão crítica da questão energética e os processos relacionados ao Eletronegócio quanto à instalação de linhas de transmissão de energia, seus impactos e desdobramentos nas comunidades quilombolas e camponesas. Além disso, tem como base a busca da análise da totalidade espacial conectando a leitura dos processos de enfrentamento, lutas e contra-espaços das comunidades, à compreensão crítica dos aparelhos privados de hegemonia na produção capitalista do espaço.

Nesse sentido, as palavras de Gilmore (2025) nos coloca numa encruzilhada temporo-espacial sob a questão relacional quanto o papel do capital enquanto forma social, sua violência e voracidade por destruição e apropriação da vida. De modo que,

essa questão apresenta uma leitura de mundo epistemológica e formatada para a compreensão das desigualdades socioespaciais, atentando para que,

> "os profissionais da Geografia devem desenvolver um programa de investigação centrado na raça como condição de existência e categoria de análise, porque a territorialidade do poder é uma chave para compreensão do racismo. A Geografia Política da raça implica investigar o espaço, o lugar e a localização como moldados simultaneamente pelo gênero, pela classe e pela escala." p. 151

Nesse sentido, Gilmore (2025) aponta a necessidade de centrar esforços na

> "atenção nas pessoas mais vulneráveis às associações fatais entre poder e diferença representadas pelo racismo, para se desenvolver análises mais ricas sobre como o ativismo radical pode explorar a crise de modo mais produtivo para fins libertadores". p.151.

Diante disso, a conjunção crítica da raça e classe são essenciais para a compreensão e intervenção na realidade espacial, haja vista as contradições do capitalismo no seu processo de apropriação da natureza, das ideias e da soberania popular. Esta pesquisa, centrada nessas questões, aponta como o "Tacão de Ferro" disseminou a violência e a ideologia da classe dominante dos aparatos de Estado, bem como nos agenciamentos do capital para a sua expansão em contínua acumulação permanente. Em pleno século XXI, nos debruçamos com a ampliação das redes capitalistas empresariais representando o avanço da corporatocracia no setor energético e dissimulando estratégias de expansão do capital, em detrimento da destruição da natureza e do humano.

Esta pesquisa, culminada nesta tese de doutorado em Geografia, busca contribuir com o desvelamento dessa trama capitalista de apropriação e destruição, para ser mais um instrumento de combate ao racismo e, principalmente, tem o intuito de produzir um estudo que aponte os caminhos travados por diversas comunidades no enfrentamento e luta quanto ao avanço do capital que, em crise, mira nas populações minorizadas para a extração da vida e para transformação de vida em morte. Dos meandros espaciais abandonados à Geografia perdida no campo, este estudo representa também a possibilidade de defesa da educação pública por meio dos desafios de um filho do povo alçando voos coletivos.

Diante dessas questões, nossa atenção focalizada nas contradições do Eletronegócio tornam-se centrais para a compreensão da apropriação da energia elétrica e sua incursão no bojo da segurança energética para o capital. A pesquisa, sob os princípios participativo e engajado, aponta as fragilidades frente ao avanço do capital por

meio dos megaprojetos energéticos, bem como aponta as potencialidades de enfrentamento no Contra-espaço e as possibilidades de avanço quanto à territorialização do capital nas comunidades quilombolas e camponesas.

A pesquisa participativa demonstra também a riqueza das estratégias de resistência e defesa do território protagonizada por organizações, associações e grupos de trabalho visando um agenciamento ideológico desde baixo, quanto à crítica da monopolização do território pelas transnacionais do setor elétrico.

Assim, construir uma Geografia atenta às problemáticas das comunidades quilombolas e camponesas é central para desconstruir uma lógica colonial na qual estas são apenas locais de execução de pesquisa extrativa. É possibilitar uma pesquisa militante abarcada pela compreensão das singularidades englobadas pelo Eletronegócio quanto à territorialização do capital, a destruição ambiental e do humano. Haja vista que este processo está abarcado pelo avanço do capitalismo predatório em sua ânsia de extração de mais valor, com o acirramento da reprodução da miséria via o protagonismo do racismo como dimensão espacial e territorial da realidade brasileira, a partir da expansão do capital também sob a forma dos megaprojetos energéticos.

A tese de doutoramento em tela e os processos de pesquisa realizados ao longo dos últimos 52 meses (março de 2021 a outubro de 2025) enfatizam as possibilidades concretas de produzir conhecimento socialmente referenciado e engajado no contexto tanto dos movimentos sociais, quanto das organizações dos trabalhadores. Socialmente, esta pesquisa aponta caminhos para o aprimoramento das políticas públicas do setor elétrico brasileiro, jogando luz nas conflitualidades e nos conflitos territoriais, protagonizados pela inserção direta do capital financeiro no negócio da eletricidade.

Nesses termos, aponta também para a centralidade das comunidades quilombolas e camponesas nos processos de luta, resistências e enfretamento quanto à ordem sociometabólica do capital, que, em sua sanha destrutiva, promove a violência e a expropriação. Os problemas sociais apontados na pesquisa, sob o viés geográfico, são uma síntese de questões centrais para repensar o Brasil em suas desigualdades marcantes, quanto às maiorias minorizadas que são amplamente escamoteadas pelos interesses do capital. A pesquisa, nesse sentido, alça as possibilidades de iluminar problemáticas socioespaciais insólitas à opacidade do espaço, tendo as comunidades quilombolas e camponesas como ponto de partida para compreender, desde a base, as necessidades reais do nosso povo.

O estudo em questão aponta a crítica aos mecanismos da regulação ambiental, por meio dos licenciamentos ambientais que, nas formas de atuação do Estado brasileiro, privilegiam as camadas superiores da sociedade em detrimento do conjunto socioespacial materializado em comunidades tradicionais, sejam elas quilombolas, camponesas e indígenas. Aponta também as dimensões contraditórias e os limites de atuação e efetivação das políticas públicas do setor elétrico brasileiro, possibilitando assim um aprimoramento dos seus mecanismos de controle a atuação. Nesses termos, a pesquisa inova com a construção de um conceito para a Geografia, qual seja, o Eletronegócio como forma de avançar na problematização das operacionalidades analíticas da compreensão geográfica dos fenômenos socioespaciais.

Quanto às limitações, é importante ressaltar as problemáticas relacionadas aos impactos derivados do período pandêmico, no qual famílias foram dilaceradas e outras tantas sofreram com a miséria e a fome, ao tempo em que se falava nacionalmente na cloroquina e na falta da necessidade de se vacinar, materializadas no negacionismo neofascista.

Em outros termos, a pandemia apresentou para nós, trabalhadores e estudantes pandêmicos, limitações de socialização com os colegas, com os professores, nos afastou do mundo fértil da sala de aula, dos corredores, do cafezinho regado à construção de novas amizades. De outro lado, e no caminho das limitações, as questões emocionais foram asseveradas e dolorosas, sejam conosco ou com os nossos, sejam eles amigos, colegas ou familiares.

Particularmente, não posso reclamar do tempo para a pesquisa, pois fui agraciado com o afastamento remunerado do meu trabalho, o Instituto Federal da Bahia, para a realização quase que completa do doutorado entre os meses de julho de 2021 a julho de 2025. Porém, a imersão na pesquisa nos desdobra em outras questões contraditórias quanto às leituras, à vivência familiar e pessoal, bem como no aprofundamento de leituras que destravam cognitivamente reflexões, para as quais é necessário um tempo maior para ruminação intelectual. Uma limitação central para a pesquisa foi o numeroso conjunto de comunidades, de dados e informações, organizações e grupos a serem analisados, vivenciados, estudados e diretamente experienciados no sentido de produzir um estudo que, de fato, tivesse a envergadura dos povos assolados pelas linhas de transmissão de energia e pelo negócio capitalista da eletricidade.

Em tom de finalização, mesmo sabendo que ela nunca é finalizada, abro aqui um flanco de questões problematizadoras que podem semear caminhos férteis para novas

pesquisas a serem realizadas no conjunto do conhecimento geográfico, tais como: análise das interações entre a transição energética e as mudanças climáticas sob o prisma corporativo; estudo sobre as inferências acerca das processualidades da financeirização da natureza no conjunto do negócio da eletricidade; investigação sobreas formas de resistências futuras das comunidades a partir da conflitualidade geopolítica materializada na transação energética; estudo do Estado e sua forma capital hegemônica quanto à atualidade da geopolítica global; aprofundamento da pesquisa com fins na Cartografia Geográfica, que desvelem um território desde baixo com maior acurácia tecnológica; análise apurada sobre o agronegócio e seus desdobramentos quanto à privatização da Eletrobrás e diretamente um aprofundamento do conceito de Eletronegócio e vinculação entre aparelhos privados de hegemonia, fundos de investimentos em diversas escalas geográficas; estudo com acompanhamento dos desdobramentos das políticas públicas da energia elétrica e o contínuo avanço das linhas de transmissão de energia, dentre outras possibilidades.

Dito isso, este é mais um passo em meio aos encalços trôpegos dos caminhos possíveis e impossíveis da vida sediosa de fogo, no tempo-espaço contraditório, pois, representa um conjunto de aprendizados materializados nas andanças e travessias em diversas comunidades quilombolas e camponesas, recheadas de muito respeito, carinho, atenção e amor com vistas à transformação social radical desse mundo que tem sede de mudanças reais e concretas. Hoje, em São Cristovão-Sergipe, se encerra uma etapa e se iniciam outras possibilidades de desenlace da vida num “revolutamor” constante.

É impossível evitar nesse desenlace derradeiro, as conexões literárias com os debates deste texto-tese. Aqui residem reflexões ora como o visionário Dr Stockman, personagem central da trama de Henrik Ibsen em “Um Inimigo do povo”; ou com Pahom, que traduz as contradições amordaçadas do humano de Tolstoi em “De quanta terra precisa o homem”; mas também na figura emblemática de Everhard no “Tacão de Ferro” de London; e também, nas desventuras alienadas de Galy Gay em “Um homem é um homem” de Brecht.

Assim, todos esses processos emergem concretamente nas disputas, cercos e conflitos das encruzilhadas tratadas nesse texto de tese. Tais questões comparecem ou como farsa ou como tragédia de um povo, amaldiçoado pela destruição protagonizada pela sociabilidade do capital, que se traveste sanguinariamente em liberdade e prisão, como pares antípodas dialeticamente imbricados.

Como já dizia Nego Bispo, a vida é sempre um "Começo-Meio-Começo". Finalizo esta pesquisa sem dar um fim e sim alinhavando um novo "Começo". É também, com os versos do poeta Chico Cesar, os quais bordam este trabalho, que rabisco um "Meio", tricotando assim um novo "Começo", enquanto indagação acerca dos processos complexos, emancipatórios e emergentes da vida em sua essência e também da pesquisa geográfica em suas nuances e encruzilhadas. Segundo o filósofo chinês Lao Tsé, "a jornada de mil milhas começa com um passo". Então, compreendamos que:

"Caminho se conhece andando
Então vez em quando é bom se perder

Perdido fica perguntando
Vai só procurando
E acha sem saber

Perigo é se encontrar perdido
Deixar sem ter sido
Não olhar, não ver

Bom mesmo é ter sexto sentido
Sair distraído espalhar bem-querer"
Chico Cesar

UM TRÔPEGO MENINO
Das estradas estranhas desse mundo corroído
Saiu um menino igual a outros tantos
Simples, tonto, bobo e esquecido
Com forte encanto adormecido

Depois de muitas andanças
Aprendeu que é nas encruzilhadas
De caminhos tortuosos a ferro
Que batizamos a fogo nossas entranhas

Hoje, apenas um operário da educação
Que enfrenta com emoção
Os desafios da vida com amor
Carinho e muita atenção

Alguns ficam famosos
Outros pouco harmoniosos
Há os que se tornam rancorosos
E também aqueles que enricam

Eu, sou apenas Henrique, um trabalhador
Pai, companheiro e professor
Que desafia a vida com valor
Na fugaz dúvida do futuro resplendor

Por Henrique Andrade

É sempre bom, começar de novo!

DESENLACE/EPÍLOGO: “NOSSO TERRITÓRIO FOI TRANSFORMADO NUM ELETRONEGÓCIO”

E, como parte dos processos de imersões nos territórios das comunidades, compartilho algumas pontuações e reflexões realizadas pelos membros de algumas das comunidades quilombolas que estiveram presentes na defesa desta tese de doutoramento realizada no dia 31 de outubro de 2025 na Universidade Federal de Sergipe. Destaco que as citações abaixo, estão em completo rigor ao que foi dito durante a defesa e que as pessoas listadas são representantes das comunidades quilombolas de Antônio Cardoso, ou como socialmente é defendido pelos mesmos, do território quilombola municipal das Umburanas.

Euzébio: “Eu sou Euzébio do Quilombo Paus Altose tive o prazer de conhecer o professor Henrique em 2019, quando praticamente se incorporou no nosso quilombo, no nosso território e nas nossas lutas, não só como apoiador das lutas, mas sim como parceiro, amigo e pessoa que vivencia o que nos vivenciemos dentro do nosso quilombo. E quando ele coloca a tese dele para debater a questão do quilombo, eu não sei se ele vai sobreviver, ou não, mas eu saio com o sentimento de vitória, porque a gente sabe que o que está aí escrito é o que nós vivemos e vivenciamos dentro da nossa realidade. A tese de Henrique não vai colocar um ponto final ao que nós estamos sofrendo com as linhas de transmissão, mas, tudo que nós vivemos está na tese de Henrique, esse é o nosso sentimento. Saímos de casa muito cedo para estar aqui agora nesse momento especial. Não tem como a gente expressar a nossa gratidão para agradecer por todo apoio que Henrique fez em todo esse tempo. Obrigado por tudo.”

André: “Eu sou André, sou trabalhador rural, sou do Quilombo Subaé, especialmente um apicultor, hoje estou ocupando um espaço na gestão municipal e é a primeira vez que a ralé chega ao poder. Primeiro quero agradecer a Henrique pela parceria e pela força durante todo esse tempo. Estávamos falando ali fora, da gratidão por tudo que ele fez por nós e nunca cobrou nada de nós, tendo as vezes deixado a família de lado para estar com a gente nas comunidades. Quantas vezes ele ajudou a gente mobilizando as pessoas do GT e outras pessoas para nos ajudar, pois sem isso a situação estaria muito pior. Durante as falas na defesa do Professor Henrique, eu fiquei aqui pensando e tenho uma coisa que

me diz quando se diz negócio, as pessoas estão dispostas a tudo. O mercado é para se comprar o que se tem necessidade. Negócio e mercado são coisas diferentes, a linha é negócio mesmo, pois entendi a defesa do eletronegócio, pois realmente foi um negócio que atropelou a gente. E nós por conta da linha de transmissão, que passou sem nos consultar, nós tivemos que fazer na carreira a mudança do apiário e com a chegada da linha tivemos que transferir o apiário e o pessoal da empresa não se ofereceu para transportar as casas das abelhas. Nosso território foi transformado num eletronegócio mesmo. Henrique, muito obrigado pela defesa e obrigado pelo conceito de eletronegócio."

Luciete: "Sou Luciete Duarte do Quilombo Subaé. A gente fica emocionada de lembrar da gênese disso que tem acontecido em nossas comunidades, pois Henrique teve o trabalho de organizar esse processo desde quando eu estava fazendo a pós graduação e nós fomos dialogando com os professores para saber como ajudar nesse enfrentamento e como a gente da universidade e do IFBA poderiam nos ajudar. E estamos nessa resistência e na labuta. Eu sou do quilombo Subaé como André e vemos as crianças chorando, os idosos chorando por conta da passagem dessa linha passando no nosso território. Somos 42 famílias vivendo num território pequeno, que já foi expropriado pelo fazendeiro, depois pela BR 116 e agora temos uma linha de transmissão fazendo a mesma coisa. É bom saber que não temos mais o campo de futebol em nossa comunidade por conta da linha. O primeiro mapa que Henrique fez, mostrava as distâncias até a linha. Quando nós temos autonomia se produz um trabalho nesse nível e a tese de Henrique é o terceiro trabalho sobre a linha. A professora Sinthia pergunta como você vê as comunidades. O Henrique não é só o observador, ele é parte da comunidade, se ele quiser fazer uma seleção utilizando qualquer processo seletivo, ele consegue, Henrique é pau pra toda obra nesse processo de resistência. Ele como outras tantas pessoas que nos ajudaram nesse processo que fazemos na resistência tendo nosso território sendo desrespeitado. Do ponto de vista cultural estamos sofrendo um judiciário inerte para nossa defesa e fazem decisões em favor do eletronegócio e não para as comunidades. O processo no território foi muito mais dolorido e tem coisas que não podem ser vistas porque está sendo gravadas. Nós estamos sofremos muitos processos e somos a prova vida disso e da luta E não quero me colocar como pedestal, mas temos muitas cicatrizes da história de resistência dessas

comunidades que muitos chamam de desenvolvimento, mas na verdade é destruição do nosso povo, do nosso território e dos nossos corpos.”

Jociele: “Eu sou Jociele do Quilombo Orobó e nós conversávamos sobre a oportunidade de lembrar que Henrique e o GT foi uma peça fundamental em 2019 quando chegaram as notícias que seríamos atingidos pela linha, a gente estava em processo de certificação e em 2021 fomos certificadas e com a certificação foi feita a inclusão das nossas comunidades e de outras nos estudos do impacto da linha. Para gente foi um choque, tanto na nossa como em todas as outras, e o limite do impacto nós não sabíamos do impacto nos Orobó, Salgado e Morro da Pindoba e em todo o processo eis que chega Henrique com o GT para nos ajudar nesse processo para uma reunião e ajudar na defesa da comunidade. Henrique disse logo na reunião que a linha iria passar lá e que disse que a comunidade não queria a linha e ainda tentaram enganar a gente falando dos benefícios. Henrique desde sempre esteve ao nosso lado e ajudou muito com a inserção de outros debates para prendermos como bater de frente com essas obras que impactam a nossa vida, nosso jeito de ser e de viver e nossa comunidade espera que essa tese seja aprovada, pois não queremos nada a menos que isso. Nós estaríamos em mais pessoas aqui, mas o carro quebrou e não podemos trazer mais gente e estamos esperando aqui a aprovação.”

Luciete: “é bom lembrar que todas as comunidades de AC estão na linha de impacto da LT e nós aqui estamos representando todas as comunidades violadas pela linha”.

Elizângela “Chica”: “Sou Elizangela, mais conhecida como Chica do Quilombo Gavião/Cavaco e quero agradecer de estar nessa defesa da tese, e nós queríamos estar aqui com um ônibus, mas não deu certo. Agradeço pela luta de Henrique no território das umburanas e outras tantas que ele visitou. Não quero me alongar muito e quero agradecer muito a Henrique pelo movimento que você sempre fez e faz e sempre está junto com a gente e saber que estamos representados nesse espaço e quero dizer que ajuda os movimentos das comunidades, ele ajuda muito na minha formação da licenciatura em matemática”.

REFERÊNCIAS

ABDIB. **Livro azul da infraestrutura**: radiografia dos projetos de infraestrutura do Brasil. 2021.

ABDIB. **Livro azul da infraestrutura**: radiografia dos projetos de infraestrutura do Brasil. 2024.

ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR / UFRJ. 2008.

ACSELRAD, H. & BEZERRA, G. das N. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais. In ALMEIDA, Alfredo Wagner et al. (Org.) **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 179-209.

ALENTEJANO, P.R.R. & TAVARES, E. Os grandes projetos de desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia. **Terra Livre**, ano 34, v 1 n 52. p. 190-233, 2019.

ALMEIDA, A. W. B. Agroestratégia e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. W. B. et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina. 2010. , p.101-144.

ALMEIDA, P ; PEREZ M. A. **Resistencia colectiva al neoliberalismo**. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2023.

ALONSO, A. A. Hacia donde se dirige la transicion energética mexicana. In: **Argumentos e estúdios críticos de la sociedade. La nueva políticas energética del Estado Mexicano**. México, UAM, 2023.

ALONSO, A. A. **El multicolor de la energia: desafios y oportunidades para la transicion energética**. México, UAM, 2024.

AMARAL, G. G. do **Geografia da Re-Existência: conhecimentos, saberes e representações geográficas na educação escolar indígena do povo Oro Wari - RO**. Paraná, Curitiba, 2016.

AMIN, A.M. El sector energético en Jordania Las crisis provocadas por políticas disfuncionales e injustas. In: SANDWELL, K. e HAMOUCHENE, H. (etal). **Desmantelar el colonialismo verde**: Energía y justicia climática en la región árabe. 1a ed - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO ; Amsterdam : TNI Transnational Institute, 2024.

ANDRADE, H. O. e RAMOS FILHO, E. S. Conflitos territoriais e implantação de linhas de transmissão de energia. **Anais do XIV ENANPEGE**... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: . Acesso em: 11/02/2022.

ANTONINO, L.Z. **Territórios extrativo-mineral na Bahia: violações dos direitos humanos e conflitos nos territórios terra-abrigo**. Salvador-BA, 2019.

ARAUJO, W .K. O. **A relação campo-cidade no município de Feira de Santana – BA: renda da terra, campesinato e ruralidades**. Tese de Doutorado em Geografia. UFS, Sergipe, 2015.

ARAUJO, Luciéte Duarte. **Comunidade quilombola do Subaé e o licenciamento ambiental de linha de transmissão de energia na Bahia**: violação ao direito da consulta prévia, livre e informada. Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos – UFPA, Belém-Pará, 2023.

BAITZ, R. A implicação: um novo sedimento a se explorar na Geografia?. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 1 n 84, p. 105-136, 2006.

BARCELOS, E. A. S. **Geografia e Grandes Projetos: ecologia, política e economia no capitalismo de fronteira**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2018.

BARRETO, E.S. **O capital na estufa: para a crítica da economia das mudanças climáticas**. Rio de Janeiro. Consequência, 2018.

BARRETO, E.S. **Ecologia marxista para pessoas sem tempo**. São Paulo: Usina, 2022

BARTRA, A. **El capital en su laberinto: De la renta de la tierra a la renta de la vida**. Primera edición, 2006.

BARTRA, A. **Há um marxismo mundano: a chave está nas bordas**. México, UAM, 2016.

BARTRA, A. **Goethe e o despojo: os custos do progresso, o sul, as incertezas e os demônios**. México, UAM, 2016.

BATISTA, S.C. **Cartografia Geográfica em questão: do chão, do alto, das representações**. Tese (Doutorado em Geografia USP), 2014.

BEDER, Sharon. **Jogo de Poder**: A luta pelo controle da eletricidade mundial. Austrália: Scribe Publications, 2003.

BECKER, B. (org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 3.ª ed. 2007.

BIASOTTO, D. Larissa. **Interações entre linhas de transmissão e a biodiversidade: uma revisão sistemática dos efeitos induzidos por esses empreendimentos**. Dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia. UFRGS, 2017.

BLANC, G.F.C. etal. O paradigma da existência de linhas de transmissão de energia elétrica em unidades de conservação Estaduais no Estado do Paraná. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade** Versão on-line ISSN2319-2856. v 11, n 5. Curitiba – PR. jun/dez – 2016. Disponível em: https://www.uninter.com/revistameioambiente/index.php/meioAmbiente/article/view/615 Acesso em 30 out 2020.

BOBADILLA, A.T. La corporatizacion de la Comission Federal de Electricidad: los câmbios y desafios del modelo neoliberal. In: **Argumentos e estúdios críticos de la sociedade. La nueva políticas energética del Estado Mexicano**. México, UAM, 2023.

BOGO, A. **A linguagem das mercadorias de Marx**. 1ed. Rio de Janeiro. Consequeência, 2015.

BOURDIEU, P. **Contrafogos 2: por um movimento social europeu**. RJ. Editora Zahar, 2001.

Borras, S. M. Jr. (etal). Land Grabbing in Latin America and the Caribbean. ***The Journal of Peasant Studies*** 39 (3-4): 845–872, 2012. Em: https://doi.org/10.1080/03066150.2012.679931.

BORRAS, S.M JR.; FRANCO, J. **Land rush**. The Journal of Peasant Studies, 2024. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2024.2317961.

BRAGA, J. L. Aprender metodologia ensinando pesquisa: incidências mútuas entre metodologia pedagógica e metodologia científica In: MOURA, Claudia P. de; LOPES, Maria V. de. **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EdiPUCRS, p.77-98, 2016.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo In: R. **Sociedade & Cultura**, v. 10, n. 1, jan/jun, p.10-27, 2007.

BRANDÃO, C. **A DIMENSÃO ESPACIAL DO SUBDESENVOLVIMENTO: uma agenda para os estudos urbanos e regionais**. Tese de Livre-Docência apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

BRANDÃO, C. Escalas de poder, instituições e territórios: estratégias orientadas ao desenvolvimento. **O&S**. v.11. 2004.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil Contemporâneo. In ALMEIDA, Alfredo Wagner et al. (Org.) **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. pp. 39-69.

BRANDÃO, R. V. M. Estado, política industrial e organização empresarial no Brasil: um estudo de caso sobre a atuação da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base (1974-1977). In: **H-Indústria**, n2. Ano II, 2008.

BRASIL, MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Plano Nacional de Energia 2050** / Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Brasília: MME/EPE, 2020.

BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **PORTARIA Nº 421, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011**. Dispõe sobre o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica e dá outras providências. Brasília-DF, 2011.

BRETTAS, T. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BRICEÑO-LEON, R.. Quatro modelos de integração de técnicas qualitativas e quantitativas de investigação nas ciências sociais. In: GOLDENBERG, P. et.al. (orgs) **O Clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 157-183, 2003.

CAMPOS, P. H. P. Empreiteiros e políticas públicas na Ditadura Civil-Militar, 1964-1988. In: **História e Economia Revista Interdisciplinar**. v. 13 n. 2, 2014.

CARCANHOLO, R. A.; NAKATAMI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: GOMES, Helder (org.). **Especulação e Lucros Fictícios. Formas parasitárias de acumulação contemporânea**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CARCANHOLO, R.A. Valor e preço na teoria de Marx: o significado da lei do valor. IN: NIEP MARX. **Para que leiam O Capital: interpretações sobre o livro I**. São Paulo. Usina Editorial, 2021.

CARDOSO, M.L. **Ideologia do desenvolvimento Brasil: JK e JQ**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2ed, 1978.

CARLOS, Ana Fani A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp. 1994.

CECEÑA, A (et al) **Hegemonias e emancipações no século XXI**. 1a ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005.

CECEÑA, A. Geopolítica dos estreitos: canais, trens e conexões catastróficas. In: **América Latina em movimento: colonização ferroviária no sudeste do México**. N 547. Fev-mar, ano 44. 2019.

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS FREI BARTOLOME DE LAS CASAS. **Os caminhos da resistência: informe Frayba**. San Cristobal de las Casas, 2016.

CHERP, A. e JEWELL, J. O conceito de segurança energética. In: **Política Energética**. Volume 75, páginas 415-421. dezembro de 2014.

CHESNAIS, F. **Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump**. Boston, Brill Academic Pub., 2016.

CONCEIÇÃO, A.L. Produção do espaço e conflitos territoriais: expropriação da terra e exploração da natureza. In: SUERTEGARAY, D.M.A. **Geografia e conjuntura brasileira**. 1 ed. Rio de Janeiro-RJ, Consequência, 2017.

CONCEIÇÃO, A.L. Usos e abusos da categoria território. In: **Revista da ANPEGE**. v. 17. nº. 32, p. 7 - 21, ANO 2021.

CONCEIÇÃO, A.L. **A Geografia do espaço da miséria**. In: Scientia Plena. Vol. 1, num. 6 2005

CRUZ, V. C. Das Lutas por Redistribuição de Terra às Lutas pelo Reconhecimento de Territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: ALCELRAD, H. **Cartografia social, terra e território**. V 1. 1 ed. Rio de Janeiro: IPPUR / UFRJ, 2013. p. 119-176.

DAMAZIO, M. Q. DE F.. **A violação de direitos humanos através do uso de agrotóxicos no Brasil**. Mestrado em Direitos Humanos UNIT, Aracaju, 2020.

DAMICO, A et al. Análise e evolução e variabilidade dos custos de capital de terceiros para projetos de transmissão de energia em função das oscilações da taxa básica de juros. In: **Brazilian Journal of Development**. ISSN: 2525-8761. 2022.

DAMIAN, G. E. e WALLENIUS, C. R. **Conflictos y alternativas socioterritoriales em el sur-sureste de México**. México, UAM, 2023.

DELL'ANGELO, Jampel etal. **The Tragedy of the Grabbed Commons**: Coercion and Dispossession in the Global Land Rush. World Development, v. 92, p. 1-12, 2017.

DIAZ, P. S. O Trem Maya e as novas fronteiras do Sul do México. In: **América Latina em movimento: colonização ferroviária no sudeste do México**. N 547. Fev-mar, ano 44. 2019.

DURAN, R. F. y REYES, L. G. **En la espiral de la energia. Volumen I: Historia de la humanidad desde el papel de la energía (pero no solo)**. 1 ed, 2014.

ENGELS, F. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro 1ed. Boitempo, 2020.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo Construcción y deconstrucción del desarrollo**. 1 ed. Venezuela, 2007.

ESPINOSA, Y.B. El despojo territorial y las multiples violências em la transicion hacia el capitalismo transnacional: reflexiones desde el derecho e la geografia critica. In: **Experiencias de construcion y defensa del território em México e América Latina**. México, UAM, 2022.

FABRINI, J. E. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2008.

FALS-BORDA, O. Cómo investigar la realidad para transformarla. In: "http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160308051848/09como.pdf" Bogotá, 2009.

FAIRHEAD, J; LEACH, M; SCOONES, I. Green Grabbing: a new appropriation of nature? **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 2, p. 237-261, 2012. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2012.671770.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão - do agrário ao territorial**. Tese de doutorado em Ciência Ambiental. USP-SP, 2006.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

FERNANDES, B. M. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, n. 6, p. 14–34, 2012.

FERREIRA, J. e FELÍCIO, E. **Por Terra e Território: caminhos para a revolução dos povos no Brasil**. Bahia, Teia dos Povos, 2021.

FILGUEIRAS, L. Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 519-534, Set./Dez, 2018.

FILHO, D. M. S. **A geopolítica do estado e o território quilombola no século XXI**. 1 ed. Paco editorial,. São Paulo, 2018.

FILHO, E.S.R & PORTO-GONÇALVES, C. W. Violência e criminalização no campo na América Latina. In: FILHO, E.S.R & PORTO-GONÇALVES, C. W. **Conflitos do campo no Brasil**. Brasil, 2017.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o Capital Imperialismo. Teoria e História**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FOSTER, J.B. A Natureza como Modo de Acumulação:Capitalismo e Financeirização da Terra. In: https://leiamarxistas.medium.com/a-natureza-como-modo-de-acumulação-capitalismo-e-financeirização-da-terra-4702756c22bc. Tradução de Débora Cunha, 2022.

FRAGA, Giselle. **Infraestruturas lineares e fragmentação de hábitat**: análise da paisagem para modelagem espacial de linhas de transmissão. Dissertação de Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia. UNB, 2019.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, N C. **O descoroamento da princesa do sertão: de "chão" a território, o "vazio" no processo da valorização do espaço**. Tese de Doutorado em Geografia. UFS, Sergipe, 2014.

FREITAS, C. **As Agroestratégias Ruralistas de Desterritorialização de Povos Indígenas e Quilombolas: redefinindo Marcos Legais e Usos Territoriais**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ.. 2018.

FURNO, J. et al. Na contramão da segurança energética: o refino e a política de preços da Petrobrás sob os governos Temer e Bolsonaro. In: **OIKOS**. Rio de Janeiro. Volume 21, n. 2 . www.revistaoikos.org | p. 20-32, 2022.

GAD, M. La financiación internacional y la mercantilización de la electricidad en Egipto. In: SANDWELL, K. e HAMOUCHENE, H. (etal). **Desmantelar el colonialismo verde**: Energía y justicia climática en la región árabe. 1a ed - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO ; Amsterdam : TNI Transnational Institute, 2024.

GARCIA, M.M.P. (et al). Análisis de la amplitud del nicho ecológico de Zadiprion spp., un defoliador de Pinus en el Sureste de México. In: **Bosque**.43(3): 287-298, 2022.

GARCIA, A.R.V Suenos em la transicion energética y critica a la reforma energética. In: **Argumentos e estúdios críticos de la sociedade. La nueva políticas energética del Estado Mexicano**. México, UAM, 2023.

GEOCOMUNES. Corredor Interoceânico: projeto chave para o capital industrial fóssil. In: **América Latina em movimento: colonização ferroviária no sudeste do México**. N 547. Fev-mar, ano 44. 2019.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados terra e água**: o conflito de Itaipu. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), 2003.

GILMORE, Ruth Wilson. **Geografia da abolição**: ensaios rumos à libertação. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2025.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GONÇALVES JUNIOR, D. **Reformas na indústria elétrica brasileira: a disputa pelas fontes e o controle dos excedentes**. Tese (Doutorado em Energia). Programa de Pós-Graduação em Energia. São Paulo, 2007.

GÓMEZ, M. J. R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural** / Jorge R. Montenegro Gómez – Presidente Prudente : [s.n.], 2006.

GOODMAN, J. (etal). Descarbonizar la electricidad Los costos de las energías renovables impulsadas por el sector privado y las oportunidades de alternativas en Australia, Alemania y la India. In: **Estado de poder 2024** : energía, poder y transición. Grupo de investigación Decarbonising Electricity ... [et al.]. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO ; Amsterdam : TNI Transna tional Institute, 2025.

GRESPAN, J. **Marx uma introdução**. 1ed. Boitempo. São Paulo, 2021.

GRUPO de TRABALHO de ASSUNTOS AGRÁRIOS da ASSOCIAÇÃO dos GEÓGRAFOS BRASILEIROS, SEÇÕES RIO e NITERÓI. Os grandes projetos de desenvolvimento e seus impactos sobre o espaço agrário fluminense. **II Caderno de Textos do GT**, 2012.

GUIRRACA, N. **Quando hasta las piedras e levantan**. 1 ed. Buenos Aires. Antropofagia, 2008.

GUTIERREZ, S.E e VEIGA, J. Trem Maya: máquina imparável de expropriação empresarial. In: **América Latina em movimento: colonização ferroviária no sudeste do México**. N 547. Fev-mar, ano 44. 2019.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Território. In: **GEOgraphia**,Niterói, vol: 25, n. 55, e61073, 2023.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 12. ed. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2010.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: edições Loyola. 2005.

HARVEY, D. Space as a keyword. In: Castree, N. e Gregory, D. (org.) **David Harvey: a critical reader**. Malden e Oxford: Blackwell, 2006.

HARVEY, D. O Espaço como Palavra chave, in **Revista GEOgraphia**, UFF, v. 14, n.28.. p..1-32. https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13641, 2012.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. (Coleção Geografia e Adjacências). São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Para entender O capital: Livro I**. São Paulo: Boitempo. 2013.

HOEVELER, R.C. Conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica, **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, ano 4, n. 5, p. 145-159, Ago/Dez, 2019. Acesso em 12 de março de 2022.

HOUTART, F. De los "bienes comunes" al "bien común" de la humanidad. **Tensões Mundiais**, *[S. l.]*, v. 8, n. 15, p. 27–68, 2018.

lASI, M. L. **Ensaios sobre a consciência e emancipação**. 2.ed. -São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IORIS, A. A. R. **Agribusiness and the Neoliberal Food System in Brazil: Frontiers and Fissures of Agro-neoliberalism**. Earthscan Food and Agriculture Series, 2018.

IORIS, A. A. R. **Frontier Making in the Amazon: Economic, Political and Socioecological Conversion**. Key Challenges in Geography/ EUROGEO Book Series. 2020.

JESUS, Léia Patricia Conceição Santos de Jesus. **Cartografia Social da Comunidade Quilombola de Subaé, Antônio Cardoso-BA**. Mestrado Profissional em Planejamento Territorial – UEFS, Feira de Santana-BA, 2024.

JUNIOR, M. A. M. (et al) **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. 1 ed. São Paulo. Outras expressões, 2015.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 9ª reimpressão no Brasil, 2011.

LAROCCA, P; ROSSO, A. J.; SOUZA, A. P. de. A formulação dos objetivos na pós-graduação em Educação: uma discussão necessária. **Revista BPG**, v. 2, n. 3, mar, p.118-133, 2009.

LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. Tradução Ana Maria Simões Coelho, Doralice Barros Pereira, Pedro Henrique Denski, Sérgio Martins, Núcleo de Geografia Urbana da UFMGfev. 1ª versão fev. 2006. Blackwell Publishing(USA), 1991.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Tradução (translated): Donald N. Smith.

LEITE, S. (etal). Sociedade e Economia do "Agronegócio" no Brasil. In: **RBCS** Vol. 25 n° 74 outubro, 2010.

LEMOS, H. M. **Impactos ambientais pela implantação da linha de transmissão 500 KV Oriximiná – Cariri**. 2010. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Engenharia Ambiental) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/7450/1/monopoli10001740.pdf .Acesso em 30 out 2020.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: Fase superior do capitalismo**. 4ª Ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LEVIEN, M. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. **Revista Sociologia e Antropologia**, v 04, p. 21-53. 2014.

LIGUORI, G. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

LIMA, A. M. **A particularidade de um projeto modernizador: Virgílio Távora e o processo de eletrificação do Estado do Ceará De 1950 A 1980**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Fortaleza/CE, 2015.

LIMA, Á. de M. Geografia histórica e escala espaço temporal: debates teórico-metodológicos para compreender o processo de eletrificação do Brasil (1954-1967) a partir do plano nacional de eletrificação. **Revista Formação (online)**. v. 24; n.43, set-dez. p. 43-63, 2017.

LISBOA, J.B. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia-UFS).

LOWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. a revista **Actuel Marx**, 18, 1995.

LUNA, J.M. **Existimos, luego... pensamos: apuntes desde la comunidade**. Ciudad de México, 2023.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural. 1984. Disponível em: http://ria.ufrn.br/handle/1/365. Acesso em: 17 jan 2019.

MALHEIRO, B. C. P. **O que Vale em Carajás? Geografias de exceção e r-existência pelos caminhos do ferro na Amazônia**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Niterói/RJ, 2019.

MARCOS, V. Trabalho de campo em Geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 1 n 84, p. 105-136, 2006.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política, livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MARX, K. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Edições Mandacaru Ltda, 1990.

MARX, K. **Manuscritos-econômico-filosófico**. São Paulo: Editora Boitempo, (2ªreimpressão), 2008.

MARX, K.; ENGELS, F.. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Marcus Vinicius Mazzari do original alemão Manifest der 28 Kommunistischen Partei. Revista Estudos Avançados, no 34, São Paulo: IEA/USP, setembro a dezembro de 1998.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia – São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARCATO, M. A. **Exposição humana a campos elétricos e magnéticos**. Espaço IEE. Disponível em https://www.ieee.org.br/wp-content/uploads/2014/05/EspacoIEEE_ago2013.pdf. 2013.

MASCARO, A.L. **Estado e Forma Social**. 1 ed. Boitempo, 2013.

MARCILIO, I. (etal). **Campos magnéticos de frequência extremamente baixa e efeitos na saúde**: revisão da literatura. Revista Brasileira de Epidemiologia, 12, 105-123, 2009.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2013 [1979].

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MATUTE, I.D e MORENO, R. **A luta pela vida frente os megaprojetos no México**. México, CIESAS, 2021.

MENDONÇA, F. de As. Geografia Socioambiental. **Terra Livre**, n. 16, p. 113-132, 1º sem. 2001.

MENDONÇA, S. R. de. "O Estado ampliado como ferramenta metodológica". IN: **Marx e o Marxismo**, v.2, n.2, jan/jul 2014. Acesso em 12 de março de 2022.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital. Rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Trad. CORNEJO, F. R. et al. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital** - 2ªED, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. 1ed. São Paulo. Boitempo, 2015.

MÉXICO. GOVERNO FEDERAL. **PLANO de Desenvolvimento Nacional 2019-2024**. 2019.

MILANEZ, Bruno (etal**). Cada qual no seu lugar: a interferência de projetos energéticos sobre Territórios de Interesse Socioambiental no Brasil**. Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), 2025.

MINAYO, M. C. de S.; MINAYO-GOMEZ, C. Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Justiça, Ministério da Cultura, e Ministério da Saúde. (2015). **Portaria Interministerial n.º 60**, de 24 de março de 2015. Brasília.

MOORE, J.W. **Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital**. Verso, London, 2015.

MORAES, H.B. Segurança hídrica para o capital e despojo múltiple em contextos de escassez: análise crítica sobre o novo caminho das águas no Estado da Paraíba, Brasil. **CONFLUÊNCIAS** v. 21, n.2, | pp. 135-156. 2019.

MORAES, H.B. Classe social, identidade e luta por Direitos Humanos no Movimento de Atingidos por Barragens – Brasil. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 02 , p. 1046-1070, 2019.

MORAES, F. & BASTOS, P.P.Z. O Estado em disputa: os objetivos do II PND e os interesses dos industriais. **Nova Economia** v.32 n.1 p.181-204, 2022.

MORAES, A. C. R; COSTA, W. M. **Geografia Crítica – A Valorização do Espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MORAES, A, C, R. **Território e história no Brasil**. São Paulo, SP: Hucitec, 2002.

MOREIRA, R. A Geografia Serve Para Desvendar Mascaras Sociais, in **Geografia: Teoria e Crítica (O saber posto em questão)**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

MOREIRA, R. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 1982.

MOREIRA, R. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. IN: SANTOS, M.

MOREIRA, R.J. Renda da natureza e territorialização do capital: reinterpretando a renda da terra na competição intercapitalista. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, 4, julho. 89-111. 1995.

MOUSTAKBAL, J. El sector de la energía en Marruecos Una dependencia permanente. In: SANDWELL, K. e HAMOUCHENE, H. (etal). **Desmantelar el colonialismo verde**: Energía y justicia climática en la región árabe. 1a ed - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO ; Amsterdam : TNI Transnational Institute, 2024.

NASCIMENTO, J.S.J & GOPFERT, L.C. Impactos ambientais pela implantação da linha de transmissão 500 kv Oriximá-Carirí. Rio de Janeiro, UFRJ, 2010. Disponível

em: https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/7450/1/monopoli10001740.pdf. Acesso em 01 out 2020.

NEGRETE, M.P. **Megaprojetos, Capital e resistências: uma mirada desde la antropologia urbana**. México, CIESAS, 2017.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NORDESTE POTÊNCIA. Salvaguardas socioambientais para a energia renovável. In: https://nordestepotencia.org.br/wp-content/uploads/2024/01/Salvaguardas-para-renovaveis.pdf. 2024. Acesso em 23 de agosto de 2025.

NUNEZ, V. Os camponeses como "sócios" do Trem Maya. In: **América Latina em movimento: colonização ferroviária no sudeste do México**. N 547. Fev-mar, ano 44. 2019.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, D. J.G. et al. Problematizando a Integração Regional: As conexões entre a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) –Brasil. **Revista IDeAS**, v. 7, n. especial, pp. 260-304, 2013.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 3ª ed. Rio de Janeiro, 1981.

OSORIO, A.G. La comunalidad como herramienta: una metáfora espiral II **Bajo el Volcán**, vol. 15, núm. 23, septiembre-febrero, 2015, pp. 113-129 Benemérita Universidad Autónoma de Puebla Puebla, México, 2015.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. São Paulo/Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PORTELA, F. C. Faixas de servidão de linhas de transmissão de energia elétrica e os lucros cessantes na cajucultura: métodos e valoração da limitação do uso do solo em territórios produtivos. **Espaço & Geografia**, v.16, n 1, 67:95, 2013. Disponível em: http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/129. Acesso em 30 out 2020.

PORTO GONÇALVES, C. W. 2002 Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. CECEÑA, A. E. (org.) 2002 **A Guerra Infinita hegemonia e terror mundial**, pp. 359-391. Ed. Vozes/LPP/Clacso, Rio de Janeiro

PORTO GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.

POULANTZAS, N. **O Estado, O Poder, O Socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

QUINTANA, R.S.D. Despojo territorial em el Istmo de Oaxaca: de la presa Benito Juarez al Corredor Transistmico de la cuarta transformacion. In: **Conflictos y alternativas socioterritoriales em el sur-sureste de México**. México, UAM, 2023.

RÁDIO ZAPATISTA. Rádio Zapatista: Banco de dados e informações. Acesso em https://radiozapatista.org/. 2024.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, E.S. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003 – 2006)**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia – Unesp.

RANCIERE, J. **Aux bords du politique**. Folio-essais, Paria, 1998.

RIBEIRO, A.M.M. et al. Sociologia viva: Uma Proposta de construção de uma Rede Latinoamericana de Observatórios Fundiários e Núcleos de pesquisa e extensão focados em situações de conflito agroambientais rurais e nas lutas por terra. **Retratos de Assentamentos** 21 1, p. 71-96, 2018. Disponível em: http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/300. Acesso em: 21 jan 2020.

RODRIGUES, V. P. A. **O Estado, as políticas públicas e sua funcionalidade na disseminação da ordem produtiva sociometabólica do capital no campo – São Cristóvão, SE, 2019**. Tese (Doutorado em Geografia-PPGEO/UFS).

RODRIGUEZ, V. N. N. Procesos de despojo em territórios indígenas: su história, su explicacion, su legitimidade e su resistência. In: **El desarollo rural em México e Colombia**. Bogotá-Colombia, Universidade Javeriana, 2011.

ROUINE, C.B. e ROCH, F. Energía renovable en Túnez Una transición injusta. In: SANDWELL, K. e HAMOUCHENE, H. (etal). **Desmantelar el colonialismo verde**: Energía y justicia climática en la región árabe. 1a ed - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO ; Amsterdam : TNI Transnational Institute, 2024.

ROTSKY, L. **Histoire de la révolution russe**, Paris, Seuil, 1962.

RUBIN, I. **A teoria marxista do valor**. Teoria e História. Editora Polis, 1987.

SANDWELL, K. e HAMOUCHENE, H. (etal). **Desmantelar el colonialismo verde**: Energía y justicia climática en la región árabe. 1a ed - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO ; Amsterdam : TNI Transnational Institute, 2024.

SAITO, K. O **Ecossocialismo de Karl Marx**: capitalismo, natureza e crítica inacabada à Economia Política; tradução Pedro Davoglio; 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Metamorfoses do esoaço habitado**. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, M e SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5ed. Rio de Janeiro, Record. 2003.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 20 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANTOS, H. F. dos. Neoliberalismo e expansão do agronegócio globalizado no Brasil. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 1, p. 21-46, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.12957/tamoios. 2022.

SANTOS, O. A. **O território e a Pedra de Rumo: uma experiência de delimitação territorial da comunidade quilombola de paus altos no município de Antônio Cardoso – Bahia**. Mestrado em Planejamento Territorial. UEFS, Feira de Santana, 2017

SASSEN, A. **Expulsões: Brutalidade e complexidade na economia global: Brutalidade e complexidade na economia global**. Belknap Press, 20143.

SEN, A. K. (1985). "Well-Being, Agency and Freedom: The Dewey Lectures 1984". **The Journal of Philosophy**, Vol. 82, No. 4 Apr., 1985.

SERNA, L. A. e SANCHEZ, E.T. (etal). **Economía polítca de las energías renovables en América Latina**. 1a ed - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2024.

SERNA, L.A. Imperialismo eléctrico: transnacionales españolas de electricidad y centralización de capital em América Latina. In: SERNA, L. A. e SANCHEZ, E.T. (etal). **Economía polítca de las energías renovables en América Latina**. 1a ed - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2024.

SILVA, M. S. da. **Energia Elétrica: Estatização e desenvolvimento, 1956-1967**. São Paulo: Alameda, 2011.

SILVA, H.I.P. Segurança Energética na América Latina e internacionalização das empresas brasileiras. In: **Revista de Estudos Internacionais** (REI), ISSN 2236-4811, Vol. 8 (1), 2017.

SILVA, M. P. F. I. **Impactos socioambientais da implantação de linha de transmissão de energia elétrica sobre as comunidades extrativistas do babaçu no Estado do Maranhão**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Gestão e Políticas Ambientais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/6321/1/arquivo8149_1.pdf. Acesso em 30 out 2020.

SILVA, O. L. P. da. O sistema elétrico nacional e a necessidade nuclear. In: http://repositorio.mar.mil.br/handle/ripcmb/27947, 2006.

SILVA, A. J. S. **Avaliação dos prejuízos na área da saúde dos campos eletromagnéticos** – uma revisão bibliográfica. In: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/028_campos_eletromagneticos.pdf. 2018, 2018.

SMITH, N. Natureza como estratégia de acumulação. In: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5668755/mod_resource/content/1/SMITH_NATUREZA%20COMO%20ESTRAT%C3%89GIA%20DE%20ACUMULA%C3%87%C3%83O.pdf. Tradução José Arnaldo dos Santos Ribeiro Jr. s/d.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual – natureza, capital e a produção do espaço**. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SMITH, N. Geografía, diferencia y lãs políticas de escala. **Terra livre**, São Paulo, ano 18, n. 19; p. 127-146, jul./dez. 2002.

SOUZA, Raimunda Aurea. **O agro-hidronegócio no Vale do São Francisco**: território de produção de riqueza e subtração da riqueza da produção. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFS, 20013.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities y linguagens de valorização em América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, n 244, 2013

TANEZINI, T. C. Z. **Territórios em conflito no alto sertão sergipano**. Tese (Doutorado em Geografia – UFS) – São Cristóvão SE, 2014.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 997p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

THOMAZ JUNIOR, A. Questão agrária, luta de classes e trabalho no brasil (diálogo polêmico e necessário). **Revista Pegada** – vol. 16, n. 2, 2015.

TOLMASQUIM, M. As Origens da Crise Energética Brasileira. **Pontos de Vista Ambient. soc**. (6-7) • Jun 2000. Acesso em 30 de janeiro de 2022.

TRALDI, M. **Acumulação por despossessão: a privatização dos ventos para a produção de energia eólica no semiárido brasileiro**. Tese (Doutorado em Geografia – Unicamp)– Campinas, SP, 2019.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRUJILLO, M.L.N. Despojo múltiple sobre el tejido de la vida: impactos y resistências socioambientales. **Revista Textual** 2019. Disponível em: http://chapingo.mx/revistas/textual/contenido.php?id_articulo=2496&id_revistas=2&id_revista_número 259 Acesso em 26 set 2020.

VAINER, C. B. Os refugiados do desenvolvimento também têm direitos humanos? In: FERREIRA, A. P.; VAINER, C.; NETO, H. P.; SANTOS, M. O. (Org.). **A Experiência Migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro: Garamond. 2010.

VARÃO, L.L.M. **A violação dos direitos territoriais dos povos indígenas a partir do novo marco regulatório da mineração**. Dissertação (Mestrado em Direito – UFPB), João Pessoa-PB, 2018.

WALLENIUS, C.R. Tensiones socioterritoriales por la construccíon del aeropuerto internacional de Tulum, Quintana Roo. In: **Conflictos y alternativas socioterritoriales em el sur-sureste de México**. México, UAM, 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. Analise dos sistemas mundiais. GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social Hoje**. Sao Paulo: Ed. UNESP, 1999.

WERTHEIMER N, Leeper E. **Electrical wiring configurations and childhood cancer**. American Journal of Epidemiology 109:273-284, 1979.

WARREN, I.S . Redes e Mediações nos Movimentos Populares (um breve resumo). **Revista de Ciências Humanas**. Vol. 6, No.9, 1990.

WARREN, I.S ; LUCHMANN, L. H. H I. Movimentos sociais e participação institucional: introduzindo o debate. **Política e Sociedade**. Volume 10 – N º 18 – abril de 2011.

WEISS, M. (ETAL) Do**ssier de energia 2022. Brasil**: um foco no setor elétrico. Nota Técnica do Banco Mundial, 2023.

WILIAMS, R. **Cultura e materialismo**. Tradução André Glaser. São Paulo, Unesp, 2011.

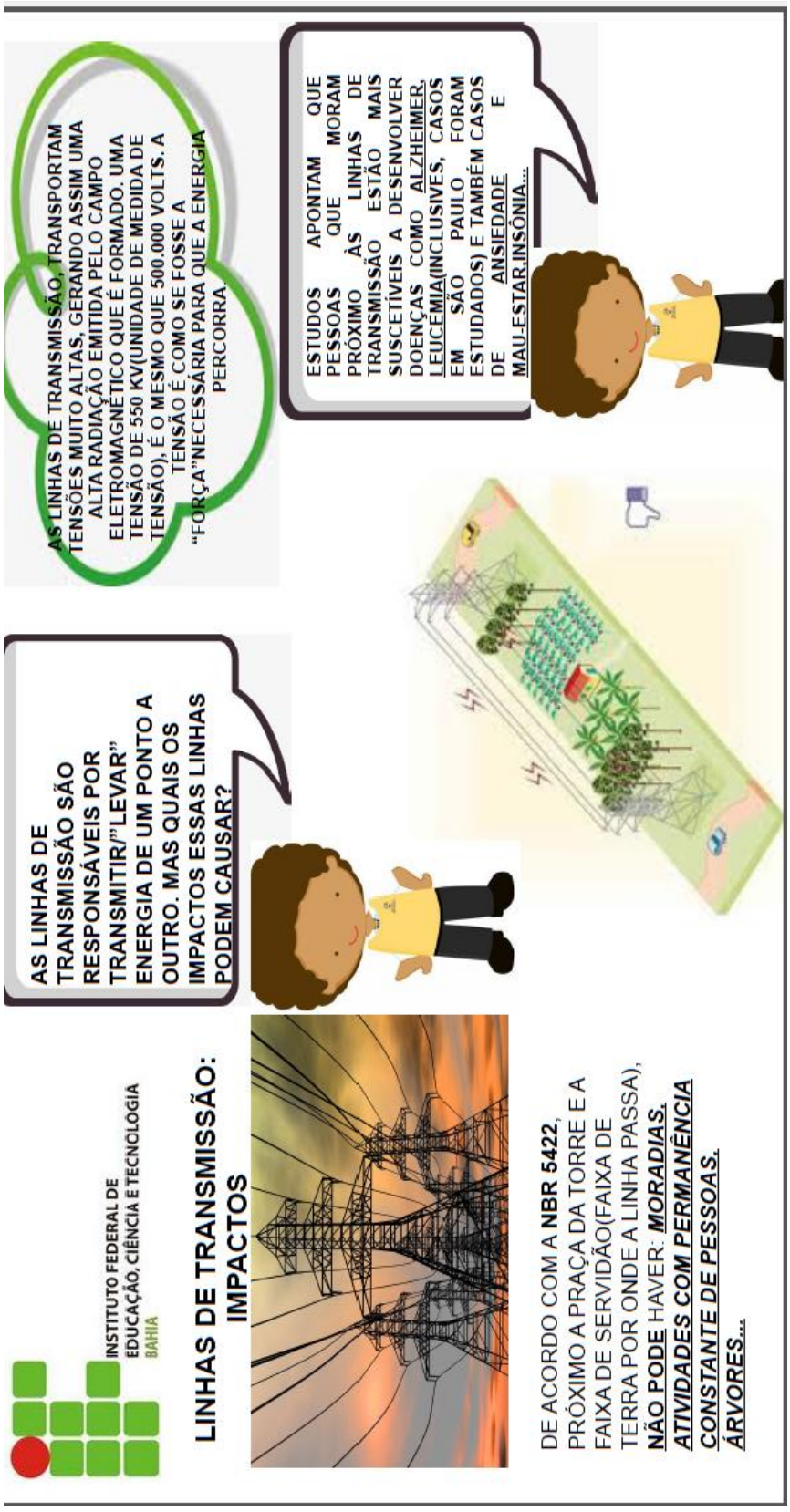
WHITACKER, Guilherme Magon. Território e poder: apropriação, uso e controle de recursos naturais e a irreformabilidade do modo de produção capitalista. **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. XX, n. 1.135, p. 2-25, 15 out. 2015. Disponível em: http://www.ub.es/geocrit/b3w-1135.pdf. Acesso em: 25 de agosto de 2025.

_____. Geopolítica dos recursos naturais estratégicos e questão agrária em Moçambique: a Vale S.A. e o extrativismo epidêmico In: **Caderno de Geografia**, v.29, Número Especial 2, 2019. Acesso em: 26 de agosto de 2025.

ZIBECHI, R. **Brasil Potência: entre a integração regional e um novo imperialismo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

ANEXOS

01



Obs: Material didático produzido em 2019 por estudantes do IFBA para iniciar os trabalhos nas comunidades quilombolas de Feira de Santana e Antônio Cardoso na Bahia.

02

LINHA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA PORTO SERGIPE-SAPEAÇU 500KV

EMPRESAS ENVOLVIDAS:

Sterlite Power

Dossel

SÃO FRANCISCO ENERGIA SA

GPE

Global Participações em Energia S/A

ORGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS:

IBAMA

M M A

INCRA

PALMARES

FUNDAÇÃO CULTURAL

PREFEITURAS MUNICIPAIS

PROCESSOS JUDUCIAIS IMPORTANTES:

- 01420103324/2018-58 (INCRA/FCP – ESTUDO DO COMPONENTE QUILOMBOLA
-10054481620214013304 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA

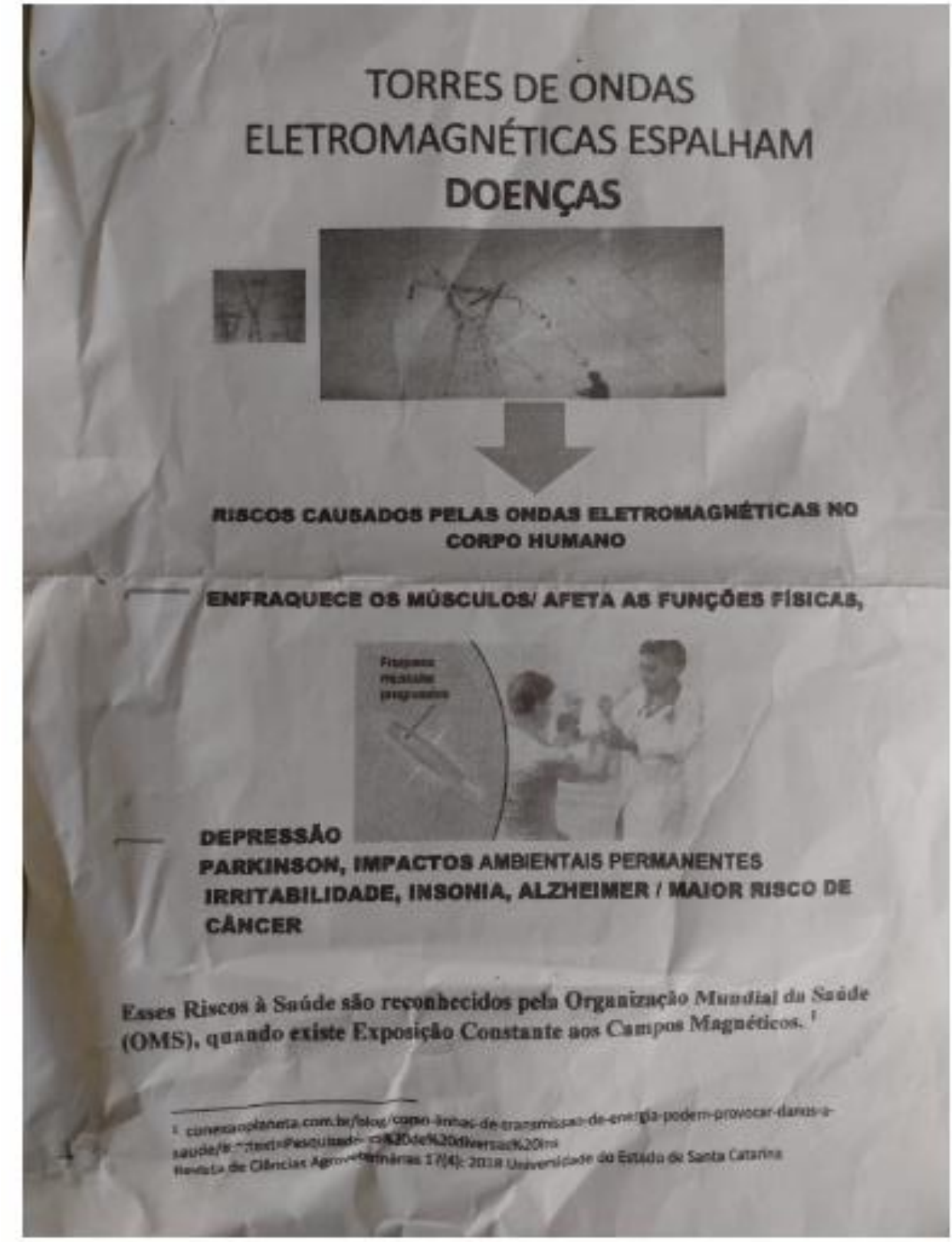
Obs: Material didático produzido em 2021 por estudantes do IFBA para os trabalhos nas comunidades quilombolas de Feira de Santana e Antônio Cardoso na Bahia.

03



Obs: Fotografia premiada durante o Seminário da Pesquisa do PPGEO-UFS em dezembro de 2023. Observa-se o ponto de vista da infraestrutura do Porto Sergipe na comunidade de Jatobá em Barra dos Coqueiros, Bahia e na base as canoas em repouso por conta da proibição da pesca.

04



Obs: Material didático produzido em 2022 pela comunidade quilombola da Cambuta em Santo Amaro na Bahia, frente o avanço da LT em seus territórios.

05



Obs: Exemplificação da faixa de servidão administrativa e como as comunidades se manifestam contra o projeto hegemônico das LT.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A senhora/senhor está sendo convidado/a a participar, como voluntário, de um estudo intitulado: UMA ENERGIA PARA O CAPITAL: ENTRE CERCOS E CONFLITOS NA ENCRUZILHADA DO ELETRONEGÓCIO, que será feito por mim, Henrique Oliveira de Andrade e pelo Professor Eraldo da Silva Ramos Filho, da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

A realização desta pesquisa buscar analisar os impactos e conflitos referentes à implantação de linhas de transmissão de energia. Nesse sentido garante protagonismo às lideranças dos territórios camponeses e quilombolas e nesse sentido possibilita a compreensão da realidade concreta do megaprojeto energético em questão.

A coleta de dados será através de entrevistas semiestruturadas em campo, com lideranças comunitárias quilombolas, representantes de órgãos públicos, MPF etc. Ainda em campo, serão acompanhadas reuniões, realizadas atividades de campo e análise de documentos institucionais. O tempo de duração das entrevistas será em torno de 40 a 60 minutos. A escolha do dia, hora e local dependerá da disponibilidade de tempo de cada participante. No seu caso, foi acordado o dia 11 de março às 10h no formato virtual.

Se o senhor/a quiser participar da pesquisa, poderá responder algumas perguntas relativas á sua atuação profissional. Os resultados desse estudo serão apresentados para pessoas da Universidade e publicados em revistas científicas e encontros de pesquisadores. Caso a senhora permita, gostaríamos de gravar a entrevista e caso queira compartilhar algum material, será possível o envio ou apresentação durante a entrevista. Essas gravações ou outro material que for mostrado durante a entrevista, vão ficar guardados no Laboratório de Estudos Urbanos e Rurais (LABERUR/UFS), sob os cuidados do professor Eraldo da Silva Ramos Filho, durante cinco anos ou mais.

O senhor/a poderá desistir de participar desta pesquisa a qualquer momento e pedir a retirada do seu depoimento e dos materiais fornecidos. O seu nome não será revelado e tudo o que o senhor disser será mantido em segredo. Durante a entrevista, o senhor não precisa responder a todas as perguntas. O senhor não terá nenhum tipo de despesa e também não haverá nenhum tipo de pagamento por sua colaboração.

Esclarecemos que toda a informação coletada nas entrevistas não será divulgada individualmente, mas analisadas por categoria. Nos questionários não terá, o campo de identificação dos entrevistados, impedindo qualquer tipo de vazamento de informação confidencial.

Esclarecemos, também, que não serão divulgadas imagens que identifiquem os participantes da pesquisa. Possíveis despesas e eventuais necessidades de ressarcimento serão cobertas também pelos pesquisadores. Se a senhora não quiser participar da pesquisa, isso não o prejudicará em nada. Se acontecer qualquer problema com a pesquisa, agora ou no futuro, a responsabilidade será nossa. Os resultados da pesquisa serão apresentados aos participantes nas próprias comunidades, após a conclusão do estudo.

A senhora receberá uma cópia desse termo onde tem o telefone e o endereço dos pesquisadores responsáveis e colaboradores, podendo tirar suas dúvidas, sobre o projeto de Pesquisa agora ou a qualquer momento. Caso a senhora queira, poderá pedir a alguém de sua confiança para ler este Termo de Consentimento. Os riscos que pode ocorrer durante a realização da pesquisa está relacionada aos questionários. Responder ao questionário pode gerar desconforto, constrangimento, entre outras situações. Os participantes da pesquisa em nenhuma situação (dano ambiental ou atividade pesqueira ilegal) serão identificados, nem denunciados pelos pesquisadores. Lembrando que o papel do pesquisador não é o de fiscalização, nem de controle, mas apenas o de gerar conhecimento sobre uma atividade pesqueira pouco documentada e não regulamentada na área de estudo.

Se a senhora não tiver dúvidas, pode assinar este documento em duas vias. Uma via ficará com o senhor e a outra com o pesquisador responsável.

_____ _____

Henrique Oliveira de Andrade — Entrevistado

Pesquisador Responsável

_____

Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho

Pesquisador Orientador

CONTATOS:

Endereço: Universidade Federal de Sergipe – LABERUR, PPGEO.

Email: henriqueoliveira@ifba.edu.br Telefone: 75988075495

ROTEIRO DE ENTREVISTA COMUNIDADES/ORGANIZAÇÕES DE APOIO

EIXO 1 – Vida pessoal, militância e LT:

- Nós gostaríamos que você começasse falando um pouco sobre você. Onde você nasceu, estudou. Em resumo, quais caminhos você percorreu até hoje;
- Qual sua a função na comunidade? Em quais setores ou unidades trabalhou?
- Em sua família ou em seu círculo mais íntimo havia pessoas que tinham algum tipo de militância?
- Em sua opinião, o que é ser quilombola?
- Na época em que a LT chegou, o senhor/senhora desempenhou alguma atividade? Conte como foi no início;

EIXO 2 – A CHEGADA DA OBRA, A LT, AS EMPRESAS E AS COMPENSAÇÕES

- Como é conviver com tantas violações e impactos? LT, BR, barragem, etc
- Como foi a atuação dos movimentos sociais? Houve apoio?
- Houve algum tipo de remoção de comunidades?
- Houveram acidentes ou mortes na implantação das obras?
- Você teve acesso ao cotidiano dos trabalhadores ou pessoas/comunidades impactadas pelas obras?
- Existe relato de mulheres que tiveram filhos com operários das obras?
- Tem registro de algum tipo de promessas, ameaças ou violências durante a construção?
- Escuta das comunidades, consulta prévia e RAS?
- Processo de implantação da LT?
- Resistências, manifestações, conflitos e lutas populares?
- Apoio de órgãos, grupos, organizações, assessorias, universidades e sindicatos?
- Ação da empresa, INCRA, IBAMA e FCP?
- Articulações com o poder legislativo e judiciário?
- Impactos da LT (sociais, trabalho/renda, ambientais, culturais, saúde, etc)?
- Território em conflito nas comunidades? Território de vida ou de morte?
- A LT gerou expropriação camponesa?
- Empobrecimento nas/das comunidades?
- Cooptações empresariais e sistêmicas nas comunidades?
- Modo de vida, trabalho e cuidado nas comunidades?
- Questão geracional, de gênero e o campesinato?
- Terra e território: certificação/titulação das comunidades?
- O território na vida tradicional e comunitária?
- A energia representa desenvolvimento?
- O progresso técnico como aparência e a acumulação de capital como essência?
- O avanço do capital como ação de violência e violações dos direitos humanos?

EIXO 3 – A OBRA, SEUS IMPACTOS, VIOLAÇÕES COMPENSAÇÕES, FUTURO

- Existe relatos de adoecimentos em pessoas das comunidades?
- Como ficou a geração de renda das comunidades expropriadas?
- Futurologia, passividade, desmobilização e conciliação?
- Como foi a compensação/mitigação?
- Apropriação da natureza e sua mercantilização?
- Autonomia, caminhada e passos?
- Soberanias (hídrica, alimentar, pedagógica, trabalho/renda, autodefesa e energética)?
- Soberania/autonomia popular e energética?
- É possível pensar em superação do capitalismo frente a crise energética?
- A energia a serviço de quem?
- Há contradição na geração de energia com base em combustíveis fósseis?
- As energias renováveis são capturas da natureza pelo capital?
- A crise climática e geração/transmissão de energia são faces contraditórias do capital?
- O capital e a dissimulação da segurança energética?
- Comunidade teve acesso ao mapa indicando as áreas afetadas pela LT?
- Como a LT impacta na vida da comunidade? Pessoas sairão das comunidades? Se sim para onde? Houve demolição de casas ou outras estruturas, tipo escolas, campos de futebol?
- Como vc avalia a faixa de servidão?
- AS comunidades continuaram a utilizar as áreas da faixa de servidão, ou haverá abandono?
- Vc conhece alguém que foi indenizado pela empresa? Se sim, quais valores e condições?
- Vc avalia que as áreas que passaram a fazer parte da faixa de servidão foram convertidos em territórios de exceção?
- A LT afetou o modo de vida das comunidades?
- Liste os impactos que identifica em sua comunidade referentes à implantação da LT?
- Você identificou alguma violência no curso desse processo?
- Como vc avalia os seguintes agentes:- INCRA: - IBAMA: - FCP: - EMPRESAS: - MPF: - GT; - CÁRITAS:
- Como vc avalia a mudança territorial protagonizada pela introdução da LT? Houve mudança de terra de trabalho para terra de negócio? Afetou na geração de renda na comunidade?
- As comunidades convivem com a intromissão de agentes externos desde a escravidão, como vc avalia a chega da LT em pleno século XXI?
- Você acredita no acordo que está sendo mediado pelo MPF?

ROTEIRO DE ENTREVISTA MPF

EIXO 1 – Vida pessoal, trabalho e LT:

- Nós gostaríamos que você começasse falando um pouco sobre você. Onde você nasceu, estudou. Em resumo, quais caminhos você percorreu até hoje;
- Comente um pouco de sua atuação no MPF, atribuições e desafios
- Como funciona seu trabalho na 6ª câmara?
- Como e de que forma os trabalhos com as LTs chegaram ao MPF e ao seu ofício?

EIXO 2 – O MPF, A LT, AS EMPRESAS E OS PROCESSOS

- Como você contaria a história dos processos das LTs, marcos, registros, curiosidades
- Como você caracterizaria juridicamente os processos sobre as LTs?
- Como você avalia a postura das empresas?
- Como você avalia a postura das comunidades?
- Como você avalia a postura do GT?
- Como você avalia a postura do MPF?

EIXO 3- LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- Como você avalia a questão jurídica referente à execução do RAS ao invés do EI/RIMA?
- Tendo em vista as reuniões com as comunidades no qual o MPF já participou e as visitas de campo realizadas, a senhora avalia que o estudo ambiental está condizente com a realidade?
- Existe relatos de adoecimentos em pessoas das comunidades, como o MPF pode atuar nesses casos?
- Como o MPF avalia os impactos ambientais referentes à obra da LT?
- Como você avalia a questão da consulta prévia no caso da LT?
- Nos autos do processo, como foi a participação do IBAMA, FCP e INCRA?

EIXO 4- IMPACTOS, IMPASSES E CONFLITOS

- Na sua avaliação, o que motiva a realização da obra da LT?
- Você acredita que o andamento dos processos e da realização da obra beneficia quem?
- Como você avalia os impactos e conflitos apontados pelas comunidades?
- Haja vista os impactos e desrespeitos apontados pelas comunidades, pq esse processo se arrasta até hoje sem uma solução viável e justa?

EIXO 5 – A OBRA, VIOLAÇÕES ,COMPENSAÇÕES, FUTURO

- Como o MPF avalia garantir os direitos ao território das comunidades atingidas/impactadas?
- Como será a compensação/mitigação?
- A quais interesses a LT tem ligações e/ou responde?
- A partir dos trabalhos do MPF, essa energia transportada está a serviço de quem?
- Você acredita nas negociações/acordos realizadas judicialmente, no caso específico das LTs?
- A senhora tem algum elemento a ser pontuado a mais, alguma curiosidade?

ROTEIRO DE ENTREVISTA FASE

- Comente um pouco sobre a sua biografia, enfatizando as interrelações com o SEB e o FASE.
- Comente um pouco sobre o histórico do FASE, sua contribuição, intenções e propósitos.
- Levando em consideração as diretrizes institucionais do FASE, comente um pouco sobre a atuação do FASE no SEB e nas estruturas de governança.
- Tendo em vista a amplitude das ações do FASE, existe alguma ligação entre o FASE e a ABDIB? Se sim, descreva-a.
- Quais as estratégias adotadas pelo FASE para garantir a execução das suas diretrizes institucionais? Descreva com base nos itens abaixo:
    - Executivo:
    - Legislativo:
    - Judiciário
- Comente um pouco sobre os possíveis gargalos atuais e/ou os já superados pelo SEB?
- Existe relação entre o FASE e as corporações internacionais ligadas ao SEB? Caso haja, comente sobre essa relação.
- Como o senhor avalia o SEB nos últimos governos, desde 2013?
- Como é a visão estratégica do FASE no contexto SEB sobre o negócio da energia elétrica?
- O FASE em meio à sua atuação institucional, incide na formulação de políticas públicas do SEB, a exemplo da Política Nacional de Energia (PNE)? Comente sobre.
- O FASE em meio à sua atuação institucional, incide na formulação ou proposição de leis, decretos ou normativas diversas do SEB? Comente sobre.
- O FASE promove articulações com os governos estaduais ou estritamente com o governo federal? Comente sobre.
- O FASE tem prerrogativas e/ou possibilidades de sugestão/indicação de representantes para postos chave relacionados com o SEB? Comente sobre.
- Tendo em vista a grandiosidade do SEB, o FASE acompanha os desdobramentos das obras realizadas no sentido dos impactos socioambientais, compensações e/ou mitigações? Comente sobre.
- Tendo em vista o processo de desestatização da Eletrobrás, como o FASE avalia essa questão? Seria possível indicar os impactos (positivos e negativos) dessa ação estatal?
- Ao longo do seu processo de implementação e estruturação, o FASE possui aproximadamente 12 anos de fundação. Como o senhor avalia esse percurso? O FASE está em seu melhor momento? Comente sobre.
- Com base na estrutura de governança do SEB, como o senhor avalia a incidência dos interesses do FASE nas tomadas de decisões do setor junto à sociedade?
- O FASE possui uma riqueza imensa na representativa de suas associações, como o senhor avalia o desempenho destas no conjunto das ações do FASE relacionadas com o mercado financeiro?
- Como se dá o diálogo institucional com o setor financeiro nas ações e articulações referentes ao SEB e suas intencionalidades? Comente sobre
- Com base nos dados da EPE, é possível observar um avanço na infraestrutura das linhas de transmissão no Brasil. Como o FASE avalia o setor referente a essa questão?
- Com base na grandiosidade e representatividade do FASE em âmbito nacional, comente um pouco sobre as consultas ao FASE por parte do governo federal quanto à implementação da Política Nacional de Energia, bem como na atualização normativa dos marcos legais.
- Com base em sua vasta experiência no FASE, como o senhor avalia os seguintes conceitos abaixo:
    - Inclusão energética:
    - Pobreza energética:
    - Exclusão energética:
    - Segurança energética:
    - Soberania energética:
    - Autonomia energética:
- Qual a visão de futuro do FASE e como avalia os desdobramentos da Agenda Propositiva aos presidenciáveis publicada em 2022 no contexto das eleições para presidência da república